



Extrativismo

ANNA BEDNIK
com a colaboração de
JÉRÉMY DOTTI

ANNA BEDNIK
com a colaboração de JÉRÉMY DOTTI

Extrativismo

Exploração industrial da natureza:
lógicas, consequências, resistências

2016

Esta obra foi publicada pela primeira vez em 2016 em francês pela editora Le passager clandestin (Lyon, França), com o título *Extractivisme. Exploitation industrielle de la nature : logiques, conséquences, résistances*. Foi reeditada em 2019 pela mesma editora com o título *Extractivisme*.

Esta versão, traduzida por Accattone para o Centro de Cultura Libertária da Amazônia – CCLA (Belém do Pará) em 2025, está disponível gratuitamente na Internet.

Ilustração da capa: bacia de rejeitos da Hydro Alunorte, Barcarena - Pará, Brasil.



*Por não sabermos como os diferentes contextos repressivos locais
evoluíram nos últimos dez anos, não citaremos nomes,
mas gostaríamos de dizer que esta obra teve
muitos companheiros e companheiras de caminho,
tanto na França quanto no México, no Brasil, na Colômbia,
na Venezuela, no Equador, no Peru, no Uruguai,
no Paraguai, na Bolívia, na Argentina, no Chile...
Este livro lhes é dedicado.*

Prefácio

da edição brasileira

Este livro foi escrito há dez anos. Muita coisa mudou, e muita coisa continua igual. O extrativismo ainda está devastando o mundo. Ele continua a enriquecer as empresas extrativistas e, acima de tudo, fornece ao capitalismo sua base material insubstituível, indispensável para seu avanço. Os motores do crescimento econômico mudaram ao longo do tempo, mas o princípio continua o mesmo: todos os setores industriais consomem volumes cada vez maiores de recursos naturais, e nenhum deles pode sobreviver sem eles. Após a mal chamada transição ecológica, o mais recente motor de crescimento no Ocidente é a guerra ou, mais precisamente, a preparação para a guerra e o deslocamento da guerra, que estão revitalizando as indústrias de armamentos. Esses setores também consomem volumes crescentes de energia e materiais, especialmente metais, cujo uso na fabricação de equipamentos militares não é mais tabu na mídia e nos discursos do governo. Com a guerra, o cinismo do discurso que apela à aceitação da devastação da vida na Terra por uma “boa causa” (a morte?) é particularmente evidente, mas esse cinismo não é diferente em outros setores. Lembre-se de que o principal objetivo dos produtores de bens é ganhar dinheiro. Para o capitalismo, o desafio de se adaptar à atmosfera (transição ecológica) é por exemplo também renovar seus horizontes de progresso e lucro. Este livro expõe a lógica básica do sistema capitalista como um todo, começando com o papel central - pouco documentado há dez anos - desempenhado nesse sistema pela exploração industrial da natureza.

Esta é a tradução da última edição francesa, publicada em 2019. Ela foi apenas ligeiramente revisada em comparação com a primeira edição (2015) e não incluiu nenhuma atualização substancial. Mas nenhum evento transformou as ordens de magnitude a ponto de ser necessária uma revisão completa da análise. Enquanto isso, os preços dos metais e de outras matérias-primas passaram por ciclos de queda e aumento, que é como esse mercado geralmente funciona. Em vez disso, eles voltaram a

subir nos últimos anos, levando ao renascimento de projetos extrativistas, mesmo na Europa Ocidental. Além disso, a crescente dificuldade de acesso aos recursos continuou a impulsionar o uso de métodos de exploração cada vez mais intrusivos e perigosos, aumentando o domínio dos recursos naturais sobre um número cada vez maior de territórios.

Sem dúvida, se eu fosse recomendar essa pesquisa hoje, me sentiria tentada a ampliá-la e completá-la. Talvez prestasse mais atenção aos conflitos e às relações de poder dentro dos grupos e movimentos de resistência que estou citando - embora a questão do que pode ser mostrado em um livro para o público em geral sobre as falhas daqueles que ousam lutar ainda não tenha sido completamente resolvida para mim. Eu certamente traçaria um paralelo entre a extração de matérias-primas e energia e a extração de nosso tempo de vida e forças vitais. Eu certamente estaria mais interessada na demanda por matérias-primas na indústria pesada, no transporte de mercadorias ou até mesmo em armamentos, e me daria menos na demanda nos setores econômicos supostamente desmaterializados (energia verde, alta tecnologia e NTIC, finanças, serviços *etc.*), porque muita tinta já foi derramada sobre esse assunto. Mas essa seria outra pesquisa, e os ângulos que escolhi em 2015 ainda são relevantes hoje. Para esta tradução, que será a primeira a circular na América do Sul, sem saber até que ponto os contextos repressivos locais se endureceram, optei por tornar anônimas as citações dos ativistas, exceto aqueles que assumiram abertamente um papel público.

Embora se baseie, entre outras coisas, em números e dados cronológicos, este livro não foi escrito tendo em mente os acontecimentos atuais. Algumas das situações abordadas certamente mudaram. Na América do Sul, por exemplo, a direita dura substituiu em grande parte a "onda de esquerda" dos anos 2000. Mas isso não torna as questões levantadas sobre o "extrativismo progressista" daquela década menos relevantes. Perguntas sobre se determinadas causas - desenvolvimento local ou nacional? - podem justificar o sacrifício de seres vivos. E um retorno à realidade: a incapacidade de um governo de cumprir suas promessas em um sistema globalizado de poder. E, por fim, há a questão do poder em si, especialmente quando ele é exercido a partir do topo de um Estado. Mesmo quando o poder vem de movimentos sociais e obtém sua legitimidade deles, a lógica de sua própria preservação, mais cedo ou mais tarde, leva-o a trair os ideais que garantiram seu lugar. De uma

forma ou de outra, essas questões surgem inevitavelmente quando a esperança de mudança social escolhe o caminho das urnas.

Por fim, a mobilização "pelo clima" na COP 21, detalhada no final deste livro, apenas anunciou a era da transição ecológica na Europa. Esta última atingiu seu apogeu na esteira da crise da Covid-19, quando os líderes europeus encontraram na ecologia 2.0 os meios para reavivar a economia prejudicada pelo "parêntese" causado por aquela crise. Essas foram as apostas da maioria dos planos nacionais de recuperação, eles próprios parte de um plano europeu mais amplo (*Next Generation EU*, baseado no *Green Deal* europeu), datado de 2020: fazer a "transição ecológica" equipando a Europa com indústrias "verdes" competitivas. Em uma palavra, reindustrializar pintando as coisas de verde. Esses desenvolvimentos deixaram mais claro do que há dez anos que o objetivo é direcionar a expansão do capitalismo para novos mercados, para os quais a luta contra a mudança climática forneceu um pretexto bem-vindo. Eles confirmaram o que pode ter parecido novo na COP 21: a redução da questão ecológica às emissões de gases de efeito estufa nos levou a optar por "soluções" industriais, que são fontes de novas necessidades de recursos. Essas necessidades não estão substituindo, mas se somando às dos setores antigos e mais tradicionais, e a soma total dessas necessidades industriais está em constante crescimento. Portanto, não se trata de uma "transição".

De modo mais geral, o capitalismo não "transita", ele acumula suas mutações, e cada uma delas leva a mais necessidades e mais devastação. A desastrosa transição ecológica é a continuação do projeto muito mais antigo da eletrificação do capitalismo. Em países com energia nuclear, ela consolida o domínio dessa energia. Também acelera o ordenamento digital do mundo, cujas inovações constantes (IA, conectividade *etc.*) estão prestes a mudar profundamente nossas vidas. Os setores nos quais se baseia essa "transição", principalmente a energia fotovoltaica, a energia eólica e a eletrificação da frota de automóveis, dependem em particular de metais. Eles exigem, entre outras coisas, um certo número de metais classificados como críticos e extraídos quase exclusivamente fora dos países da União Europeia. Sob o pretexto de reduzir essa dependência, isso está levando ao relançamento de projetos de exploração de mineração inclusive em países europeus. Antes da atual fase de concessão de licenças de mineração em todos os lugares, houve uma calmaria, devido tanto à resistência local que complicou o acesso aos depósitos quanto a um clima econômico menos promissor do que o

esperado. Entretanto, o desenvolvimento da "aceitabilidade social" da mineração continuou. Algumas das críticas foram digeridas e integradas: uma das mais recentes estratégias de defesa pró-extração é reconhecer a gravidade da devastação causada pelo setor de mineração e nos convidar a assumir a responsabilidade por ela "em casa" (no Ocidente) e não no exterior (nos países do Sul). Como consumimos os bens que os metais são usados para produzir, também deveríamos sofrer os danos! Portanto, ainda parece útil - e este livro faz exatamente isso - mostrar que o extrativismo está avançando onde quer que seja economicamente possível, e que nossa "escolha" de não resistir aqui não terá impacto sobre o neocolonialismo na mineração e os estragos que ele causa em terras distantes. Também faz todo o sentido lembrar que as "necessidades" que a extração visa satisfazer são, antes de mais nada, as de manter um sistema econômico que é contingente e, além disso, cria essas "necessidades". Esse sistema pode estar solidamente ancorado na história e ser alimentado por séculos de intensa produção ideológica, mas não há fatalidade natural que condene os seres humanos a devastar o que os cerca e os faz existir.

Nosso "ambiente" artificial está repleto de produções industriais em constante crescimento. Contudo, tudo o que é produzido e vendido em massa é feito de matérias-primas. Nenhuma indústria (pesada ou leve, nova ou antiga, supostamente ecológica ou não) poderia existir sem a exploração massiva dessas matérias-primas. Destacar a etapa da extração é tornar visível essa materialidade que está na base da economia que conquistou o mundo. O fenômeno do extrativismo, portanto, merece ser isolado e descrito por si só, e é isso que este livro faz. No entanto, sem perder de vista a contribuição inescapável do extrativismo para o sistema industrial e para o capitalismo, e sem esquecer as prioridades locais de cada luta concreta, se eu fosse sugerir uma maneira de ler as páginas que se seguem, seria colocando o extrativismo em uma estrutura mais ampla.

A fronteira extrativista cujo avanço estou descrevendo não se limita à devastação da natureza. Geográfica, econômica, tecnológica, cultural e, acima de tudo, conquistadora, ela também sinaliza a subjugação dos territórios anexados às necessidades do mercado global e tende a apagar qualquer relação com o mundo que não seja regida pela busca do lucro e do poder. Minas, poços de petróleo e gás, grandes hidrelétricas, megaparkes eólicos, plantações de soja, pinus e eucaliptos e todas as

outras formas de exploração industrial de recursos naturais estão se instalando em áreas até então preservadas pela dificuldade de acesso ou esquecidas nos bons tempos. São as frentes pioneiras de uma mercantilização total e destrutiva do que existe.

Na Virgínia Ocidental, nos Estados Unidos, as montanhas são literalmente decapitadas para extrair carvão, usando a técnica de "remoção do topo da montanha". Uma vez que os depósitos próximos à superfície tenham sido esvaziados, as empresas de mineração podem, por lei, "recuperar o local" (restituindo "uma formação montanhosa" com os resíduos de suas minas, *sic.*) ou elaborar um projeto alternativo para desenvolver a terra plana criada por sua atividade nessa geografia acidentada: "parques industriais ou de lazer, shopping centers, moradias, estradas, instalações esportivas, escolas *etc.*"¹ Todas essas são "alternativas" ao abandono, selando o vínculo com a tristeza de um mundo que foi encaixotado.

As funções podem mudar, mas o princípio permanece o mesmo: os territórios são reduzidos a uma ou mais funções impostas e só existem na medida em que podem ser usados para cumpri-las. Quadrados, trapézios, "entidades funcionais", "centros de estruturação" ou "centros de retransmissão" não passam de figuras geométricas nas telas de computador dos planejadores. Longas cadeias operacionais envolvem o planeta e, em cada lugar que aprisionam, exigem lucratividade e eficiência, impondo padrões técnicos e sociais arbitrários e alienantes. Essas cadeias, das quais o extrativismo é apenas o primeiro elo, padronizam o mundo enquanto o fragmentam em zonas especializadas, privadas de meios autônomos de existência: zonas de extração e zonas industriais onde os materiais extraídos são reciclados; templos do comércio onde todas as estradas levam e depósitos de lixo onde as mercadorias terminam suas vidas cada vez mais curtas; conjuntos habitacionais onde as pessoas vivem mais do que fazem e bairros gentrificados; as concentrações humanas das megalópoles e as catedrais de vidro dos centros de inovação; santuários da natureza ou culturas transformadas em produtos... Todos ligados por rotas de transporte e redes de energia, com algumas zonas "proibidas" nas margens: a grande fronteira avança em inúmeras frentes. Ela corta a superfície da Terra com autoestradas e linhas de EHV, cercas de canteiros de obras, cercas

1. Gilles van Kote, "La montagne décapitée", Le Monde, 7 de setembro de 2009.

ao redor de oásis para os ricos, arame farpado e postos de controle de neon, muros de segurança e linhas de frente. Ela procura prender o que ainda está fora de sua grade funcional, usando meios militares para isso, e estamos acostumados a isso mesmo nas democracias ocidentais pacificadas. Ela "encaixa" e categoriza lugares tanto quanto pessoas. Com o objetivo de produzir nossa docilidade em massa, ela está transformando nossas vidas em algoritmos, ordenando-as com a ajuda de assistentes e delatores tecnológicos, telas de todos os tipos e injunções para para que nos ajustemos. Ela padroniza empregos e práticas, pensamentos e emoções. Ela distribui direitos e documentos de identidade para manter as pessoas cuja autonomia ela destrói no lugar "certo" dentro das estruturas diferenciadas de extração de valor. Ela protege privilégios e força alguns seres humanos a cumprir regras que dão vantagem a outros, prendendo-os a imaginações fixas e comportamentos restritos. Em toda parte, mesmo em espaços destinados a combatê-la, ela dita uma normalidade que garante seu avanço.

Visando o mundo inteiro e todas as esferas de nossas vidas, essa progressão está fazendo com que não apenas os espaços habitáveis desapareçam, mas também nossa capacidade de viver, pensar, decidir, amar e ter uma ética. O sistema de produção de meios destrói a confiança e nos impede de vislumbrar outras possibilidades. É isso que está em jogo na luta contra o extrativismo, assim como em todas as lutas concretas que defendem as margens e os interstícios que a "fronteira" ainda não anexou completamente: ao fazê-las escapar, mesmo que parcial e efêmera, dos dispositivos de captura, essas lutas preservam, no mínimo, as possibilidades de vida. Onde quer que tais conflitos eclodam, podemos ver até que ponto as forças que trabalham para mercantilizar e industrializar o que existe formam um sistema. Também entendemos que, em um sistema como esse, nada vale a pena ser preservado. Mas se cada força, cada lógica de opressão, distribuição de privilégios e destruição deve ser examinada em seu próprio direito, é preciso ter em mente que, na prática, elas só podem ser combatidas de uma vez. E sem demora.

Introdução

Por que o extrativismo?

Um franzir de sobrelance. “Extra-quê?” O termo “extrativismo” desconcerta. Falta de elegância, exige um esforço de pronúncia. Nem sempre se vê, de imediato, ao que poderia servir este novo “ismo”, enquanto o vocabulário político já conta tantos deles. Capitalismo, imperialismo, neoliberalismo, (neo)colonialismo, economicismo, desenvolvimentalismo, industrialismo, produtivismo, consumismo, tecnicismo, autoritarismo, classismo, racismo, sexismo e muitos outros ainda: tantas noções das quais se poderia acreditar que bastam para abraçar todas as dimensões de uma ordem das coisas econômica e social, e as razões de combatê-la. Contudo, este neologismo se difunde. Aparecido primeiro na América Latina, começa também a ser usado na Europa e na América do Norte, em primeiro lugar no seio dos grupos de oponentes e opositoras a projetos de exploração de recursos naturais, como por exemplo os coletivos franceses anti-hidrocarbonetos de xisto e de camada ou anti-projetos de mineração, ou ainda o coletivo Aldeah¹. Se pode também vê-lo citado por organizações (associações, movimentos políticos partidários ou não-partidários) de audiência muito menos confidencial². Figurando há ao menos cinco anos entre os temas abordados durante os Fóruns sociais do lado americano do Atlântico, ele foi consagrado entre os antiglobalistas do Ocidente durante o Fórum alternativo mundial da água (FAMA) em Marselha, em 2012³, depois durante o Fórum social mundial de Túnis; em 2013. Em seu livro best-seller de 2015, Naomi Klein o menciona abundantemente⁴.

Se este vocábulo circula sempre mais, é principalmente porque a exploração industrial da natureza, à qual ele remete, se intensifica em todo lugar no planeta. A busca sem fim dos “recursos naturais”, de acesso cada vez mais complicado, empurra sempre para mais longe os limites geográficos e tecnológicos desta exploração. Estes, também

chamados de fronteiras extrativistas, não cessam logo de estender-se em novos espaços, multiplicando os danos ambientais, os desastres sanitários e as tragédias humanas. Este avanço provoca numerosas resistências, coletivas e, primeiramente, locais, que ganham importância e juntam sempre mais pessoas. O simples fato de que essas pessoas agem merece que nós interessemos por essas lutas. O alvo de suas ações está, por outro lado, longe de ser anódino. Primeiro elo das correntes de produção-consumo, a etapa da extração condiciona materialmente todas as etapas seguintes. Sem a exploração da natureza, nossas sociedades “modernas” não seriam o que elas são, e a ordem industrial, produtivista e consumista não poderia dominar o mundo. Essas razões empurram para isolar o extrativismo dos quadros críticos habituais para melhor completá-los de volta.

O itinerário que me levou a me interessar por isso iniciou no Equador. Eu tinha sido levada, em 2007, a indagar sobre um conflito em relação à extração de minérios. Murmúrio de riachos e estrondo de torrentes de água cristalina, nevoeiro cintilante das florestas subtropicais de altitude, nuvens entaladas na folhagem das gigantescas ceibas, frescor matinal e cheiro de terra húmida na qual todo parece crescer como por magia: o vale de Íntag, no noroeste do país (província de Imbabura), era então um desses rincões do mundo poupados pela agitação, o barulho, a velocidade. Naquela época, se podia acreditar que ia ficar deste jeito. Pouco antes de minha chegada, e pela segunda vez em menos de dez anos, os habitantes desse vale (mestiços, ameríndios e afrodescendentes) tinham conseguido que fosse suspenso o projeto de uma mina de cobre ao ar livre que devia ser cavada no meio de uma área de abastecimento hídrico, no coração de uma floresta com uma biodiversidade única. A sua resistência os levou a organizarem-se coletivamente para encontrar outras respostas às necessidades urgentes que as empresas de mineração se orgulhavam de poder satisfazer. Numerosos projetos tinham assim visto o dia nos domínios da alimentação, da educação, das mídias, da produção agrícola e artesanal (geradora de rendas) ou ainda em matéria de conservação. Aliando suas tradições e uma determinada modernidade, a liberdade e a consciência dos limites, o apego a um meio, a um território, a uma cultura e a abertura para o mundo, essas experiências coletivas pareciam oferecer um potente contraponto ao futuro que se procurava impor-lhes. É também este outro futuro que eles defendiam frente às empresas de mineração e ao Estado equatoriano. A pá e a picareta contra as escavadoras, a vida contra a máquina, a

criatividade e a deliberação coletiva contra os planos de “desenvolvimento” estandardizados: o antagonismo flagrante entre esses dois mundos apelava para tomar posição.

A experiência d'Íntag me empurrou para aprofundar o assunto. O projeto deste livro madurou assim paulatinamente, ao longo de uma caminhada que acabou fazendo de meu objeto de pesquisa um envolvimento. Primeiro, durante mais de um ano (2009-2010), junto com um cúmplice, partimos, ao encontro de outros Íntag, no México, no Peru, na Bolívia, no Equador, na Colômbia, na Venezuela, no Brasil, no Paraguai, no Uruguai, na Argentina e no Chile. Foi suficiente empurrar uma primeira porta para ver muitas outras se abrirem e para entender a que ponto o combate dos habitantes de Íntag não era um caso isolado. Resistências existiam em todos os lugares, da Patagônia argentina aos altiplanos mexicanos, da cordilheira dos Andes à Amazônia, do Caribe ao deserto de Atacama e, isso, apesar de uma criminalização e de uma repressão crescentes e apesar de todos os riscos e as dificuldades que implicava o fato de tomar parte nelas. Em todos os países que atravessamos, se lutava contra projetos de mineração, petrolíferos, grandes barragens hidrelétricas, contra o avanço das monoculturas industriais, agrícolas ou florestais. Em todos os lugares, os grandes projetos se multiplicavam. Para obter recursos expedidos ao outro lado do planeta, e notadamente para nós, as empresas e os poderes públicos não hesitavam a sacrificar vastos territórios, a destruir o meio ambiente, a monopolizar terras expulsando os seus habitantes, a obrigar outros habitantes a viver em meio a poluições inaceitáveis, a arruinar sua saúde, a atropelar as suas atividades e os seus projetos, as suas culturas e as suas convivências. Na região, se qualificava este fenômeno de “extrativismo”.

Ao longo dessa viagem, encontramos um grande número de protagonistas das resistências locais, membros de assembleias de luta e de coletivos, de comitês de vizinhos, de associações de bairro ou de aldeia, de organizações indígenas ou camponesas. Muito para além dos meros discursos de argumentação, muitas dessas pessoas nos confiaram suas motivações profundas, os seus problemas e suas estratégias, suas esperanças e suas dúvidas, as lições aprendidas com suas vitórias ou suas derrotas. De entrevistas em reuniões, de mobilizações em imersão na vida dos grupos de luta, através da descoberta de práticas alternativas, cada quilômetro percorrido, nós nos tornamos parte de muitas “correntes de solidariedade”. Ao longo do caminho,

compartilhando, nós também, nossas observações com outros interlocutores, nos dávamos conta de que nosso périplo nos colocava em situação de desenvolver uma visão “panorâmica” que parecia interessar a eles. Portanto, é esta aprendizagem nascido das trocas com os protagonistas diretos de resistências aos projetos “extrativistas” – e de um trabalho de pesquisa realizado não sobre eles, mas antes com eles – que desejei, ao termo de nossa viagem, compartilhar com outras pessoas num livro.

Ainda não estava convencida que os resultados de um tal trabalho pudessem suscitar um interesse qualquer, aqui, na França, onde esse tipo de projetos parecia pertencer ao passado. Valéry Giscard d’Estaing¹ nos tinha repetido isso suficientemente: na França, se não tínhamos petróleo, tínhamos ideias⁵. A última grande mina tinha cessado sua atividade em 2004. As degradações ambientais mais espetaculares tinham sido deslocalizadas longe dos olhos e longe do coração dos franceses. As outras, mais difusas – poluições devidas à agricultura industrial, resíduos nucleares *etc.* – tinham acabado por fazer parte da paisagem, atraindo apenas excepcionalmente a atenção das grandes mídias. O que ia logo despertar num leitor não implicado a narrativa de realidades à primeira vista desconectadas de suas preocupações urgentes, até mesmo se o seu conforto e a prosperidade do seu país fossem diretamente dependentes delas: uma simples curiosidade estarecida frente a esses heroísmos e essa miséria exóticos? Um vago sentimento de culpa e de impotência?

A nosso retorno na França, essas perguntas encontraram uma resposta inesperada: o “escândalo dos gases de xisto” acabava de estourar⁶. No final do ano 2010, graças a alguns informantes que denunciaram o perigo – jornalistas, associações e, prontamente, numerosas “pessoas simples” –, o país descobria com estupor que a indústria petrolífera e do gás se preparava para crivar nossas campanhas de poços de extração de hidrocarbonetos “não convencionais” – esse petróleo e esse gás presos nos microporos da rocha-mãe de onde eles poderiam ser extraídos apenas por meio de uma técnica (o fraturamento hidráulico) extremamente invasiva e poluente. Se aprendia também que os poderes públicos já tinham escancarado as portas para esses projetos, muito discretamente, dando prova de uma indiferença desconcertante quanto a suas consequências possíveis. Um filme, *Gasland* de John Fox,

1 - Presidente da República francesa de 1974 a 1981. (NdT)

comunicava os primeiros impactos ambientais e sanitários da exploração desses hidrocarbonetos nos EUA. A suas imagens impressionantes se adicionavam as interrogações dos cientistas, os testemunhos das pessoas afetadas, os ecos do movimento nascente de oposição ao mesmo tipo de projetos no Quebeque, e outras fontes de informação que avisavam sobre a amplitude dos riscos.

Aqui, na França, a indignação dos moradores dos futuros sítios de exploração se mudou rapidamente numa firme determinação de não permitir isso. O estrondo de indignação se tornou movimento. Como numerosas resistências latino-americanas que podemos conhecer, como muitas outras lutas que descobríamos na Europa, os coletivos franceses anti-hidrocarbonetos de xisto – de cuja mobilização participamos – desenvolveram, no afincio de uma corrida contra o relógio, uma incrível energia. Projeções e encontros públicos organizados em, no máximo, dois dias; noites de insônia passadas frente à tela do computador, com o nariz enterrado em arquivos ou livros, para compreender e aprender, depois para transmitir no dia seguinte; formações improvisadas a toda a velocidade (em geologia, em hidrogeologia, em química, em direito...); reuniões intermináveis; ações “relâmpago” montadas em alguns dias; a urgência, e a autogestão que permitiu enfrentar esta, transformaram profundamente o quotidiano das cidades e das aldeias. Coletivos locais⁷ se propagaram como um rasto de pólvora, antes mesmo que a gente tenha o tempo suficiente para “pensar estrategicamente”, no meio de um remoinho de que estava então difícil apreciar realmente o alcance e os desafios.

O que tinha acontecido? Como, em poucos meses apenas, tinha podido nascer um movimento, embarcando, além dos ecologistas e dos militantes convencidos, um grande número de “simples pessoas” que, por meio disto, descobriram a ação política e atravessaram a fronteira que separa a desaprovação passiva do envolvimento? Como um assunto à primeira vista técnico podia ter sido à origem de uma tão “franca hostilidade da população”, segundo as palavras dos deputados encarregados, na primavera de 2011, da primeira missão parlamentar de informação sobre “os gases de xisto”⁸? É certamente o que ainda estão se perguntando os industriais, os servidores públicos e os tomadores de decisões encarregados do “dossiê”. Espontâneo, desprovido de centro único de operações e, por isso, dificilmente controlável, ele surpreendeu nossos dirigentes, acostumados a contestações mais respeitadas das “regras do jogo”, menos reticentes em entrar nos quadros institucionais de gestão dos conflitos e em se sentar na mesa das negociações. Os

argumentos faltaram também para dar confiança renovada aos moradores das futuras plataformas petrolíferas e de gás, escandalizados de ter negado não somente o direito de decidir, mas também o de saber. Pois, apesar de que eles sejam os primeiros interessados, é por subterfúgios que eles tinham tido conhecimento de decisões já tomadas.

Este conflito fez (res)surgir questões essenciais. Onde devem ser colocados os limites da tomada de risco? A saúde, a qualidade da água e do ar, o futuro de nossas crianças e de nossos territórios podem ser objeto de experimentações *in situ*, mesmo se a criação de empregos, uma baixa dos preços do combustível ou o crescimento econômico poderiam ser alcançados? O que é possível fazer para travar uma engrenagem já ativada, antes que seja tarde demais? E por fim, se esses projetos são recusados em nossos países, será que podem ser aceitos em outros lugares? O que implica concretamente a palavra de ordem “Nem aqui, nem em outro lugar, nem hoje, nem amanhã” rapidamente adotada pelos coletivos?

Estas perguntas, apesar de todas as diferenças entre o contexto latino-americano e o nosso, eram numa larga medida as mesmas do que aquelas que faziam aos seus vizinhos, ao seu país e ao mundo os movimentos socioambientais da América Latina com que tínhamos convivido alguns meses mais cedo. Uma palavra com uma sonoridade bárbara vinha também cobrir como um chapéu o renovado interesse pelos subsolos do Hexágono^{II}: “extrativismo”.

O fenômeno era, portanto, efetivamente global, e este neologismo se impunha por nomeá-lo. O interesse de melhor conhecer seus componentes, sua importância e o seu papel se fazia mais evidente. Mas, antes disso, um esclarecimento sobre o significado ainda plural do termo “extrativismo” se revelava necessário. Enquanto, para alguns movimentos, ele remete exclusivamente à extração sem limites dos “recursos naturais” não renováveis, minérios e/ou hidrocarbonetos, outros o empregam também em referência aos grandes projetos de barragens hidrelétricas, à agricultura industrial, às monoculturas florestais ou ainda à apropriação abusiva da água. Se ele serve agora também para caracterizar situações europeias, para numerosos latino-americanos e pessoas interessadas pelos países latino-americanos, ele qualifica primeiro a pilhagem das riquezas naturais da América Latina e, por extensão, a das outras regiões do Sul antigamente colonizadas. Ele

II - Nome familiar da França metropolitana devido à sua forma semelhante à da forma geométrica. (NdT)

faz notadamente eco à ideia que essas riquezas, apropriadas abusivamente por potências e por empresas estrangeiras, não revertem para os países que suportam os custos ambientais e humanos de sua exploração. Por fim, em numerosos textos acadêmicos de língua francesa, o vocábulo “extrativismo”^{III} se refere à prática da coleta dos produtos da floresta por comunidades amazônicas⁹.

Este livro começa explorando esses diferentes usos e analisando as semelhanças e diferenças entre os fenômenos que eles abrangem. O primeiro capítulo, dedicado à América Latina, analisa o contexto histórico, econômico, social e político em que o termo “extrativismo” surgiu, primeiro no norte do Brasil e depois, durante as décadas de 2000 e 2010, em outros países da região, desta vez com sua conotação crítica atual. À medida que a exploração massiva da natureza se intensifica em todo o mundo e o termo “extrativismo” se torna mais amplamente utilizado, o segundo capítulo amplia a perspectiva inicial. Nele, examino a distribuição de papéis entre os países exportadores e importadores de commodities (a divisão global do trabalho criticada na América Latina) e descrevo como esses papéis estão mudando em decorrência do “surgimento” de potências “intermediárias” (como o Brasil) e do desenvolvimento econômico da China, que agora está fazendo de tudo nos mercados de commodities. Também afasto a noção preconcebida de que o Ocidente não é afetado pelos estragos da exploração industrial da natureza, detalhando, entre outras coisas, o recente ressurgimento de projetos de extração de hidrocarbonetos e minerais na França continental.

Ao adotar essa perspectiva mais ampla, podemos ver que, por analogia com as noções de “produtivismo” e “consumismo” - em que o sufixo “-ismo” enfatiza o excesso (de produção ou consumo) - o termo “extrativismo” caracteriza um estágio superlativo, obsessivo, “viciante” ou mesmo ideológico da atividade extrativa. Ele também está intimamente ligado aos dois primeiros: as fronteiras extrativistas estão avançando cada vez mais rápido e cada vez mais longe para fornecer mais de 70 bilhões de toneladas de “recursos naturais” às cadeias de produção e consumo de commodities todos os anos. Portanto, o interesse pelo extrativismo nos leva a olhar mais de perto o outro lado do crescimento econômico e do desenvolvimento, que muitas vezes é esquecido ou até mesmo obscurecido. No terceiro capítulo, um exame

III - Cuja tradução francesa vem de nosso termo de português brasileiro. (NdT)

crítico da promessa de “desmaterialização” começa destacando a dependência dos principais setores de produção (todos destinados a crescer) de quantidades cada vez maiores de “matérias-primas” cada vez mais diversificadas, e analisa as forças econômicas e políticas que dependem delas e impulsionam as fronteiras extrativistas.

O quarto capítulo tem como ponto de partida a principal retórica usada para legitimar o extrativismo, segundo a qual não há alternativa para a exploração cada vez mais maciça dos recursos naturais, uma vez que eles são absolutamente essenciais para melhorar nossas condições de vida. Para avaliar isso, proponho examinar exatamente o que está sendo extraído e como; quais “necessidades” estão sendo atendidas e em que definição de “progresso” isso se baseia; quem se beneficia e quem sofre. Por fim, analiso os modos de produção, que nem todos têm o mesmo impacto sobre a natureza e seus recursos.

O quinto capítulo trata dos movimentos de resistência. Entre outras coisas, tento entender por que, por quais meios e com quais resultados, cada vez mais pessoas em todo o mundo estão se opondo à extração do que, para outros, são “recursos”. Ao acompanhar os principais estágios das várias lutas, analiso o que permite que esses manifestantes ajam em contextos em que tudo deveria condená-los à impotência. Ao reunir experiências de resistência que transcendem as diferenças históricas, econômicas e culturais, também tento compreender melhor as estratégias do seu adversário comum, bem como os imaginários e as práticas que se desenvolvem no decorrer dos processos organizacionais para enfrentá-lo.

Por fim, o sexto e último capítulo analisará o agravamento do extrativismo e a ação dos movimentos que o combatem no contexto da catástrofe ecológica global. A fim de destacar a necessidade urgente de agir para evitá-la, vou me concentrar especialmente em um aspecto dessa catástrofe que muitas vezes é ignorado: a disseminação da civilização industrial não se reflete apenas na ameaça de esgotamento que ela representa para muitos “recursos naturais” e na perturbação climática que ela gera. A busca frenética e a exploração de “recursos naturais” (sem os quais essa expansão não seria possível) já estão devastando os últimos ecossistemas preservados em um ritmo cada vez maior e multiplicando as “zonas de sacrifício”, aumentando as fileiras de populações cujo habitat, saúde, cultura e as próprias vidas estão sendo exterminadas. Juntamente com as outras formas de recrutamento forçado de territórios a serviço do sistema industrial e comercial, elas

estão destruindo as possibilidades de vida. Por outro lado, os guardiões dos territórios em resistência, que estão defendendo seu ambiente natural, seu habitat e suas formas de viver nele, também estão lutando para garantir que a vida na Terra continue a ter sentido. Isso também é o que a crítica ao extrativismo ajuda a destacar, e foi o que me levou a me interessar pelo assunto.

Capítulo 1

As veias sempre abertas da América latina

*O que é o extrativismo? É um programa para utilizar a terra
e não para viver com ela;
para extrair e absorver seus bens como matérias-primas em escala industrial.
Ele se contenta em contar lugares de recursos e lugares de consumo,
e permanece cego às regiões, aos povos, às culturas, aos valores humanos.
Ele é exclusivamente regido por variáveis econômicas,
símbolos do desenvolvimento.
Contam só para ele os resultados a curto prazo, medíveis nas bolsas de valores;
as consequências a longo prazo não importam [...].
Ele se baseia em uma suposta preeminência dos seres humanos
sobre o resto da natureza - que não é dotada de nenhuma classe de direitos -
e também [na preeminência de certos seres humanos] sobre outros
seres humanos considerados inferiores, [...] eles também sem direitos,
que podem ser explorados e expulsos de seus territórios.
Ele provoca uma deformação endêmica de toda a estrutura dos serviços
de um país ou de uma região – estradas, ferrovias, redes elétricas, aquedutos,
gasodutos etc. –, que são concebidos e executados não de acordo
com uma visão orgânica do território, voltada para o futuro,
mas para servir as necessidades das mega-indústrias.
Ele expulsa as pessoas de suas terras e as amontoa em favelas
que crescem nas periferias dos centros urbanos.
Essas massas são capturadas pelo poder político através dos planos sociais
de todos os tipos, administrados de modo clientelista,
que asseguram reeleições indefinidas e acentuam o círculo vicioso.
(Um militante antiminas da Patagônia argentina, 2012¹)*

Pilhagem, poluição e destruição, aqui está o que o termo “extrativismo” evoca em quase todos os lugares na América Latina: riquezas naturais vendidas ao desbarato para as multinacionais ou confiscadas por oligarquias; territórios reféns de messias autoproclamados; solos, subsolos e oceanos saqueados e aproveitados; vidas humanas e não humanas sacrificadas em nome de um “desenvolvimento” cujos benefícios são reservados para outros. Em inúmeros focos de rebelião contra a exploração da natureza em larga escala, este nome, *extractivismo* em castelhano, é aquele do inimigo que se combate. Uma exceção merece, todavia, ser destacada: a mesma palavra, se diferenciando só por uma letra, *extrativismo* em português, goza no Brasil de uma conotação muito mais positiva. “Neste país,

principalmente na Amazônia, há dois milhões de extrativistas”: em junho de 2010, na sede do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (antigo Conselho Nacional dos Seringueiros, CNS) em Belém do Pará, Atanagildo de Deus Matos, o Diretor, nos explica que um extrativista da Amazônia não é nem um político de vista curta, nem um empreendedor pronto a sacrificar um território para o seu lucro, mas uma pessoa que assegura o seu sustento da coleta, com fins comerciais, de “produtos” de origem vegetal não cultivados ou animal não criados (frutas, castanhas, seiva, madeira, fibras, plantas medicinais, caça ou pesca). Aliás, quando nos anos 1980, o termo “extrativismo” se convida no vocabulário dos ambientalistas do Ocidente, ele designa precisamente esta versão moderna – conectada ao mercado – da caça e da colheita. O fundador do CNS (1985), Chico Mendes, se torna até um símbolo do “ecologismo popular”, categoria proposta pelo economista Joan Martinez-Alier para significar que a defesa pelos pobres dos seus meios de subsistência preserva os ecossistemas de que eles dependem².

O que teria em comum entre o extrativismo de Chico Mendes e, por exemplo, o gigantesco projeto de extração de ouro e de cobre Minas Conga, conduzido no Norte do Peru por um consórcio multinacional (Yanacocha)³, que deve riscar do mapa quatro lagos e rejeitar, cada dia durante dezassete anos; quase que 90.000 toneladas de resíduos de exploração carregados de metais pesados, em plena área de abastecimento hídrico, nas fontes dos rios que alimentam os campos, as cidades e as aldeias de uma inteira região?

Para começar, esses dois nomes têm a mesma raiz. Se hoje a expressão “indústria extrativista” se refere principalmente à extração de recursos do subsolo, sua significação era antigamente muito mais ampla: por exemplo, em 1845, Charles Dunoyer (jurista e economista francês) definia as “indústrias extrativas” como o conjunto das atividades humanas – “artes” ou “indústria” – que consistiam em recolher os diferentes “produtos da natureza” diretamente, sem contribuir a sua aparição prévia: caça, pesca, colheita de frutas naturais, bem como, também, exploração das minas. De modo geral, o verbo “extrair” (do latim *extrahere*, “tirar, retirar de”) qualifica a ação de “retirar uma coisa de um lugar, de um corpo, no qual ela se formou ou se introduziu” e/ou de “separar de um todo um dos seus elementos constitutivos”⁴. Em nossos dois contextos, a ação de extrair “separa” de um “todo” – a natureza – o que, para nós, se torna um “bem”. Nos dois casos também, os “bens” visados são vistos como “recursos” que se procura obter não –

pelo menos não unicamente – para satisfazer as necessidades imediatas de uma comunidade, mas para vendê-los num mercado, o que distingue, por outro lado, radicalmente as *comunidades extrativistas* brasileiras das sociedades tradicionais da Amazônia. Este traço comum não se deve ao acaso. O extrativismo amazônico, uma espécie de extrativismo de primeiro grau relativamente a *el extra(c)tivismo* maciço e destruidor, compartilha com este uma só e mesma história: a da exportação das matérias-primas, uma herança da colonização europeia que marcou profundamente o povoamento, as estruturas sociais e as economias da região.

El Dorado e o inferno verde

A intrusão colonial foi e permanece para a América Latina um “cataclismo fundador”⁵. O ouro dos seus antigos mundos (Inca, Asteca...) foi trocado contra um punhado de pérolas de vidro, as suas civilizações decapitadas, as suas artes, técnicas e ciências negligenciadas, os seus mitos enterrados nas profundidades de uma memória condenada durante séculos ao mutismo, proibida de perturbar a miragem do “Extremo-Occidente”. Mesmo o seu nome mais usual – que acaba, ao sabor das mestiçagens, por ser assumido por muitos “latino-americanos” – associa uma identidade exótica a essas terras supostamente de novo virgens, desertas e selvagens, privadas de passado e forçadas a refletir os fantasmas dos seus conquistadores⁶.

Cristóvão Colombo devia alcançar a Ásia e suas especiarias. Ele fracassou, mas os tesouros do Novo Mundo não decepcionam os seus financiadores. “O enriquecimento rápido pelo descobrimento dos metais preciosos, pelo roubo primeiramente, depois pela exploração intensiva das minas” se torna u dos primeiros componentes da conquista⁷. Numerosos aventureiros que chegam de fora se perdem na selva buscando El Dorado, depois as primeiras cidades minerárias coloniais – Potosí, Zacatecas, Guanajuato – transformam rapidamente a lenda em lingotes. Entre 1500 e 1650, 181 toneladas de ouro e 16.000 toneladas de prata desembarcam, sem contar a contrabanda, no porto de Sevilha⁸. Verdadeira cornucópia, “cesto de recursos e/ou capital”⁹, a natureza latino-americana não parou desde então de prover o mundo em matérias-primas, produtos alimentares de base e energia. O mito de descoberta repentina “de um bem natural que produz o excedente como por magia”, alimenta até nossos dias, estima a socióloga argentina Maristella Svampa, um imaginário “centrado na abundância, a inocência

e a possibilidade de acumulação infinita”¹⁰.

A partir do século XVI, “toda a organização da vida coletiva [...] não é mais orientada em direção às necessidades das populações locais, mas em função dos interesses das elites europeias”, conta Alain Rouquié, diplomata francês e politólogo latino-americanista: “sendo as perspectivas de produções comandadas pela Europa, os “preponderantes” ibéricos e depois crioulos sacrificam todo à especulação, ao produto bem cotado no mercado mundial. O lucro imediato, até sem futuro, tem todos os favores. Se arrasa a vegetação e se esgota os solos, como se estanca os filões de minério, depois se abandona os lugares em busca de outras regiões [...]. Os ciclos de produtos reis no Brasil, do açúcar ao café passando pelo ouro, fizeram se deslocar o centro de gravidade do país e até sua capital. A América hispânica é marcada pelos estigmas das sucessões de expansões econômicas e de corridas em direção aos produtos novos ditados pela procura exterior”: açúcar e algodão nas Antilhas, cacau na Venezuela, quebracho na Argentina e no Paraguai, henequén no lucatão, café e frutas na Colômbia, no Equador, na América central. “A população segue e se adapta”¹¹.

É no quadro dessas “economias adaptativas” aos ciclos dos “produtos reis” que nasce o extrativismo amazônico. Ele encontra sua origem nas atividades “de extração” dos recursos silvícolas, em particular do látex de seringueira (borracha), praticadas até os anos 1970 sob o regime de aviamento. Este último se instala na região na época colonial, mas é durante o primeiro ciclo da borracha (1879-1912) que se consolida como sistema de comercialização e, segundo o antropólogo Charles Wagley, se torna o “principal elemento estruturante das relações sociais na Amazônia”¹². O *aviamento*¹³, é uma longa corrente de intermediários que ligam o coletor, a uma extremidade, às casas de exportação e aos comerciantes de Belém e de Manaus à outra, passando pelos fornecedores locais e as casas comerciais (casas aviadoras) que centralizam as colheitas e financiam o conjunto. Na floresta, os “patrões” – donos ou inquilinos dos bosques de seringueiras – administram em direção aos seus “clientes”¹⁴ (coletores e as suas famílias) um sistema de adiantamentos de bens de consumo corrente e de instrumentos de trabalho fiados, este último pago em produtos da floresta coletados. “Os patrões controlam autoritariamente o acesso aos recursos e a organização do trabalho. A agricultura é voluntariamente limitada para não enfraquecer a capacidade de trabalho dos coletores e garantir sua subordinação”¹⁵.

O ciclo da borracha coincide com o fim “da expansão econômica do algodão” cujas culturas são arrasadas pelas secas que afetou a região do Nordeste brasileiro em 1877-1879. Várias centenas de milhares de nordestinos tomam então o caminho da floresta para se tornarem seringueiros, coletores do látex da seringueira¹⁶. A descoberta da vulcanização (1842)¹⁷, e depois, a invenção de pneu de ar (1888) fazem estourar a procura na Europa e na América do Norte. A seringueira fornece então ao Brasil 40% dos seus rendimentos de exportação, pagos em libra esterlina. Manaus, cidadezinha de 5.000 almas perdida no meio de uma selva impenetrável menos de cinquenta antes, se torna uma grande cidade de 70.000 habitantes, se dota da energia elétrica e de um fastuoso (e bastante deselegante) “Teatro Amazonas” que o famoso tenor Caruso vai inaugurar em pessoa¹⁸. Belém, porto onde convergem os fluxos de ouro branco, vê crescer as residências dos grandes barões da borracha e as casas de câmbio, e depois, é apelida de “Paris na América” em referência a sua nova paixão pelas artes.

Em 1910, subitamente, essa “Belle Époque da Amazônia” acaba. As seringueiras plantadas pelos ingleses na Malásia e em Ceilão roubam o mercado mundial ao látex brasileiro. Os preços afundam, é a vez da crise, até que a segunda guerra mundial relance um muito breve segundo ciclo (1942-1945). Sucessivamente à invasão da Malásia pelo Japão, a produção asiática cai de 97%. Um acordo de abastecimento é então assinado com os EUA, e, em 1943, o governo de Getúlio Vargas estabelece um sistema maciço de alistamento: a “guerra da borracha” desloca na Amazônia milhares de trabalhadores das diferentes regiões, entre os quais 54.000 outros nordestinos, sempre tão pobres e sempre afetados pela seca. Para a maioria deles, não terá caminho de volta. “O inferno verde”, seus animais, suas doenças e o caráter penoso do trabalho devora quase que 30.000 desses “soldados da borracha”, 6.000 apenas encontram um jeito de voltar para casa, os demais ficam “clientes” semiescravos dos “patrões” seringueiros. Depois, a história se repete. Após o fim da guerra, a procura pela borracha cai de novo. As redes do aviamento dos “produtos da floresta” sobrevivem só graças à fileira de exportação de madeira.

Uma tradição recente

Os anos 1970 levam grandes transformações. A abertura de estradas na floresta desencrava os territórios antigamente alcançados unicamente por via fluvial. Essa nova acessibilidade e os auxílios fiscais concedidos ao desenvolvimento das atividades comerciais (criação de gado,

agricultura, explorações florestais) fazem chegar novos investidores. O segundo Plano de desenvolvimento econômico da Amazônia, concebido em 1974 pela junta militar, orquestra um intenso processo de busca de minérios e de hidrocarbonetos. As jazidas descobertas durante esse período dão lugar a explorações industriais (ferro, ouro, cassiterita, gás e petróleo) e aos primeiros grandes siderúrgicos dos anos 1980. A floresta recua, se rompe e se rasga em certos sítios.

A baixa contínua do preço da borracha, associada à crise da fileira da madeira e à crise econômica mundial que se estende à América Latina no início dos anos 1980, privam a cadeia do aviamento dos créditos e dos mercados que lhe sobravam. Os últimos grandes “patrões” vendem suas terras. Uma parte dos seringueiros decide ficar na floresta para trabalhar por sua conta, escoando as colheitas para intermediários ambulantes (os marreiteiros). Mas eles não possuem títulos fundiários de propriedade, são ameaçados de despejo ou, por vezes, lhes são atribuídos lotes individuais, enquanto o aviamento os acostumou a gerenciar a terra coletivamente (bem como os acostumou a um sistema – paternalista – de assistência). Doravante autônomos, mas ameaçados pelo risco de “não ter lugar onde exercer sua liberdade”¹⁹, os seringueiros vão travar um duro combate para prosseguir sua atividade e conservar o seu modo de vida, tornados para eles “tradicionais”. Se interpõem, fisicamente, à custa de numerosos assassinatos e processos, aos desbravamentos realizados pelos novos proprietários de terras. É naquela época que surgem os primeiros sindicatos rurais, entre os quais a CUT (Central Única dos Trabalhadores) do Estado de Acre, dirigida por Francisco Mendes Alves Filho, também conhecido como Chico Mendes, que chega a fazer conhecer as reivindicações dos seringueiros muito para além do interior amazônico. Em outubro de 1985, com o apoio de várias ONGs, é realizado em Brasília o Encontro Nacional dos Seringueiros, durante o qual é criado o CNS. Ao mesmo momento, se forma uma coligação internacional que transforma esta luta numa das primeiras batalhas ambientais globais. Se o apoio das ONGs ocidentais dá aos seringueiros e a sua luta local uma boa ajuda, em contrapartida, esta luta fornece argumentos para os que procuram conciliar a preservação da natureza e o “desenvolvimento”, a ecologia e a economia de mercado. Um detalhe, mas não uma coincidência, a Comissão Brundtland²⁰, responsável de uma grande parte das propostas que servirão de fundamentos aos debates da Cimeira da Terra na Rio em 1992, visita o Brasil na semana que segue o Encontro dos seringueiros de 1985 e recebe em audiência pública um representante do CNS²¹. Em 1987, essa comissão publica o

famoso relatório “Nosso futuro comum” que dá ao “desenvolvimento sustentável” sua definição²².

Neste caminho, o “patrimônio natural” amazônico se torna um “patrimônio da humanidade” que deve ser transmitido às gerações futuras. A resposta global que se desenha para alcançar este objetivo se orienta para a valorização econômica dos “recursos” da natureza e para a regulação mercantil para protegê-los. “A biodiversidade, como resumem Florence Pinton (socióloga) e Catherine Aubertin (economista), se torna um conjunto de insumos para a produção. A opinião pública internacional presta informações sobre esta extensão da esfera econômica aos seres vivos. Depois de se ter interessada a determinadas espécies amazônicas, ela se preocupou com as funções do ecossistema florestal para se concentrar agora sobre o seu papel de reservatório de biodiversidade [...]. Essa opinião pública produz doravante uma procura ambiental pelos produtos “verdes” e pelo ecoturismo. Ela se põe ao lado do povo da floresta, não mais em nome da defesa das minorias e dos seus direitos fundiários, mas porque este é suposto gerenciar da melhor maneira esse ambiente no interesse coletivo”²³.

Chico Mendes, assassinado em 1988 a mando de um fazendeiro, não verá a conclusão de sua luta: a criação em 1990 pelo Estado brasileiro do estatuto de “Reservas extrativistas” (Resex), uma forma de regularização fundiária que, mediante um contrato celebrado entre o Estado e a comunidade “extrativista”, atribui a esta última uma concessão de direito de uso sobre um território, “em vista de uma utilização sustentável dos seus recursos” (no início, a borracha e a castanha do Pará, depois também outros “produtos”: coco babaçu, peixes, moluscos)²⁴. As Resex oferecem um possível (feliz) êxito a numerosas batalhas pelo uso coletivo das terras e do mar. Quer que seja o que se pensa da lógica que justifica sua criação, elas ajudaram efetivamente a proteger certas áreas naturais ameaçadas e viram se desenvolver, de 1990 até nossos dias, experiências coletivas interessantes²⁵. Mas essa vitória dos seringueiros significa sobretudo um penhor de boa conduta oferecido à opinião internacional pelo governo brasileiro: no máximo, as Resex são chamadas a se tornarem “arquipélagos de natureza no seio de um vasto espaço produtivo delimitado por eixos de comunicação e pólos industriais”²⁶. A integração da Amazônia ao mercado mundial prossegue à força de grandes programas de “desenvolvimento”, articulados em torno da abertura de eixos rodoviários que acompanham a expansão da indústria mineradora, a construção de centrais hidrelétricas, a

colonização das terras para a criação de gado e as culturas comerciais. O extrativismo amazônico – uma forma de exploração mercantil da natureza a baixa pegada ambiental, herdeira de um sistema quase escravista transformado em modo de vida e tradição recente – deve agora defender seu direito à existência perante à exploração maciça e incomparavelmente mais destrutiva de todos os “recursos naturais”. A modernidade não para a meio caminho: os recursos minerários, agrícolas e energéticos (gás, petróleo, carvão de madeira, fluxos dos grandes rios) são a curto prazo bem mais estratégicos do que os “produtos da floresta”. Um quarto de século depois do assassinato de Chico Mendes, na América Latina e em outros lugares, é doravante a todas essas formas de extração que se referem os que denunciam o “extrativismo”.

Nova fronteira

Visto do céu, a Transamazônica parece cortar o oceano verde como uma punhalada, e os entalhes cor vermelho brilhante dos desbravamentos se cavam e se estendem um pouco mais a cada sobrevoo. Todos os dias, os 312 vagões carregados de minério de ferro saído dessa terra cor de sangue correm com grande estrondo nos carris do gigante minerário Vale, ex-Vale do Rio Doce, desde as minas de Carajás até o Atlântico, onde os espera os imensos navios graneleiros da companhia. A Amazônia, uma das últimas barreiras naturais, resiste dificilmente ao implacável avanço deste “extrativismo de nova geração”. A imensa floresta, há pouco tempo ainda impenetrável, se abre e recua a passos de gigante. Entre 1990 e 2010, se viu amputada de 240.000 km², o equivalente da superfície do Reino- Unido. 15% dos seus solos foram concedidos à exploração de hidrocarbonetos e 21% às mineradoras (estes números se elevavam a 84% e a 75% para a Amazônia peruviã, a mais afetada), 417 centrais hidrelétricas foram construídas ou planejadas lá, o todo ligado 96.500 km de estradas²⁷.

Outros lugares, outras obstáculos desafiados. As cordilheiras, do Norte ao Sul, cujos cumes se escaqueiram e cujos flancos viram pó para cavar os funis gigantes das minas ao ar livre, de cobre, de ouro, de prata, de zinco, de estanho; a pampa da Patagônia, o golfo do México ou o oceano Atlântico ao largo do Brasil, cujas profundezas antigamente insondáveis são perfuradas e fraturadas em busca de hidrocarbonetos; os desertos de sal do Altiplano andino, transformados em reservas de lítio para as baterias de carros elétricos e de telefones celulares; os grandes rios sempre mais numerosos a serem presos pelo concreto, inundando

florestas, campos e aldeias para produzir energia elétrica; os mangais do litoral pacífico substituídos por piscinas de criação de camarões; as planícies outrora férteis do cone Sul, onde se estendem agora a perder de vista os campos-fábricas de soja transgênico alimentados de glifosato ou os “desertos verdes” de pinheiros e de eucaliptos plantados para a indústria do papel; a selva do Chocó colombiano se cobrindo de dendês para fabricar batatas chips, pastas de barrar e do biodiesel – em todos os lugares, a busca das matérias-primas impõe incalculáveis sacrifícios.

Para obter essas matérias, se polui os rios e os solos agrícolas com metais pesados e com produtos químicos tóxicos, os lagos são enterrados sob as escórias das minas, se provoca o degelo dos glaciares, os lençóis freáticos são drenados e os solos esterilizados, se destrói a biodiversidade única das áreas antigamente preservadas, parques nacionais como territórios indígenas, se contamina o sangue das crianças com chumbo cuspidos pelas fundições de metais (La Oroya no Peru) e se aceita que outras nasçam malformadas ou morram por ter sido expostas aos espalhamentos de herbicidas e pesticidas (numerosos casos na Argentina e no Paraguai), se despede sem quaisquer formalidade os minerários intoxicados pelo mercúrio (Yanachocha no Peru) e se recusa indenizar as vítimas das poluições deixadas pela exploração de hidrocarbonetos, responsáveis de cânceres e de doenças congênitas que devastam aldeias da Amazônia equatoriana (processo conduzido por uma parte civil de 30.000 vítimas contra Chevron-Texaco) e peruviana (Oxy-Pluspetrol). Para os minérios, o petróleo, o gás ou os alimentos industriais produzidos em massa para serem exportados, se espezinha as economias locais preexistentes, as culturas, a natureza, os modos de vida e de organização social. Por si só, o complexo minerário de Yanachocha (Peru) é autorizado a bombear até 900 litros de água por segundo, ou seja, três a quatro vezes mais do que a capital regional de Cajamarca, com uma população de 284.000 habitantes, que já havia sido forçada a racionar a água potável! A agricultura camponesa ou a criação familiar não contam perante tais mastodontes, como não conta o mundo vivido dos habitantes dos territórios cobiçados, suas tradições, suas fontes de “produção e reprodução da vida”²⁸. Como durante a Conquista do Oeste no Norte do continente dois séculos antes, a Fronteira avança. Geográfica, econômica, civilizacional, tecnológica, ela conecta à força os espaços conquistados para a modernidade e o mercado global. Ela fragmenta os territórios submetidos, instaura vedações, dá a cada um seu amo e um destino comum: fornecer àquele mercado os recursos que ele reclama.

As veias abertas

Há 500 anos, o “Novo Mundo” não somente enriqueceu os *caballeros* espanhóis e os *bandeirantes* portugueses. Aos olhos de numerosos autores, ele também forneceu uma contribuição indiscutível e numa certa medida decisiva para a expansão econômica da Europa e/ou à decolagem do capitalismo em geral. Adam Smith considerava que o descobrimento da América e a da rota até as Índias orientais pelo Cabo da Boa Esperança tiveram como efeito de “elevar o sistema comercial a um grau de esplendor e de glória que não teria alcançado de outra maneira”²⁹. Num estilo diferente, mas seguindo a mesma ideia, Karl Marx tinha colocado “o descobrimento das terras auríferas e argentíferas da América, a redução dos indígenas à escravidão, o seu enterramento nas minas ou o seu extermínio”, ao mesmo título que “a transformação da África em uma espécie de coelheira comercial para a caça de peles negras” entre os “procedimentos idílicos de acumulação primitiva”, “ponto de partida para a produção capitalista” que condiciona por sua vez a acumulação capitalista (de capitais e de força de trabalho) “nas mãos de produtores mercantes”³⁰. Historiadores como Earl J. Hamilton (1929) e Pierre Chaunu (1955) buscaram fundamentar essas hipóteses. O primeiro se concentrou no aspecto monetário, interessando-se pelo papel desempenhado pelos metais preciosos americanos na “revolução dos preços” na Espanha e na Europa do século XVI (o diferencial entre os preços, os salários e os custos de produção em geral teriam então permitido a formação do capital e do crescimento industrial). O segundo estudou o aspecto comercial, o das consequências da abertura de um novo mercado em expansão. Outros, como por exemplo Walter Prescott Webb (1953), celebraram a extensão do campo dos possíveis, no sentido mais geral, que a nova “Grande Fronteira” oferecia para a Europa³¹.

Em *As veias abertas da América Latina* (1970), o seu famoso “manual de economia política escrito como um romance de amor ou de piratas”³², o jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano reuniu elementos tendendo a demonstrar que a pilhagem da América beneficiou aos verdadeiros artesãos do capitalismo europeu bem mais do que às monarquias espanhol e portuguesa. Esmagado pelas dívidas, “o reino de Espanha cedia com adiantamento quase que todas as cargas de prata das minas americanas aos banqueiros alemães, genoveses, flamengos, e espanhóis”³³, os Függer, os Welser, os Schetz ou os Grimaldi. A prata das colônias servia para financiar as dispendiosas viagens transatlânticas e para pagar as cargas de escravos e de mercadorias holandesas, flamengas, francesas, genovesas e inglesas destinadas ao Novo Mundo

(sal, vinho, óleo, armas, têxteis, produtos de luxo). No século XVIII, o Reino Unido de Grã-Bretanha roubou à Holanda as rédeas do transporte de escravos – força de trabalho tornada rapidamente incontornável para fazer funcionarem as minas e as plantações da América –, como ele já tinha feito antes com a produção e a comercialização do açúcar. O comércio triangular fez de Liverpool o primeiro porto do mundo, multiplicou os bancos e as companhias de seguros, permitiu acumular os fundos destinados a financiar infraestruturas, invenções e indústrias³⁴. Do mesmo modo, depois da abertura do mercado das colônias portuguesas à Inglaterra (tratado de Methuen em 1703), o ouro dos imensas jazidas brasileiros de Ouro Preto teria, também, enriquecido sobretudo os mercantes e as manufaturas britânicas, que vestiam até os escravos dessas mesmas minas de ouro. Segundo o economista *dependentista* brasileiro Celso Furtado, citado por Galeano³⁵, foi notadamente graças a esse ouro, que servia a pagar por sua vez as importações essenciais provenientes de outros países, que a Inglaterra pôde concentrar seus investimentos no setor manufatureiro. Por fim, o historiador estadunidense Kenneth Pomeranz, especialista da China, estima que o Reino Unido não teria podido distanciar o Império do Meio – que no início da revolução industrial britânica exibia um nível de desenvolvimento comparável – sem o seu carvão³⁶, mas também sem os territórios coloniais, começando pelas Antilhas. Esses “hectares fantasmas” forneceram à Inglaterra terras suplementares para cultivar alimentos de alto teor energético (o açúcar) e fibras têxteis (o algodão), terras sem as quais o modelo industrial britânico não teria provavelmente sido viável³⁷.

Resposta social

Hoje, como ontem, a nova fronteira extrativista não se estende por si só. Para permitir seu avanço, a institucionalidade jurídica é concebida em proveito do investimento. A violência, exercitada pelas empresas exploradoras e seus subcontratados de “segurança”; às vezes auxiliados pelas forças policiais, até pelo exército, intervém frequentemente para acessar aos territórios cobiçados ou para reprimir a contestação. Perseguição, processos, sentenças de prisão, mas também assassinatos direcionados e atos de tortura – ao se oporem, os residentes locais geralmente correm sérios riscos. Segundo um relatório da ONG Global Witness, pelo menos 760 “defensores da terra e do meio ambiente” foram mortos entre 2002 e 2013 na América Latina, sabendo que esta contagem contabiliza apenas os casos mais conhecidos³⁸.

Isso não é um fenômeno conjuntural nem um detalhe. Nas últimas duas décadas, os projetos maciços de exploração de recursos naturais e o desenvolvimento de infraestrutura que os acompanha têm se acelerado em um ritmo sem precedentes em toda a região. Ano após ano, eles aumentaram o número de pessoas que foram deslocadas, desenraizadas à força ou que perderam suas fontes de subsistência. Mas cada vez mais pessoas também estão resistindo, ousando desafiar as empresas extrativistas, os governos e seus sistemas de segurança e controle. Alguns combates se tornaram famosos: a oposição à construção da megabarragem hidrelétrica de Belo Monte no Brasil (que deve deslocar 20.000 pessoas); a raiva dos indígenas face ao projeto rodoviário que corta em duas partes o Território indígena e parque nacional Isiboro Secure (TIPNIS), na Bolívia; os acampamentos a 4.000 metros de altitude nos Andes de Cajamarca no Peru, onde os Guardiões dos lagos, camponeses e *ronderos*, se revezaram para protestar contra o projeto Minas Congas (2012); a mobilização da juventude equatoriana contra a exploração de petróleo no parque nacional de Yasuní, depois do abandono por Rafael Correa do projeto Yasuní-ITT que devia fazer dessa porção de Amazônia um santuário (2013); a resistência dos indígenas do Sudeste da Amazônia equatoriana (Kichwa, Shuar, Achuar etc.), cujos territórios ancestrais são quase integralmente (a 76%) cobertos de “blocos” petrolíferos (2013)³⁹. Por diferentes motivos, essas resistências conseguiram romper o silêncio das grandes mídias a ponto de serem cobertas pela imprensa internacional. Mas são apenas alguns exemplos. Existem inúmeras lutas com armas desiguais, cujos desafios e grau de violência são por vezes ignorados nas capitais de seu próprio país⁴⁰.

No Peru, único país que disponha de estatísticas oficiais deste tipo (Defensoria del pueblo), desde 2005, os conflitos “socioambientais” representam em média 50% de todos os conflitos sociais (65,5% em 2012). Os projetos minerários chegam ao topo das causas citadas. O número de conflitos ligados às atividades minerárias referenciados no conjunto da região pelo OCMAL (Observatório dos conflitos minerais da América Latina, fundado por uma rede de associações) aumentou de 460% entre 2000 e 2014. Não há nada de surpreendente nisso: se entre 1990 e 1997, o investimento na exploração mineral quase sextuplicou⁴¹, foi nos anos 2000-2010 que as jazidas sondadas naquela época começam a ser explorados. Os países tradicionalmente minerários (Peru, México, Bolívia, Chile) reforçam sua especialização, os que não o eram ou não mais o tornam-se (novamente): Colômbia, Argentina, Equador e até Uruguai. No Peru, pelo menos 15% da superfície do território nacional

(até 69% de determinadas regiões) e quase que a metade das terras das comunidades camponesas são cobertos de licenças de prospeção e exploração mineral⁴². No México, pelo menos 17% do território nacional são abrangidos⁴³. Em 2000, o Chile e a Argentina criam uma área transfronteira dedicada às atividades minerárias, dotada de uma legislação específica⁴⁴. Esta engloba cerca de 40 quilômetros de ambos os lados da fronteira em quase todo seu comprimento (ou seja, aproximadamente 340.000 km², o equivalente de 62% do território francês), numerosos cumes dos Andes assim como seus glaciares, seu gelo permanente e suas áreas húmidas de altitude que alimentam de água os dois lados da cordilheira. O controle territorial da agroindústria é ainda mais importante. Só a soja transgênica ocupava, já em 2010, 47 milhões de hectares, ou seja, 59% das terras aráveis na Argentina, 36% no Brasil, 66% no Paraguai, 24% na Bolívia e 31% no Uruguai⁴⁵. Nas imensidades latino-americanas, os espaços de vida se reduzem cada vez mais. Aqui está o contexto em que o termo “extrativismo” está hoje redefinido. Nos textos de universitários e de ativistas, desta vez em espanhol, ele emerge fazendo eco às inúmeras lutas travadas contra essa última fronteira.

Nomear o inimigo

No cerne desses conflitos, encontram-se projetos específicos, que afetam primeiramente territórios precisos e grupos humanos particulares⁴⁶. Mas as diferentes formas de aproveitamento da natureza que eles incarnam põem problemas – ambientais, sociais, econômicos, políticos, psicológicos – de uma mesma ordem, obedecem a lógicas similares, se intensificam de maneira concertada e compõem um conjunto: eles são as mil cabeças de um mesmo monstro, de uma hidra ávida de todos os tipos de “recursos” e que devora os territórios que os encerram. A palavra “extrativismo” dá a esse monstro um nome. Ao mesmo tempo objeto de análise e alvo de requisitório militante, conceito alternante entre teoria e prática, meios acadêmicos e resistências sociais, ele se impõe, para empregar os termos de Maristella Svampa, como uma “categoria crítica” de uma nova linguagem e de uma “subjetividade comum” em vias de consolidação⁴⁷.

Esta subjetividade se constrói primeiramente no decurso mesmo das resistências sociais, na ação e na vivência⁴⁸. Contudo, alguns universitários e pesquisadores militantes, entre os quais Maristella Svampa, tentaram definir mais precisamente a natureza deste inimigo comum que mobiliza milhares de pessoas. Próxima das assembleias

socioambientais argentinas e se interessando muito especialmente pela “guinada sócio-territorial” das lutas sociais, Maristella Svampa define, portanto, o extrativismo como “um modo de acumulação [e um modelo de desenvolvimento] baseados na sobre-exploração de recursos naturais e no deslocamento das fronteiras dos territórios até então considerados como “improdutivos””⁴⁹. O uruguaio Eduardo Gudynas, diretor do Centro latino-americano de ecologia social (CLAES), buscou, por sua parte, isolar um subconjunto coerente que podia ser nomeado “extrativismo” entre as diferentes formas “de apropriação dos recursos naturais” pelo homem. De todos os teóricos latino-americanos desta nova noção, ele é certamente quem propõe a definição mais estreita, retomada por numerosos estudos universitários e militantes.

Para ele, o extrativismo é uma forma particular de extração, a que satisfaz as três condições seguintes: os volumes extraídos são importantes ou a “intensidade” da extração é forte (1); pelo menos 50% dos recursos naturais obtidos são destinados à exportação (2); estes recursos são exportados sob forma de matérias-primas não transformadas ou que têm passado por uma transformação mínima (3)⁵⁰. Em “volumes”, Gudynas inclui não somente o recurso alvo, mas também tudo o que é extraído ou utilizado para obtê-lo⁵¹. Ele assinala que, por exemplo, por cada tonelada de cobre, precisa extrair em média 500 toneladas de rocha, enquanto se consome importantes volumes de água e de energia. O nível de “intensidade” corresponde para ele à gravidade dos impactos ambientais (entre os quais ele cita a utilização de substâncias tóxicas ou de explosivos, os efeitos negativos sobre as espécies em extinção ou endêmicas, a emissão de gases de efeito estufa etc.) que podem ser constatados inclusive quando os volumes extraídos não são particularmente importantes. Por fim, o extrativismo de Gudynas engloba o conjunto das fases do processo, isto é não somente a exploração em si, mas também as etapas de preparação, de encerramento e de abandono dos “sítios de apropriação”. A exploração mineral e petrolífera, as monoculturas agrícolas de exportação (soja, banana, dendê *etc.*), a pesca intensiva e algumas formas de piscicultura e de aquicultura (salmão, camarões) satisfazem na maioria dos casos os critérios fixados e seriam logo, segundo ele, setores potencialmente extrativistas, enquanto outras atividades de extração – como por exemplo a exploração de saibreiras para as necessidades nacionais – não o seriam, pois mesmo quando elas são relativamente “intensas” (1), elas não são orientadas e dependentes da globalização (2 e 3).

O economista equatoriano Alberto Acosta (ex-ministro da Energia e das Minas do primeiro governo Correa e ex-presidente da Assembleia constituinte de 2007-2008) ressalta que o extrativismo visa não somente os recursos não renováveis (minérios, hidrocarbonetos), mas também os renováveis, já que, levando em conta o ritmo e a importância das quantidades de matérias retiradas, algumas delas estão em processo de mudar de categoria. Isso seria por exemplo o caso das florestas (madeira) ou dos nutrientes do solo, pois a velocidade de sua extração supera sua capacidade de renovação⁵². Por fim, Maristella Svampa integra também no extrativismo os megaprojetos de construção das infraestruturas que acompanham a criação dos centros de extração, os fornecem em energia e facilitam o transporte das matérias-primas até os portos de exportação, em particular os projetos da Iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA)⁵³ e outros planos de ordenamento de alcance regional (Plano Puebla Panamá que se tornou Proyecto Mesoamérica *etc.*) que obedecem às exigências das atividades econômicas consideradas como estratégicas.

“Exportar ou perecer”

*Nossos recursos naturais nos oferecem uma ocasião única de poder nos desenvolver soberanamente*⁵⁴.

Esta declaração do então presidente equatoriano Rafael Correa, datada de 2013, poderia ter sido assinada por quase todos os chefes de Estado e de governo da região. Para Maristella Svampa, as duas últimas décadas foram as de um “consenso dos *commodities*”⁵⁵, “uma nova ordem, ao mesmo tempo econômico e político-ecológico” que incitou os países latino-americanos a intensificar suas exportações de bens primários e a multiplicar logo os megaprojetos extrativistas. Como resultado da crescente demanda dos países emergentes, entre outros fatores, os preços das *commodities* (minerais, hidrocarbonetos, alimentos) dispararam nos anos 2000, revalorizando no mercado mundial as “vantagens comparativas” da América Latina: suas riquezas naturais e sua “capacidade histórica” de exportá-las. O aproveitamento dessas vantagens foi, por conseguinte, apresentado pelos governos de todas as tendências como uma chance inédita para não ser perdida. Quaisquer que sejam as nuances direita-esquerda, escrevia Maristella Svampa em 2011, os poderes instituídos narram, em uníssono, a “fábula extrativista”, pretendendo que “graças às possibilidades econômicas atuais”, conseguirão finalmente “preencher a distância que separa os países industrializados das sociedades latino-americanas para alcançar o

desenvolvimento sempre prometido, mas nunca realizado destas últimas”⁵⁷. Esta situação tinha, no entanto, uma cara já conhecida. Na história latino-americana, tais “ocasiões” de “desenvolvimento” já foram seguidas de períodos colocados sob a divisa “exportar ou perecer”⁵⁸, os dois tendo a mesma constante: os recursos naturais.

No primeiro quarto do século XIX, os países latino-americanos declaram quase todos sua independência, mas continuam seguindo trajetórias em grande parte paralelas, traçadas pela colonização. “Peça essencial da nova divisão internacional do trabalho que se efetua sob a égide da Grã-Bretanha”, seu papel consiste sempre, resume Alain Rouquié, em produzir e em exportar matérias-primas, em importar bens manufaturados: “cada país se especializa em alguns produtos, às vezes um só” e “[o] desenvolvimento extravertida [...] carrega em si mesma a ilusão de um progresso indefinido no quadro de uma dependência consentida pelos seus beneficiários locais e racionalizada em nome da teoria das vantagens comparativas”⁵⁹. Mais ou menos, como nos anos 2000-2010.

Quando a crise econômica de 1929 põe termo à supremacia do Reino Unido, os EUA, já dominantes em seu “quintal” do Caribe, se tornam “a metrópole exclusiva do conjunto regional”. A partir desse momento e até o fim da guerra fria, a região vai viver ao ritmo das políticas latino-americanas de Washington: a da “boa vizinhança” primeiro, que não impede as ocupações militares e os golpes de Estado planejados desde a Casa Branca em determinados países do “Mediterrâneo” americano, mas que deixa, sobretudo no cone Sul, um espaço para políticas de industrialização autônoma⁶⁰; depois, a partir da revolução cubana (1959), a da contenção do comunismo. Desde então, além da progressiva internacionalização dos mercados nacionais pela implantação de sucursais de multinacionais, a margem de ação dos Estados da região é rapidamente reduzida pela mão de ferro do grande vizinho, que multiplica as intervenções diretas (República dominicana, Granada) e indiretas, não hesitando em “derrubar, ou pelo menos desestabilizar, todo governo que [...] [mexe] com seus interesses privados e mais geralmente com o modo de produção capitalista”. O presidente chileno Salvador Allende, derrubado no dia 11 de setembro de 1973 pelo general Pinochet permanece um símbolo de veleidades de emancipação tragicamente abreviadas. Em 1971, Allende transferia a propriedade de todas as minas do cobre do país para uma companhia nacional, a atual Codelco (Corporación Nacional del Cobre).

No Chile, No Uruguai e na Argentina, as ditaduras militares que pretendem “calar a política para libertar melhor a economia”⁶¹ se tornam laboratórios para a experimentação do neoliberalismo versão *Chicago Boys*⁶², modelo que vai se impor, em seguida, ao resto do mundo “em desenvolvimento”: redução drástica dos gastos públicos, privatizações, abandono das indústrias que produzem para o mercado interno, reorientação dos recursos em direção aos setores competitivos nos mercados externos, liberalização das importações de produtos manufaturados “afim que a concorrência elimine os produtores menos aptos para sobreviver”. Esse darwinismo econômico acaba favorecendo, uma vez a mais, as “vantagens comparativas” históricas da região. Assim, enquanto o “milagre” urdido pelos alunos de Milton Friedman no Chile de Pinochet devia fazer decolar as exportações não tradicionais, no final da experiência, a parte da indústria na produção global tinha diminuído, 90% dos investimentos estrangeiros se concentravam no setor minerário e o cobre representava, por si só, 50% das exportações, de que metade das receitas servia para reembolsar a dívida externa⁶³!

A crise da dívida estoura em 1982 para durar aproximadamente vinte anos. Ela submerge a esperança de um milagre, mas não acaba com o neoliberalismo, nem com a “re-primarização” das economias latino-americanas. Muito pelo contrário, a gestão dessa crise generaliza um como o outro ao conjunto da região. Quando a dívida externa se torna insustentável e quando os países devedores se encontram contra a parede, seus credores – o Clube de Londres que agrupa os bancos privados e o Clube de Paris que reúne os Estados emprestadores – exigem, em troca de um reescalonamento dos reembolsos, que os países asfixiados observem as condições ditadas pelo Fundo monetário internacional (FMI). O FMI e o Banco mundial submetem às mesmas condições sua ajuda financeira. A América Latina se vê então obrigada a aplicar as terapias de choque das políticas de “estabilização” (que “corrigem” os déficits públicos) e de ajuste estrutural (PAS), que garantem à iniciativa privada a liberdade de se reservar as melhores perspectivas de lucros. Esses programas procuram antes de tudo gerar excedentes de divisas requeridos para continuar a honrar o serviço da dívida, empurrando os países da região para exportarem o que se exporta, ou seja, ainda e sempre, os minérios, o petróleo e os produtos agrícolas de base:

Entre 1980 e 1995, o volume das exportações da América Latina aumentou de 245%. Entre 1985 e 1996 foram extraídos e enviados para o exterior 2,7 bilhões de toneladas de produtos de base, na maioria não

renováveis [...], 88% correspondendo a minérios e petróleo. [...] Entre 1982 e 1996, em 14 anos, a América Latina pagou 739,9 bilhões de dólares, ou seja, mais do dobro do que ela devia em 1982 [...] e, apesar disso, ela sempre devia 607,2 bilhões⁶⁴.

Nos anos 1990, seguindo o exemplo das reformas institucionais conduzidas dez anos antes pelo Chile, com o apoio e financeiro do Banco mundial, o Peru, a Bolívia, o Equador, o México, a Argentina, o Brasil, a Guatemala, Honduras e a Colômbia reformam seus quadros legais afim de favorecer o investimento privado no setor minerário: eles garantem às empresas a segurança jurídica sobre a propriedade das concessões, oferecem para elas vantagens fiscais e comerciais (inclusive garantias de estabilidade fiscal que podem ir até 30 anos), adotam normas ambientais e sanitárias particularmente permissivas⁶⁵. Essas reformas resultam no final na chegada maciça de corporações minerárias transnacionais (Barrick Gold, Newmont, Rio Tinto, BHP-Billiton, Sumimoto, Mitsubishi, Anglo American Ashanti, Xstrata Cooper etc.), enquanto importantes empresas latino-americanas (entre as quais a brasileira Vale do Rio Doce, atualmente um dos primeiros grupos mineradores do mundo) são privatizados. Os setores dos hidrocarbonetos dos principais países produtores (exceto o México) se abrem também aos capitais privados: liberalização na Venezuela, no Brasil e no Equador, privatização das empresas públicas na Argentina e na Bolívia.

Uma eterna periferia?

O atual consenso dos *commodities* se coloca logo numa continuidade histórica onde a América Latina está constantemente levada de volta a seus preciosos “trunfos”, rebitada ao papel de exportadora de bens primários. Por seu vocabulário e pelas análises que este vocabulário permite estruturar, a crítica do extrativismo dos anos 2000-2010 (a crítica da “divisão territorial e mundial do trabalho” na qual ele se inscreve, da “troca desigual”, das “novas dissimetrias econômicas, políticas e ambientais entre o Norte e o Sul”⁶⁶ e mais geralmente do modelo “primo-exportador” ou “extrativo- exportador”) remete para o paradigma *centro-periferia*. Este último foi desenvolvido nos anos 1950- 1970, pelos “estruturalistas” da Comissão econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), dirigida por Raúl Prebisch, depois pelos teóricos latino-americanos da dependência: Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falletto, Celso Furtado, Ruy Marini, Theotonio dos Santos, Anibal Quijano e outros⁶⁷. Prolongando as reflexões dos teóricos marxistas do imperialismo⁶⁸ e atualizando-os num contexto de descolonização (onde o

imperialismo não podia mais ser assimilado ao expansionismo colonial), os dependentistas explicavam a dificuldade da América Latina de sair do “subdesenvolvimento” pelo peso de suas estruturas econômicas e sociais determinadas pela inserção “periférica” no sistema capitalista mundial. Outros autores, oriundos da Europa e da África – André Gunder Franck, Arghiri Emmanuel, Samir Amin – ampliaram posteriormente as teses dependentistas, fazendo da dependência comercial, financeira, tecnológica e social dos países “subdesenvolvidos” (*periferias*) para com os países industrializados (*centros*) a principal causa do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (Gunder Franck)⁶⁹. Por fim, a escola do World-System (*sistema-mundo*), articulada em torno da obra de Immanuel Wallerstein (se inspirando ele próprio daquela do historiador Fernand Braudel), situa a divisão dos papéis entre os *centros*, as *periferias* e as *semiperiferias* no cerne da dinâmica da *economia-mundo* capitalista, o único *sistema-mundo* que conseguiu, ao longo do século XX, integrar o conjunto do planeta⁷⁰.

Uma leitura simplificada das teorias da dependência consiste em representar as economias periféricas como obrigadas, no quadro de uma “troca desigual” instaurada pelas economias centrais, a exportarem seus recursos naturais e a fornecerem sua força de trabalho para a fabricação dos produtos que lhes são vendidos de volta a preços superiores. A isso se adiciona a tese da degradação estrutural dos termos da troca⁷¹: os preços das matérias-primas exportadas tendem a baixar ao longo do tempo em relação aos preços dos produtos manufaturados importados. Para os dependentistas, os obstáculos ao “desenvolvimento” das periferias são, portanto, estruturais, e o capitalismo *central* carrega a responsabilidade histórica nisso. Neste sentido, seu diagnóstico se opõe radicalmente ao paradigma evolucionista da modernização que postula que todas as nações passam necessariamente pelos mesmos estados, que os países “subdesenvolvidos” devem logo recuperar seu “atraso”, e que o papel dos países “desenvolvidos” é acelerar sua ascensão na escada das “etapas do crescimento econômico”⁷².

As políticas do “consenso de Washington”⁷³ dos anos de 1980-1990 podiam efetivamente ser descritas como servindo a garantir às empresas privadas “centros” a liberdade de exploração das riquezas das “periferias”. Mas a configuração do consenso dos *commodities*, mais complexa, se prestava, à primeira vista, menos facilmente a esse tipo de análise. De facto, numa década, mais da metade dos países da região elegeram representantes que se reivindicavam ou eram percebidos com “de esquerda”⁷⁴, cujos percursos políticos não eram sempre muito

clássicos. O Brasil, assim, se viu presidido por um operário sindicalista da metalurgia (2002-2011); o Paraguai foi dirigido por um bispo da teologia da libertação (2008-2012); a Nicarágua (2006), El Salvador (2009) e o Uruguai (2009) confiaram as rédeas do poder a antigos guerrilheiros. No Equador, onde nenhum presidente eleito tinha conseguido terminar seu mandato desde 1996⁷⁵, se votou por três vezes (2006, 2009 e 2013) para um jovem economista, novo em política, que se definia como “humanista cristão” e prometia uma “revolução cidadã”. Quanto à Bolívia, o sindicalista *cocalero* Evo Morales (2005, 2009 e 2014) se tornou o primeiro presidente da América Latina a reivindicar para si uma descendência de povos originários. Apesar das dificuldades evidentes (golpes, militar em Honduras e “parlamentar” no Paraguai, retorno temporário da direita no Chile), essa “onda de esquerda” parecia se inscrever no longo prazo, desde sua inauguração em 1998 pela primeira eleição de Hugo Chávez.

Do “socialismo do século XXI” (Venezuela, Bolívia, Equador) à social-democracia (muito) moderada (Chile), passando por diferentes versões do capitalismo regulado (Argentina, Brasil, Uruguai), as ideologias de fachada, os estilos de governo, as trajetórias e os métodos dessas “novas esquerdas” eram muito disparates.

Contudo, a solidariedade mútua de que davam provas na cena internacional e as posições particularmente mediatizadas que elas exibiam em seus discursos (mesmo se não foram sempre postas em prática) lhes conferiam uma certa coerência de conjunto. Tendo sido carregadas por movimentos de luta contra o neoliberalismo, essas esquerdas latino-americanas apareciam como anti-neoliberais no sentido de que elas pretendiam reabilitar o papel regulador do Estado depois do *laissez-faire* a passo forçado da década de 1990. Tendo participado da revolta que pôs em xeque o projeto estadunidense de zona pan-americana de livre comércio (ZLEA/ALCA) e promovendo a construção de uma integração regional autônoma⁷⁶, elas estavam percebidas como anti-imperialistas⁷⁷. Por fim e sobretudo, sua chegada ao poder teve como solo as promessas de justiça social feitas para os setores marginalizados: acabar com a pobreza, garantir os direitos sociais e políticos, dividir o exercício do poder com as maiorias excluídas, e claro, trabalhar para o “desenvolvimento”. A Venezuela, primeiro país dessa onda que resolutamente pegou a curva à esquerda, dava o exemplo: as escolas bolivarianas onde as crianças dos pobres comiam três vezes por dia, os conselhos comunais que geriam coletivamente o dinheiro destinado às obras públicas, o “poder popular”, as missões

medicais cubanas que levavam remédios e serviços de saúde nos bairros pobres e as aldeias remotas, a alfabetização dos adultos... Esta América, que parecia construir a alternativa ao capitalismo predatório, suscitava um grande número de esperanças, muito além de suas fronteiras.

Por quanto diz respeito ao extrativismo, a defesa dos interesses nacionais reivindicada por essa nova esquerda com diferentes graus de entusiasmo parecia, no início, ser dificilmente compatível com a dependência em que a especialização primo-exportadora fechava as economias latino-americanas. A nova classe dirigente se mostrava também atenta às preocupações das populações locais relativamente a sua saúde, seu ambiente e seus meios de subsistência, e prometia implicá-las nas tomadas de decisões sobre o futuro de seus territórios. No Equador e na Bolívia, as expectativas eram ainda mais altas. No final de assembleias constituintes implicando numerosas forças sociais, os dois países se dotaram de Constituições (2008 e 2009) particularmente inovadoras, que transformavam, pelo menos no papel, os dois países em “Estados plurinacionais” baseados na igualdade entre diversas “nações” e culturas, mestiças e autóctones. A Constituição equatoriana reconhecia os “direitos da natureza”⁷⁸, a Bolívia adotava em 2010 uma lei que garantia os “direitos da Terra-Mãe”⁷⁹. A Assembleia constituinte equatoriana tinha até declarado um moratório sobre a indústria mineradora de larga escala⁸⁰. As reformas políticas deviam ser guiadas pelo princípio do “bem viver” (*sumak kawsay-buen vivir* no Equador, e *suma qamaña-vivir bien* na Bolívia), inspirado das cosmovisões, práticas e formas de organização dos povos e comunidades indígenas descritas como inconciliáveis com um extrativismo selvagem⁸¹. Não sem mistura dos gêneros, o secretariado nacional do Planejamento e do desenvolvimento do Equador (Senplades) trabalhava sobre um “Plano nacional do *buen vivir*”⁸², assim como o ministério do planejamento do desenvolvimento boliviano (MPD) fazia do *vivir bien* o objetivo de seu “Plano nacional de desenvolvimento”⁸³. Muitos acreditaram nisso. Os movimentos indígenas, camponeses e mais geralmente “socio-ambientais” (entre os quais os oponentes diretos aos projetos extrativistas) esperavam dessa nova esquerda que acabasse com a pilhagem dos recursos naturais e as consequências devastadoras das indústrias extrativas⁸⁴.

Mas essas esperanças foram rapidamente dececionadas. A fortíssima alta dos preços das matérias-primas registrada durante a última década parecia invalidar um dos principais postulados dos estruturalistas da Cepal e da maioria dos dependentistas, ou seja, a degradação estrutural

dos termos da troca entre os países produtores dos bens primários e os países industrializados. Mesmo que uma tonelada de matérias-primas exportadas valesse em média sempre menos do que uma tonelada de produtos manufaturados importados⁸⁵, a exploração dos “recursos naturais”, eternas vantagens comparativas latino-americanas no mercado mundial, colocava – ou prometia colocar, a condição de ser fortalecida – nas mãos dos novos mandatários importantes recursos. As promessas da renovação, de uma via – de “desenvolvimento” ou de “bem viver” – autônoma, se chocaram rapidamente à “maldição da abundância”⁸⁶, deixando o lugar a políticas que não podiam ser mais clássicas.

*Não podemos ser mendigos sentados em cima de um saco de ouro*⁸⁷.

Esta frase que se tornou o slogan favorito do presidente equatoriano Rafael Correa resume perfeitamente o credo que segue a esquerda “progressista”: é graças à renda extrativa que serão financiados os gastos sociais, a saúde, a educação, as prestações aos mais desfavorecidos; é também a renda extrativa que servirá para preparar, aqui ainda segundo um esquema dos mais clássicos, a passagem de um estado extrativista do “desenvolvimento” aos estados sucessivos.

Desta maneira, em nome da justiça social e do “desenvolvimento”, os representantes “progressistas” aderiram quase unanimemente⁸⁸ ao consenso dos *commodities*, multiplicando os projetos extrativistas de qualquer tipo. A fim de controlar o processo, e respeitando neste ponto uma parte de suas promessas, alguns desses dirigentes, notadamente na Venezuela, na Bolívia, no Equador e, em menor medida, na Argentina, adotaram uma série de medidas que as agências governamentais estadunidenses classificam no “nacionalismo dos recursos” (re-nacionalizações, regimes de taxas mais exigentes *etc.*). A expressão “zonas de sacrifício” aparece precisamente para enunciar este extrativismo nacional-progressista. O presidente venezuelano Hugo Chávez, que conduz uma nacionalização parcial da indústria petrolífera, obrigando as sociedades privadas a ceder uma parte de seus ativos no Cinturão do Orinoco para a sociedade pública PDVSA⁸⁹ (para formar empresas mistas nas quais a PDVSA deve deter ao menos 60% do capital), promete “semear o petróleo”. Fazendo isso, ele se refere a uma famosa frase do escritor venezuelano Arturo Uslar Pietri, que, já em 1936, estimava que precisava reorientar a renda petrolífera em direção a outros setores da economia, colocando-a a serviço de “um desenvolvimento integral”. Mas para fazer isso, a julgar pelo ambicioso

programa de desenvolvimento do setor petrolífero lindamente intitulado “Plano Semeadura petrolífera” (Plan Siembra Petrolera 2005-2030), precisa sobretudo extrair mais⁹⁰. Para se dotar dos meios para suas ambições, a Venezuela de Hugo Chávez faz logo do sentido do sacrifício um valor revolucionário. No Noroeste do país, já devastado pela exploração petrolífera e a do carvão, e onde, nos flancos das montanhas ainda preservadas, comunidades indígenas resistem à extensão das fronteiras extrativistas⁹¹, se censura o presidente por fazer do Estado de Zulia uma “zona de sacrifício minerário-petrolífero”⁹².

Extrativismo progressista

Finalmente, o “novo” modelo ia logo se edificar sobre velhas fundações. O qualificativo de “progressistas” assumido ou atribuído às lideranças da “guinada à esquerda” por observadores exteriores, é em si cheio de herança civilizacional. A abertura intercultural que marcou a chegada ao poder de Rafael Correa e de Evo Morales ficou, em grande parte, ao nível de uma mudança de vocabulário⁹³, e a orientação das políticas realmente realizadas, bem como os estilos de governo, não deixam de lembrar, no Equador, na Bolívia, na Venezuela, mas também na Argentina e mais recentemente no Peru, as duas grandes tradições da região: o nacional-populismo dos anos 1930-1950 e o *desarollismo* (desenvolventismo) dos anos 1950-1960⁹⁴. Por outro lado, as renacionalizações, parciais, não afugentaram geralmente os operadores privados⁹⁵.

A abordagem evolucionista do “desenvolvimento” voltou, ela também, a estar na agenda, relegando ao esquecimento as advertências dos *dependentistas*. Que o horizonte fixado seja “o grande salto industrial” (na Bolívia) ou “a economia do conhecimento” (no Equador), é sempre “a etapa” extrativista que permanece o ponto de partida, em virtude do sacrossanto princípio das vantagens comparativas da teoria clássica do comércio internacional. Que esta etapa esteja apresentada como transitória (no Equador, embora se aposte também na petroquímica), ou votada a perdurar alimentando as indústrias de transformação (na Bolívia)⁹⁶, é sobre ela que se concentram a maioria dos esforços⁹⁷. Seja qual for o caminho traçado no papel, os mandatários progressistas, que Svampa qualifica de “neo-desenvolventistas extrativistas” e Gudynas, com Acosta, de “neo-extrativistas progressistas”, no Equador, na Bolívia e outros lugares, deixam a seus sucessores o cuidado de reduzir realmente o peso dos setores primo-exportadores.

Assim, quase dois séculos depois de se ter libertada do jugo colonial, a América Latina em seu conjunto ainda está, primeiro e antes de tudo, uma “exportadora da Natureza”⁹⁸. Em 2012, os produtos primários representavam 55,6% do valor total das exportações do conjunto dos países da região. Esta percentagem se elevava a 65,3% no Brasil (país emergente!), a 68,8% na Argentina, a 76,2% no Uruguai, a 86,2% no Chile, a 83,5% na Colômbia, a 88,5% no Peru, a 91,2% no Equador e no Paraguai, a 95,1% na Bolívia, a 95,5% na Nicarágua e na Venezuela⁹⁹. Petróleo (México, Venezuela, Equador, Argentina, Colômbia), gás (Bolívia), carvão (Colômbia), ferro (Brasil), cobre (Chile), ouro, prata, platina, estanho, zinco e outros metais (Peru, Bolívia, Brasil, Chile, México), produtos agrícolas tropicais como a banana (Equador, América central), o açúcar (Brasil, América central) e o café (Peru, Brasil, América central) ou forragens e oleaginosos como a soja (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia), carnes (Argentina, Paraguai, Uruguai), produtos da pesca (Chile, Equador, América central): um punhado de produtos-reis continuam dominando as economias. A renda que eles geram é vital para os Estados: no início da década, a Venezuela obtinha quase 60% de seus recursos do petróleo, o México e o Equador mais de um terço; o gás representava 27% das receitas fiscais da Bolívia; os metais, quase que 15% das do Peru e aproximadamente 40% das do Chile (mais de 19% para o só cobre)¹⁰⁰; em 2013, a soja trouxe ao Estado argentino até 8 bilhões de dólares por ano¹⁰¹.

Extrativismo + programas sociais

Para qualificar a estratégia dos governos progressistas, alguns autores falam do “extrativismo associado aos programas sociais”¹⁰². Tão surpreendente quanto possa parecer, este diagnóstico pode ser estendido a todos os países latino-americanos. No decorrer da década 2002-2012, década “eufórica” segundo a palavra de um observador da Organização de cooperação e de desenvolvimento econômicos (OCDE)¹⁰³, já que marcada pelos preços das matérias-primas ao zênite e um crescimento vigoroso (uma média regional de 4%), as despesas sociais dos Estados foram acentuando-se no conjunto da região. Em 2010-2011, relacionadas ao PIB de cada país, elas foram até mais importantes na Colômbia, fiel aliado dos EUA, e no Chile, o aluno modelo das instituições financeiras internacionais, do que por exemplo no Equador ou na Bolívia. Depois de ter aumentado nos anos 1980, a pobreza recuou em todos os lugares, e, neste caso ainda, o liberal Peru¹⁰⁴ exibe uma baixa levemente mais

importante (28,9 pontos em dez anos) do que a Venezuela bolivariana (24,7 pontos), enquanto o Equador e a Colômbia estão empatadas (16,8 pontos)¹⁰⁵. Esta “euforia” tornou também possível “um crescimento do consumo material [confundido] com uma melhoria da qualidade de vida”¹⁰⁶, e ela também assegurou um amplo apoio popular a uma classe política que dominava suficientemente a arte oratória para deixar acreditar que era o verdadeiro artesão da melhoria.

A boa “saúde” das economias latino-americanas durante a “crise” econômica dos países ocidentais de 2008-2014, parecia dar razão aos extrativistas. Mas os tempos já mudaram. Devido à baixa dos preços do minério de ferro e da soja, a balança comercial do Brasil apresentava em 2014 seu primeiro saldo negativo há 14 anos; a queda do preço do petróleo (desde o verão de 2014) colocou em dificuldade a Venezuela, o Equador, a Bolívia, mas também a Colômbia (o preço do carvão baixa também), o Brasil e o México; no Chile, a hora estava de amargura perante a queda da cotação do cobre, enquanto o Peru registrava um dos maiores déficits comerciais de sua história por conta da baixa dos preços dos principais metais¹⁰⁷. Em 2015, a região conheceu um crescimento negativo: -0,5% no conjunto da América Latina e -1,1% para a América do Sul, mais dependente das exportações primárias do que o México e a América central¹⁰⁸. Neste contexto, por receio de ver seus rendimentos derreter como neve ao sol, os governos rentistas redobram esforços extrativistas para compensar as perdas, buscando manter os investidores. No Peru, durante a campanha presidencial de 2011, o candidato nacionalista Ollanta Humala jurava aos oponentes ao projeto minerário Conga que ele preferia a água ao ouro e que faria respeitar a vontade deles. Uma vez eleito, ele rapidamente deu luz verde ao projeto contestado, mobilizou a polícia e o exército para reprimir seus antigos aliados (cinco mortos e muitos feridos), depois concedeu às mineradoras uma série de novas facilidades ao detrimento das comunidades locais¹⁰⁹. A tendência no mercado dos metais já tinha começado a se inverter.

Na ausência de rupturas estruturais, reduzindo de novo o tamanho do “bolo”, o fim do período de melhoria reduz na mesma proporção as partes redistribuídas, nos países “progressistas” como nos outros. Pois não teve, ao longo desses últimos anos, nenhuma real redistribuição das riquezas, como podia ter ajudado neste sentido, uma verdadeira reforma agrária¹¹⁰. Segundo Eduardo Gudynas, o “progressismo” reduziu a justiça social a “uma questão de redistribuição econômica mediante a compensação monetária que foi paga para os setores mais pobres e o

acesso ao consumo de massa para o restante da sociedade”¹¹¹. As medidas redistributivas tomaram, portanto, sobretudo a forma de programas sociais assistencialistas (aposentadorias para as pessoas idosas, prestações familiares *etc.*), que compensam as falhas e atenuam a miséria sem aumentar a autonomia das pessoas.

Dependências

Que ele seja neoliberal ou progressista, para os seus críticos, o extrativismo perpetua a “maldição da abundância”¹¹². Mesmo se determinados períodos são mais faustos do que outros, mesmo que se possa esperar que a crescente dificuldade de acesso aos “recursos” empurre seus preços em alta no longo prazo, esses preços permanecem determinados em mercados internacionais em função de critérios que os países primo-exportadores não dominam¹¹³. Flutuam mesmo quando a tendência está em alta, e os países dependentes de suas exportações primárias não têm outra escolha que sofrer essas flutuações. Segundo Alberto Acosta, a atual re-primarização acelerada não fez outro que reforçar a dependência das economias regionais. Dependência para com as redes internacionais de produção e os “ciclos de acumulação” (articulados em torno de um produto principal que pode reger, a épocas limitadas no tempo, a vida de regiões, até de países inteiros: ontem, prata, ouro, café, açúcar, borracha; hoje, diversos metais, soja, agro-combustíveis, hidrocarbonetos não convencionais; amanhã, lítio ou urânio *etc.*); dependência para com os capitais estrangeiros, investimentos e empréstimos, o endividamento tendendo a aumentar durante os períodos faustos (atualmente a China substitui os financiadores ocidentais em muitos países); dependência para com a tecnologia, ela também frequentemente estrangeira, e para com as importações de produtos de consumo corrente que as economias nacionais, cada vez mais especializadas, não produzem ou não produzem mais (o caso da Venezuela, imensamente rica, mas no auge de frequentes crises de penúria dos produtos de base, é particularmente eloquente)¹¹⁴.

Por outro lado, as estatísticas sociais (baixa da taxa de pobreza monetária e redução das desigualdades desde 1990), encorajantes se paramos nossa observação nas médias regionais e nacionais, mascaram fortes disparidades territoriais. Em certos países (Costa Rica, Guatemala, Honduras, Paraguai), as desigualdades medidas pelo índice de Gini¹¹⁵ se acentuaram, e a América Latina permanece, em seu conjunto, a região mais desigualitária do mundo¹¹⁶. Em média, os 20% mais pobres captam

5% do rendimento nacional, enquanto os 20% mais ricos monopolizam 47% deste¹¹⁷. No Peru, país onde a taxa de pobreza recuou mais a nível nacional, nas regiões rurais dos Andes – principais áreas de implantação de minas – se eleva ainda a 58,8%, contra 14,5% em Lima¹¹⁸. A lógica das “zonas de sacrifício” é lógica até as últimas consequências.

Para sair do círculo vicioso, alguns analistas convidam os governos para acompanharem o exemplo dos países ocidentais que teriam “obtido interessantes saltos de desenvolvimento” graças às matérias-primas, aumentando a mais-valia dos produtos primários exportados¹¹⁹. Se cita o caso da Nova-Zelândia, grande exportadora de produtos agrícolas, classificada 6a pelo PNUD ao nível do indicador do desenvolvimento humano. Mas o contexto socioeconômico e histórico de um pequeno Estado insular (4,4 milhões de habitantes), que ficou até 1947 sob dominação britânica e fornecedor privilegiado da coroa, é dificilmente comparável com aquele dos principais países latino-americanos. Não somente a mais-valia de suas exportações fica fraca (comparativamente, uma tonelada de alimentos exportada pela Argentina vale por exemplo em média quatro vezes menos do que a vendida pela Nova-Zelândia)¹²⁰, mas sobretudo, ressalta Alberto Acosta, o extrativismo na América Latina vai a par com a consolidação das “economias de enclave” com efeitos impulsionadores próximos do zero, os setores exportadores (que eles sejam públicos ou privados) sendo pouco integrados na economia nacional. A indústria mineradora do Peru emprega apenas, por exemplo, diretamente 1,3% da população ativa, enquanto ela invade os recursos de terra e de água da agricultura familiar, primeira fonte de rendas nas campanhas¹²¹. Sempre segundo Acosta, o extrativismo alimenta também uma mentalidade “rentista” que favorece a corrupção e as práticas clientelistas ao detrimento das reformas estruturais e dos programas locais, regionais e nacionais de “desenvolvimento” autônomo. Ele leva, por fim, à perda de soberania alimentar por conta da prioridade dada à expansão das fileiras de exportação que destroem a agricultura alimentar¹²².

Sacrificados em nome do “desenvolvimento”

A América Latina possui prodigiosas reservas de minérios (entre 65% e 85% das reservas mundiais de lítio, 49% de prata, 44% de cobre, 33% de estanho, 26% de bauxita, 23% de níquel, 22% de ferro, entre outros), no início dos anos 2010, ela concentrava 25% de todos os investimentos realizados na exploração mineral no planeta e ela era a principal

destinação desta¹²³. Suas reservas de petróleo a colocam na segunda fila entre os grandes conjuntos regionais (a Venezuela contém as primeiras reservas mundiais comprovadas)¹²⁴. Os países latino-americanos se encontram também à frente do pelotão dos produtores mundiais de muitos alimentos (cana-de-açúcar, soja, café, milho, aspargos, feijão, laranja, bananas, tabaco *etc.*)¹²⁵. A biodiversidade (“recursos genéticos”), a água doce (16% do potencial mundial de produção de hidroeletricidade¹²⁶) e até o vento (complexos eólicos) completam agora a lista de suas “vantagens comparativas” históricas. Hoje, como ontem, a direita, como a esquerda, para “explorar” essas “vantagens”, se continua estendendo as fronteiras extrativistas. Se sacrifica a natureza, a história, a cultura e muitas vidas. Se despoja os territórios de sua singularidade e os transforma em enclaves produtivos, intermutáveis, reduzidos a uma função: áreas de desenvolvimento mineral, petrolífero ou agroindustrial, reservatórios de grandes barragens, trapézios e quadros nos mapas das concessões de exploração e de licenças de investigação, pontos de atenção prioritária nos planos de “desenvolvimento integral” decididos desde as capitais, que não podem pretender a um outro destino do que aquele ligado à atividade econômica que lhes cabe, até o próximo ciclo. Extrair, transformar, para garantir a fluidez da circulação: as “zonas de sacrifício” condenadas a manter o motor da máquina extrativa crescem e se estendem. Suspensas durante um tempo a essa cadência, depois abandonadas ou mantidas numa semivida sob perfusão de programas assistencialistas, depois de terem sidas esvaziadas do que, nelas, podia ser explorado.

Há algo particularmente trágico na ofensiva extrativista realizada pelos governos progressistas, e não é fortuito que a crítica do extrativismo tome amplitude e se estruture neste contexto particular. Se o extrativismo progressista tanto aflige, não é apenas porque os novos poderes de esquerda decepcionaram a esperança da mudança, mas talvez precisamente porque eles promovem a lógica das “zonas de sacrifícios” em nome de um conjunto de esperanças, reais e legítimas, que os projetos nacionais apresentados como emancipatórios prometem satisfazer. É “para o bem de todos” que são devastados os territórios ricos de “recursos”; é no altar do “desenvolvimento nacional” que as pessoas que os habitam são intimadas a sacrificar suas vidas. E é sobretudo nos grandes centros de consumo, principais beneficiários do “desenvolvimento”, que esses sacrifícios são percebidos como justificados e “aceitáveis”¹²⁷.

A esperança do “desenvolvimento” tem uma pele de rinoceronte, e o objetivo de “desenvolvimento” é exibido tanto pela esquerda “nacionalista” quanto pela direita “liberal”. A esquerda, se aposta nas políticas voluntaristas do Estado, a direita, nas “externalidades positivas” do bom andamento dos negócios. Mas se os mandatários de esquerda dominam melhor a linguagem da abnegação, a lógica sacrificial é aplicada num caso como no outro. Ela não somente é imposta desde fora, é também assumida, de modo quase religioso, por aqueles que seguram as rédeas do poder, a despeito das lições da história, não olhando para os prejuízos já produzidos.

Gilbert Rist, professor no Instituto de altos estudos internacionais e do desenvolvimento baseado em Genebra, estima que o “desenvolvimento” faz efetivamente “parte de nossa religião moderna”¹²⁸. Seguindo sua análise, compartilhada por outros pensadores do “após-desenvolvimento”¹²⁹, o “desenvolvimento” é uma “crença” – o que não pode nem ser provado nem questionado – aparecida no Ocidente e, por diversos meios, imposta ao resto do mundo. Suas raízes são antigas, mas é sobretudo com a elaboração, nos meados do século XVIII, do modelo antropológico do “progresso universal da humanidade através dos estados sucessivos do desenvolvimento econômico” que ela começa a dominar as mentes¹³⁰. Este modelo postula que todas as sociedades percorrem necessariamente e “naturalmente”, ao longo de sua história, uma série de “estados” ou de “etapas”, levando, para Adam Smith (1776), do estado de “selvageria” dos “caçadores” ao estado do “comércio” (passando pelo pastoreio e a agricultura); para Herbert Spencer (1850), do estado de “horda primitiva” à “sociedade industrial”; para Walt Whitman Rostow (1960), das “sociedades tradicionais” à “idade do consumo de massa”¹³¹. Tal leitura da história humana hierarquiza as sociedades entre elas e erige as sociedades “avançadas” em modelo para as sociedades “primitivas”. Assim, em 1949, em seu discurso de investidura, o presidente estadunidense Harry Truman divide o mundo em países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, vasta “metáfora da infância biológica e psicológica”, segundo a palavra de François Brune¹³². O “desenvolvimento” se torna logo uma doutrina de intervenção, vinda para se substituir, ao mesmo tempo que a hegemonia estadunidense, à “missão sagrada de civilização” das potências coloniais enfraquecidas. Gilbert Rist salienta o efeito de uma intensa atividade messiânica:

*O paradigma do “desenvolvimento” se transformou [...] em crença igualmente compartilhada por todos os responsáveis dos Estados-nações (logo por todas as organizações internacionais), pela quase totalidade dos tecnocratas da economia e por numerosíssimas populações. [...] Desta crença compartilhada nasce a obrigação social, que se exprime sob a forma de práticas obrigatórias que reforçam a adesão*¹³³.

Bem como “a missão civilizatória” antes dele, “o desenvolvimento” mobiliza uma ampla panóplia de intenções altruístas. Mas, depois de um meio século de trabalho penoso, o fosso se alarga entre os “ricos” e os “pobres” ao nível mundial¹³⁴, os conflitos armados continuam, o Mediterrâneo se torna um cemitério para os que fogem de países “em desenvolvimento”, e até no seio dos países ditos “desenvolvidos”, a brecha cresce entre os bem-sucedidos e os demais¹³⁵. Na França, as desigualdades crescem há quinze anos e nos EUA, desde 1970¹³⁶. Na Grécia e na Espanha, mas também na França, na Áustria, na Bélgica e em outros países do Norte, a esperança de vida ao nascimento se reduziu entre 2011 e 2013¹³⁷. A média do número de anos de vida em boa saúde baixou também entre 2010 e 2012 na União europeia¹³⁸.

Além desta constatação de fracasso, é a própria pertinência do objetivo do “desenvolvimento” que precisa aprender a questionar. O “desenvolvimento” não traz nada sem levar outra coisa, sem destruir o que ele vem substituir. Nem a esperança coletiva que ele carrega, nem a boa fé de um grande número de “desenvolvedores” devem enganar sobre as práticas que ele legitima. Da análise destas últimas, Gilbert Rist tira uma conclusão que ele mesmo qualifica de “escandalosa”: o “desenvolvimento”, obriga “a transformar e a destruir, de modo generalizado, o meio natural e as relações sociais em vista de uma produção crescente de mercadorias”¹³⁹.

Açailândia, caos urbano de mais de 100.000 almas no Nordeste brasileiro, na Amazônia legal. Quarenta e cinco anos antes, aqui se estendia a floresta, com suas árvores, seus animais, seus habitantes. Hoje, nesta triste planície crivada de ravinas, não se encontra mais uma só palmeira de açaí, aquela cujo fruto, elemento de base da alimentação amazônica, tinha sido escolhida para batizar a nova aglomeração. As plantações de eucalipto, fonte de carvão vegetal para a siderurgia, são o único toque de verde. Um verde de veneno. Troncos erguidos e “idênticos como militares”, dizia Ricardo Carrere¹⁴⁰, uma matéria-prima a mais, coletada cada oito anos e por vezes mais rapidamente, que deixa solos mortos, secos, erodidos. Em menos de quarenta e cinco anos, Açailândia já viu

sucedem-se várias “etapas do desenvolvimento”; ela já está, a esse nível, um verdadeiro livro de arquivos! Os criadores de gado seguiram o passo dos traficantes de madeira preciosa. A floresta se tornou carvão, as vacas tomaram posse dos hectares tirados da selva, seguidos por trabalhadores jornalheiros alugando sua força de trabalho por um salário de miséria. Alguns desses pobres vindos de lugares longínquos em busca de uma vida melhor ainda estão aqui para lembrar como os fazendeiros, donos autoproclamados das terras, faziam correr seus cachorros atrás dos últimos índios até que esses subissem nas árvores, onde era mais fácil abatê-los de um tiro de espingarda. Depois, chegou a companhia Vale do Rio Doce, a construção do caminho de ferro para transportar a produção das minas de Carajás até o porto de São Luís do Maranhão, as plantações de eucalipto, a instalação da siderurgia e, com ela, carvoarias, famosos esconderijos do trabalho escravo¹⁴¹... Por quanto tempo ainda as chaminés das cinco fábricas siderúrgicas, o cerne econômico de Açailândia, a embrulharam com sua fumaça branca? Ninguém sabe. Em 2010, quando eu fui lá, os quinze altos-fornos engoliam ainda sua dose quotidiana de ferro, e o comboio da Vale, regulado como um relógio, desenrolava três vezes por dia, num estrondo estridente, seus intermináveis 312 vagões que carregavam o minério extraído da terra vermelha. Desde então, oito altos-fornos foram parados. O preço do ferro tinha baixado.

Capítulo 2

Nosso destino comum?

*– Que diferença fazes entre os projetos minerários nacionais
e os das transnacionais?*

*– O digo para ti entre mulheres: se alguém quer me estuprar,
pouco me importa que seja um estadunidense, um chinês
ou um rapaz de minha terra. Eu aperto as pernas.*

(Diálogo com uma militante argentina)

*Nós, que pertencemos às diversas lutas contra o extrativismo
– exploração dos bens naturais à escala industrial –
em todas suas formas (hidrocarbonetos inclusive gás e petróleo de xisto,
minas, grandes barragens, modelo agroindustrial etc.),
oriundos de muitos países do Sul e do Norte,
nos reconhecemos como partes do mesmo combate.*

(Declaração “Água e extrativismo” do Fórum alternativo mundial da água, 2012¹)

Fevereiro de 2010, Equador. Somos aproximadamente 200, jornalistas, funcionários de ONGs, pesquisadores, estudantes e demais curiosos que estão deixando El Coca, capital da província amazônica de Orellana. Na véspera, por iniciativa de associações ecologistas equatorianas, lá teve lugar uma concentração em apoio a Yasuní-ITT, projeto que devia empenhar o Estado equatoriano em não explorar o petróleo do parque nacional Yasuní em troca de uma compensação financeira pedida para a “comunidade internacional”². Para esse segundo dia, várias excursões “à la carte” estão no programa: descida do rio Napo, passeios na floresta, visitas de aldeias ou de poços petrolíferos nos arredores e dentro do parque. Com um grupo de estrangeiros, decidimos começar pelos poços. O jipe tem apenas cinco vagas dentro, nos amontoamos, portanto, na mala aberta aos ventos, à poeira e ao impiedoso sol equatoriano que arde à vertical. Se alguns estão acostumados, outros, turistas militantes de pele branca, mostram rapidamente sinais de fraqueza. Numa das paradas, pergunto à funcionária colombiana da ONG equatoriana encarregada de nossa fuga (que, com outros latino-americanos, faz a viagem no interior do carro) se não seria possível compartilhar as vagas de dentro, assim como o bronzado e as enxaquecas. “Isso está fora de questão, ela me responde numa gargalhada: eles são ocidentais? Que paguem a *dívida ecológica!*”

A destruição ou a pilhagem?

Há muitos motivos para se revoltar e agir frente à exploração maciça e destruidora da natureza. Se pode analisá-la e denunciá-la sob tantos ângulos quanto de âmbitos da existência afetados por seu avanço. Se pode escolher um ponto de vista ecológico, social, econômico, geopolítico, psicológico, cultural ou antropológico, ético ou espiritual, ou, buscar fazer dialogar entre elas essas diferentes perspectivas. Se pode privilegiar uma determinada escala espacial e as implicações que lhes são próprias: o *local*, que visa primeiro as destruições concretas dos territórios, dos ecossistemas e da vida; o *nacional*, com, nos países do Sul, as problemáticas econômicas e geopolíticas da dependência, da pilhagem, de “maldição da abundância”; ou o *mundial*, que se interessa antes pelo consumo global dos “recursos naturais”, aos cataclismos ecológicos planetários e à mercantilização generalizada do vivo. Se pode também querer considerar esses diversos aspectos como um conjunto.

Na América Latina, terra de nascimento da palavra “extrativismo”, as defesas anti-extrativistas dos universitários e das ONGs denunciam evidentemente também os estragos ambientais, sociais, culturais e psicológicos produzidos pelas diferentes “indústrias” extrativas. Contudo, uma grande parte dessas análises, bem como o quadro teórico geral que elas disponibilizam para as lutas contra o extrativismo no campo, privilegiam a abordagem econômico-geopolítica, inscrita na perspectiva histórica do paradigma *centro-periferia* e na continuidade estruturalista e dependentista da especialização “primo-exportadora” das economias latino-americanas³. Com efeito, a maior parte das contribuições escritas (textos universitários, sites Internet, apresentações a destinação das comunidades camponesas ou indígenas) sobre o extrativismo ou o *neo-extrativismo* (termo usado para falar do extrativismo dos governos ditos progressistas) tomam como base a definição proposta por Eduardo Gudynas, citada no capítulo precedente⁴. Lembremos que entre os três critérios que retém este último, dois têm a ver com o papel “periférico” do país de extração no comércio internacional, que faz do termo “extrativismo”, à parte alguns pormenores, um sinônimo de “neocolonialismo” abordado sob o ângulo dos “recursos naturais”: para que a exploração maciça ou “intensa” (1) de um recurso natural possa ser qualificada de extrativista, esse recurso deve ser exportado pelo menos no valor de 50% do volume total dele que é extraído (2), e não deve ser transformado em seu país de origem (3). Em outras palavras, o extrativismo de Gudynas é forçosamente regido pela procura externa (em oposição às necessidades locais ou nacionais) e

fica, segundo suas próprias palavras, “orientado e dependente da globalização”.

Esta escolha de perspectiva pode até ser justificada pela história da América Latina e abranger uma grande maioria das atividades extrativas dessa região, ela conduz a importantes limitações. Para começar, a “condição exportadora”⁵ e a ausência de transformação das matérias extraídas não reflete exatamente as preocupações das “organizações cidadãs” às quais Gudynas endereça seus trabalhos e a propósito das quais ele estima que uma definição do extrativismo deve conservar um “laço íntimo” com suas mobilizações⁶. Por outro lado, como ele mesmo precisa, essas mobilizações acontecem para impedir a realização de projetos concretos (minerários, petrolíferos, agroindustriais, hidroelétricos *etc.*), e “quando debates se instalam à escala nacional ou internacional, estes últimos continuam referindo-se a projetos específicos”⁷. Mesmo se a dependência das economias latino-americanas para com suas “exportações da natureza” faz indiscutivelmente parte do problema posto pela intensificação do extrativismo na região, não é ela que anima a maior parte dos grupos contestatários no campo, mas a recusa de todas as formas de destruição que implica a exploração maciça dos diversos “recursos naturais”, independentemente do que acontece depois dos “recursos” extraídos. Em seguida, e é para mim o principal limite da definição de Gudynas, a escolha desses critérios leva a excluir um número importante de mobilizações sociais contra a exploração industrial da natureza, as quais – os veremos – não param nas fronteiras do Novo Mundo e dos países do Sul, e não visam os únicos projetos de extração voltados para a exportação. Aliás, o termo “extrativismo” já é utilizado em contextos muito diferentes daquele que o viu nascer. No próprio cerne das antigas potências coloniais da velha Europa, aparecem redes anti-extrativistas, ao mesmo tempo solidárias das lutas de outros lugares e que denunciam o extrativismo em seus próprios países, embora os promotores da extração prometam a independência energética e as facilidades de abastecimento das indústrias nacionais. Seguindo os critérios de Gudynas ao pé da letra, se deveria concluir que essas redes empregam o termo “extrativismo” de modo inadequado. Mas se pode também considerar, e isso será minha parcialidade, que esses usos militantes apanham e superam sua teorização nascente; que procurando designar a hidra que devora, em todo lugar no planeta, os territórios e seus “recursos”, eles nos convidam para observar como um conjunto os estragos produzidos pelo seu avanço, sem estabelecer hierarquias entre as diversas escalas espaciais – o local, o nacional e o mundial –, nem

entre a injustiça econômica da pilhagem e todas as outras formas de injustiça e de destruição.

África: extrema “periferia”, extrema violência

Se o cálculo das dívidas e dos créditos tomava em conta todos os custos – não somente monetários, mas também sociais, ambientais, culturais *etc.* – que representa a obtenção das diversas matérias que alimentam os aparelhos de produção e os mercados do mundo “desenvolvido”, é verdade que as dívidas externas dos “países em desenvolvimento” pesariam muito pouco ponderadas com a imensa *dívida ecológica* “contratada pelos países industrializados para com os outros por conta da espoliação histórica e presente dos recursos naturais, dos impactos ambientais exportados e da livre utilização do espaço ambiental global para depositar os resíduos”⁸.

É também verdade que muitos povos na terra podem legitimamente reprovar ao Norte ter edificado sua prosperidade e sua potência sobre as ruínas de suas civilizações e pela apropriação de suas riquezas mediante diferentes formas de violência. A América hoje designada como Latina, que deve à colonização europeia seu imutável modelo econômico baseado na extração e na exportação de suas riquezas naturais, foi a primeira “Grande Fronteira” desfeita pela expansão do capitalismo nascido no Ocidente. Desde então, o “Primeiro Mundo” ampliou seus próprios limites e continua endividando-se para com todas as pessoas que ele deixa por fora. Os habitantes da África, o último continente a ser formalmente descolonizado, são certamente na melhor posição para testemunhar hoje mesmo do que pode representar a “maldição da abundância” no apogeu de sua crueldade.

Suas riquezas naturais, no centro das cobiças e das rivalidades, mantêm os regimes corruptos, motivam ou exacerbam os conflitos armados e contribuem a seu financiamento. Da crise marfinense (cacau e diamantes) à batalha pelo Saara ocidental (fosfatos), das rebeliões tuaregue no Norte do Níger (urânio) àquela do Movimento pela emancipação do delta do Níger na Nigéria (petróleo), muitos conflitos que arrancam o continente africano são de perto ou de longe ligados aos recursos naturais e ao controle da renda que eles geram⁹. Nesses conflitos, os interesses antagônicos no plano local emaranham a maioria das vezes com os das empresas e dos Estados estrangeiros, antigas metrópoles coloniais ou seus *challengers*, que buscam garantir-se o acesso aos recursos estratégicos por meio de “aliados locais

interpostos”¹⁰. “A aliança entre o desafio econômico mundial da securização dos aprovisionamentos industriais e [determinados] atores locais, preocupados por retirar [desses] os benefícios econômicos e políticos” seria até, segundo Apoli Bertrand Kameni, cientista político e autor de um livro sobre este assunto, “o verdadeiro motor dos conflitos na África”¹¹.

Os impérios coloniais, desmontados no papel, deixaram lugar a outras infraestruturas de açambarcamento dos recursos dos recursos do continente, entre os quais a “Françáfrica”^{IV - 12}, sistema oculto – que articula intervencionismo, redes de influência, corrupção, acordos econômicos e militares – que a célula africana do Palais de l’Élysée^V se comprometeu a instaurar no momento da descolonização a fim de ajustar as independências a favor da França. O acesso prioritário da antiga metrópole aos recursos de suas ex-colônias (em particular ao urânio e ao petróleo) se encontrava no cerne deste dispositivo que as pesquisas realizadas pela associação Survie e em particular por François-Xavier Verschave revelaram à luz do sol. Por exemplo, o acordo de defesa concluído em 1961 com os três países ditos do “Entendimento” – Níger, Daomé (o atual Benin) e Costa do Marfim –, obrigava estes últimos a limitar ou proibir a “exportação [...] dos recursos naturais e produtos estratégicos [...] a destinação de outros países [que não a França] [...] quando os interesses da defesa o exig(e)iam”¹³, que garantia em particular o monopólio francês sobre o urânio nigerino¹⁴. Com os acordos de Évian (que puseram fim à guerra de Argélia), a França conservava o controle do petróleo argelino até sua nacionalização em 1971, enquanto “o sistema Elf”^{VI} instalava e financiava a corrupção dos dirigentes africanos em contrapartida de contratos petrolíferos¹⁵.

Se pode citar numerosos exemplos de tráfico, conflitos e escândalos ligados ao petróleo africano e que implicam, a vários níveis, empresas e Estados ocidentais: o Angolagate¹⁶, a guerra do Biafra¹⁷, as marés negras quase permanentes no delta do Níger *etc.* Menos conhecido, o lugar dos minérios e das pedras preciosas não é, todavia, menos importante. Em seu livro *Minerais stratégiques. Enjeux africains*^{VII}, Apoli Bertrand Kameni

IV - Tradução literal da expressão francesa que retrata as relações atuais entre a França e suas antigas colônias. (NdT)

V - Residência do presidente da República francesa e lugar nevrálgico do poder executivo. (NdT)

VI - Elf, companhia petrolífera francesa. (NdT)

VII - Minérios Estratégicos. Desafios africanos. (NdT)

traça as ligações entre as “placas geológicas e [a] tectônica dos conflitos”¹⁸ nos países ricos em minérios (Angola, Serra Leoa, Costa do Marfim, África do Sul, República dos Camarões, Rodésia, Namíbia, Níger, Zimbabué, República Centro Africana, e os dois Congo). Ele aponta também o dedo para as responsabilidades das potências ocidentais e de suas rivalidades. Para ele, seria por exemplo impossível entender as guerras do Congo-Zaire (o país mais dotado em minérios e o teatro da mais homicida sucessão de conflitos da região)¹⁹ sem ter em conta a competição pelos seus recursos estratégicos entre as antigas metrópoles da África francófona (a França e a Bélgica) e a América do Norte, e notadamente sem considerar a participação ativa, financeira e logística, das mineradoras *juniors*²⁰ canadenses. Um edificante livro de investigação, *Noir Canada* de Alain Deneault (em colaboração com Delphine Abadie e William Sacher), trata com muitos detalhes e exemplos do papel dessas empresas no Congo e outros lugares da África²¹.

De 1996 a 2009, explica Bertrand Kameni, os diferentes episódios dos conflitos congolezes (mais de quatro milhões de mortos) podem facilmente ser colocados em paralelo com os picos dos preços nos mercados mundiais dos principais recursos minerários desse país: germânio, cobre e cobalto do Catanga, coltan (tântalo) e cassiterita (estanho) do Kivu. A primeira etapa dessas guerras, a evicção de Mobutu por e em proveito de Laurent-Désiré Kabila (1997), foi apenas segundo Bertrand Kameni “a conquista dos minérios por outros meios, depois do fracasso da tentativa de sua privatização pelas IFI [instituições financeiras internacionais]”. Com efeito, Mobutu se recusava a deixar “pedestal [em cima de que] os mesmos estrategos internacionais o tinham colocado no cenário do antigo sistema, enquanto garante dos aprovisionamentos estratégicos e dono da renda”²².

No Congo-Zaire, o “liberalismo armado”²³ foi lá em apoio aos procedimentos oficiais de (re)primarização das economias. Lá também, a África e a América Latina viveram a mesma história. Na sequência da queda do muro de Berlim e enquanto o continente atraía apenas 4% das despesas mundiais de prospecção²⁴, as IFI desenvolveram uma “estratégia minerária para a África”²⁵. Esta última foi integrada nos programas de ajuste estrutural (PAS) e, como do outro lado do Atlântico, os países africanos foram submetidos a uma intensa cura neoliberal. Executados em troca de empréstimos, os PAS impuseram a abertura aos investimentos internacionais, reestruturaram as fileiras exportadoras das

matérias-primas agrícolas em proveito do setor privado²⁶ e adicionaram a esta especialidade africana herdada da época colonial a nova especialização minerária. Relativamente pouco explorada no passado e logo ainda muito rica em recursos minerais, a África poderia daqui a pouco suplantará a América Latina como principal destinação dos investimentos de prospeção de minérios.

Exemplo típico de uma *periferia* do capitalismo global – onde, para retomar os termos de Fernand Braudel, domina “a exploração fácil por outrem”²⁷ –, a África, meio século depois de se tornar, teoricamente, independente novamente, é ao mesmo tempo o continente mais pobre do planeta (“pobre” em termos econômicos: 2,62% do PIB mundial) e o mais dependente de suas exportações da natureza. Ela permanece, muito mais ainda do que a América Latina, um reservatório de matérias-primas transformadas em outros lugares. Assim, no início da década 2010, o cacau representava mais de 30% das exportações da Costa do Marfim, o café 86,5% das da Serra Leoa, a castanha de caju 98,5% das da Guiné-Bissau. As pedras e os metais preciosos (essencialmente o ouro) pesavam em 66% das exportações malianas, em 77% das do Burkina Faso, em 81% das do Botswana e em 64% das do Sudão. O cobre contava em 75% das exportações zambianas, o urânio, em 50,7% das exportações nigerianas, o cobalto, em 45% das da República democrática do Congo. 84% das exportações da Nigéria eram compostas por hidrocarbonetos. Esta percentagem se elevava a 98% na Argélia (os hidrocarbonetos representando 70% dos recursos do Estado) e na Líbia (96% dos recursos do Estado) e a quase 97% em Angola²⁸. Segundo a Conferência das Nações unidas sobre o comércio e o desenvolvimento (Cnuced), mais da metade dos países africanos retiravam além de 80% de seus rendimentos de exportação das matérias-primas agrícolas, dos hidrocarbonetos e dos minérios²⁹.

O novo peso dos “emergentes”

Está, portanto, completamente fora de questão calar a pesada responsabilidade do Ocidente, de suas instituições, Estados e empresas, e mais geralmente da ordem econômica e política que estes últimos criaram, na pilhagem dos recursos, na violência e a miséria que devastam as regiões antigamente conquistadas pelas potências ocidentais. Todavia, parece evidente que, na hora do capitalismo globalizado, reconhecê-lo e denunciá-lo não basta mais para explicar por que a exploração da natureza vai se acelerando em todos os lugares no

planeta. Mais de um motor leva para frente as fronteiras extrativistas. Se a brasileira Vale, uma das maiores mineradoras do mundo, se dota de uma frota de mastodontes dos mares capazes de transportar cada um até 400.000 toneladas de minério (os *ValeMax*), é por exemplo para encaminhar suas cargas de ferro na China, que, por sua parte, concedeu à empresa um empréstimo de 1,2 bilhões de dólares para financiar a construção destes navios graneleiros³⁰!

Em matéria de “governança” econômica mundial, o G20 (que integra notadamente três países latino-americanos: o México, o Brasil e a Argentina) está no processo de suplantar o G7³¹. Desde 2013, “o resto do mundo” pesa no PIB global mais do que o conjunto das economias ditas avançadas³². Os caminhos seguidos pelos fluxos comerciais se afastam sempre mais do esquema *centre-Norte/periferia-Sul*: em 2009, o comércio Sul-Sul já representava 37,6% das trocas externas das economias emergentes³³; em 2013, ele contava em 27% do comércio mundial e poderá alcançar 47% daqui a vinte anos³⁴. Quatro países em particular têm doravante não somente um papel preponderante no comércio Sul/Sul, mas também uma importância sistêmica para a economia mundial (no sentido em que as vicissitudes de suas economias têm repercussões globais): o Brasil, a Rússia, a Índia e a China. Em 2001, um analista do banco Goldman Sachs os tinha agrupados sob a denominação “BRIC”³⁵. A partir de 2009, ano da primeira reunião dos chefes de Estado do “grupo BRIC”, este existe oficialmente e se assume como uma coligação – flexível – das novas potências, às quais se adiciona frequentemente o “S” da África do Sul (South Africa). Em matéria de contabilidade física, a parte das matérias-primas (minérios metálicos, industriais e de construção, combustíveis fósseis e biomassa) consumidas em termos absolutos pelos cinco BRICS – estimada em 2010 a 48,1% do total mundial, e a 33% para a única China – já superou a do G7 (16% em 2010), bem como a da América do Norte (10,1%)³⁶ e da União europeia (9,9%) reunidas³⁷.

O “subimperialismo” do Brasil

O surgimento de novos centros de poder naturalmente não facilita a vida das teorias que congelam as relações de força em esquemas estáticos³⁸. É assim que as noções de *desenvolvimento dependente* (Fernando Henrique Cardoso) e de *subimperialismo* (Ruy Mauro Marini) vieram nuançar o paradigma *centro-periferia* para explicar a aparição de “sub-centros” econômicos e políticos como o Brasil em seguida do

movimento de exportação de capitais (maioritariamente norte-americanos) depois da segunda guerra mundial. O historiador marxista brasileiro contemporâneo Mathias Luce convida a prosseguir essa reflexão e considera que a categoria do “subimperialismo” pode, além de casos precisos, designar “um “padrão” [...] particular de reprodução do capital”: aquele de “economias medianamente industrializadas” que, confrontadas às contradições específicas do *capitalismo dependente* (chegado ao estado dos monopólios e do capital financeiro) restauram “a unidade entre a produção e a realização” da mais-valia conquistando uma “esfera de influência própria” dentro da “hegemonia [do] imperialismo dominante”³⁹.

O economista e sociólogo dependentista brasileiro Ruy Mauro Marini tinha descrito como, nos anos 1960-1970, se debatendo com as já citadas contradições de seu capitalismo dependente (entre as quais a sobre-exploração da força de trabalho que resulta na fraqueza da procura interna e ao divórcio entre as necessidades das massas e a estrutura produtiva voltada para os produtos de luxo), o Brasil implementou efetivamente uma política de hegemonia regional, que encontrou nos países vizinhos os mercados para seus produtos manufaturados e as matérias-primas necessárias ao desenvolvimento de suas indústrias pesadas (automóvel e complexo militar-industrial promovido pelo Estado). O expansionismo brasileiro prosseguiu no período da “re-primarização” das economias latino-americanas. Neste âmbito, embora ele próprio tivesse sofrido, primeiro, reformas neoliberais e aberto seus setores estratégicos (inclusive o dos hidrocarbonetos) aos capitais privados, o Brasil reforçou suas posições nos países vizinhos, tomando parte à “desnacionalização” de suas economias⁴⁰. No Peru, a refinaria de zinco de Cajamarquilla e a maior fábrica siderúrgica (antigamente pública) do país, Siderperú, foram assim compradas (respetivamente em 2004 e em 2006) pelas brasileiras Votorantim e Gerdau. A principal cimenteira argentina, Loma Negra, foi absorvida por Camargo Correa (em 2005). O grupo agroalimentar brasileiro Marfig tomou o controle da fileira de carne no Uruguai (em 2009). Quanto à Bolívia, na véspera da renacionalização dos hidrocarbonetos por Evo Morales em maio de 2006, Petrobras Bolívia, filial de Petrobras criada em 1995 (no ano da liberalização do setor dos hidrocarbonetos no Brasil), controlava 45,9% das reservas de gás do país, 39,5% das de petróleo e as duas refinarias existentes⁴¹. Para Mathias Luce, o subimperialismo brasileiro mudou logo também de natureza e se apoia doravante nas “grandes empresas

intensivas no uso de recursos naturais, que controlam o aprovisionamento em matérias-primas e em fontes de energia assim como os mercados de destinação final em outros países”⁴². Esse controle se exercita via três principais canais: a exportação de capitais (fusões/aquisições e investimentos diretos, notadamente em projetos de exploração dos recursos naturais), a importação de matérias-primas e de energia baratas (inclusive graças aos megaprojetos de centrais hidrelétricas nos países vizinhos) e a reconfiguração dos territórios para facilitar a exploração dos recursos naturais e a exportação dos produtos brasileiros⁴³.

Em 2000, os doze Estados sul-americanos aderem à Iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA). A realização desta última, no total 531 projetos de construção de infraestruturas de transportes, energéticas e de telecomunicações (rotas fluviais, portos, corredores interoceânicos, grandes barragens hidrelétricas, ligações de fibra ótica, aeroportos *etc.*) para os quais o investimento estimado se eleva a 116,12 bilhões de dólares, figura entre as missões da União das nações sul-americanas (Unasur), organização que reúne desde 2008 as duas uniões aduaneiras da América do Sul – o Mercado comum do Sul (Mercosul), e a Comunidade andina (CAN). Trinta e um projetos “estratégicos” (17,3 bilhões de dólares) são considerados pela Unasur como prioritários até 2012-2022⁴⁴; 360 quilômetros de linhas elétricas, 379 quilômetros de dragagens, 1.500 quilômetros de gasodutos, 3.490 quilômetros de rotas fluviais, 5.142 quilômetros de estradas e 9.739 quilômetros de ferrovias deverão, entre outras instalações, ver o dia no decorrer desse período⁴⁵. A Unasur, como o mostra essa declaração de seu secretário-geral, em 2012, não esconde minimamente seus objetivos:

*Onde se encontra a principal força que pode tornar [o processo de integração] bem-sucedido e irreversível? [...] Qual é o eixo dinâmico fundamental numa estratégia de integração e de unidade sul-americanas? [...] O que ao mesmo tempo confere à região uma força centrípeta no plano interno e a faz gravitar ao nível mundial, é o fato de representar uma impressionante reserva de recursos naturais*⁴⁶.

Portanto, é para abater as últimas “barreiras naturais” erguidas pela geografia rebelde da região contra a livre circulação das matérias-primas – entre os centros de extração e os portos de exportação – que os oito “eixos” da IIRSA (inicialmente dez) atravessarão de um lado para o outro a América do Sul⁴⁷.

O agronegócio brasileiro (que conta com a IIRSA para poder exportar a produção cerealífera a partir dos portos do Pacífico), Petrobras, Vale e as grandes construtoras – Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS e Camargo Correa – são ao mesmo tempo os principais beneficiários diretos da aplicação da IIRSA e os primeiros protagonistas do expansionismo brasileiro. Suas ambições na região são auxiliadas por um sólido aliado, o Banco nacional do desenvolvimento econômico e social (BNDES), uma das principais entidades financiadoras da IIRSA⁴⁸, que, por conta de seus estatutos financia apenas as empresas brasileiras. Ao longo dos dez últimos anos, o valor atribuído pelo BNDES ao financiamento de obras regionais aumentou de 1.185%⁴⁹. Entre as obras beneficiadas se encontra por exemplo o complexo Rio Madeira, megaprojeto emblemático do “eixo” Peru-Brasil-Bolívia (um dos corredores transversais da IIRSA), com que, segundo as palavras do ex-presidente do BNDES Carlos Lessa, “o Brasil promove sua própria versão da conquista do Oeste”⁵⁰. Além de diversas obras de navegabilidade (eclusas, portos) previstas nos rios Madeira, Gauaporé, Beni e Madre de Dios com a finalidade de ligar essa região da Amazônia ao Pacífico, este projeto compreende a construção de quatro megabarragens hidrelétricas, inclusive uma (Cachuela Esperanza), no território boliviano, e uma outra (Riberau), nas águas binacionais. A capacidade instalada destas duas centrais – que vão inundar milhares de hectares de floresta e afetar dezenas de comunidades na Bolívia –, deverá ser em torno dos 3.600 MW, ou seja, 4 a 5 vezes a demanda de energia da Bolívia. Mas a energia gerada não irá ao país mais pobre da América do Sul; ela alimentará o sistema interconectado de seu vizinho mais próximo: o Brasil⁵¹. Sempre na Bolívia, o BNDES financia um outro projeto controverso: o da autoestrada (obras conduzidas por OAS) que deveria atravessar o Território indígena e parque nacional Isiboro Séure (TIPNIS), à origem de um violento conflito entre os indígenas e o governo de Evo Morales. Muitos outros projetos de construção de infraestruturas rodoviárias e energéticas financiados pelo BNDES e conduzidos por empresas brasileiras provocam – no Peru, na Venezuela, no Equador, na Colômbia, na República dominicana, na Argentina *etc.* – conflitos com as populações locais e por vezes até com os governos⁵².

A ideia da IIRSA foi oficialmente lançada em setembro de 2000 pelo presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (ex-dependetista, conhecido por sua crítica do desenvolvimento dependente, reconvertido depois ao neoliberalismo), com o apoio técnico do Banco interamericano

do desenvolvimento (BID). Ela devia então estar uma etapa no caminho do cumprimento do projeto estadunidense da imensa área de livre comércio das Américas (ZLEA/ALCA). À sua chegada no poder em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, ex-operário metalúrgico e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), bloqueia as negociações da ALCA. Ele está então apoiado pelos industriais nacionais cujos interesses se encontram prejudicados pela abertura rápida demais do mercado brasileiro às importações estrangeiras⁵³. Em 2005, se celebra o enterro da ALCA, mas tanto Lula quanto sua delfina Dilma Rousseff (eleita em 2011) redobram seus esforços para realizar a IIRSA, doravante empurrada para frente em nome de uma integração regional supostamente autônoma, conduzida sob a égide do Brasil.

Contudo, mesmo que, no discurso de Brasília, a América do Sul tenha que se tornar “o eixo central d[a] estratégia de rejeição de toda submissão aos interesses dos EUA”⁵⁴, para numerosos críticos da IIRSA, esta equivale, como os resume Raúl Zibechi, a “impor os mesmos objetivos do que a ALCA sem dar-se este nome”, trabalhando para uma “integração duplamente subordinada: a dos países sul-americanos perante o Brasil e a do conjunto da região perante o mercado e do setor empreendedor mundiais”⁵⁵. Na prática, sua implementação – que se completa por um megaprojeto de infraestruturas análogo na América central e no México (Proyecto Mesoamérica, ex-plano Puebla Panamá) – fornece às trocas comerciais regionais uma base física, sem a qual nenhum acordo de livre comércio de dimensão continental poderia ir além da declaração de intenção. Ao lado das grandes obras, um dos objetivos da IIRSA é, por outro lado, o de “harmonizar as políticas, os planos e os quadros reguladores e institucionais entre os Estados”⁵⁶ da região, o que tornaria um acordo econômico ulterior muito mais fácil de implementar.

Avançando, “sem debate, imposta da maneira vertical pelos mercados e as elites”, pois “as elites sabem, como o demonstra a experiência recente” – a da ALCA, cuja implementação engavetada deve-se em grande parte a uma mobilização social sem precedentes –, “que um debate aberto acerca de seus projetos os condena ao fracasso”⁵⁷, a IIRSA está remodelando o continente. Mas, apesar de ser contestada, a liderança do Brasil não gera, por parte das organizações sociais e políticas da “guinada à esquerda” (partidos, movimentos e sindicatos), uma oposição tão virulenta quanto os projetos livre-cambistas de Washington.

Hierarquias em movimento

Seguindo Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein tinha incluído desde o início em sua hierarquia da *economia-mundo* capitalista (que, segundo ele, integrou no século XX o conjunto do planeta, tornando-se o primeiro *sistema-mundo* realmente mundial) um degrau intermediário entre os *centros* e as *periferias*: o das *semiperiferias*, países que permanecem dependentes do capitalismo central, mas que conhecem também uma dinâmica de desenvolvimento nacional e comportam-se como *centros* para com suas próprias *periferias*. Para Wallerstein, essas *semiperiferias* são vitais para a manutenção e a reprodução do sistema (*-mundo* capitalista) em seu conjunto. Sua oferta de mão de obra barata freia o aumento dos salários nos centros, seus mercados em forte crescimento e perspectivas de investimento (inclusive as de deslocalização das indústrias que não são mais rentáveis nos centros) servem de “válvula de segurança”⁵⁸ para os capitais das economias centrais.

Se as noções de *subimperialismo* e de *semiperiferia* não são perfeitamente equivalentes⁵⁹, uma como a outra se referem a potências intermediárias, submetidas ao capitalismo central e que lhe servem de corrente de transmissão. O papel desempenhado pelo Brasil em matéria de aprovisionamento dos mercados mundiais em recursos naturais poderia efetivamente ser descrito como tal. Superintendente numa parte das cadeias de extração-exportação (minerária, agroindustrial, energética) e no ordenamento dos caminhos de circulação concebidas para serem a seu serviço, o país da “ordem e do progresso”, como o quer sua divisa nacional, fica ele próprio submetido ao modelo extrativista que ele contribui em manter nos países vizinhos. Ele é, segundo os termos da definição de Gudynas, o “primeiro extrativista” da região, no sentido em que ele também extrai para exportar e transforma pouco o que ele exporta: em 2012, 65% do total de suas vendas para o exterior se compunha de produtos primários⁶⁰.

Dois outros BRICS dão também mostras de uma *emergência* extrativista: a África do Sul, em 2012, quinta exportadora mundial de minérios metálicos e primo-exportadora a 61%, e, mais ainda, a Rússia, primeira exportadora mundial de combustíveis minerais, particularmente afetada pela queda do preço do petróleo. Em 2012, os combustíveis minerais pesavam em 75% das exportações russas, cujo total era composto de produtos de base a 85%⁶¹. A Rússia (2a), o Brasil (3º) e a África do Sul (10a) ocupavam em 2010 as primeiras vagas na classificação mundial dos exportadores físicos líquidos dos recursos

naturais (combustíveis fósseis, minérios industriais e de construção e biomassa reunidos)⁶². Mas todos os *emergentes* não se inscrevem neste esquema. As balanças comerciais físicas (*Physical Trade Balance* – diferença entre os volumes das importações das matérias e os das exportações) da Índia (sesta importadora líquida) e da China (primeira) revelam uma configuração diametralmente oposta. As duas nações ficam, no entanto, também importantes exportadoras de matérias-primas (em termos de volumes de matérias expedidas para o exterior, a Índia classifica-se mesmo assim no decimo lugar mundial e a China, o quinto⁶³), mas elas importam elas muitos mais ainda. Por outro lado, os artigos manufaturados dominam a estrutura de suas exportações: para a Índia, em 2012, sua quota elevava-se a 55% e era de 94% para a China⁶⁴!

A maneira com que a China, primeira dos BRICS em todos os planos, insere-se na economia global não é “extrativista” no sentido de Gudynas. Ela não pode mais, tampouco, ser reduzida ao papel de subcontratado das produções banalizadas com fraca mais-valia. O têxtil, antigamente a ponta de lança de sua conquista dos mercados mundiais, representava apenas, já em 2012, 13% de suas vendas no exterior. No topo destas figuravam doravante “as máquinas e o material de transporte” (47%) e “os artigos manufaturados de alta tecnologia e com competências elevadas” (38%), entre os quais 69% eram compostos de produtos da indústria eletrônica (26% do total)⁶⁵.

Seus recursos naturais, a China procura reservá-los primeiramente a seu próprio consumo intermediário. Até 2015, antes que a Organização mundial do comércio (OMC) a obrigue a renunciar a isso, ela submetia a quotas de exportação toda uma série de produtos primários: madeira serrada, a alcaçuz, o gado, o tungstênio, o estanho, o antimônio, o molibdênio, o índio, a prata, a rocha fosfatada ou ainda as terras raras⁶⁶ (das quais ela totaliza 91% da oferta mundial)⁶⁷. Das 93.800 toneladas de terras raras oficialmente extraídas no território chinês em 2013, 31.000 somente foram exportadas⁶⁸. À pressão da OMC, segundo a qual esta política está incompatível com suas regras, a China responde primeiro que ela tem o direito de proteger seus recursos estratégicos, depois, que suas cotas estão ao contrário em perfeita adequação com os objetivos de “desenvolvimento sustentável” promovidos pela OMC! No quadro do 12º plano quinquenal, o governo da República popular engajou-se efetivamente em “construir uma sociedade mais econômica em energia e mais ecológica [...] nivelando a cadeia de valor do setor manufatureiro, reforçando a inovação e promovendo o desenvolvimento de novas

indústrias estratégicas”⁶⁹. Em outros termos, continuando a desenvolver suas próprias indústrias de alto valor agregado.

Primeira potência comercial do mundo desde 2013, segunda potência econômica (em termos do PIB em paridade de poder de compra), o Império do Meio não parou de subir os escalões. Em 2015, entre as dez primeiras empresas do mundo, cinco – quatro bancos e um petroleiro – eram chinesas, entre as quais quatro ocupavam o topo da classificação⁷⁰. Que lugar se deveria atribuir à China na hierarquia global – por pouco que se concorde em enxergar o mundo em termos de “centros” e de “periferias”⁷¹? Nos mercados das matérias-primas, é incontestável que seu peso se tornou determinante. Desde 2009, ela é a primeira importadora mundial das matérias-primas agrícolas e de metais⁷². Em 2014, ela foi a segunda importadora mundial de petróleo, seguindo os EUA de muito perto⁷³. Sua procura é considerada como um dos principais fatores da escalada dos preços das matérias-primas dos anos 2002-2013, e o abrandamento de seu crescimento, como uma das causas do fim da melhoria para os países primo-exportadores⁷⁴. Em 2010, a China absorvia 33% de todas as matérias-primas consumidas na terra⁷⁵.

(In)dependência à chinesa

Entre 1988 e 2013, a população da China passou de 1,1 a 1,36 bilhões de pessoas e a média de sua taxa anual de crescimento econômico foi de 9,7% (7,4% em 2014)⁷⁶. Sua urbanização, sua industrialização acelerada, a modernização de seu armamento, a mutação de sua estrutura produtiva e sua expansão comercial teriam sido e ainda são inconcebíveis sem administração consequente de alimentos, de energia, de materiais de construção e de metais industriais, militares e *high tech*. Neste contexto, o Império do Meio procurou se garantir um acesso seguro, durável e se possível direto (fora do mercado bolseiro) aos recursos pelos quais se interessa, sem demonstrar muita consideração pelas regras do jogo do Ocidente e pelas fronteiras de seus territórios privilegiados pós-coloniais. Como pelo Brasil, sua expansão foi acompanhada de um discurso emancipatório. Marcado desde a época da guerra fria pelo princípio da comunidade de interesse no quadro de uma cooperação Sul-Sul, o credo ideológico exibido por Pequim é sempre o do “espírito de Bandung”, conferência internacional que assinou em 1955 o início do movimento político dos não-alinhados.

Sua liquidez e sua mão de obra abundantes tornam a China absolutamente capaz de ir além do simples discurso. Mas, em sua

abordagem, o espírito terceiro-mundista de Bandung não é incompatível com o pragmatismo econômico mais terra a terra, que explora engenhosamente as “complementaridades [...] entre os fluxos comerciais, de investimentos, de ajuda e de imigração”⁷⁷. Em nome do princípio da não-ingerência nos assuntos internos de um Estado soberano, e em virtude de seu próprio modelo econômico e político, a China não estabelece, como o fazem os IFI de Bretton Woods, condições draconianas em contrapartida de suas ajudas e de seus empréstimos. Ela não empurra para a liberalização e não impõe critérios de “boa governança”⁷⁸. Sua abordagem é completamente outra.

Assim, entre 2005 e 2012, ela emprestou aos países de América Latina (principalmente à Venezuela, ao Brasil, à Argentina, ao Equador, ao Peru e à Bolívia) quase 86 bilhões de dólares, ou seja, durante o mesmo período, mais do que o Banco mundial, o BID e a agência de crédito às exportações estadunidense (*Export-Import Bank of the United States*) reunidas⁷⁹! A maior parte desses empréstimos financiam projetos de infraestruturas, minerários e energéticos e eles são, por 69% de seu valor total, atribuídos em troca de contratos de venda de petróleo. Esses “empréstimos contra petróleo” asseguram à China um acesso privilegiado à produção dos principais países petrolíferos da região durante a duração do reembolso (que pode ir até vinte anos). As empresas chinesas desempenham também um papel de intermediário. Assim, por exemplo, se a maior parte do petróleo equatoriano sempre vai embora, fisicamente, em direção aos EUA, agora é em grandíssima medida revendida para eles por empresas chinesas que o compram a Petroecuador no âmbito dos “empréstimos contra petróleo”⁸⁰.

Na África, continente de que a China é desde 2011 o primeiro parceiro comercial, a ajuda chinesa – que combina doações, empréstimos sem juros ou a taxas preferenciais, anulações de dívida, acesso privilegiado a seu mercado, programas de cooperação técnica, militar ou cultural – aparece como uma “ferramenta de persuasão política e uma maneira de suavizar a entrada de operadores econômicos chineses no continente”⁸¹; de modo que se torna particularmente difícil distinguir o que pertence à ajuda estritamente falando, ao comércio ou ao investimento. Geralmente, essa reveste a forma de “pacotes de ajuda” (*package deals*), contratos de troca negociados de Estado para Estado. É o que explica Emmanuel Guérin, pesquisador no Instituto do desenvolvimento sustentável e das relações internacionais (IDDRI):

Nos países ricos em recursos naturais [...], os fundos não são

diretamente emprestados ao governo, mas o governo chinês mandata uma empresa pública chinesa de construção – que recebe geralmente o apoio de [China-]Eximbank⁸² - para realizar projetos de infraestruturas [...]. Em contrapartida da provisão dessas infraestruturas, o governo africano concede a empresas chinesas [...] o direito de extrair recursos naturais (petróleo, minérios etc.), através da aquisição de quotas numa empresa nacional e de licenças. O package deal acompanha-se também de doações dedicadas à construção de escolas, de hospitais, ou de prédios de prestígio (palácios presidenciais ou estádios de futebol) por empresas chinesas⁸³.

Às vezes, completam Michel Beuret e Serge Michel, “Pequim pode propor seu apoio político de membro do Conselho de segurança na Onu. É o caso do Sudão e do Zimbábue. A China importa quase 10% de seu petróleo do Sudão [em 2008], o que representa mais dos dois terços da produção sudanesa”⁸⁴.

Petróleo angolano, nigeriano, sudanês e gabonês, minérios congolese e zambianos, carvão zimbabuano, madeira gabonesa, terras camaronesas, ugandesas e etíopes: os recursos naturais encontram-se no centro do compromisso africano de Pequim, enquanto as infraestruturas compreendidas em seus pacotes de ajuda, construídas por suas empresas e servindo sobretudo os centros de extração⁸⁵, reorientam as exportações primárias africanas em direção ao mar Vermelho e ao oceano Índico. Esse ativismo crescente da China é um fator suplementar de tensões⁸⁶. Além de provocar conflitos com as populações e os trabalhadores locais (importantes motins de mineiros esturraram por exemplo em 2006, na Zâmbia, na sequência dos incidentes acontecidos nas minas exploradas por uma empresa chinesa e sua recusa de revalorizar os salários)⁸⁷, a política africana de Pequim, bem como a presença cada vez mais marcada de empresas de outros países emergentes (a Índia, a Coreia do Sul ou ainda o Brasil), não agradam aos atores exteriores históricos e a seus intermediários locais, preocupados por perderem o acesso privilegiado aos recursos africanos. No Congo-Kinshasa, depois de ter contribuído ao acesso ao poder de Laurent-Désiré Kabila, as juniors minerárias norte-americanas tomaram provavelmente parte em sua queda, em 2001, pois o ex-chefe rebelde tinha decepcionado seus aliados voltando-se para as majors europeias, sul-africanas e sobretudo para Pequim⁸⁸. Seis anos depois, quando seu filho Joseph Kabila assina com a China um gigantesco *package deal*, apelidado pela imprensa “o contrato do século”⁸⁹, o FMI faz tudo para obrigar o Estado congolês a rever o contrato, ameaçando suspender a

redução de sua dívida. Na República Centro-Africana também, a China parece pertencer à equação, embora no estado atual da informação (final de 2015) pareça difícil tirar conclusões mais precisas: em 2009, quatro anos antes de ser derrubado pela rebelião Seleka, o presidente François Bozizé tinha confiado à China National Petroleum Corporation (CNPC) os jazigos petrolíferos da Vakaga, região fronteira do Chade e do Sudão e berço da rebelião.

Bem como o Brasil faz avançar seus próprios peões na América Latina em nome da integração regional supostamente autônoma, a China apresenta-se como “o maior país em desenvolvimento” e defende “uma ordem internacional política e econômica nova, justa e equitativa”⁹⁰. Seu *soft power* oferece aos países pelos quais ela acaba se interessando uma outra fonte de financiamento e novos mercados. Às vezes, como em alguns países da África, sua ajuda substitui-se até às políticas públicas quando os Estados são conspicuamente ausentes. Mas, se esses diferentes motivos e o anti-imperialismo histórico levam muitos governos dos ditos países em desenvolvimento a lhe escancarar as portas, será que não tem, no caminho chinês em direção à “prosperidade mútua”, a mesma divisão dos papéis que entre os *centros* industriais de outrora e suas *periferias* (pós)coloniais, quase exclusivamente reduzidas ao papel de fornecedores de bens primários? A troca sino-africana é claramente desigual: as exportações africanas em direção à China são compostas a 97% de produtos de base (a 67% de combustíveis e a 23% de minérios e metais) enquanto as da China em direção à África são, elas, constituídas a 95% de produtos manufaturados. A situação não é muito diferente na América Latina, que, ela também, importa os artigos manufaturados chineses (94% do total das importações) e lhe exporta seus produtos primários (87% do total)⁹¹.

Além do Sul

Em paralelo, mesmo se a China limita algumas extrações em seu território (via cotas de produção), ela fica, e de longe, o país que extrai mais do mundo: em 2011, ano em que, e ano em que eu estava terminando este livro, paravam as estatísticas compiladas no Banco de dados global de fluxos de matérias (*Global Material Flows Database*) alimentado pelo Instituto de pesquisa para uma Europa sustentável – SERI – e por seus parceiros, 33% do total mundial de minérios, de combustíveis fósseis e de biomassa utilizados para criar valor econômico foram extraídos na China. Segundo este mesmo banco de dados, no

mesmo ano, a Ásia tinha fornecido 59,6% de todas as matérias extraídas valorizadas no mundo, e a América Latina e Caribe 11,9%. Quanto à continuação desta classificação, ela pode parecer surpreendente àqueles para quem o extrativismo é necessariamente ligado ao imperialismo histórico: é a Europa (9,4% para o conjunto do continente e 7,9% para a Europa dos 27⁹²), seguida pela América do Norte (9,3%). A África chega em penúltima posição (7,2%), diante a Oceânia (2,7%)⁹³.

Mesmo sem ter em conta “a extração não utilizada”⁹⁴, essa contabilidade física permite nuançar a ideia segunda a qual o Norte se encontraria ao abrigo das destruições devidas à exploração maciça da natureza, porque se fornecendo exclusivamente nos países do Sul. Tal representação, veiculada por um grande número de ONGs e de movimentos políticos no Sul, por vezes retomada sem exame crítico por seus companheiros do Norte, reflete apenas uma parte da realidade: o fato que as empresas e as instituições estatais e supra-estatais ocidentais conduzem, em matéria de recursos naturais, políticas neocolonialistas não impede estes extrair ou deixar extrair também grandes quantidades de matérias “em casa”.

A nível global, segundo o Banco de dados do SERI, alguns países ocidentais se encontram até na primeira fila dos “extratores”, em seus territórios, de recursos naturais. Assim, os Estados-Unidos, que chegam em segundo lugar em termos de extração utilizada global (8% dos recursos extraídos no mundo em 2011), ocupam o quarto lugar para a extração de minérios metálicos e de biomassa, o segundo para a dos minérios industriais e de construção, bem como para a dos combustíveis fósseis. Segundo a *Energy Information Administration* (EIA), em 2013, eles se tornaram – graças à exploração de hidrocarbonetos de xisto – o primeiro produtor mundial de petróleo e de gás⁹⁵. A Austrália, que sobe segundo os dados do SERI ao sétimo lugar para a extração utilizada global (terceiro se se considera a extração não utilizada), é a segunda extratora mundial de metais e a sétima de combustíveis fósseis. A Alemanha ocupa a quarta posição global para a extração utilizada de minérios industriais e de construção, a oitava para a extração total dos combustíveis fósseis (essencialmente o carvão) *etc.*

Se se volta à definição do extrativismo de Gudynas e a sua “condição exportadora”, permanece verdadeiro que a maior parte dos países ocidentais, entre os quais os Estados-Unidos e boa parte dos países europeus, extraem primeiro para satisfazer suas necessidades internas e ocupam o topo da tabela dos importadores líquidos dos recursos, o que não impede algumas de suas fileiras de extração serem mesmo assim

maioritariamente voltadas para a exportação. Mas há também, no Ocidente, exportadores físicos líquidos, países cujos volumes de exportações da natureza excedem os das importações. Em 2010, a Austrália até ocupava nesta classificação o primeiro lugar mundial, a Noruega, o sexto e o Canadá, o sétimo⁹⁶. Mesmo segundo os termos da definição de Gudynas, esses países poderiam pretender ao estatuto de extrativistas!

Sempre em volumes, no início da década 2010, entre os dez primeiros exportadores de petróleo, se encontrava a Noruega (nona); de gás, ainda a Noruega (terceira), o Canadá (quarto), os Países-Baixos (quintos) e os EUA (oitavos); de carvão, a Austrália (segunda), os EUA (quartos) e o Canadá (sétimo)⁹⁷. Em valor desta vez, a Austrália ocupava o primeiro lugar no top 10 dos exportadores de metais, o Canadá, o sexto e os Estados-Unidos, o sétimo⁹⁸; entre os dez primeiros exportadores de produtos agrícolas (em valor), os EUA eram primeiros, os Países-Baixos segundos, a Alemanha terceira, a França quinta, a Bélgica oitava e o Canadá décimo⁹⁹.

As metrópoles ocidentais também têm suas “zonas de sacrifício”

[...] nestes lugares onde se exploram os filões de ouro e de prata, onde se revistam com o ferro as profundezas secretas da terra, que sopra pestilento se exala do fundo de Scaptensula! Que emanções nocivas não escapam das minas de ouro! Que rosto, que tez elas dão aos mineiros! Não sabes, por ter visto isso ou ouvido dizer, quanto os mineiros falecem rápido, quanto é precária a existência daqueles que a dura obrigação da necessidade liga a tal tarefa?

Estas palavras são de Lucrécio, em *De Rerum Natura*^{VIII}, no século Iº antes de nossa era¹⁰⁰. Mais perto da gente, o ano 1888 fica conhecido na história militante da província andaluza de Huelva como *el año de los tiros*, “o ano dos tiros”. Ele deve este nome aos eventos acontecidos em Minas de Riotinto, aldeia que ladeava, naquela época, uma das maiores minas de cobre do mundo. No dia 4 de fevereiro de 1888, por três vezes e à queima-roupa, soldados espanhóis descarregaram suas espingardas na multidão. A praça central estava cheia de gente. “Não às fumaças”, se podia ler nas faixas e os cartazes. A mina, a aldeia e a campanha vizinha estavam quase sempre envoltas por uma espessa neblina tóxica. Repleta de dióxido de enxofre, ela destruía a vegetação e as culturas, provocava

VIII - Sobre a natureza das coisas. (NdT)

doenças respiratórias mortais. Ela provinha das *teleras*, montículos de minério (pirite cuprosa) “torrado” ao ar livre para extrair dele o cobre. Mais de 12.000 pessoas, mineiros e suas famílias, camponeses e camponesas exigiam da empresa britânica Rio Tinto Company Limited (dona da concessão e antepassada do potente grupo austral-britânico Rio Tinto) que ela renuncie a esse processo¹⁰¹. Quantos delas caíram sob as balas? Quatorze, segundo as autoridades, cem até mais de duzentos, de acordo com alguns testemunhos da época. A resposta fica enterrada sob as velhas pedras, os paralelepípedos que foram testemunhas da chacina, engolfados, junto com a igreja, a prefeitura e toda a praça da Constituição da antiga aldeia, por uma das crateras da mina. Esta última (Cerro Colorado), foi por sua vez abandonado em 2001. O bairro vitoriano de Bella Vista, construído pela companhia para alojar atrás de vedações bem guardadas seus dirigentes e sua equipe britânicos, está, por sua parte, ainda lá, mas sua Casa 21, transformada em museu e aberta para a visita, exhibe apenas porcelana inglesa e alguns outros vestígios do estilo de vida *so british* dos que, até 1954, administravam o sítio minerário e seus trabalhadores como uma verdadeira colônia. São aproximadamente 5.000 anos que os subsolos de Huelva são explorados. Esses milênios de extração dos metais deixaram como herança para a região o exemplo de drenagem minerária ácida entre os mais citados do mundo¹⁰². As águas do Río Tinto, o “Rio vermelho” que deu seu nome às minas e à companhia, estão hoje tão ácidas (pH compreendido entre 1,7 e 2,5) que os cientistas da NASA estudam nelas as possibilidades de vida em Marte, o “planeta vermelho”.

Não é unicamente pilhando as riquezas para além dos oceanos que o capitalismo pôde emergir na Europa. Sua epopeia começou pela privatização dos comunais do Primeiro Mundo, pelo açambarcamento das terras e pela expropriação dos camponeses via a generalização do sistema das *enclosures* (o direito reconhecido aos lordes britânicos de se apropriar e de cercar os campos), de que Thomas Moore já denunciava as consequências sociais em 1516. Separando o trabalho dos meios de produção e transformando a população das campanhas em proletariado, mão de obra “livre” e disponível para a indústria, esse movimento de expropriação, teria, para seguir Marx, concorrido para reunir as condições da acumulação primitiva do capital ao mesmo título que o descobrimento da América e sua colonização¹⁰³. Não é por acaso se, atualmente, os camponeses são tão raros na Europa (em 2014, no território da União europeia, se encontrava em média só uma exploração agrícola a cada 300 km²)¹⁰⁴.

Interessando-se pelas restrições ecológicas (notadamente pela procura excessiva da madeira relativamente aos recursos florestais disponíveis) e pelas respostas que a Inglaterra do século XIX deu a essas restrições, o historiador Kenneth Pomeranz explica a trajetória do desenvolvimento industrial britânico (que acarretará em seu rastro o conjunto do Primeiro Mundo) por dois fatores físicos que a Inglaterra teria sabido aproveitar: os “hectares fantasmas” de suas colônias, já evocado no capítulo precedente, e o carvão, disponível em grande quantidade em seu próprio território, perto dos centros de produção ou facilmente mobilizável. Esse carvão alimentou a “revolução industrial” britânica; foi também exportado (aproximadamente 20% da produção em 1905¹⁰⁵). Quantidades fenomenais foram extraídas no território do Reino-Unido. Em 1923, por exemplo, ele produziu 280 milhões de toneladas de carvão¹⁰⁶. A título de comparação, em 2012, a Colômbia (primeiro produtor latino-americano e décimo segundo mundial) extraiu 89,45 milhões de toneladas¹⁰⁷.

O carvão do Nordeste da Inglaterra, de Gales e da Escócia (Reino-Unido), do eixo de Sambre-e-Meuse (atual Bélgica), da bacia do Nord-Pas-de-Calais, da Lorena e da Loire (França), da Rur (Alemanha), da baixa Silésia (Polônia) ou do Donbass (Ucrânia); o ferro da Lorena (França), de Krivoy Rog (Ucrânia), de Cleveland Hills (Reino-Unido), de Bergslagen (Suécia) ou de Siegerland (Alemanha); o ouro (e o arsênico) de Salsigne (França), das Astúrias (Espanha) ou de Svartliden (Suécia); o urânio do Limousin, de Bretanha, de Vendeia, de Alsácia (França) ou de Salamanca (Espanha); o cobre de Huelva (Espanha) ou de Løkken Verk (Noruega); a bauxita de Brignoles (França); o tungstênio de Panasqueira (Portugal); a fluorite do Tarn (França); o zinco e o cobre de Pyhäsalmi (Finlândia) *etc.*: a velha Europa também fez amplamente participar seus recursos e seus territórios de seu “desenvolvimento”. As “explosões de grisú”, os incêndios, os desmoronamentos, a silicose, a asbestose e outras “doenças profissionais” marcam a memória das regiões mineradoras. Estima-se a mais de 160.500 o número de vítimas de acidentes, frequentemente mortais, apenas nas minas do Reino-Unido entre 1850 e 2000¹⁰⁸.

Muitas regiões europeias sofreram graves poluições, e a página está longe de ser virada. Não se remediou as poluições radioativas da indústria do urânio (minas e centros de tratamento) na França¹⁰⁹, nem as consequências das drenagens minerárias ácidas nos antigos sítios de extração de metais. O de Salsigne (11,6 milhões de toneladas de resíduos

de mineração e entre 3 e 8 toneladas de arsênico carregados cada ano nos rios) permanece um dos sítios mais poluídos do país¹¹⁰. Em 1998, o derrame de 7 milhões de toneladas de efluentes minerários ácidos com alto teor de metais pesados na sequência da ruptura de dique de uma piscina de armazenamento de resíduos de mineração em Aznalcóllar, na Espanha (Andaluzia), poluiu 80 quilômetros de cursos de água, que matou dezenas de milhares de pássaros e 30 toneladas de peixes, impactando gravemente o parque regional de Doñana e uma dezena de municípios, contaminando mais de 10.000 hectares de terras (pastos, pântanos e culturas)¹¹¹. Um desastre similar, acontecida no dia 30 de janeiro de 2000 no sítio de uma fábrica de reprocessamento de terras estéreis auríferas em Baia Mare na Romênia, foi naquela época considerada por associações ambientalistas como “provavelmente mais grave do que [a] de Chernobyl [...] em termos de destruição completa de um ecossistema”¹¹²: 287.500 m³ de água contaminada com cianureto e com metais pesados se espalharam nas redes hidrográficas, poluindo 2.000 quilômetros de vias fluviais. Cinco cursos de água (inclusive o Danúbio) e quatro países (a Romênia, a Hungria, a parte servia da ex-Jugoslávia e a Bulgária) foram atingidos. A Tisza, antigamente um dos rios mais repletos de peixes da Europa, viu a quase totalidade de sua fauna e sua flora destruída em aproximadamente 600 quilômetros¹¹³.

Novos referenciais

Entre 2002 e 2013, os preços das principais matérias-primas pegaram literalmente fogo: o preço do barril de petróleo atingiu em 2008 um auge histórico (140 dólares), seguido de uma queda de curta duração (até 38 dólares para o WTI), depois disso de uma manutenção acima dos 70 dólares durante mais de cinco anos; as cotações dos principais metais decolaram (mais de 400% de aumento para o ouro, o cobre e o estanho entre 2002 e 2012, 150% para o zinco, 350% para o chumbo, mais de 550% para a prata¹¹⁴), seguida por aquelas dos gêneros alimentícios (com um aumento de mais de 100% para os cereais, a carne, os óleos vegetais e o açúcar entre 2000 e 2014¹¹⁵).

Como a crise econômica ajuda a ultrapassar os limites do “socialmente aceitável” (e portanto, também dos riscos bons de se tomar politicamente), essa subida dos preços permitiu considerar o que, antes, no Ocidente, podia parecer inconcebível em termos de custos e de riscos, acelerando a exploração maciça da natureza também nos países do Norte. Assim, neste início de século XXI, a mega-mina de lenhite de

Garzweiler, na Alemanha, de uma superfície já igual à da cidade de Lyon^{IX}, deve, para continuar sua ampliação, engolir doze aldeias; a exploração das minas de cobre de Río Tinto na Andaluzia recomeçou em abril de 2015, conduzida por uma empresa cipriota¹¹⁶; as campanhas da Pensilvânia, nos EUA, se cobriram de poços de foragem de gás de xisto à razão de um a dois poços por quilômetro quadrado; a extração das areias betuminosas no Alberta, no Canadá, transformou mais de 600 km² de florestas, de turfeiras e de terras em pedreiras, bacias de decantação e fábricas ao ar livre. Os hidrocarbonetos ditos não-convencionais¹¹⁷ geraram uma verdadeira histeria. Eles não somente suscitaram esperanças de lucro, em grande parte dececionadas após entre outros a baixa do preço do petróleo que sua extração contribuiu a provocar. É também a suspensão do fim do “sistema-petróleo” (até 700 anos suplementares segundo as estimações mais entusiastas¹¹⁸, muito amplamente supervalorizadas segundo outros especialistas¹¹⁹) que é jogado da explorabilidade nova – em termos técnicos e sobretudo financeiros – das reservas de gás e de óleo (petróleo) ditos de xisto¹²⁰, de reservatório compacto (*tight*) e de gás de camada (gás preso nas veias profundas de carvão), das areias e xistos betuminosos, das jazidas *off-shore* ultra-profundos (que ficaram famosos por conta da explosão acontecida em 2010 na plataforma de Deepwater Horizon¹²¹), e, provavelmente, daqui a pouco hidratos de metano, moléculas de metano “associadas” a moléculas de água que se encontram em profundidades oceânicas e subsolos congelados¹²². Em 2012, a Agência internacional da energia (AIE) anunciava que, graças aos hidrocarbonetos “não-convencionais”, os EUA iam acessar a uma “quase autossuficiência” em matéria energética no horizonte 2017, e que a subida da produção mundial de hidrocarbonetos daqui a 2035 proviria “inteiramente dos gases naturais líquidos e dos recursos não-convencionais” (essencialmente o gás e o óleo de xisto), enquanto a produção “convencional” devia iniciar seu declínio a partir de 2013¹²³.

A prospeção e, depois, a exploração dos hidrocarbonetos de xisto, começadas em larga escala nos EUA uma quinzena de anos atrás, estendem-se, portanto, desde o final dos anos 2000 a outros países do Norte, depois, do Sul, apesar dos riscos novos e em grande medida desconhecidos que implica sua extração. Para libertar as micro-concentrações de gás ou de óleo presas na camada impermeável de “xisto” (situada geralmente entre 1.500 e 3.000 metros de profundidade),

IX - Terceira mais povoada cidade francesa e grande polo industrial, com os antigos estabelecimentos da empresa petroquímica Rhône-Poulenc entre outros. (NdT)

se recorre à técnica de fraturamento hidráulico (*fracking*): após uma foragem vertical clássica, o poço é desviado para prolongar-se horizontalmente nessa camada, que é, em seguida, “fraturada” por meio de uma mistura de 10 a 20 milhões de litros de água (para cada operação), de areias e de aditivos químicos (inclusive alguns tóxicos e cancerígenos)¹²⁴, injetada sob pressão muito alta para abrir fissuras na rocha. Os primeiros retornos de experiência já são amplamente motivos de cautela para com um grandíssimo número de perigos: poluições dos lençóis freáticos por conta das fugas dos poços ou das subidas pelas falhas naturais abertas novamente; drenagem desde as profundezas de substâncias tóxicas (hidrocarbonetos, mas também elementos radioativos, metais pesados, sulfureto de hidrogénio *etc.*) e de perturbadores endócrínicos presentes no diesel utilizado maciçamente¹²⁵; problemas ligados ao reprocessamento e ao armazenamento das salmouras que os contêm; poluições do ar por fugas de metano que fazem do gás de xisto uma fonte de energia mais emissora de gases a efeito estufa do que o carvão¹²⁶; sismos induzidos; acidentes graves ligados ao transporte terrestre dos hidrocarbonetos extraídos¹²⁷ *etc.* E isso, sem sequer considerar as consequências das modificações físicas do meio que causa a abertura (por fraturamento) de um sistema geológico até então fechado. Essas consequências não podem ser medidas, pois, inclusive nos EUA, a exploração em larga escala está recente demais para fornecer os dados necessários a um estudo de impacto no meio e longo prazo.

Perigo para a rocha-mãe na França

Na Polónia, as reservas estimadas de gás de xisto foram rapidamente divididas por sete¹²⁸. Na Califórnia, uma revisão abaixou de 96% as reservas recuperáveis de óleo de xisto¹²⁹. Mas, mesmo que as jazidas nem sempre cumpram suas promessas e a rentabilidade não se mostre sempre à altura das expectativas¹³⁰ o entusiasmo descontrolado em torno dessas novas reservas de combustíveis fosseis continuou. Naturalmente, os movimentos de oposição ganharam algumas batalhas. Em reação a mobilizações de amplitude inesperada, a França, a Bulgária, o Luxemburgo, a Itália, e três Estados estadunidenses proibiram o uso do fraturamento hidráulico e outros adotaram moratórias (Países-Baixos, Alemanha, República tcheca, Quebec, Escócia, Galícia *etc.*)¹³¹. Todavia, em nenhum lugar a porta foi definitivamente fechada.

Na França, uma lei nacional de proibição do fraturamento hidráulico foi

concebida e adotada com carácter de urgência desde 2011 em reação contra a contestação, com, em primeira fileira dela, quase 300 coletivos de moradores vizinhos das futuras plataformas petrolíferas e de gás. Mas os coletivos não ganharam a guerra. Os industriais se mantêm prontos até que a conjuntura econômica (preço do petróleo muito baixo para a rentabilidade da extração por fraturamento hidráulico na França) e política (lei de proibição) esteja mais favorável para eles. Eles continuaram a preparar o terreno, no sentido próprio do termo, avançando nas primeiras fases das obras de prospecção. Desde o início do ano 2013, realizaram assim obras de foragem em plataformas claramente identificadas como tendo por objeto petróleo de xisto na Bacia parisiense, e está difícil imaginar que essas operações custosas sejam executadas sem nenhuma esperança de retorno do investimento, fosse este, num primeiro momento, de natureza essencialmente especulativa. Os preparativos avançaram também no Nord-Pas-de-Calais e na Lorena, onde se prospeita gás de camada, um outro hidrocarboneto “não-convencional”, cuja exploração pode, a longo prazo, exigir o recurso ao fraturamento hidráulico¹³². Os fundos marinhos são também analisados à lupa em busca de “hidrocarbonetos extremos”, como os qualificam os coletivos franceses na sequência do diretor de cinema estadunidense John Fox¹³³. Um projeto, GOLD (*Gulf of Lion Drilling*), planeja até procurar petróleo a onze quilômetros de profundidade no Golfo do Leão, sob pretexto de estudar as variações do clima global e a biosfera subterrânea¹³⁴.

No dia 21 de setembro de 2015, dois meses antes da abertura em Paris da Conferência das Nações unidas sobre as mudanças climáticas (COP21) – que, logicamente, devia levantar a questão da redução do consumo dos combustíveis fósseis –, os ministros da Ecologia e da Economia do Hexágono atribuíram três novas licenças de busca de hidrocarbonetos (PERH) líquidos ou gasosos e prolongaram duas outras licenças, uma visando o gás de camada da Lorena e o outro, as profundezas oceânicas ao largo das costas da ilha de Juan de Nova (canal de Moçambique). No início de outubro de 2015, já tinha no território francês 64 concessões¹³⁵ e 53 PERH em curso de validade. Seis pedidos de concessão e pelo menos 129 pedidos de PERH estavam em curso de instrução¹³⁶. É impossível dizer com certeza quantas dessas licenças e desses pedidos visavam *in fine* os recursos “não-convencionais” (termo ambíguo, que remete à evolução das técnicas e das práticas), mas é reconhecido que as reservas francesas de hidrocarbonetos clássicos são mais do que escassas e que o recente e

renovado aumento de atividade prospectiva se explica sobretudo pelo interesse pelos hidrocarbonetos de rocha-mãe¹³⁷.

Sobre elas, os governos sucessivos ficaram rasgados entre a pressão popular e a dos lobbies, suas divergências internas e o peso dos grandes corpos de Estado. A tentação é forte de aproveitar essa fonte de energia “de casa” de que o Hexágono seria ricamente dotado (2a reserva europeia de gás de xisto e 1a de petróleo de xisto¹³⁸), e os industriais continuam criando as ilusões dos investimentos, da independência energética, do crescimento e dos empregos. O “debate” está logo constantemente reaberto e a espada de Damocles ameaça sempre numerosos territórios¹³⁹. A lei de proibição (n° 2011-835, dita “lei Jacob”) não é certamente do agrado das empresas do gás e do petróleo, mas ela fica amplamente insuficiente para colocar-nos definitivamente ao abrigo do perigo. Ela proíbe apenas a técnica de fraturamento hidráulico (e não a prospeção e a exploração dos hidrocarbonetos “não-convencionais” ou “extremos” em si) e autoriza “experimentações” com fins de “pesquisa científica”. Essas experimentações foram até aqui bloqueadas, notadamente porque as associações que devem, segundo a lei, ter assento na comissão nacional de orientação, de acompanhamento e de avaliação¹⁴⁰, sempre se recusaram a fazê-lo. Mas sua presença poderia se tornar facultativa: no dia 21 de julho de 2015, o Conselho constitucional, consultado por Matignon^X, reconheceu, com efeito, os dispositivos relativos à composição desta comissão como sendo de caráter regulamentar, o que dá ao governo a possibilidade de modificá-las por decreto. A lei Jacob prevê também um novo exame da situação considerando “a evolução das técnicas” e “o conhecimento do subsolo francês”¹⁴¹. Nesta perspectiva, alguns parlamentares e membros do executivo deram provas de um interesse pesado para as técnicas ditas alternativas, que eles não hesitam a qualificar de “ecológicas”¹⁴². Uma daquelas que foram carimbadas como tais (em janeiro de 2014) é o fraturamento com heptafluoropropano, propano não-inflamável que permite fraturar sem água, mas que apresenta o desagradável inconveniente de ser um gás de efeito estufa 3.000 a 4.000 vezes mais potente do que o CO₂. De qualquer modo, um fraturamento das profundezas não pode ser inofensivo, pois qualquer que seja o fluido utilizado, o principal perigo fica a colocação em comunicação das matérias contidas no subsolo (hidrocarbonetos, metais pesados, elementos radioativos, vírus) com a água e o ar¹⁴³.

X - O gabinete do primeiro-ministro. (NdT)

Volta à mina?

O relançamento da extração na França não diz unicamente respeito ao ouro negro. L'Extraplac, programa francês de extensão do planalto continental, se empenha em obter da Onu o reconhecimento de dois milhões de quilômetros quadrados suplementares de espaço marítimo, com a finalidade de prospetar os fundos marinhos ricos não somente em hidrocarbonetos, mas também em minérios. O litoral atlântico vê multiplicarem-se projetos de extração de areia marinha, utilizada na fabricação de concreto ou como corretivo dos solos agrícolas¹⁴⁴. A exploração da fluorite volta para a pauta no Morvan¹⁴⁵. Por fim, os metais ainda inexplorados voltam a interessar os industriais e o executivo.

“Desejo dar uma nova ambição à França, a de voltar a ser um país em que se pode explorar minas”, declarava Arnaud Montebourg (então ministro da Recuperação produtiva de François Hollande) em outubro de 2012, durante o encerramento do Comitê dos metais estratégicos (COMES, estrutura de concertação entre a administração, os organismos públicos¹⁴⁶ e as empresas, criada em janeiro de 2011). Durante uma audiência pela comissão do desenvolvimento sustentável da Assembleia nacional, quatro meses mais tarde, o ministro acrescentava:

A questão da independência energética e da independência da mineração não é uma pequena questão: ela faz parte de nossa missão de resgate e da recuperação da nação França.

“Salvar a nação” passava, portanto, pela implementação das “condições-quadros adaptadas” para facilitar o relançamento da atividade de mineração (inclusive a “faxina” do código mineiro¹⁴⁷) e, sem esperar mais tempo, por “novos projetos minerários, em matéria de terras raras e de recursos estratégicos”.

Desde o fechamento em 2004 da mina de Salsigne (uma das principais produtoras de ouro na Europa e a primeira mundial no que diz respeito ao arsênico nos anos 1940, situada no Aude), se podia até acreditar que era o fim da extração de metais em grande escala na França metropolitana. Sobravam apenas duas explorações de bauxita (no Hérault) e a pedreira de caulino de Échassières (no Allier) que, explorada pela sociedade Imerys, produzia também pequenas quantidades de tântalo e de nióbio, e estanho. As grandes minas (bem como a garimpagem) parecia se referir apenas ao Ultramar (o ouro na Guiana, o níquel e o cobalto na Nova-Caledônia) e os receios ligados à sua

extensão, assim como as resistências que esta provocava¹⁴⁸, pareciam poupar os territórios do Hexágono.

Mas eis que em 2013, depois de trinta anos de acalmia, a busca por metais foi retomada a algumas centenas de quilômetros de Paris. A Variscan Mines, filial em Orléans^{149-XI} de uma mineradora *junior* domiciliada na Austrália (PlatSearch) foi concedida a licença exclusiva de pesquisa de minas (PERM) dita de Tennie, no Sarthe, e no Mayenne ao redor da antiga mina de ouro e de prata de Rouez-em-Champagne (em produção até 1994). Quatro meses depois, o PERM de Villeranges, no Creuse^{XII}, não muito longe da antiga mina de ouro do Châtelet, é concedido a Cominor, uma outra *junior*. Ao momento são escritas estas linhas (início de outubro de 2015), a carteira de Variscan Mines contém cinco licenças a mais: Saint-Pierre (Maine-et-Loire), Merléac (Côtes-d'Armor), Beaulieu (Loire- Atlantique), Loc Envel (Côtes-d'Armor) e Silfiac (Côtes-d'Armor e Morbihan), enquanto Imerys (que, por seu lado, não é uma *junior*, mas uma sociedade francesa de tamanho internacional especializada na extração e na transformação de toda uma gama de minérios) dispõe, desde maio de 2015, da “licença de pesquisa de minas de lítio, estanho, tântalo, nióbio” e outros metais no Allier e o Puy-de- Dôme (PERM de Beauvoir), onde ela já explora sua pedreira de caulino¹⁵⁰. Ao menos oito outros pedidos estão em curso de instrução (no Nièvre e no Saône-et-Loire, no Finistère, no Ille-et-Vilaine, no Mayenne, nos Pyrénées-Atlantiques, na Vendeia, no Ariège, no Haute-Vienne e no Dordogne)¹⁵¹. Os geólogos se interessam também pelos resíduos de exploração das antigas minas. Na orla das Cévennes^{XIII} (ao redor de La Croix-Pallières), esses resíduos revelariam uma “quantidade importante” de zinco e de chumbo¹⁵².

Dois fatores explicam esse renovado interesse pelos subsolos franceses. Para começar, o aumento dos preços dos metais (que se mantêm a níveis ainda suficientemente altos embora eles baixem desde 2013¹⁵³) torna teoricamente rentável a exploração de minérios com baixo teor em metal procurado e/ou que requerem investimentos mais importantes. Assim, por exemplo, enquanto na antiga mina do Châtelet no Creuse se extraía em média, nos seis anos de exploração¹⁵⁴, 24,35 gramas de ouro por tonelada de minério, o teor em ouro seria até oito vezes menor no

XI - Cidade do centro da França, relativamente próxima de Paris (cerca de 130 km). (NdT)

XII - Departamento francês. (NdT)

XIII - Cadeia montanhosa do Centro-sul da França, situada perto do rio Rhône. (NdT)

perímetro da atual licença de Villeranges! O segundo fator de explicação é o interesse crescente pelos coprodutos (ou subprodutos) dos principais metais, que não eram extraídos antes (por conta dos custos muito elevados e do modesto tamanho dos mercados). Assim, entre as substâncias visadas pelos pedidos de licença de pesquisa de metais na França, se encontram principalmente o cobre, o ouro, o estanho, o zinco, o chumbo, a prata, o tungstênio, mas também muitos outros metais que podem ser associados a estes: o antimônio, o nióbio, o tântalo, o lítio, o molibdênio, o índio, o cádmio, o germânio, o berílio e outras “substâncias conexas” não especificadas. Estes “metais menores” ou “pequenos metais” (qualificativos utilizados para designar as substâncias metálicas cuja produção mundial se situa aquém de 300.000 toneladas anuais e que não são trocadas nos mercados organizados como os grandes metais e os metais preciosos) são particularmente valorizados pela indústria eletrônica e as novas tecnologias “verdes”¹⁵⁵. Sua importância para “um desenvolvimento industrial ambicioso” da França foi notadamente destacada, em 2013, pelo Comissariado geral à estratégia e à prospectiva¹⁵⁶. A fim de “mobilizar o interesse dos industriais”, este último convidava os poderes públicos para “aperfeiçoar o conhecimento” desses recursos que até então não tinham sido “objeto de pesquisas aprofundadas”¹⁵⁷. O interesse econômico do “potencial metálico” do Massivo Armoricano, do Massivo central, dos Vosges e dos Pireneus ainda fica para ser demonstrado, tarefa que incumbirá às empresas *juniors* titulares das licenças fornecidas. Se elas conseguem comprovar que as jazidas visadas são prometedoras, elas poderão eventualmente acabar compradas por uma *major* que se encarregará (ou não), em seguida, da exploração: é pelo menos deste jeito que são, na maioria dos casos, divididas as tarefas dentro da fileira em outros países. Quanto aos moradores das futuras áreas de exploração, as graves poluições dos antigos sítios minerários não contribuem muito para tranquilizá-los na perspectiva de uma retomada. Nesta frente também, como se verá mais adiante, as resistências organizam-se¹⁵⁸.

“Potencial local” e “diplomacia mineral” da União europeia

A “renovação mineral” francesa se inscreve no quadro europeu. Já em 2008, a Comissão europeia começou a definir as orientações da política da União para com o aprovisionamento de suas indústrias em matérias-primas estratégicas. Os grandes eixos desta foram fixados pela comunicação intitulada “Iniciativa Matérias-primas” (2008)¹⁵⁹, sustentados depois e especificados por outros estudos e comunicações.

Entre as quatorze substâncias consideradas como essenciais para a economia da União (antimônio, berílio, cobalto, fluorite, gálio, germânio, grafita, índio, magnésio, nióbio, tântalo, platinóides, terras raras e tungstênio), se encontram os mesmos “pequenos metais” que pretendem procurar as *juniors* mineradoras na França. A velha Europa produz deles quase nada e, para adaptar sua dependência, a Iniciativa propõe uma estratégia com três eixos.

A reciclagem e a eficácia na utilização dos recursos se encontram em terceira posição. O segundo lugar pertence ao aprovisionamento em proveniência de fontes europeias. Na França, a realização deste segundo pilar (sob a forma das licenças de mineração acima descritas) ainda está numa fase primária. Outros países europeus – a Grécia, a Espanha, a România, a Suécia, a Hungria, a Finlândia, a Alemanha, a Eslováquia e até Chipre – são bem mais avançados no ponto de vista do número e da amplitude dos projetos minerários em curso. Alguns destes últimos, notadamente os projetos de exploração de metais preciosos ao ar livre (Skuriés na Calcídica, Roșia Montană na Transilvânia, Corcoesto na Galícia *etc.*), foram combatidos com uma força e uma energia que não tinham nada a invejar às mobilizações do outro lado do Atlântico¹⁶⁰.

Todavia, permanecem ainda muitos obstáculos ao fato de que a Europa se torne um paraíso mineral comparável com a América Latina, a África, a Austrália ou o Canadá. Em sua Iniciativa, a Comissão europeia destaca efetivamente que as “restrições [...] do atual quadro regulamentar continuam comprometendo o desenvolvimento futuro das indústrias extrativas da União”. Para atenuar isso, a fim de satisfazer “nossas necessidades fundamentais para assegurar o crescimento e criar empregos” (o subtítulo da comunicação de 2008), o primeiro pilar da Iniciativa, intitulado “O acesso às matérias-primas nos mercados mundiais”, preconiza que a União se dote de uma “diplomacia das matérias-primas” e desenvolva “estratégias [...] para garantir o acesso a jazidas” fora das fronteiras. Por outras palavras, trata-se, em paralelo com o relance dos projetos minerários nos países europeus, de que se sabe antecipadamente que encontrará obstáculos, de aumentar a extração longe de nossos olhos e de nossas leis. De jeito nenhum a retomada da atividade mineradora no Ocidente implica, portanto, uma trégua para os países do Sul. É assim, por exemplo, que quando, em fevereiro de 2014, Arnaud Montebourg revitalizava a Companhia nacional das minas (até hoje ficada ao estado do anúncio) “para prospetar e explorar primeiro nosso subsolo”, ela a destinava também a prospetar “o subsolo de outros países” e continentes: a África, a Ásia

central e a América do Sul. Esquecendo visivelmente que a França não tem mais oficialmente possessões territoriais na África, o ministro supunha que “os países da África francófona [...] gostariam de trabalhar conosco antes de lidar com empresas *estrangeiras*”¹⁶¹.

Um termo militante

O panorama traçado neste capítulo está longe de ser exaustivo, mas o esboço dos diferentes contextos basta para constatar que a distribuição dos papéis entre aqueles que tiram maciçamente proveito da natureza e aqueles que se encontram a pagar os custos disso não pode ser reduzida às únicas relações de força entre Estados dominantes e Estados dominados. Se a exploração industrial da natureza devasta em primeiro lugar os territórios dos países pobres do Sul, ela atinge também os países emergentes, cujo crescimento acelerado se tornou um dos motores do avanço das fronteiras extrativistas. Ademais, há alguns anos, ela recomeça cada vez mais forte nas ex-metrópoles coloniais e até nos mais “centrais” dos *centros*. E se alguns países do Sul são efetivamente reduzidos ao papel de reservatórios de recursos para as necessidades dos outros, o princípio que rege o porvir das zonas de sacrifício fica o mesmo em todos os lugares: lá se explora o que apresenta um interesse econômico, antes de ir embora, deixando para trás territórios devastados. De uma certa maneira, o esquema de análise centro-periferia pode ser replicado ao infinito: no Sul como no Norte, as campanhas devem se sacrificar para as metrópoles.

Evidentemente, há importantes diferenças entre o destino das pessoas sacrificadas do Sul e as do Norte. Os quadros jurídicos dos países ocidentais são geralmente – pelo menos por enquanto – menos permissivos, as técnicas de controle dos contestadores mais dissimuladas, as táticas repressivas menos letais. Por fim, em termos econômicos, a “produção” de bens naturais no Norte é mais frequentemente transformada no país (petróleo refinado, minérios destinados à indústria local, produtos da agricultura química dirigidos em direção à indústria alimentar nacional), e ela é consumida ao nível nacional em proporções mais importantes. Mas será que isso torna os sacrifícios mais aceitáveis? A venda e o consumo do gás de xisto da Pensilvânia no mercado interno dos EUA bastam para justificar-se, na opinião dos moradores vizinhos dos poços escavados, o fato de serem alimentados em água potável por caminhões-cisternas porque seus poços artesianos são poluídos? Será que o “boom” econômico provocado pela corrida ao ouro negro legitima as poluições com que sofrem as

populações locais? Sob o pretexto a lenhite de Garzweiler (Renânia do Norte-Vestefália) concorre à independência energética da Alemanha, será que se deve fazer uma aula de patriotismo a esses renanos que estão relutantes em deixar suas velhas aldeias e que amuam para os condomínios todos idênticos construídos para acolher os deslocados¹⁶²?

Na hora em que os problemas colocados pela exploração maciça da natureza se generalizam e os conflitos estouram em todo lugar, os critérios da ausência de transformação e da destinação à exportação dos recursos naturais extraídos, colocados por Gudynas para definir o extrativismo, tendem a limitar a dimensão militante deste termo. Eles podem deixar entender que ao lado do extrativismo, exportador e economicamente injusto, logo inaceitável, poderia existir um outro “ismo”, mais integrado aos outros setores, que favoreceria as indústrias nacionais e, portanto, necessário, até legítimo, ou pelo menos inevitável, mesmo que tenha também consequências devastadoras para os ecossistemas e as populações¹⁶³. Tecnicamente, isso pode levar a resultados um tanto incongruentes, como por exemplo o fato de incluir no extrativismo – como o faz Gudynas – “algumas formas de turismo de massa”¹⁶⁴, e de excluir dele, por princípio, uma mega-exploração mineral poluente que forneceria recursos transformadas no país e/ou destinados à procura nacional. Politicamente (mesmo se Gudynas é um dos primeiros a denunciar o “neo-extrativismo progressista”), tal definição poderia servir de apoio ao raciocínio que busca impor o extrativismo em nome do “desenvolvimento” nacional, raciocínio retomado e apoiado pelas pessoas que ainda não são diretamente afetadas pelo avanço das fronteiras extrativistas. O que se diria efetivamente se as políticas extrativas dos governos progressistas latino-americanos se aproximava mais do modelo chinês, isto é, que em vez de alimentar uma renda de exportação (no melhor dos casos redistribuída), os recursos extraídos se dirigissem primeiro em direção ao aprovisionamento e o desenvolvimento das indústrias nacionais? Não é que teria mais motivos legítimos de combatê-las? Embora a China desenvolva doravante sua própria indústria de transformação, a extração das terras raras, contudo, não parou de gerar todos os tipos de poluições.

Saber se determinadas condições tornam “aceitáveis” os sacrifícios dos territórios e das vidas, permanece uma questão essencial, e talvez seja justamente nestes termos que deveria ser colocado o debate entre o progressismo desenvolvimentista e o ecologismo no sentido amplo. Se, economicamente falando, a transformação dos bens naturais “adiciona valor” (de troca) ao produto final, melhora o saldo comercial (se o

produto é destinado à exportação) e faz crescer o PIB, isso não impede que, antes de ser transformados, os bens naturais devem ser extraídos em algum lugar. O fato de dispor de infraestruturas de transformação não fará automaticamente diminuir a pressão sobre os recursos nas regiões onde eles se encontram e não colocará ao abrigo aqueles que têm a má sorte de viver sobre suas jazidas. Mesmo se a extração se inscrevesse num sistema de trocas menos desigual, ela colocaria sempre, no contexto de menor acessibilidade dos recursos (e da “necessidade” de ir buscá-los sempre mais longe), problemas ecológicos e sociais fundamentais para os territórios diretamente em causa e para o conjunto do mundo. A pilhagem é sempre injusta à escala de uma comunidade e de um território, de uma região, de um país, do planeta. Privilegiar um único degrau – aquele, em última análise, do Estado-nação e do modelo econômico que aplica – é redutor.

Neste nível, a prática ultrapassa a teoria. O conceito não espera uma definição academicamente reconhecida por todos para difundir-se. Difundindo-se, ele vê seu sentido evoluir: utilizado sempre mais amplamente para denunciar o afincamento das empresas e dos governos em impor, no Sul, como no Norte, todos os tipos de projetos de exploração maciça da natureza, o termo “extrativismo” assim “redefinido” amplia a crítica para com a obsessão, generalizada e invariavelmente destruidora, de extrair quantidades sempre mais importantes de energia e de matérias. A ocorrência da palavra “extrativismo” se torna cada vez mais frequente nas reivindicações, slogans e reflexões de grupos ocidentais que lutam contra a exploração de hidrocarbonetos em leitos de rocha ou a reabertura de minas, contra projetos de infraestrutura de transporte de energia ou de mercadorias e outras formas de planejamento regional a serviço da economia mercantil. As conexões que vão se criando e se reforçando, as solidariedades que se forjam entre as lutas daqui e de outros lugares, inclusive de uma margem à outra do Atlântico, tornam cada vez mais necessário para essas dotar-se de um mesmo vocábulo, para nomear um inimigo comum.

Capítulo 3

Miragens de um crescimento desmaterializado

*Forjados artificialmente para paralisar as oposições potenciais,
os oximoros fazem fusionar duas realidades contraditórias [...].
Eles favorecem a destruição das mentes, se tornam fatores de patologias
e ferramentas de mentira. Quanto mais se produzem oximoros,
mais as pessoas ficam desorientadas e inaptas a pensar.
Utilizados a doses maciças, eles tornam louco.*
(Bertrand Méheust, *La politique de l'oxymore*, 2009)

Os números e as datas podem gerar debate, mas numerosas estimativas levam a acreditar que a cornucópia da abundância não é sem fundo. O petróleo? Teria ao máximo um século e meio em reserva, a condição de fazer um uso resoluto das jazidas ditos *não-convencionais*. Para os metais, as fontes de referência anunciam que, *no estado atual dos preços e das técnicas*, as reservas exploráveis de cobre e de níquel bastariam por 30 a 40 anos e as de prata, de ouro, de antimônio, de zinco, de chumbo e de estanho, por 10 a 20 anos apenas¹. Os “recursos renováveis” – solos, água, florestas, fauna e flora – são explorados a tal velocidade que alguns não se renovam mais: ao menos 40% das terras aráveis são hoje fortemente degradadas e 10% já se tornaram inutilizáveis para a agricultura², a água doce de boa qualidade se torna escassa, a pesca excessiva ameaça de extinção muitas espécies de peixes³, a biodiversidade em geral está em queda livre. Mesmo do lado das substâncias minerais mais abundantes (materiais de construção e notadamente a areia), estão aparecendo carências locais que obrigam a levá-las de sempre mais longe⁴.

A busca desses “recursos” cada vez menos fáceis de acesso acelera em todo lugar do mundo. Os números deixam tonto: 4,5 bilhões de toneladas de petróleo, 3.479 bilhões de m³ de gás, 7,8 bilhões de toneladas de carvão, 3,2 bilhões de toneladas de minério de ferro, 220 milhões de toneladas de rocha fosfatada, 234 milhões de toneladas de bauxita (minério de alumínio)⁵, 35 milhões de toneladas de potassa, 29 milhões de toneladas de cromo, 18,7 milhões de toneladas de cobre, 18 milhões de toneladas de manganésio, 13,3 milhões de toneladas de zinco, 5,5 milhões de toneladas de chumbo, 2,4 milhões de toneladas de níquel, 2 milhões de toneladas de amianto, 296.000 toneladas de estanho, ao menos 110.000 toneladas de óxidos de terras raras, 59.500 toneladas de urânio, 26.000 toneladas de prata e 2.860 toneladas de

ouro 6 e muitos outros metais, cujos volumes não são sempre quantificáveis por causa de “não divulgação dos dados confidenciais das empresas”⁷, ao menos 15 bilhões de toneladas de granulados (areia e cascalho)⁸: esses são apenas alguns exemplos do que é extraído num ano na terra. Estima-se que mais de 70 bilhões de toneladas de diversas “matérias” – metais e minérios industriais, materiais de construção, vetores de combustíveis fósseis, biomassa vegetal e animal – são extraídas e utilizadas cada ano para criar valor econômico (77,7 bilhões em 2011)⁹. Se levarmos em conta, mesmo que parcialmente, da “extração não-utilizada” (terrenos detriticos, terras baldias, resíduos de colheitas, solos perdidos por erosão *etc.*), este volume supera os 125 bilhões de toneladas¹⁰.

Isso poderia dificilmente ser mais claro: a economia moderna está esvaziando o planeta, no sentido próprio do termo. Onde ela vai encontrar todos os “recursos” que lhe são essenciais, nem que fosse apenas para manter o nível atual de sua atividade industrial, sem virar terra e mar a sua procura, sem degradar irremediavelmente nosso ambiente e, logo, nossas condições de vida? Contudo, as mídias e a classe política nos lembram isso todos os dias desde o café da manhã, não somente está fora de questão ralentar, mas, pelo contrário, essa economia deve crescer e não o faz nunca o suficiente! Principal alvo dos governos¹¹ – “rumo” e “combate” deles, diria François Hollande^{XIV} –, o “crescimento” é uma medida de referência do “moral” e da “saúde econômica” de um país e dos seus habitantes, panaceia suposta conservar abertas as portas da prosperidade, da subida das rendas e da “qualidade de vida”, condição *sine qua non* (embora, admite-se, não suficiente) do “desenvolvimento” e da “criação de empregos” (portanto, também uma garantia contra a instabilidade política). Então, quando esse crescimento empalidece, precisa estar disposto a tudo para reacender sua chama.

Como podemos ainda correr atrás do crescimento, enquanto os limites materiais e ecológicos tornam a expansão da economia cada vez mais insustentável? Como podemos não nos dar conta que este comportamento é suicida? É aqui que os fazedores de quimeras trazem sua contribuição. Eles não clamam, à maneira de um Georges Bush sênior, que um modo de vida “ultra-consumidor” da natureza não é

XIV - Político francês filiado ao Partido Socialista, presidente da República de 2012 a 2017. Apesar de suas promessas eleitorais, ele pratica uma política econômica liberal que leva a fortes protestos sociais duramente reprimidos. (NdT)

negociável. Mais comedidos, eles dizem que “se não queremos ver se interromper a progressão do nível de vida registrada há cinquenta anos, precisamos encontrar novos meios de produzir e consumir”¹². Eles dizem também como conseguir isso: graças ao progresso das ciências e das técnicas e à eficiência do mercado. *The show must go on*, e seus protagonistas não devem entrar em pânico: a economia prosseguirá seu “crescimento”, simplesmente ela a “desmaterializará”. Será que isso seria possível, realmente?

Os avatares do desenvolvimento sustentável

Os oximoros baralham as referências. Eles são “quimeras semânticas”, parecidos com o monstro mítico com cabeça de leão e ventre de bode, que deixam entender que é suficiente reunir num sintagma noções incompatíveis para criar uma nova realidade. Deste modo, a fórmula do “desenvolvimento sustentável” (ou “durável”), forjada pelo relatório Brundtland em 1987, veio encerrar o debate sobre os limites físicos do crescimento econômico, salvando o consenso produtivista e extrativista posto em perigo pelo sucesso do relatório Meadows de 1972¹³: durante a Cimeira da Terra do Rio (1992), foi concordado que as prioridades econômicas, sociais e ambientais podiam ser conciliadas, que o desenvolvimento econômico e o crescimento da produção na sua base se tornariam socialmente equitativos e ecologicamente toleráveis, repartindo os “recursos naturais” entre as gerações presentes e aquelas que virão¹⁴. Do mesmo jeito, foi considerado que a elevação dos rendimentos era a solução mais adequada para garantir a preservação do meio ambiente: problemas apontados no relatório Meadows, o “desenvolvimento” e o “crescimento”, se transformavam em soluções pela potência declarativa de uma nova linguagem.

Depois, essas conjecturas geraram outras quimeras. Entres estas, se encontra primeiro o *crescimento verde*¹⁵. Em sua versão mais abertamente neoliberal (no sentido que lhe dá, por exemplo, a Organização de cooperação e desenvolvimento econômicos – OCDE), ela se apresenta como a vertente econômica do “desenvolvimento sustentável”, “resolutamente centrada na criação das condições necessárias para a inovação, para o investimento e para a concorrência, que podem criar novas fontes de crescimento econômico, sem prejudicar a resiliência dos ecossistemas”¹⁶. Ela coloca no centro as “oportunidades comerciais” oriundas da antecipação das penúrias (e mais geralmente da “crise ecológica”) e exige dos Estados que façam o necessário para garantir a eficiência dos “mercados verdes”¹⁷. O postulado de que “[o]

crescimento e [a] preocupação do ambiente podem andar a par”¹⁸ toma por vezes acentos rooseveltianos ou keynesianos, os investimentos indispensáveis para a “ecologização” ou “esverdeamento” tornando-se também, pelo menos no papel, os motores de um relançamento econômico criador de empregos. É a ideia avançada pelas diversas versões do “Green New Deal” (que figura por exemplo no programa do Partido verde europeu – PVE – e no de Jill Stein, candidata do *Green Party* para a presidência dos EUA em 2012), ou ainda pelo projeto de lei de “transição energética para o crescimento verde” na França, em 2015. Que seja neoliberal ou neokeynesiano, o projeto operacional se apoia em algumas ofertas padrão que misturam soluções técnicas e mudanças comportamentais: as energias de “baixo carbônio”¹⁹, o isolamento e mais geralmente a eficácia energética dos prédios, a “bioeconomia” (definida pela OCDE como um “sistema em que as biotecnologias assegurarão uma parte substancial da produção econômica”²⁰), as nanotecnologias (supostas, graças à miniaturização, contribuir às economias de matérias-primas), a “economia circular” (essencialmente a reciclagem) etc.

Em paralelo, há quase quinze anos, um determinado número de instituições internacionais e regionais – que incluem a Comissão europeia e Eurostat, a OCDE, a Divisão das estatísticas das nações unidas, o Programa das Nações unidas para o meio ambiente (PNUA) ou ainda o Banco mundial – falam em “*desacoplamento*”. Se trato ao mesmo tempo de um lema, de um objetivo que os “decisores” são convidados a prosseguir e de um novo quadro contabilístico. Concretamente, o *desacoplamento* é o que deve servir para “esverdear” os números do crescimento, seguindo o postulado à primeira vista simples: graças a uma melhor eficácia “material” ou “energética”, se pode produzir mais (mercadorias) com menos (recursos e poluições), desempenho que será medido por meio de uma série de indicadores. O caso particular de desacoplamento entre crescimento e “recursos naturais” recebe também o nome de “*desmaterialização*” (“do crescimento” ou “da economia”), o oxímoro muito mais pernicioso.

Segundo o PNUA, tem ainda, claro, um longo caminho para ser percorrido para definitivamente “desacoplar os fluxos das matérias e de energia do progresso econômico e social”²¹, mas teria assim mesmo “motivos para manter esperança”. Isso tanto mais que, como afirma um relatório dessa instituição datado de 2011, “um certo nível de desmaterialização da economia mundial” já teria sido alcançado “no decorrer do século passado, [...] sob o efeito conjunto das inovações em

matéria de tecnologias, de concepção dos produtos, de utilização da energia e da expansão das populações urbanas adotando um estilo de vida mais sustentável”²². Então, bastaria ser paciente? A finitude dos “recursos” e as devastações que sua extração gera seriam apenas problemas transitórios que o progresso técnico e o mercado já estariam resolvendo? Naquele caso, só nos restaria adotarmos também um “estilo de vida mais sustentável” e deixar os profissionais fazerem seu trabalho, esperando que nenhum extrativista escrutine, entretanto, nosso quintal. Isso poderia ser repousante – se ao menos fosse verdade.

A artificialização não é uma desmaterialização

O que nos prova que a economia está “desmaterializando-se”? Descartemos de imediato o que releva do *green washing* (“ecobranqueamento” ou “esverdeamento”), esse conjunto de táticas publicitárias que consistem em apresentar como ecologicamente virtuosos tecnologias e produtos de atributos e de impactos globalmente inalterados, ou em gabar-se de uma atividade qualquer suposta “compensar” os danos produzidos. O estratagema é bastante grosseiro: pintar sua imagem de verde, ao exemplo, caricatural, mas verídico, da fundição de metais de Doe Run Perú, responsável por um desastre sanitário na cidade andina de La Oroya, que tinha, alguns anos atrás, literalmente caído de tinta verde as magras infraestruturas públicas, parques, bancos públicos, escolas, casas de banho, que nem lhe deviam sua existência. A cor da esperança sobressaía particularmente bem sobre o fundo de rochedos brancos, nus e desvanecidos pelas emanções tóxicas das gigantescas chaminés de seu complexo poluente²³... Como outras, as empresas extrativas se distinguem em matéria de maquilhagem, e as expressões “desenvolvimento sustentável” ou “corresponsabilidade” são sistematicamente integradas a sua propaganda. Às vezes, para que um projeto seja apresentado como “ecológico” e “sustentável”, basta argumentar que ele recorre a tecnologias “modernas”, isso, até quando estas últimas alargam os limites do explorável à força de substâncias químicas e de perturbações profundas dos ecossistemas. O esverdeamento pode também parar a uma mera mudança de vocábulo. É assim que, por exemplo, a técnica do “fraturamento hidráulico” utilizada nas forragens de hidrocarbonetos de xisto se torna uma “estimulação” ou, porque não, uma “*massagem* da rocha”²⁴ com óleos de forragem e lubrificantes tóxicos! Os exemplos são inúmeros e uma abundante literatura militante analisa em detalhe as mentiras do que, na novílingua dos tecnocratas e dos profissionais do

marketing, fica com o nome respeitável de “responsabilidade social e ambiental”.

Mas a promessa de desmaterialização visa um outro âmbito. No sentido literal, esta palavra remete a uma “desencarnação”, a uma “elevação por cima da matéria”²⁵. Tomando-a ao pé da letra, esperar-se-ia, portanto, de uma “economia desmaterializada” que ela se passe totalmente das matérias, enquanto uma “economia se desmaterializando” deveria, com toda a lógica, utilizá-las cada vez menos. Será que é essa direção que está tomando a economia mundial?

Para começar, reina, na vida comum, uma grande confusão, tanto semântica quanto relativa à apreciação da realidade. Desmaterializam-se as contas, os títulos de transporte, a informação, o cotidiano. Depois de uma primeira “revolução” Internet na viragem para os anos 2000, eis agora que o totalmente numérico, o totalmente móvel, o totalmente sem fio, nos dão a ilusão de flutuar no éter. É fácil se deixar convencer. Pensemos só em nossos obscuros antepassados, mesmo que seja caricatural, da revolução industrial. Poderiam ter imaginado que uma carta contendo imagens animadas em cores poderia, um dia, voar no ar, alcançar o outro lado do mundo no espaço de alguns segundos com o toque de um dedo numa máquina não maior que um caderno de papel? E que diriam da “realidade virtual”, a capacidade de nossas máquinas de “criar” mundos que parecem “reais” em todos os aspectos, com os quais o sujeito interage por todos seus sentidos ficando sentado em sua poltrona? Daí, há apenas um passo para que os mais entusiastas esperem que uma “segunda natureza”, a tecnosfera criada pelo homem, substitua, a longo prazo, o “estoque” natural esgotado.

Multiplicar os pães (e os peixes), *ex nihilo* é um sonho ocidental antigo como a Bíblia, e o entusiasmo gerado pelas engenhocas como a impressora 3D, de que se espera que fabriquem tudo ou quase a partir de quase nada, mostra que ele não perdeu nada de sua força, nem de seus adeptos. Mas, com minhas desculpas aos tecnófilos, a multidão de objetos numéricos que povoam seu cotidiano não são de modo algum imateriais. Um *e-mail* chega efetivamente numa dezena de segundos ao outro lado do mundo, mas à diferença de um pombo-correio ou de um funcionário dos correios a pé ou a cavalo, ele o faz graças a infraestruturas e máquinas complexas, impossíveis a construir e a manter sem contribuições enormes em matérias-primas e em energia. Tal como um cabeleireiro que não pode trabalhar sem tesouras, as Bolsas fechariam e Internet pararia sem os servidores, as torres de

telefonia móvel e os cabos transoceânicos em fibras óticas (de vidro, sim, mas feitos também de boro e de metais raros como o germânio), sem os *data centers* e seus milhares de computadores, eles mesmos inconcebíveis sem os metais (alumínio, chumbo, ouro, zinco, níquel, estanho, prata, ferro, platina, paládio, mercúrio, cobalto, antimônio, arsênico, bário, berílio, cádmio, crômio, háfnio, índio...), sem a água e sem os combustíveis necessários à sua fabricação, sem a eletricidade que os faz funcionar²⁶. Bem como a indústria pesada, as tecnologias de informação e de comunicação, a financia (com seus servidores e seus cabos de transmissão dedicados), e mais geralmente a grande maioria dos “serviços” produzidos em escala industrial (que precisam de muitos suportes físicos: computadores e outros aparelhos eletrônicos, *data centers*, redes, escritórios equipados *etc.*) são atacadados às riquezas naturais. Os volumes sempre crescentes de dados numéricos tratados, armazenados e que transitam pelas redes informáticas pedem quantidades cada vez maiores delas²⁷. Nem o peso do “setor terceiro” numa determinada economia (principal fonte de crescimento econômico nos países da União europeia²⁸), nem a tecnologização de nossas ocupações cotidianas significam que a economia mundial “se eleva por cima da matéria”. Muito pelo contrário, a artificialização crescente do mundo vai só acrescentando sua “materialidade”.

O desenvolvimento das “novas tecnologias da informação e das telecomunicações” (NTIC) faz subir em flecha a procura e os preços de um determinado número de metais, acentuando também as veleidades de controle e de enriquecimento ao longo das cadeias de aprovisionamento. Segundo Apoli Bertrand Kameni, a expansão das NTIC explica em grande parte “o desencadeamento, a frequência e o prosseguimento dos conflitos políticos e armados na África” durante esses trinta últimos anos. Em particular, os diferentes episódios das guerras do Congo (Zaire/RDC) são para ele diretamente ligados à “revolução eletrônica”: o primeiro (1996-1997) “tinha, entre outros, como desafio, o germânio indispensável para a tecnologia das imagens e da Internet sem fio”; o segundo (1998-2002) “visava principalmente o tântalo”; o terceiro (desde 2004), “a cassiterita” (estanho). A isso se adiciona a amostragem paralela de volfrâmio (tungstênio) frequentemente associado aos minérios de cassiterita [...], como também os minérios tradicionalmente geradores de conflitos do Catanga, o cobalto para as baterias e o cobre, nave energética dos aparelhos elétricos e eletrônicos”²⁹.

O tântalo (para condensadores ou ainda telas de cristais líquidos), o estanho (para soldagens) e o tungstênio (para a função de vibração) servem notadamente para fabricar os telefones celulares. A imagem deste objeto de consumo corrente permitiu a alguns jornalistas e ONGs³⁰ atrair durante um tempo a atenção do “grande público” sobre a relação entre a indústria eletrônica, as matérias-primas e a guerra. Seus esforços resultaram numa forma de embargo moral aos minérios congolese, recomendado pela Onu e traduzido em lei nos EUA³¹. Mas sua aplicação permanece teórica e não pode ser verificada pelo fato da multiplicação dos intermediários. Do mesmo modo, se os clichés sobre a violência que reina nas aldeias dos mineiros de coltan³² do Kivu fez provavelmente pensar, a procura dos *smartphones* não fez outra coisa a não ser aumentar³³.

Algumas verdes esperanças

Evidentemente, não são apenas as NTIC de grande consumo que amplificam a pressão e os conflitos nos países ricos em “metais *high tech*”. Apoli Bertrand Kameni coloca, por exemplo, também em causa “a revolução eletrônica da segurança”, responsável das tensões suplementares em torno do germânio, metal particularmente valorizado pelos setores da defesa e da aeronáutica, que desempenhou um papel central na “revolução da desterritorialização do campo de batalha” e na generalização da videovigilância e da teledeteção desde os atentados do 11 de setembro de 2001. Por fim, ele cita “a mutação ecológica da economia”: assim, a proibição pela União europeia das soldas de chumbo³⁴ acrescentou a pressão sobre o estanho e a prata, principais substitutos do chumbo na eletrônica (e que abundam nos solos africanos), enquanto o desenvolvimento dos veículos elétricos e híbridos fazia subir em flecha a demanda do cobalto³⁵. Mau ponto para a boa consciência prometida pelo crescimento verde! Pode-se também evocar a contribuição das soluções da dessalinização da água de mar à demanda do titânio, aquela das tecnologias de despoluição dos gases de escape dos automóveis (escapes catalíticos) à cotação crescente dos platinídeos, o maior interesse pelo lítio, o níquel e o manganésio, além do cobalto, para fabricar as baterias de propulsão dos veículos elétricos *etc. etc.* Que se trate de “remendos” destinados a corrigir os erros das “tecnologias do passado”, ou de “novas tecnologias” visando a, no papel, traçar o caminho das desmaterializações, as “soluções” tecnológicas implementadas em escala industrial se traduzem por novas pressões extrativas.

Assim, as biotecnologias (a base da “*bioeconomia*” versão OCDE e uma das chaves do *crescimento verde*) estão destinadas a substituir os hidrocarbonetos pelos “recursos renováveis” – culturas e resíduos agrícolas ou de madeira, algas, microrganismos – num determinado número domínios. Todavia, como o resume Philippe Bihouix, é impossível “voltar “a fontes biológicas” para o nosso consumo astronômico de plásticos, de substâncias químicas ou, pior, de combustíveis”. Para alcançar esse objetivo, esse engenheiro formado na Escola Central de Paris que não acredita nas promessas do crescimento verde, e isso “por muitos motivos, muito cartesianos”, calcula que quase dois bilhões de toneladas de conteúdo carbônio seriam necessárias. Ora, mesmo se, coisa inconcebível, se alocava a totalidade da produção agrícola mundial (fora dos frutos e legumes) a isso, obter-se-iam apenas, e ao máximo, 800 milhões de toneladas, e somente 250 a 300 milhões a partir dos resíduos unicamente... que é inimaginável recuperar integralmente ao risco de esterilizar as terras! Com a lenhite de madeira, “o problema fica inteiro mesmo explorando sistematicamente todas as florestas do mundo”³⁶. Por fim, as baterias de produção de microalgas (que devem, entre outros, servir a produzir os “biocombustíveis de terceira geração”³⁷) implicam um consumo aumentado de metais e outros materiais industriais.

Quanto ao solar fotovoltaico ou ao eólico, “para desenvolvê-los de maneira significativa sem pôr em causa nossas exigências em termos de continuidade de serviço, seria (será?) necessário ligar os milhares de eólicas, de “fazendas” fotovoltaicas e de dispositivos de armazenamento (nas baterias de veículos, sob forma de metano, de hidrogênio *etc.*) por *smart grids* (redes inteligentes) afim de permitir a cada instante o equilíbrio entre uma oferta errática e intermitente e uma demanda variável, com consumidores que serão conectados por contadores eles também “inteligentes” e comunicantes [...]. Tal macrossistema técnico será baseado em numerosíssimos equipamentos *high tech*, cheios de eletrônica e de metais raros”. A produção de energias renováveis em si exige, na sua versão industrial, numerosos “recursos metálicos, e entre os mais raros, como o neodímio e o disprósio nos ímanes permanentes para as geradoras de eólicas, o gálio, o índio, o selênio, o cádmio ou o telúrio para os painéis fotovoltaicos de alto rendimento (tecnologias CIGS ou Cd-Te), o cobre que é utilizado em quantidade mais importante por unidade de energia produzida...”³⁸. Sem dúvida, o conteúdo em matérias de uma pequena eólica “de aldeia” limitada a uma rede local, ou aquele de painel solar de baixo rendimento não ligado à rede

gerando a eletricidade diretamente utilizada no lugar é relativamente modesto, mas não é neste tipo de tecnologia e, sobretudo, não nesta escala de implantação que apostam os promotores do *crescimento verde* que não contam por nada abandonar os objetivos de desempenho e de lucro.

Do mesmo jeito, se podemos só apoiar os projetos de isolamento térmica do edificado já existente, os novos prédios de baixo consumo ou de energia positiva estão repletos de eletrônica e põem, logo, os problemas levantados por esta última. Por fim, por quanto diz respeito às nanotecnologias³⁹, em particular aos nanomateriais, supostas reduzir a procura de matérias-primas miniaturizando as quantidades utilizadas, o principal problema (além dos riscos sanitários ligados à fabricação e à dispersão das nanopartículas) é que “na imensa maioria dos casos, as aplicações são *dispersivas*: se trata [...] de incorporar partículas de metais em produtos sem esperança nenhuma de reciclagem”. Numa outra obra, *Quel futur pour les métaux*, Philippe Bihoux e Benoît de Guillebon dão muitos exemplos dessas aplicações⁴⁰. Os metais se encontram desta maneira nos pigmentos, as tintas de caneta e de pintura, os fertilizantes, os aditivos nos vidros e nos plásticos, os pesticidas ou os fogos de artifício. Mas também: nos shampoos (sulfureto de selênio, estrôncio ou mercúrio), as tintas para cabelos (bismuto, chumbo, cobalto), os batons nacarados (bismuto, um metal pesado associado ao chumbo), os sabonetes desinfetantes (arsênico ou selênio), os desodorantes (alumínio, zircônio, sulfato de zinco), as pastas de dentes (titânio para colorir em branco, sulfato de zinco, por vezes estanho), as lâminas de barbear descartáveis (cobalto), as flores cortadas (sulfato de níquel ou nitrato de prata para conservar a frescura!), os colorantes alimentares (alumínio) *etc. etc. etc.*⁴¹

De modo geral, na ausência de uma revisão radical da concepção dos produtos, a economia verdadeiramente circular fica no domínio da utopia, e os progressos que as instituições como a OCDE salientam (a produção por habitante de resíduos urbanos sólidos que tem diminuído de 4% em dez anos nos países da OCDE, a reciclagem do lixo municipal, que representa apenas 10% do lixo, “que vai no sentido certo”, isto é, que se elevam a 36% em 2009 nos países do G842 *etc.*) parecem antes bem fracos. Se o vidro, o aço ou o papel são, por exemplo, reciclados a mais de 50%, para muitas outras matérias as taxas de reciclagem são anedóticas⁴³. Philippe Bihoux o explica:

Alguns materiais, como os polímeros termoconsolidantes (poliuretanos

por exemplo) não podem simplesmente ser refundidos, outros, como as embalagens alimentares ou médicas, são sujos e inexploráveis. Em seguida, a complexidade dos produtos, dos componentes (dezenas de metais diferentes num telefone celular ou um computador) e matérias (milhares de ligas metálicas diferentes, misturas de plásticos e de aditivos, materiais compósitos) nos impede de identificar, de separar e de recuperar facilmente as matérias-primas. [...] Perda por dispersão (na fonte), perda mecânica (a lata, o grampo e a caneta partidos para o aterro), perda funcional (por reciclagem ineficaz), perda entrópica (marginal): [...] a cada “ciclo” de consumo se perde de maneira definitiva uma parte dos recursos⁴⁴.

Para o níquel, um dos metais mais bem reciclados (a 55%), cerca de 80% são assim desperdiçados depois de três ciclos apenas⁴⁵. Segundo um estudo do PNUA, de 60 metais de grande utilização, “18 apenas são reciclados a mais de 50% e 36 exibem uma taxa de reciclagem inferior a 10%”⁴⁶.

Bens econômicos e males ambientais

A quimera pena, logo, para se animar: “verde” e “crescimento” não parecem ser uma boa combinação. Mas o que exatamente estamos tentando fazer mais “verde”? A única definição comumente admitida do “crescimento” o identifica ao acréscimo de um agregado contabilístico, o produto interior bruto (PIB), suposto dar conta da “evolução da riqueza produzida” num território.

Como toda convenção contabilística, o PIB é tributário de uma conceptualização – apenas a riqueza medível em termos monetários é tomada em conta⁴⁷ –, de um método de cálculo, de uma escolha de referencial, e depois de nomenclaturas particulares. Calculado do ponto de vista da produção (o mais utilizado), o PIB corresponde atualmente à soma das mais valias dos bens e serviços finais novamente produzidos e recenseados num país, na qual a mais valia do setor mercantil é avaliada aos preços do mercado⁴⁸ e aquela do setor não-mercantil (maioritariamente público) aos custos de produção⁴⁹. A medida do “crescimento”, para ser exato, consiste em comparar os PIB dos diferentes períodos exprimidos em “volume” (mais uma convenção semântico-contábil enganadora, pois se trata sempre do valor monetário), isto é, “depois da eliminação do impacto das variações de preços”⁵⁰. Além de não registrar de jeito nenhum as atividades que não implicam cobranças ou gastos de dinheiro, de subavaliar a produção não-mercantil e notadamente os serviços públicos prestados a título

gratuito (que são valorizados arbitrariamente à altura dos custos de produção), de não dar conta das desigualdades de repartição do rendimento nacional, o PIB contabiliza da mesma maneira “os males e os remédios” (segundo a expressão de Serge Latouche⁵¹), “a economia [e] a anti-economia”⁵². Assim o crescimento da poluição é um crescimento do PIB por dois motivos: o das atividades que a gera e o daquelas que precisa implantar para descontaminar. Despoluição, despesas de saúde induzidas pelas diversas poluições e envenenamentos aos produtos tóxicos, tratamento das águas usadas, incineradores, armazenamento dos resíduos nucleares, todas as atividades dedicadas à gestão das “externalidades negativas” do crescimento fazem crescer ainda mais o PIB, ao mesmo título que o faz a venda dos “recursos naturais” extraídos. Como a assinala a economista Géraldine Thiry, as contas “recenseiam apenas fluxos [...] e não estoques de riqueza”, e elas ignoram “o que acontece com os patrimônios naturais e imateriais”⁵³.

Como se pode “esverdear” esse “todo e seu contrário”? Em teoria, é aqui que interviria o “*desacoplamento*”. A OCDE, primeira instituição internacional cujos membros o adotaram como objetivo (em 2001), o definiu como “a ruptura da relação entre “os males ambientais” e os “bens econômicos”⁵⁴. Os “bens econômicos” correspondem sempre ao valor acrescentado cujo acréscimo é medido em termos de PIB. Quanto aos “males ambientais”, eles foram, ao longo do tempo e dos relatórios, subdivididos em duas categorias: os “impactos negativos”, na primeira fila de que a emissão de gases de efeito estufa⁵⁵; e o esgotamento dos “recursos naturais”. Para enfrentar esses males, dois tipos de *desacoplamento* são propostos: o entre o crescimento do PIB e seus “impactos” (*impact decoupling*), e aquele entre o crescimento do PIB e a extração dos “recursos” (*resource decoupling*), também chamado “desmaterialização”⁵⁶. O conjunto amplia a ideia mais antiga de “ecoeficiência”, definida pelo magnate do amianto e grande adepto do “desenvolvimento sustentável” Stephan Schmidheiny⁵⁷ em 1992 (durante a Cimeira da Terra do Rio, de que era encarregado de preparar a parte “empresa e indústria”) como a capacidade das empresas e das nações de “criar um valor maximal recorrendo a um consumo mínimo dos recursos e produzindo um mínimo de poluição”⁵⁸.

Como se pode pretender, na prática, “desacoplar” o crescimento e a extração enquanto as novas tecnologias que se poderia acreditar “imateriais” não o são de jeito nenhum e que a maior parte das soluções tecnológicas do crescimento verde criam, quando são desenvolvidas em

grande escala, novas pressões sobre “novos” recursos naturais? Mais intrigante ainda, como se pode avistar na situação presente os sinais encorajantes de uma desmaterialização já em andamento? Para entendê-lo, precisa entrar nos detalhes, um pouco áridos, dos cálculos e das convenções terminológicas.

O diabo está no detalhe

Quando o relatório do PNUA afirma “um certo nível de desmaterialização” da economia mundial ao longo do século XX, será que isso significa que a humanidade consome menos matérias do que antes? De modo nenhum, pois a extração foi multiplicada por 8 (por 2 por habitante). Em contrapartida, o PIB, ele, cresceu de um fator 22 (5,5 por habitante)⁵⁹. Para as instituições encarregadas de construir o quadro contabilístico da desmaterialização, esta ocorreu, pois o crescimento “se desacopla” do consumo dos “recursos” assim que se observa uma “redu[ção da] taxa de utilização de recursos (primários) por unidade de atividade econômica”. Para medir este desempenho, basta dividir o volume de recursos utilizados pelo valor acrescentado, o que, por um país – ou pelo mundo –, corresponde à proporção entre o consumo interno material (CIM) e o PIB, método econométrico utilizado desde os anos 1970 para medir a “intensidade” material⁶⁰. Se essa proporção diminui no tempo, a economia “se desmaterializa”⁶¹ – é o que se pôde constatar no curso do século XX para a economia mundial. Todavia, primeira nuance importante, esse *desacoplamento* (ou desmaterialização) é apenas neste caso um “*desacoplamento* relativo”, pois o consumo dos “recursos naturais” continua a crescer em valor absoluto.

Deve-se então supor – tal é, em linhas gerais, a mensagem dos promotores do *desacoplamento* – que, prosseguindo sobre este mesmo caminho, acabar-se-á por obter um “*desacoplamento* absoluto”? No sentido das instituições, esse *desacoplamento* é atingido quando o consumo dos “recursos” recua enquanto o PIB aumenta. Um relatório da OCDE datando de 2011 nos ensina que, desde 1980, esse “*desacoplamento* absoluto” pôde ser registrado na Alemanha, no Canadá, na Itália e no Japão, enquanto os outros países da OCDE conheceram apenas um “*desacoplamento* relativo”⁶². Poderia ser uma boa notícia, mas, como o especifica o mesmo relatório, “uma parte dos progressos ocorridos resulta verossimilmente de uma substituição maior das importações à produção interna, isto é, de uma transferência de

atividades manufatureiras [...] para as economias emergentes ou em desenvolvimento” ... o que leva a relativizar muito seriamente a natureza pretensamente “absoluta” dessas proezas.

Com efeito, os cálculos de *desacoplamento*, “relativo”, como “absoluto”, não têm em conta dos fluxos “indiretos” e “escondidos” de matérias ligados às trocas comerciais, isto é, todas as matérias extraídas para obter os produtos (primários como manufaturados) exportados por uns e importados pelos outros⁶³. Que seja “relativo” ou “absoluto”, o *desacoplamento* crescimento/recursos registrado pelos países industrializados é apenas – mais uma pequena nuance, proposta por alguns economistas – um “*desacoplamento* bruto”, o “*desacoplamento* líquido” devendo, por quanto lhe diz respeito, contabilizar esses fluxos⁶⁴. Todavia, fazê-lo com exatidão se revela difícil para não dizer impossível, pelo fato da indisponibilidade dos dados e da incompletude dos indicadores: se conseguimos mais ou menos avaliar a “extração utilizada” para obter um determinado número de matérias-primas e de produtos trocados, não sabemos fazê-lo de maneira sistemática para a “extração inutilizada” (matérias que se deveu extrair, deslocar ou perturbar e que ficam inutilizadas no meio ambiente); mais amplamente, ninguém tem as condições de seguir a pista o conjunto dos fluxos de matérias e de energia necessárias à fabricação e ao transporte de todos os produtos de consumo comum e de todos os seus inúmeros componentes: eles seguem atualmente, segundo a expressão de Philippe Bihouix, os passos do louco “valsa dos camarões” (pescados na Dinamarca, descascados em Marrocos, vendidos na França ou em outro lugar)⁶⁵. Ora, os resultados mudam muito sensivelmente se tentamos ter eles em conta, mesmo de forma muito incompleta. Desta maneira, por exemplo, se contabilizamos uma parte só desses fluxos indiretos (a extração doméstica utilizada), o déficit da balança comercial física⁶⁶ registrado em 2003 pelo Chile (grande exportador de metais, primeiro exportador mundial de cobre) passa de 1 milhão de toneladas de exportações de matérias para 634 milhões de toneladas, o que aumenta na mesma proporção as importações dos seus clientes⁶⁷! Há uma diferença abissal entre os poucos resultados contábeis particulares – uma melhor intensidade (ou eficácia) material por unidade de tal ou tal produção específica, um *desacoplamento* realizado ao nível de uma determinada economia, muitas vezes ao preço de uma “materialização” do crescimento dos seus parceiros comerciais – e o hipotético “*desacoplamento* líquido e absoluto” registrado por um país cujo consumo dos recursos naturais representaria uma parte substancial da

extração global. Por fim, absolutamente nada permite deduzir disso que um “*desacoplamento* absoluto” crescimento/recursos ao nível mundial poderá ser atingido.

A mágica das palavras e dos números

Há mais de vinte anos, o sociólogo do ambiente Stephen Bunker se surpreendia com a disposição dos defensores da “ecologia industrial” em inferir uma tendência da economia mundial à desmaterialização a partir das economias de matérias por unidade de produção realizadas por um pequeno número de empresas. Ele escrevia em 1996:

Uma análise ecológica [da indústria] não pode ser baseado nas medidas monetárias das taxas de crescimento e de lucro [...]. Precisa não confundir as contas econômicas com as contas ecológicas, ainda menos quando as capacidades regenerativas ou de reciclagem do planeta já foram superadas [...]. Os que propõem a desmaterialização [...] esquecem que o que é ecologicamente significativo, é o volume material absoluto das matérias-primas consumidas e não o volume em relação ao PNB⁶⁸.

Curiosamente, o PNUA não diz outra coisa e vai até mais longe, ao risco de acabar de desestabilizar o leitor:

Em si, o PIB⁶⁹ dependerá sempre das quantidades crescentes dos recursos extraídos, tanto mais que eles estão se esgotando e que os seus preços são empurrados para cima, o que, em contrapartida, acelerará o seu esgotamento⁷⁰.

Mas, embora preconize o uso de “indicadores complementares” para “uma compreensão mais equilibrada do desenvolvimento” e da sustentabilidade, a instituição estima que o PIB permanece uma “boa medida da atividade econômica”. Os “indicadores complementares” do *desacoplamento* em fase de desenvolvimento (como por exemplo o índice de *desacoplamento*) continuam, logo, a se referir a ele⁷¹. Será que está sendo procurada a quadratura do círculo?

As “taxas metabólicas” (CIM por habitante) dos países industrializados se estabilizam, nos diz o PNUA, e alguns dão até provas, segundo os termos da definição escolhidos e os cálculos da OCDE, de um “*desacoplamento* absoluto” crescimento/recursos⁷². Será, mas em 2000, a média da taxa metabólica desses países (um quinto da população mundial) era, mesmo sem ter em conta os fluxos indiretos e escondidos, “quase duas vezes superior à média mundial (8 a 10 toneladas por habitante)⁷³ e de quatro a cinco vezes superior [àquela] dos países em

desenvolvimentos mais pobres”⁷⁴, *dixit* o PNUA também! Como pode-se achar encorajante um resultado associado a uma repartição tão descaradamente desigual e a uma estabilização a níveis tão elevados? Até porque esses níveis são teoricamente votados a serem apanhados pela “China, a Índia, o Brasil e [...] outras economias emergentes [e sua] demanda crescente de bens materiais”⁷⁵?

O PNUA afirma que o “*desacoplamento* [...] é realizável” e que “se produz realmente (em grande parte graças às forças do mercado)”⁷⁶, mas ela não oculta minimamente sua preocupação quanto ao volume da extração global dos recursos, a única medida significativa do ponto de vista de seu potencial esgotamento. Ora, é apenas durante os períodos de recessão (contração da atividade econômica) nas economias dominantes que o volume global da extração recuou ao longo do século XX. Esses períodos foram raros (as duas guerras mundiais, a crise de 1930-1932, a de 1992) e nunca duraram mais do que alguns anos⁷⁷. Ao todo, o consumo mundial dos “recursos” passou de 6 bilhões de toneladas em 1900 a 49 bilhões em 2000 (enquanto a população apenas quadruplicou) e a 59 bilhões de toneladas em 2011 (mais de 70 bilhões atualmente, sem ter em conta “a extração não utilizada”)⁷⁸. O *Sustainable Europe Research Institute* (SERI) estima que a extração aumentou de 78,9% só entre 1980 e 2008.

Confundir o “*desacoplamento* relativo” com um encorajamento, ver nele uma prova de que o “capital físico” e o “capital humano” conseguirão a longo prazo substituir o “capital natural” é mais do domínio de um ato de fé do que de uma extrapolação racional. Nada indica a possibilidade disso, nem mesmo as previsões das instituições que, como o PNUA, agem como advogadas da desmaterialização. Todos os cenários de redução elaborados pelo PNUA acabam, com efeito, num impasse. Primeiro, a hipótese mais ambiciosa (a em que o consumo mundial dos recursos é contraído ao ponto de ser restabelecido em 2050 ao seu nível de 2000) “comportaria tantas restrições e desanimaria tanto os decisores políticos que [ela] pode dificilmente ser considerad[a] como um objetivo estratégico potencial”. Mas sobretudo, mesmo que fosse verificada, o consumo mundial dos recursos manter-se-ia assim mesmo a “níveis que os cientistas ainda estimam insustentáveis”. No caso em que nada for feito, ele alcançaria os 140 bilhões de toneladas em 2050⁷⁹. Segundo o SERI, a extração utilizada já arrisca se situar a 100 bilhões de toneladas em 2030, o que representaria uma duplicação em vinte e cinco anos⁸⁰.

Nossa “segunda natureza” fica estreitamente ligada à primeira e ela não está pronta para diminuir a sua pressão. Mas há como uma espécie de “mágica” das palavras quando elas envolvem dados cifrados. Os algarismos são indigestos e as palavras são como bonecas russas: precisa descobrir o último para ter uma visão de conjunto. O resultado: um leitor apressado para frequentemente aos resumos, grandes títulos e “citações-chave” dos relatórios institucionais, geralmente formatados para exortar ao desafio (“Sim, podemos!”, ou, mais moralizador: “Devemos!”, ou até ambos como neste intitulado do resumo do relatório do PNUA: “A humanidade pode e deve fazer mais com menos”). Daí, é fácil fazer o atalho – que os autores dessas obras não fazem, mas que a ambiguidade dos termos encoraja – entre a economia de matérias-primas e de energia por unidade de produção (uma “desmaterialização relativa”), e uma hipotética “desmaterialização líquida e absoluta”, a única que corresponderia ao sentido corrente da palavra “desmaterialização”. As quimeras não mudam a realidade, mas elas fazem viajar o imaginário.

Efeito de repercussão e adições

Nem a OCDE, nem o PNUA, nem a ecologia industrial inventaram a desmaterialização. Como o mostra Stephen Bunker, a busca por economias no uso das matérias-primas é uma estratégia clássica de redução dos custos de produção, anterior à revolução industrial e central para o capitalismo industrial desde seus primórdios. Textos históricos atestam que ela foi bem-sucedida em várias ocasiões: da redução por metade da quantidade de carvão de madeira necessária para produzir uma tonelada de ferro entre 1540 e 1750 à baixa sistemática, durante os séculos seguintes, dos volumes de carvão mineral e de ferro por tonelada de aço, passando pela economia de madeira graças à substituição do machado pela serra na construção das ferrovias. Mas as repercussões que essas economias podiam ter sobre o consumo global das matérias consideradas foram sempre de curta duração, pois a redução dos custos fazia crescer o mercado e permitia a introdução de novos produtos. No longo prazo, “o resultado foi um uso não menor, mas mais importante de matérias-primas”⁸¹.

Da mesma maneira, os “admiráveis ganhos de eficiência [material] obtidos” no decorrer do século XX foram contrabalançados pelo “efeito de repercussão”, concluem os pesquisadores do Instituto de ecologia social de Viena (cujos trabalhos sobre a contabilidade dos fluxos físicos

são uma referência no domínio)⁸². O efeito de repercussão, é o que se constata quando o consumo total de um recurso aumenta na sequência das inovações técnicas que melhoram a eficiência com a qual esse recurso é utilizado e fazem baixar os custos da sua utilização⁸³. Fala-se também do “paradoxo de Jevons”, nomeado após o economista Stanley Jevons que apontou, em 1865, que o consumo britânico de carvão tinha fortemente aumentado depois da chegada no mercado da máquina a vapor de James Watt, mais eficiente e mais econômica em combustível do que os modelos precedentes, logo, também mais rentável.

Uma outra ideia feita é frequentemente associada ao progresso técnico: as inovações levam a economia a substituir uma matéria ou uma fonte de energia por outra. Da era do carvão, ter-se-ia passado àquela do petróleo, e uma nova “transição energética” nos faria já entrar naquela das “energias limpas”. Ora, a imagem da “transição” que subentende uma substituição e, portanto, um afrouxamento da pressão extrativa que pesa sobre o “recurso” substituído, é também enganadora. O exemplo da evolução do consumo mundial de energia o mostra amplamente: tal como a baixa da intensidade energética por unidade de produção desde 1880 não entravou a forte subida global do aprovisionamento total em energia primária (multiplicado por 11 entre 1900 e 2005)⁸⁴, a “petrolização” da economia não impediu que a extração de carvão continuasse a crescer (7,8 bilhões de toneladas em 2013), mesmo que sua porção no “mix energético” mundial tenha sido reduzida pela metade⁸⁵. Aliás, essa repartição poderá já ser chamada a evoluir, pois algumas estimativas anunciam que o carvão voltará daqui a 2020 o primeiro lugar mundial como fonte de energia, por conta do consumo chinês e indiano⁸⁶.

Em geral, “a história da energia não é aquela de transições, mas a de adições sucessivas de novas fontes de energia primária”, resumam os historiadores Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz numa obra de 2013⁸⁷. O petróleo não substituiu o carvão, se adicionou a ele, bem como o nuclear (e suas necessidades em urânio) e os outros vetores de energia. E há fortes motivos de acreditar que as tecnologias de produção industrial de energia de “baixo carbono” – que, o vemos, poderão dificilmente atender todas as necessidades atuais com igual qualidade de serviço –, bem como as necessidades em matérias-primas que elas induzem, virão também, não substituir, mas se adicionar aos processos de produção de energia “não verde” sempre em exercício.

Pelo contrário, teve, sim, ao longo do século passado, uma “mudança fundamental [na] estrutura e a composição [do] uso global das matérias”⁸⁸: a passagem de uma “economia orgânica” para uma “economia mineral”⁸⁹ funcionando maioritariamente à base de “recursos” não renováveis. Num século, a parte destes últimos na extração global passou de 25% a mais de 70%⁹⁰. Entre 1900 e 2005, a extração dos materiais de construção foi multiplicada por 34 (8,5 por habitante), a dos minérios metálicos e industriais por 27 (6,7 por habitante), a dos combustíveis fósseis por 12 (3 por habitante) e a da biomassa, por 3,6 “apenas” (0,9 por habitante, ou seja, um crescimento levemente inferior àquela da população mundial)⁹¹.

Para resumir, em termos “líquidos” e “absolutos”, a economia mundial consome não somente cada vez mais “recursos naturais” e notadamente minerais, mas ela exige uma quantidade sempre maior de “recursos” diversos. O exemplo dos metais é particularmente eloquente. O seu consumo foi duplicado no decorrer dos últimos vinte e cinco anos e “nos preparamos para extrair da crosta terrestre mais metais numa geração do que durante toda a história da humanidade”⁹². Assim, enquanto “não há quase nenhum metal cujo consumo tenha diminuído”⁹³, da utilização de uma vintena de “grandes metais” trinta anos atrás, temos passado a mais de 60 atualmente⁹⁴.

Os metais são em todos os lugares. Um carro individual contém em média 2 quilômetros (ou seja, vinte quilogramas) de [cabos] de cobre, 780 quilogramas de aço, 130 de alumínio, 15 de zinco e 8 de chumbo. Na França, a construção e obras públicas consomem aproximadamente 4 milhões de toneladas de aço por ano. 8 milhões de quilômetros de cabos de cobre asseguram o transporte da corrente elétrica na Europa. Um avião de longa distância de nova geração (do tipo A350) é aproximadamente composto de 23 toneladas de alumínio, 17 toneladas de ligas de titânio e 12 toneladas de aço e de ligas especiais. Precisa de 240 toneladas de níquel para construir um reator de central nuclear EPR95, e quase que 60.000 toneladas de urânio cada ano para alimentar os 437 reatores em serviço no mundo⁹⁶.

A indústria continua a consumir os grandes metais históricos, mas o “progresso técnico” a tornou também apreciadora de um grande número de metais *high tech*. Do mesmo modo, os componentes metálicos dos “bens” de consumo corrente se multiplicam. Esses novos usos, de que uma parte significativa são dispersivos (95% de todas as utilizações do titânio, quase 30% do molibdênio, 20% do cádmio, 17% do cobalto, 14%

do estanho *etc.*⁹⁷), não fizeram geralmente sumir os antigos, mas se adicionaram a eles, cada nova aplicação, cada nova “utilidade” fazendo crescer a pressão global. Inventamos novas ligas que exigem novos metais e que, pelo fato da sua sofisticação, aumentam as dificuldades de reciclagem, mas o ferro, material de base, continua a ser extraído em quantidades enormes (3,2 bilhões de toneladas em 2014). Há uma corrida para as terras raras e se busca agora “valorizar” uma multidão de pequenos metais associados aos grandes, mas nunca se “produziu” tanto cobre, de bauxita (minério de alumínio) e de metais preciosos⁹⁸. Segundo o *World Gold Council*, mais dos dois terços do ouro extraído desde a sua descoberta (6.000 anos atrás) o foi durante os cinquenta últimos anos!

Por fim, para se representar o impacto dessas adições, não podemos contentar-nos com os sóz volumes das “matérias” oficialmente produzidas e trocadas no mercado. Não somente precisa também tomar em conta a quantidade total de matérias (extração utilizada e não utilizada) que devem retiradas ou perturbadas para obter essa produção (três vezes mais do que um século atrás para determinados metais⁹⁹), mas os volumes, sozinhos, não refletem as consequências concretas da extração: em geral, mais as concentrações de um metal são fracas, mais se recorre a tecnologias perigosas e poluentes, como é o caso por exemplo com o ouro, frequentemente separado do minério com cianeto. Contudo, se extraiu apenas 2.860 toneladas de ouro em 2014, o que poderia parecer insignificante comparado com os grandes metais como o ferro, o cobre e o alumínio. Os indicadores da contabilidade física fornecem informações preciosas, mas eles também encontram seus limites.

Quando não tem mais, ainda tem

Então, qual desmaterialização se pode esperar do progresso técnico e das “forças do mercado”? Até agora, fizeram sobretudo crescer de maneira impressionante a quantidade de objetos e os serviços prestados por esses diversos objetos. Isso se traduziu pelo acréscimo igualmente espetacular dos volumes e da diversidade das necessidades globais em “recursos naturais”; a melhoria da “eficiência energética e material” por unidade de produção não freou minimamente essa progressão. Em paralelo, o progresso técnico – aquele das técnicas de extração – nunca parou de forçar os limites para acessar a novos “recursos” minerais: o Reino-Unido não poderia ter feito do carvão o sangue da sua revolução industrial e o “combustível da sua hegemonia” sem a máquina a

vapor¹⁰⁰; do pólvora à nitroglicerina e à dinamite, da amalgamação à eletrometalurgia e depois à hidrometalurgia, é também graças a uma série de invenções e de descobertas que se pôde acessar a volumes sempre em subida de um número crescente de metais.

O que permite acreditar que, no futuro, tudo vai mudar? Recapitulemos: ainda não se sabe, para empregar os termos dos tecnocratas, “refrear o efeito de repercussão ao nível macroeconômico”; mesmo encorajada pelos Estados, a oferta tecnológica dita “verde” não saberá se substituir a 100% às tecnologias não verdes a igual qualidade e sobretudo a igual quantidade de produtos e de serviços e, ainda menos, atender a escalada da demanda global dopada, entre outros fatores, pela “emergência” de alguns países do Sul. Ademais, quando são aplicadas em grande escala, as tecnologias “verdes” exigem elas também volumes consideráveis de “recursos naturais”. E para que a reciclagem (que, de qualquer modo, precisa de energia¹⁰¹) tenha uma incidência real sobre a extração de algumas matérias, precisaria rever em profundidade a concepção de quase todos os objetos produzidos, e inverter resolutamente a tendência atual para a sofisticação (multiplicação de componentes e usos dispersivos). Perante essas perspectivas, de quais “motivos para manter a esperança” ainda pode se tratar aos olhos dos promotores do *desacoplamento*? Lendo o relatório do PNUA, esses seriam para serem buscados, em última instância, na “necessidade econômica” – pois os “recursos” raros são caros – e na “certeza que penúrias [...] afastarão, no final das contas, a possibilidade de manter o *status quo*”¹⁰². Um estranho otimismo, que não diz nada, além disso, do prazo de tal desfecho fatal.

Contudo, num primeiro momento, como o admite, por outro lado, o PNUA, os preços elevados levam à “exploração de jazidas mais dispendiosas e perigosas para o meio ambiente” e permitem justamente, financiando o progresso das técnicas de extração, continuar a garantir o aprovisionamento dos sistemas de produção atuais em “recursos” de que estes dependem. Atualmente, os jazigos fáceis de acesso de petróleo e de gás estão esgotando-se, mais ainda sobraram alguns, à condição de pagar por isso, nos microporos da rocha-mãe (hidrocarbonetos de xisto e de camada), na areia betuminosa, no Ártico, nas profundezas oceânicas, sob o gelo ou sob a crosta de sal. Os maiores filões de metais foram explorados, mas graças às técnicas “modernas” (lixiviação ao cianeto, ao ácido sulfúrico, por meio de bactérias *etc.*), se sabe agora aproveitar as suas concentrações mais ínfimas, por pouco que haja um interesse econômico para fazê-lo.

Os preços altos não somente aumentam a oferta colocada no mercado, mas também as “reservas”. Para dizê-lo de maneira esquemática, enquanto os “recursos identificados” são determinados pelos fatores geológicos e pelas descobertas de novas jazidas, as “reservas base” aumentam quando as técnicas de extração progredem, e as “reservas” – parte das “reservas base” cuja exploração é economicamente viável –, quando os preços sobem suficientemente para rentabilizar as despesas necessárias¹⁰³. É assim que, por exemplo, enquanto as “reservas” de cobre eram da ordem de 280 milhões de toneladas em 1970, 480 milhões de toneladas foram extraídas desde então, mas ainda sobravam 700 milhões em 2014. A última escalada dos preços do petróleo (até 2014) e dos metais (até 2012) levou logicamente o extrativismo a estender as suas fronteiras em regiões sempre menos acessíveis, em territórios indígenas, em áreas naturais protegidas. Ela o fez também se virar para jazidas antigamente consideradas como muito pobres (mas que podiam ser valorizadas recorrendo a tecnologias mais caras) e notadamente em direção a áreas já exploradas antes (como Salau, Rouez, Châtelet, Abbaretz, Salsigne e outros sítios minerários na França, ou ainda a Bacia parisiense para o petróleo), que parecem, afinal, ainda ter bons vestígios.

Num segundo momento, a disponibilidade renovada dos “recursos” leva geralmente os seus preços de volta para um nível considerado mais aceitável pelos compradores, tornando, logo, menos significativa “a necessidade econômica” na qual aposta o PNUA. Os preços em baixa oneram durante um tempo a rentabilidade dos investimentos dos extratores (como era o caso para o petróleo quando estas linhas foram escritas), levando-os a reduzir a oferta¹⁰⁴, até uma nova fase do ciclo: é assim que a corrida para os hidrocarbonetos “não convencionais”, que, no período de um petróleo raro e caro, serviu para forçar os limites aumentando a oferta e as reservas, foi um dos fatores de uma baixa do preço do barril de bruto inimaginável alguns anos antes. Com isso, há como reacender o crescimento dos países importadores e jogar água fria sobre os ardores “desmaterializadores”. Até porque um petróleo barato leva à baixa os preços das outras matérias-primas, aumentando, por efeito de vasos comunicantes a rentabilidade dos produtos *high tech* a forte valor acrescentado. Ademais, as cotações dos principais metais, depois de estourarem literalmente nos anos 2000 (+86% para o zinco, +456% para o ouro, +829% para a prata, +409% para o cobre, +220% para o níquel em dez anos) e mesmo se permanecem ainda amplamente acima dos seus níveis iniciais, voltaram a baixar desde 2011-2012, sob o efeito do abrandamento do crescimento chinês, e depois da subida do dólar¹⁰⁵.

Sentido dos negócios

Assim, as penúrias anunciadas de um certo número de “recursos naturais” ainda não tiveram sobre os seus preços o efeito de uma subida durável que daria fim às flutuações conjunturais. Então, por que as empresas, forças motoras da economia neoliberal, estariam dispostos, como parece esperá-lo o PNUA, a operar desde agora substanciais transformações nas suas maneiras de ganhar dinheiro, ao ponto de abandonar as trajetórias tecnológicas longas que articulam os sistemas de produção em torno desses “recursos”? Por que, antecipando uma falta ainda para vir, os grandes consumidores das matérias-primas e intermediárias – indústrias elétricas e eletrônicas, telecomunicações, construção e obras públicas, construtores de automóveis e de equipamentos pesados, indústria “da defesa”, da aeronáutica e do espacial, agroalimentar *etc.* – renunciariam desde hoje a tecnologias de produção ainda rentáveis? E mais ainda, será que podemos esperar de outras empresas, as que extraem, transformam e vendem esses “recursos naturais”, que decidam de repente mudar de “atividade principal”, cessando de aprovisionar as cadeias de produção apesar das situações de penúria lhes prometerem interessantes perspectivas de ganho no futuro?

Essas empresas são numerosas a não ter nenhum interesse no fato que a economia “se desmaterialize”, e seu peso econômico está longe de ser insignificante. Em 2014, na classificação mundial (Forbes) das 50 maiores companhias cotadas em bolsa, 14 tiram seus rendimentos da extração de hidrocarbonetos: as estadunidenses Exxon Mobil (6^a na classificação geral) e Chevron (18^a), as chinesas Petro China (10^a) e Sinopec-China Petroleum (29^a), a neerlandesa Shell (11^a e 2^a em volume de negócios – 451,4 bilhões de dólares), a britânica BP (17^a), as russas Gazprom (21^a) e Rosneft (34^a), a francesa Total (25^a), a brasileira Petrobras (30^a) e a italiana ENI (39^a). Treze outras empresas petrolíferas e de gás figuravam entre as 200 primeiras empresas segundo Forbes e 18 a mais entre as 500 primeiras. Alguns grupos minerários como o australiano BHP Billiton (44^o) ou o britânico Rio Tinto (109^o) ocupavam também lugares de destaque outros seguiam de perto: o carvoeiro China Shenhua Energy (124^o), o estadunidense Freeport-McMoRan Copper (cobre, ouro e molibdênio, 224^o), Glencore International (suíço, 406^o, mas 9^o ao nível do volume de vendas, por conta notadamente de suas atividades de negócio), Coal India (428^o), bem como os produtores de ferro e de aço como os japoneses Nippon Steel e Sumitomo Metal (204^o) e JFE Holdings (441^o), o sul-coreano Posco (236^o), o brasileiro Vale

(442º) ou ainda Arcelor Mittal doravante domiciliado no Luxemburgo (491º). Estavam também na fila das 500 estrelas do mercado mundial os fornecedores de componentes e de serviços petrolíferos e de gás Schlumberger (117º), Halliburton, Transneft, NOV, Kinder Morgan, Enbridge, Baker Hughes, TransCanada, os fornecedores de gás como National Grid, Gas Natural Fenosa, Centrica e Sempra Energy, os produtores de hidrocarbonetos líquidos (a partir de carvão e de gás) como a sul-africana Sasol, os de materiais de construção como Saint-Gobain, Holcim e Lafarge. Encontravam-se também entre elas companhias que transformam os recursos naturais e notadamente o petróleo em matérias intermediárias e/ou as pontas de lança da agroindústria: agroquímicos como Monsanto (334º), Syngenta e Ecolab, químicos generalistas (plásticos, pigmentos, insumos agrícolas *etc.*) como BASF, Saudi Basic Industries, Bayer (que fabrica tanto remédios quanto plásticos ou sementes geneticamente modificadas), Dow Chemical, LyondellBasell, El du Pont de Nemours, PPG, produtores de gases industriais (Air Liquide, Linde, Praxair) ou de papel (International Paper) *etc.* Esses diversos atores podem não compartilhar os mesmos interesses em todos os pontos, notadamente relativamente ao preço dos “recursos” que eles extraem ou que utilizam (um grupo petroleiro faz melhores negócios quando o preço do petróleo sobe, a indústria petroquímica, quando desce), nenhum deles pode defender um abrandamento da exploração da natureza.

Os 138 exploradores de hidrocarbonetos e de metais (fora do ferro e da bauxita) que figuravam entre as 2.000 primeiras empresas da classificação Forbes 2014 exibiam um cúmulo dos valores de mercado elevando-se a 4.393 bilhões de dólares, um volume de negócios de 6.265 bilhões e lucros de 352 bilhões. A título de comparação, o PIB cumulado dos 119 países mais pobres (de 189 no total), povoados de 964 milhões de pessoas, se elevava no mesmo ano (segundo o FMI) a 4.360 bilhões de dólares. Ampliando esta lista aos produtores de ferro e de aço, de alumínio, de materiais de construção, fornecedores de componentes, agroquímicos e outros transformadores citados acima, se chega, para um total das 322 companhias, a números tão astronômicos como 9.043 bilhões de dólares de volume de negócios, 500 bilhões de dólares de lucros e 7.391 bilhões de dólares de valor de mercado¹⁰⁶. Segundo os dados de Forbes, em 2014, a fortuna pessoal dos 69 bilionários tirando suas rendas da “produção” (extração), da primeira transformação e do

negócio das matérias-primas minerais, energéticas e agrícolas superava, de modo cumulativo, 306 bilhões de dólares.

Bastidores da economia material

O extrativismo é um *business* que tem, como todo *business*, seus altos e seus baixos, seus períodos favoráveis e seus anos difíceis, mas globalmente é precisamente porque as empresas extrativas e assimiladas conseguem tirar proveito da exploração industrial da natureza que continuam a trabalhar nisso. Ademais, elas estão longe de ser as únicas que encontram na “economia material” uma fonte de trabalho e de rendas. Podemos citar também os transportadores, os construtores e os gerenciadores (privados como públicos) de infraestruturas de armazenamento e de transporte (armazéns, gigantescos silos, portos, aeroportos, linhas de trem, estradas...). Podemos pensar nos fabricantes de equipamentos dedicados (guindastes de pouso, pórticos para caixas de transporte, carregadores de plataforma elevatória *etc.*) e de graneleiros, “cavalos de cargas dos mares”, gigantescos navios que podem transportar até 400.000 toneladas de matérias¹⁰⁷, alguns concebidos expressamente para matérias específicas: bananeiros, cimenteiros, para gado, para cereais, para carvão, para madeira, para minerais, para fosfato, para butano, para metano, para petróleo, para fósforo, para enxofre, ou ainda FPSO (“unidades flutuantes de produção, de armazenamento e de descarregamento” utilizados para o tratamento e o armazenamento dos hidrocarbonetos produzidos no mar).

Depois, há sobretudo os negociantes - ou *traders* - das matérias-primas. Pouco conhecidos do grande público, os negociantes ditos do “mercado físico” são, no entanto, intermediários imprescindíveis em muitos mercados. A mínima, eles compram as matérias-primas aos produtores, as armazenam, as revendem e as encaminham até sua destinação final. O mercado é dominado por um pequeno número de gigantes. O quarteto “ABCD” - as companhias estadunidenses Archer Daniels Midland (ADM¹⁰⁸), Bunge¹⁰⁹, Cargill e a francesa Dreyfus (Louis Dreyfus Commodities - LDC) - dão seu ritmo ao setor das matérias-primas agrícolas, no qual ele tem, há pouco, que competir com os “NOW”: a empresa de Hong-Kong Noble, as de Singapura Olam e Wilmar¹¹⁰. Glencore (Suíça) e Trafigura (Suíça/Países Baixos) reinam sobre o comércio dos metais, Vitol, Guvnor, Mercuria (Suíça) e ainda Glencore e Trafigura, sobre o do petróleo.

Os maiores desses grupos comandam atualmente verdadeiros impérios, controlando as etapas principais, e por vezes todas as etapas de uma cadeia de aprovisionamento, da extração aos sítios de armazenamento, das infraestruturas de transporte aos pontos de venda¹¹¹. Alguns deles não são mais apenas operadores de logística, mas também, cada vez mais, produtores, transformadores, distribuidores. Assim, depois da sua fusão em 2013 com o gigante minerário suíço Xstrata¹¹², Glencore, que faz negócio de mais de 90 commodities (metais, carvão, petróleo e produtos agrícolas), diz também explorar “mais de 150 sítios minerários e metalúrgicos, instalações petroleiras off-shore, instalações e explorações agrícolas” e empregar 200.000 pessoas (assalariados e contratantes) em 50 países¹¹³.

Quanto às “ABCD”, elas investem também nos metais, o gás, os produtos petrolíferos, o carvão, bem como na transformação para a indústria agroalimentar e a produção de agro-combustíveis¹¹⁴. Exibindo em 2013 um volume de negócios cumulado de 350 bilhões de dólares, elas são presentes em muitos países (75 para ADM, 40 para Bunge, 67 para Cargill, 75 para LDC) e empregam 228.000 pessoas. Em 2012, ano particularmente fausto, elas acumularam cerca de 5,46 bilhões de dólares de lucros¹¹⁵. Sempre em 2012, as dez maiores companhias de negócio registraram um volume de negócios cumulado de 1.200 bilhões de dólares¹¹⁶. Ao longo da última década, os vinte primeiros negociantes fizeram 250 bilhões de lucro¹¹⁷. Em 2012, Vitol, Glencore, Trafigura, Mercuria e Guvnor vendiam cada dia mais de 15 milhões de barris de petróleo, mais do que necessário para cobrir as importações dos EUA, da China e do Japão reunidos. As “ABCD” controlavam quase a metade do comércio mundial dos cereais e da soja, Glencore e Trafigura, mais de 60% de alguns metais, como o zinco. Essas grandes companhias de negócio pesam tanto na economia e na finança mundiais que alguns reguladores temem até que elas já se tornem “too big to fail” (grandes demais para fracassar), à imagem desses bancos e seguradoras salvados à força de dinheiro público no auge da crise dos subprimes em 2008¹¹⁸.

A esses pesos-pesados se adicionam companhias de negócio de tamanho mais modesto, que podem mesmo assim, muito discretamente, mexer – em particular no petróleo – com centenas de milhares de dólares de volume de negócios, permitindo, de passagem, aos banqueiros que as financiam, embolsar sólidas mais-valias¹¹⁹. Durante os loucos anos da escalada dos preços que os financeiros chamam de “superciclo” (2000-2012), alguns grandes bancos (JP Morgan, Morgan

Stanley, Goldman Sachs, Barclays etc.), tradicionalmente prestadoras aos negociantes¹²⁰, se lançaram também no negócio físico por conta própria, comprando, de passagem, refinarias de petróleo, armazéns para guardar metais e produtos agrícolas, oleodutos, cargueiros *etc.* Essa vocação se revelou, todavia, conjuntural, pois a maior parte dos bancos começaram a abandonar essas novas atividades com a baixa dos preços. O superciclo foi também o da ebulição da atividade dos “traders papel”, que intervêm nos mercados financeiros de produtos derivados baseados nas matérias-primas, como os contratos a prazo (que têm por objeto uma produção futura)¹²¹ e os fundos de índices (fundos de investimento cotados cujo valor acompanha a evolução de um índice bolseiro agregando as cotações de um conjunto diversificado de matérias-primas)¹²². A partir do estouro da bolha especulativa da Internet (março de 2000), que levou os especuladores a buscar novas fontes de lucro, depois, mais ainda no momento da crise financeira de 2008, esses produtos financeiros atraíram em massa tanto os *hedge funds* (fundos de investimento abertamente especulativos) quanto os investidores ditos institucionais: os bancos (JP Morgan, Morgan Stanley, Goldman Sachs, Barclays, Deutsche Bank, Crédit Suisse, BNP Paribas, Société générale, Crédit agricole, Natixis *etc.*), os fundos de pensões¹²³, as seguradoras, ou ainda algumas grandes companhias de negócio físico¹²⁴. Esse entusiasmo foi em boa parte responsável pela subida desfreada, em 2007-2008, das cotações de quase todas matérias-primas cotadas e, por ricochete, do fogo que pegou nos preços dos gêneros alimentícios de base, que provocaram “motins da fome” em vários países do Sul¹²⁵. Em 2015, segundo a ONG Oxfam, o valor dos fundos expostos às matérias-primas gerenciadas por BNP-Paribas, a Société Générale e Natixis, se elevava sempre a 3,5 bilhões de euros¹²⁶.

As bolsas onde são cotadas as matérias-primas são elas também empresas (de serviços), em torno das quais gravitam outras empresas¹²⁷. Os traders papel que se alvoroçam nelas desde a abertura das salas de mercado não são aliás todos pessoas físicas: robôs de alta frequência (computadores) efetuam todo microssegundo transações financeiras baseando-se em algoritmos informáticos. Esses robôs devem também ser fabricados e mantidos: o mercado das matérias-primas oferece, portanto, trabalho e perspectivas de ganhos, por exemplo, aos construtores dessas máquinas, aos editores de programas-produtos financeiros, à imprensa especializada. Em 2011, por exemplo, o setor do trading informático acumulou 3,7 bilhões de lucros por si só¹²⁸.

Razões de Estado

Assim, numerosíssimos elos compõem as múltiplas correntes que ligam os sítios de extração aos pontos de venda dos produtos acabados, e atrás de cada elo há interesses e atores econômicos prontos a defendê-los, e que dispõem para isso de meios consistentes. Nos EUA, sabe por exemplo que em 2014 as indústrias extrativas (minas, gás e petróleo) gastaram 189 milhões de dólares em operações de lobbying junto do Congresso e das agências federais e que entre 1990 e 2014 elas contribuíram ao financiamento das campanhas dos partidos políticos no valor de 615,7 milhões de dólares¹²⁹.

Em muitos países exportadores de “recursos naturais”, as empresas extrativas, nacionais ou estrangeiras – inclusive algumas conhecidas por suas práticas de “compra das consciências”¹³⁰ – têm mais de um argumento no seu ativo para ser tratadas com respeito pelos poderes em vigor: elas criam “crescimento”, fornecem rendimentos via impostos, taxas e outras royalties, quando elas não assumam diretamente algumas funções do Estado, investindo na saúde, a educação, a cultura, a “proteção do meio ambiente” e os programas de “desenvolvimento” locais ou nacionais¹³¹. Neste contexto, muitos governos, fortemente incentivados pelas instituições financeiras internacionais, trabalham arduamente para atrair e reter essas empresas. Eles constroem ou supervisionam as infraestruturas postas a seu serviço (entre as quais a IIRSA na América do Sul, evocada no precedente capítulo, é um exemplo paradigmático), mudam as leis a seu favor, asseguram a segurança e, na medida do possível, reprimem e criminalizam os protestos.

Em geral, longe de ser passivo, o Estado neoliberal – um Estado forte ao serviço dos mercados e da concorrência – é ao mesmo tempo estrategista e parceiro das empresas privadas¹³². Transforma-se também para se tornar ele mesmo uma empresa, tanto ao nível de seu funcionamento interno (“governo ao resultado”, colocação em concorrência de seus diversos serviços *etc.*) quanto porque ele participa da concorrência imitando os atores privados: empregando-se sem parar em melhorar a competitividade da economia nacional, desempenhando o papel de vendedor-representantes da produção interior junto dos países terceiros, se esforçando para captar os investimentos. A Iniciativa “matérias-primas” da Comissão europeia ilustra muito bem esse papel do Estado cuidando da “securização” dos aprovisionamentos das indústrias, um objetivo estratégico dos mais importantes. O vimos, a União europeia coloca um enfoque particular nos metais “críticos” (com valor de

mercado relativamente baixo, mas, contudo, essenciais para determinados setores industriais), cuja oferta limitada é frequentemente controlada por um pequeno número de países (as quotas de exportação aos quais a China foi finalmente forçada a renunciar sob a pressão da OMC e dos países ocidentais, as restrições russas ao investimento estrangeiro *etc.*). Por enquanto, ainda não tem estoques estratégicos de metais à escala da União europeia¹³³. Outras potências – Japão, Coreia do Sul, EUA e evidentemente a China –, são mais avançadas neste domínio¹³⁴. Quanto ao petróleo, os países membros da Agência internacional da energia têm todos, por exemplo, a obrigação de manter um estoque equivalente a pelo menos 90 dias de importações líquidas¹³⁵.

Ademais, os interesses diretos associados à extração estão longe de ser todos privados. Os setores minerário e petrolífero mundiais contam ainda, apesar das privatizações dos anos 1990, numerosas e potentes empresas públicas. Por quanto diz respeito ao petróleo e ao gás, essas empresas (ditas NOC para National Oil Company) controlam até, segundo as fontes, entre 58% e 75% da produção mundial e entre 78% e 90% das reservas¹³⁶! À diferença de Forbes, cuja classificação geralista supracitado se baseia em quatro critérios financeiros e recenseia apenas as companhias cotadas em bolsa (ignorando assim numerosas grandes NOC), *Petroleum Intelligence Weekly* (PIW), uma revista de referência no âmbito dos hidrocarbonetos, classifica as empresas em função de uma série de critérios relativos à sua produção, reservas e capacidade de refinação¹³⁷. Dezanove gigantes do petróleo e do gás do seu “top-50” mundial de 2013 são ausentes da classificação Forbes. Entre eles se encontram por exemplo o saudita Saudi Aramco (1º para PIW138), o iraniano NIOC (2º), o chinês CNPC (4º), o Venezuelano PDVSA (5º), o koweitiano KPC e o mexicano Pemex (11º lugar para ambos), o argelino Sonatrach (14º) e o catariano QP (17º), possuídos a 100% pelos Estados respetivos¹³⁹.

No setor minerário, o peso das companhias públicas também fica, segundo a palavra de resumo do Banco mundial, “surpreendentemente importante” (à luz das numerosas privatizações da era Thatcher-Reagan), e ele tende até a crescer desde os meados dos anos 2000, principalmente pelo fato do crescimento do setor minerário chinês¹⁴⁰. Entre as companhias minerárias influentes, se pode citar a chilena *Corporación Nacional del Cobre* (CODELCO), primeira produtora mundial de cobre, nacionalizada por Salvador Allende em 1971 e que se define a si mesma como “a primeira empresa do Chile e motor de seu

desenvolvimento” (14% dos rendimentos do Estado chileno)¹⁴¹, ou ainda o Ofício xerifino dos Fosfatos (*Office chérifien des phosphates* – OCP), maioritariamente possuído pelo Estado de Marrocos, que controla 75% das reservas e 28% da produção mundial dos fosfatos (contribuindo às exportações do país ao nível de 20,2% e representando 4,3% do seu PIB)¹⁴². Coal India, primeiro produtor mundial de carvão, público também, mas por sua vez cotado em bolsa, ocupava em 2014 a 428ª posição global na classificação de Forbes. Mesmo nos países “industrializados” (ocidentais), constata o Banco mundial, pôde-se observar no decorrer destes últimos anos um interesse renovado pelo controle público da extração dos metais, assim como uma busca de “novos modos de aumentar as receitas retiradas da exploração mineral e da metalurgia”¹⁴³ (se pode pensar por exemplo na ressurreição, por enquanto virtual, da Companhia nacional das minas na França). Ao todo, no final da década 2000, as empresas de mineração públicas e, através delas, os diferentes Estados, controlavam diretamente entre um quarto e um terço da produção mundial de rocha fosfatada, dos minérios de bauxita, de cobre, de ferro, de níquel e de zinco, e até 36,5% dos diamantes, 46% do chumbo, 52,5% do carvão e 54,3% do estanho. E estas taxas são ainda mais elevadas na produção dos metais refinados (51,5% da produção de alumínio, 38% daquela de cobre, 56% do estanho, 42,4% do zinco)¹⁴⁴. No seu relatório de 2013, *The Revenue Watch Institute*, uma ONG estadunidense que avalia regularmente a “governança nos setores petrolífero, do gás e mineração”, assinalava que as empresas públicas eram ativas em 45 dos “58 países [que produzem] 85% do petróleo mundial, 90% dos diamantes e 80% do cobre” e desempenhavam “frequentemente um papel influente na governança do setor”¹⁴⁵.

Os rendimentos colossais gerados pela extração e o comércio dos “recursos naturais”¹⁴⁶ alimentam também, o vimos, muitos conflitos pelo controle da renda, bem como a corrupção, tanto que a figura da “maldição dos recursos” atingindo os países particularmente bem tratados pela natureza se tornou um lugar-comum. É fato que as riquezas naturais alimentam, num importante número desses países, práticas de extração de numerário pelos detentores do poder. Mas se não se hesita a utilizar o termo “cleptocracia” para qualificar o lugar assumido por essas práticas em determinados países do Sul e notadamente na África, precisa também guardar na memória que foi a França que organizou um dos mais complexos e mais amplos sistemas de corrupção organizada em torno da exploração dos “recursos

naturais”: o sistema Elf, cuja caixa dois servia a subornar chefes de Estados africanos, como políticos franceses¹⁴⁷, de que provavelmente nunca conhecer-se-á o conjunto das ramificações e o papel “formativo” que pôde desempenhar para as elites locais. Mais recentemente, em 2014, é a coligação no poder no Brasil, liderada pelo Partido dos trabalhadores, que se encontra envolvida no imenso escândalo do “caso Petrobras”, que implica a companhia petrolífera nacional e os gigantes da construção e das obras públicas (Odebrecht, OAS, Camargo Correa e outras). Estes últimos se teriam partilhado importantes obras de construção de infraestruturas ligadas notadamente à exploração dos jazigos petrolíferos off-shore ao largo do Brasil, cujo superfaturamento teria servido, entre outros, para financiar campanhas eleitorais. Mais de 2 bilhões de reais (mais de 600 milhões de euro) teriam assim sido desviados.

Convergência de interesses

Na Argentina, quando, em 2008, a presidente Cristina Fernández de Kirchner opõe o seu veto à lei de proteção dos glaciares, no entanto adotada à quase-unanimidade pelo Congresso, a imprensa apelida esse de “veto Barrick Gold”, em referência ao grupo canadense que possuía então várias licenças de mineração nas áreas glaciais e periglaciais da Cordilheira dos Andes, notadamente na província de San Juan. A lei, que ia pôr em dificuldade as atividades mineradoras que os oponentes tinham por responsáveis do degelo dos glaciares, arriscava, segundo o texto de exposição dos motivos da presidente, “afetar o desenvolvimento econômico das províncias”, cujos governadores “manifestaram sua preocupação”. Muitas fontes próximas do dossiê testemunham efetivamente da pressão exercida sobre Cristina Fernández pelos três irmãos Gioja: José Luis, governador da província de San Juan, César, senador da Nação e presidente da comissão sobre a indústria mineradora, e Juan Carlos, deputado da Nação. Além de se preocupar do “desenvolvimento” e dos investimentos bilionários da Barrick Gold, os irmãos não queriam provavelmente perder um cliente: sua empresa de extração de bentonita (argila utilizada notadamente nas lamas de foragem e as obras de engenharia civil) fornecia, entre outros, a Barrick Gold¹⁴⁸.

É frequente que as elites econômicas, e notadamente extrativistas, se confundem com as elites no poder. Alberto Benavides, um dos homens mais ricos do Peru (falecido em fevereiro de 2014), principal acionista e dirigente da companhia minerária Buenaventura (agora dirigida por seu

filho), coproprietário, com o grupo estadunidense Newmont, da maior mina de ouro do continente, Yanacocha (44%), foi por exemplo vereador da cidade minerária de Cerro de Pasco, e depois de Lima, a capital. Dirigiu duas vezes o banco central do país, presidiu o comitê de privatização da empresa de mineração pública Centromin, depois de uma passagem à frente da Corporação financeira de desenvolvimento (banco público de desenvolvimento). Podemos citar também o exemplo muito famoso de Dick Cheney: secretário de Estado para a Defesa sob George Bush pai e vice-presidente dos EUA sob George W. Bush, ele tem também, entre suas duas responsabilidades públicas, dirigido o número um dos serviços petrolíferos Halliburton¹⁴⁹. Algumas mentes tortuosas estabeleceram uma relação entre esta linha no seu CV e os contratos milionários que Halliburton obteve do governo durante a invasão do Iraque em 2003¹⁵⁰. Na história da política externa dos EUA, “governo das empresas” (*corporate government*)¹⁵¹ por excelência, há outros precedentes de colusão entre “razões de Estado” e interesses privados ligados à exploração dos “recursos naturais”. Se sabe por exemplo que em 1954 a operação PBSUCCES criada pela CIA para derrubar o presidente guatemalteco Jacobo Arbenz e “esterilizar a infecção vermelha”¹⁵², defendia também os interesses de um importante produtor de bananas. A United Fruit Company (UFCo, atualmente Chiquita), que contava então no seu conselho de administração o diretor da CIA Allan Dulles, não tinha gostado da confiscação, no quadro da reforma agrária, de 95.000 hectares de terra para os quais ia ser indenizada no valor declarado ao fisco¹⁵³. A eliminação de Jacobo Arbenz foi seguida de uma guerra civil que durou 36 anos e fez 200.000 mortos e desaparecidos.

Por outro lado, um certo número de decisões ditadas por considerações de ordem política e estratégica levaram as grandes potências a promover, e depois a confirmar, determinadas linhas técnicas e o uso das matérias-primas em sua base. Assim, para o historiador Timothy Mitchell, a escolha dos EUA de articular a economia do país em torno do petróleo¹⁵⁴, e depois de exportar para a Europa, por meio do plano Marshall, ao mesmo tempo o modelo e o petróleo extraído pelas suas empresas¹⁵⁵, visava, entre outros, enfraquecer a potência dos sindicatos dos mineiros de carvão. Estes constituíam então uma temível força social, capaz, por meio de greves ou de sabotagens, de paralisar a produção e o transporte do precioso combustível¹⁵⁶. Do mesmo modo, explicam Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz, a

periurbanização promovida entre as duas guerras mundiais nos EUA não era apenas considerada como um fator de relançamento econômico, mas também como “o melhor baluarte contra o comunismo”, a casa individual (de baixo custo) estimulando o instinto de propriedade¹⁵⁷. A expansão urbana, por sua vez, favoreceu a motorização, enquanto o ativismo das companhias de eletricidade relegava no esquecimento as tecnologias com base em energia eólica e solar, no entanto, muito desenvolvidas desde o final do século XIX¹⁵⁸. Por fim, nos anos 1960, o proselitismo da “revolução verde” na agricultura – fundada sobre tecnologias dependentes dos hidrocarbonetos e dos minérios¹⁵⁹ – buscava também impedir as massas rurais dos países “em desenvolvimento” de cair sob a influência comunista¹⁶⁰.

A “revolução verde” permitiu, por outro lado, também reciclar algumas tecnologias militares, transferindo para o setor civil uma parte da sua demanda de recursos¹⁶¹. As grandes companhias da indústria química estadunidense – DuPont, Monsanto, Dow *etc.* reunidas no seio da Chemical Heritage Foundation – trabalharam por exemplo, depois da segunda guerra mundial, à reconversão da indústria de gases de combate em pesticidas¹⁶². Antes de ser maciçamente utilizado na agricultura para fabricar adubos de síntese, o processo Haber-Bosch de síntese de amoníaco a partir do nitrogênio do ar¹⁶³, particularmente consumidor de hidrocarbonetos e responsável de muitas poluições, tinha permitido à Alemanha, privada do salitre chileno pelos britânicos, manter sua produção de explosivos durante a primeira guerra mundial.

A guerra em si é um potente motor da extração. Se sabe por exemplo que a parada da indústria do armamento da URSS e seu desmantelamento no início dos anos 1990 provocou o colapso do seu complexo minerário e metalúrgico. Porém, nos anos 1970, o Bloco do Leste controlava entre 20% e 25% da produção mundial da maior parte dos metais, o que correspondia também à sua demanda interna (indústrias pesadas e armamento), que o fazia autossuficiente neste domínio¹⁶⁴. Quanto ao petróleo soviético, se sabe também que a cortina de ferro não parava o comércio entre blocos: o petróleo era não somente um instrumento privilegiado da diplomacia soviética para com os países aliados – modelo amplamente retomado mais recentemente por Hugo Chávez¹⁶⁵ – mas também o “elo condutor” da sua competição econômica com os “monopólios capitalistas” do Oeste: em 1959, a URSS vendia tanto petróleo às “democracias populares” quanto aos países de Europa ocidental¹⁶⁶.

Rumo fixo: o crescimento

Interesses diretos através das empresas extrativas públicas; motivos econômicos de manter e atrair as empresas extrativas privadas; considerações estratégicas – e às vezes pessoais – empurrando as elites que lideram as grandes potências a favorecer tal linha técnica ou tal projeto; papéis de parceiro e de estrategista no quadro da competição internacional: numerosos móveis levam os Estados a tomar uma parte ativa na “economia material”. O que pesam perante tais prioridades estruturantes os objetivos de desmaterialização?

As “orientações práticas a destinação dos decisores” produzidas pelas instituições internacionais (OCDE, PNUA *etc.*) se limitam em geral ao enunciado de alguns grandes princípios imprecisos e não vinculativos¹⁶⁷, acompanhados de estudos de casos e de um catálogo de “melhores práticas”. Daí não resulta nenhuma mudança radical. No máximo, um pouco mais de alma (e alguns novos horizontes de economias ou de lucros) que se oferecem, ou que poderiam se oferecer, os grandes extrativistas ou importadores de matérias-primas. Assim, a economia circular é promovida no fórum mundial econômico de Davos em 2015 ou assumida pela China (lei adotada em 2008). A Iniciativa “Matérias-primas” da Comissão europeia, claramente concebida para favorecer a extração e para fluidificar o comércio das matérias-primas em benefício dos países-membros da União, consagra o seu “terceiro pilar” à eficácia dos recursos e à reciclagem¹⁶⁸. Parabeniza-se a África do Sul (grande potência mineral) pela sua política de “gestão integrada dos resíduos” (lei datando de 2009), e o Japão pelo seu *Top Runner Programme* que empurra as empresas a se alinharem sobre os melhores desempenhos de eficácia energética nos seus setores respetivos.

É, de qualquer modo, impossível esperar mais. Quer que seja sua natureza, todas as iniciativas concretas de desmaterialização, como as políticas de desacoplamento em geral, ficam inscritas numa trajetória que está fora de questão modificar: a redução global do consumo dos “recursos naturais” pode constituir um alvo apenas a condição que o PIB continue a crescer.

Como o constata a economista Géraldine Thiry, a acessão da medida quantitativa ao estatuto de “norma objetiva que permite pensar o mundo em números”¹⁶⁹ conduz a “despolitizar as questões políticas”, a “fazer parecer uma evidência, um princípio lógico, o que remete à convenção ou à escolha doutrinal”¹⁷⁰. A contabilidade nacional, sistema de convenções de que o PIB é atualmente, de longe, a mais conhecida,

deve o seu lugar atual à ideia de John Maynard Keynes de fazer da quantificação monetária das grandezas macroeconômicas (rendimento, poupança, oferta e procura globais) um instrumento central da pilotagem da economia pelo Estado. Na prática, as novas normas contabilísticas se institucionalizam e se generalizam depois da segunda guerra mundial sob a égide da ONU e da Organização europeia de cooperação econômica (o antepassado da OCDE, que, atualmente, preconiza o desacoplamento), criada para distribuir na Europa as ajudas do plano Marshall¹⁷¹. Garantindo a satisfação de um certo número de demandas sociais particularmente fortes no final da Grande Depressão dos anos 1930, e depois, da guerra, o keynesianismo se apresenta então como um meio providencial de salvar as economias de mercado do contágio comunista. As grandes centrais sindicais dos países ocidentais reorientam aos poucos suas reivindicações (que antigamente eram mais dirigidas ao tempo livre e à autonomia) em direção ao consumo (indexação dos salários sobre a inflação). A expansão da atividade econômica que a contabilidade nacional se dá por missão de medir se torna “a base da paz social”¹⁷², e o forte “crescimento” registrado durante os Trinta Gloriosos^{XV} contribui em cimentá-la.

Este “pacto social” se fissurou, mas o sistema da contabilidade nacional, cujos grandes princípios foram progressivamente adotados por todos os países membros da ONU¹⁷³, sobrevive ao Estado keynesiano. Reatando numa determinada medida com os objetivos das primeiras estimativas do “rendimento nacional” – esboçadas no século XVII para comparar a potência econômica das diversas nações e acessoriamente a sua capacidade de apoiar o esforço de guerra –, seus indicadores sintéticos, e notadamente o PIB, prosseguem sua carreira ao serviço de um modo de governar baseado na colocação em concorrência dos desempenhos, e, portanto, particularmente apreciadores de ferramentas de medida, de avaliação e de comparação¹⁷⁴. Os Estados são submetidos a essa lógica ao mesmo título que os atores privados: o PIB é atualmente o indicador de referência do desempenho de um país e de sua “governança”, avaliada “ao resultado”.

Uma das grandes forças da avaliação é de levar os avaliados a defender a pertinência dos critérios sobre os quais eles são julgados. Pelos seus discursos e pelas suas políticas, nossos governantes defendem com veemência o “crescimento do PIB” ao ponto de fazer dele – e de eles

XV - Anos do forte crescimento econômico ocidental que vão aproximadamente do ano 1945 ao ano 1975. (NdT)

próprios ver nele – a panaceia. O imaginário crescentista que eles mantêm e difundem dota o “crescimento” de poderes mágicos, e as expectativas que nele são projetadas fazem esquecer que é apenas um agregado contabilístico. Enquanto isso, as instituições públicas velam pelo respeito da ordem das normas sociais que garantem o acréscimo do agregado fetichizado: trabalho assalariado produtor de mercadorias, consumo, delegação das decisões aos “profissionais”. O uso econômico das riquezas naturais não figura nesses “fundamentais”, bem como uma redução drástica e absoluta do consumo dos “recursos naturais” não é do interesse daqueles que, numericamente, trabalham no “crescimento”.

Os objetivos incompatíveis não convergem pela única força da linguagem, um dilema não pode ser resolvido optando para as duas proposições contraditórias ao mesmo tempo. Uma das duas ganha sempre, até mesmo se os criadores de quimeras nos fizessem acreditar no contrário. Mas o seu método ganha terreno. Em abril de 2015, com toda lógica, não é sobre um programa que favoreceria, por exemplo, a reutilização dos produtos já existentes (e, portanto, o abrandamento de sua produção) que trabalhava o governo francês, mas sobre o livro branco “da mina responsável”! A mágica das palavras...

Capítulo 4

Extraír, produzir, consumir

As estimativas arqueológicas situam o número total de indivíduos adultos pertencentes a Homo sapiens bem abaixo de cinco bilhões. Eles viveram entre a época da pintura das cenas de caça em Lascaux e o ano em que Picasso chocou o mundo retratando o horror de Guernica.

Teve dez mil gerações, que adotaram milhares de estilos de vida e falaram inúmeras línguas. Teve homens das neves e criadores de gado, romanos e mogóis, velejadores e nômades. Cada modo de vida moldou a condição humana à sua maneira: em torno da enxada, do fuso, das ferramentas de madeira, de bronze ou de ferro. Mas, a cada vez ser humano era sinônimo de submissão comunitária à regra da necessidade num lugar e numa época determinados. Cada cultura traduzia essa regra num idioma particular.

E cada concepção da necessidade se exprimia numa maneira diferente de enterrar os defuntos, num outro ritual para exorcizar os medos. Essa enorme diversidade das culturas testemunha da plasticidade do desejo e dos anseios, sempre diferentes. A imaginação levou os tonganeses a percorrerem os oceanos em milhares de quilômetros a bordo das suas canoas polinésias; ela conduziu os Toltecas do México a construírem postos avançados dos seus templos no Wisconsin, muçulmanos da Mongólia-Exterior a visitarem a Caaba, e os Escoceses, a Terra Santa. Mas, apesar de todas as formas de angústia e de pavor, de terror e de êxtase, do desconhecido seguindo a morte, nada indica que a metade ancestral da humanidade tenha conhecido alguma coisa do que tomamos por óbvio sob a apelação de necessidade.

(Ivan Illich, Para uma história das necessidades, 2018)

Atrás de cada projeto extrativista, há investidores, empresas exploradoras, negociantes, bancos, especialistas em manipulações bolsieras; há os Estados e as suas instituições que garantem a segurança, fornecem infraestruturas ou assumem eles mesmos a condução de alguns projetos; há também instituições financeiras internacionais, em primeiro lugar o Banco mundial, que os promove ou financia, quando não investe neles por conta própria¹. Diretamente responsáveis da aceleração do extrativismo e da sua devastação, essas diversas forças motoras não são entidades abstratas. As empresas têm acionistas, dirigentes e funcionários; são geralmente os ministros encarregues de atividades extrativas que concedem as licenças de exploração, os servidores públicos que fazem concretamente o trabalho

dos Estados, e os funcionários internacionais, aquele das instituições internacionais. Alguns científicos contribuem também a essa obra coletiva quando eles caucionam tecnologias de extração e seus progressos, assim como os parlamentares que votam leis que facilitam as operações industriais, os jornalistas que esclarecem favoravelmente – ou que não esclarecem – os projetos lançados, “a opinião pública” quando não dá importância para isso e, mais geralmente, no Ocidente primeiramente, mas também em todo lugar que toma o Ocidente por modelo, todas as pessoas que fabricam, vendem e consomem os produtos e os serviços que a extração permite obter. Assim como o capitalismo não poderia perdurar e operar suas mutações sem a interiorização dos seus imperativos pela esmagadora maioria das pessoas, o extrativismo, uma das suas bases materiais imprescindíveis, não veria suas fronteiras avançar diariamente sem a ajuda ativa de uma multidão de “zês-ninguém”, cuja maior parte é convencida de “não fazer nada mau” ou de “ter a razão do seu lado e estar certo”.

Existem muitas explicações a essa cooperação tão maciça que impassível: o imperativo material, a obediência e o conformismo («o mais prostituído dos discursos: “Não sou eu a decidir, eu cumpro apenas meu trampo”» declama um rapper de Marselha²), o fato de ser preso “na sociedade da economia”³ acreditando não ter nenhuma influência sobre ela, ou ainda a ignorância real da amplitude das destruições humanas e ecológicas provocadas pela exploração industrial dos recursos naturais. A invisibilidade é uma potente aliada dos megaprojetos extrativistas. Mas, quando as resistências conseguem romper o silêncio midiático e político, e quando a “opinião pública” começa a se colocar questões, é hora das defesas que visam conquistar o que, no jargão dos especialistas da gestão dos conflitos, tem o nome de aceitabilidade social⁴. Além, o vimos, do uso repetido dos oximoros (que alimentam a ilusão de uma “boa consciência”), essas defesas pretendem tranquilizar sobre o controle dos riscos, negando ou minimizando o potencial destrutivo⁵. Paralelamente, elas convidam a cálculos custos-benefícios, que inscrevem as escolhas individuais no esquema “esforços fornecidos contra retribuições merecidas”, e justificam, pelo argumento da ajuda ao interesse comum e superior, os sacrifícios exigidos por uma parte da sociedade.

Entre as diversas doutrinas do paradigma dominante, é certamente o utilitarismo⁶ que fornece os fundamentos filosóficos mais capazes de justificar a exploração em geral e a da natureza em particular. A trama

das defesas extrativistas se articula efetivamente em torno do argumento da utilidade. A utilidade da extração enquanto atividade econômica é geralmente salientada para fazer aceitar os projetos destrutivos às populações locais: sem esses projetos, nada crescimento, nada de “desenvolvimento”, nada de empregos, nada de futuro. Mas é sobretudo em nome da utilidade dos próprios “recursos” que os estragos do extrativismo são aceitos por fora (por aqueles que não pagam o preço por ele), e o fato de participar dele libertados do sentimento de culpa. O ser humano não viveria ainda em cavernas se não soubesse pôr ao seu serviço os diversos recursos encontrados na natureza? Num trecho famoso do *Discurso do Método*, René Descartes constatava em 1637:

Conhecendo a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus, e de todos os demais corpos que nos cercam, tão distintamente que conhecemos as diversas profissões dos nossos artesãos, poderíamos empregá-los do mesmo jeito para todos os usos pelos quais eles são próprios.

Descartes considerava que tal aprendizagem era “para ser desejado [...] principalmente [...] para a conservação da saúde”, mas também “para a *invenção de uma infinidade de artificios, que fariam as pessoas gozarem sem pena dos frutos da terra e de todas as comodidades que nela se encontram*”⁷. “As matérias-primas são essenciais ao funcionamento duradouro das sociedades modernas”, clama, quase quatrocentos anos mais tarde, a exposição dos motivos da *Iniciativa matérias-primas* da Comissão europeia⁸. Seria difícil censurar os tecnocratas de Bruxelas pela ausência de espírito de síntese! Além de reconhecer explicitamente que as novas tecnologias “sustentáveis” são elas também estreitamente dependentes das colheitas na natureza⁹, a sua fórmula compreende bem o principal desafio: sem a extração maciça das “matérias-primas”, as “sociedades modernas” não poderiam, materialmente, se manterem na duração. A história nos mostra que o extrativismo pode também servir sob outras bandeiras (“comunismos burocráticos” ou “capitalismos de Estado”¹⁰?), mas nas sociedades modernas de mercado, ele é sobretudo o primeiro elo da cadeia extrair-produzir-consumir. Extrair cada vez mais, para produzir e consumir cada vez mais; produzir e consumir sempre mais mercadorias perecíveis para poder produzir e consumir de novo: aqui está, sobretudo, em que as matérias-primas são atualmente tão “essenciais”.

A hipótese do progresso, fundadora da modernidade, postula a irresistível melhoria da condição humana e a ampliação contínua do

horizonte dos possíveis graças ao avanço cumulativo dos saberes, das técnicas e das artes (indústrias), processo em que os “seres humanos” são levados a utilizar o seu meio ambiente e os “recursos” que este contém. Este imaginário pode parecer esgotado¹¹ e o postulado do progresso desmentido (notadamente pela avalanche de desastres ecológicos anunciados e já iniciada), se continua a mobilizá-lo para justificar a obsessão extrativista. Se vai até evocar, na França, a “curiosidade científica” para convencer do interesse de explorar os hidrocarbonetos de xisto. Mais amplamente, o esgotamento anunciado dos “recursos” e as múltiplas destruições inerentes a sua obtenção, as “externalidades negativas” que atingem todos os âmbitos – inclusive, sem ofensa para Descartes, aquele da saúde –, aparecem como o preço a pagar pela “infinidade de artifícios” suposta atender a nossas necessidades, simplificar e embelezar nossa existência, em resumo, ser útil “à nossa maior felicidade”. Essa conclusão, se a aceitamos, desenha um impasse que os discursos extrativistas exploram à exaustão, mandando todo objetor de volta para suas próprias contradições (pois, “quem não aproveita tudo isso?”), antes de opor-lhe um freio de ordem ética.

Há efetivamente apenas um passo para transformar o argumento de utilidade – que se dirige ao interesse privado – em argumento de necessidade, de aparência humanista e com acentos moralizadores. Os oponentes locais aos projetos de extração recusariam, logo, seguindo esse raciocínio, o “desenvolvimento” que esses projetos podem levar aos seus municípios, suas regiões ou seus países. Os que criticam o extrativismo seriam não somente pretensiosos ao ponto de querer parar o progresso, mas também inconsequentes e egoístas, sobretudo se vivem num país “desenvolvido” e gozam eles próprios de todas as “comodidades” do referido progresso. A intenção deles seria a de bater a porta na cara dos bilhões de pessoas prestes a acessar, ao preço de tantos esforços, ao conforto das “sociedades modernas”? Até, mais cruel ainda, a proibir o acesso ao “banquete da natureza” àqueles que têm dificuldades em satisfazer as suas “necessidades fundamentais”? No Ocidente, a sombra de Malthus, que não cessa de tornar polêmica “a questão demográfica”, completa oportunamente o efeito de repulsivo: a oposição frontal à extração das matérias-primas se expõe ao risco de ser estigmatizada como anti-humanista, e não faltam espantalhos para desencorajar as honestas pessoas de se aventurarem neste caminho¹². Sob pretexto de solidariedade, este esquema discursivo faz passar por uma fatalidade a predação indispensável à sobrevivência do sistema,

duplicando o perentório “*There is no alternative*” (enunciado por Margaret Thatcher a propósito do neoliberalismo). Não teria alternativa ao extrativismo. Isso é ainda para ser comprovado.

Extrativismo, para o que, para quem ?

Em quê a exploração maciça da natureza é útil à maior felicidade da maior parte da população? Desde 1991, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) reúne as comissões locais e regionais de famílias afetadas pelas barragens hidrelétricas de dezassete estados do Brasil¹³. A mera existência desta organização de envergadura nacional mancha a imagem da energia hidrelétrica supostamente limpa de que o país é um campeão (primeiro produtor regional e terceiro potencial mundial). Desmatamento, emissões de metano, transformações profundas dos ecossistemas dos grandes rios, desaparecimento dos peixes, extração de enormes quantidades de areia para o concreto, deslocamentos maciços das populações (mais de um milhão de pessoas antes de 2008): o MAB se empenha em demonstrar, com provas em apoio, que a energia das megabarragens tem um custo. Mas este movimento de inspiração marxista e de tradição sindical¹⁴ acrescenta ao esquema liberal da análise custos/benefícios dois parâmetros suplementares, os da finalidade e da repartição. “A energia para o que e para quem?”, pergunta o MAB. E sua resposta é que ela não é para o *povo*: 665 “grandes consumidores” – a indústria da celulose, do alumínio, do ferro, de aço e os grandes supermercados – monopolizam 30% da eletricidade produzida, paga a preço próximo de custo de produção (3 centavos de real o kWh para Vale e Alcoa em 2013), enquanto a população sofre a aplicação de uma das mais elevadas tarifas da eletricidade do mundo (até 45 centavos de real o kWh)¹⁵. Um corresponsável da comissão regional do MAB no Estado amazônico do Pará, denuncia:

A construção das barragens subordinada aos interesses econômicos é impulsionada pelas grandes empresas de mineração e de metalurgia, de energia, de construção e de equipamento, os bancos, os fundos de pensões e o agronegócio. [...] É um business cujo objetivo é o lucro: tanto a construção de barragens – a venda das matérias-primas e dos equipamentos, as grandes obras beneficiando dos financiamentos públicos – quanto a venda da energia a um preço alto, enquanto o governo subvenciona a indústria¹⁶.

Otimizando as 400 centrais hidrelétricas existentes (entre as quais 156 grandes centrais), afirma o movimento, haveria eletricidade suficiente para atender às necessidades da população. Mas “o repotencialização

das antigas centrais não permite vender ferro, cimento e turbinas, não é interessante para o investimento”. Se continua, portanto, em nome da “Luz para todos”¹⁷, a construir (90 novas centrais deviam ser criadas entre 2007 e 2016¹⁸), aumentando as fileiras das vítimas.

Numerosos exemplos vão na mesma direção e é difícil não ser chocado pela recorrência do álibi humanitário para dissimular os interesses privados e as metas estratégicas. De modo geral, como o demonstra a crítica latino-americana do extrativismo exportador e, mais amplamente, a da “troca ecologicamente desigual”¹⁹, se a exploração maciça da natureza permite talvez garantir o conforto de alguns, as suas consequências comprometem muito seriamente a subsistência de muitos outros. O vimos nos capítulos precedentes, a partilha desigual dos custos e dos benefícios caracteriza não somente a divisão do trabalho entre os países dependentes das “exportações da natureza” e os países importadores, mas também a entre as “zonas de sacrifício” e as metrópoles dentro de um mesmo país. Parece evidente que na escala da utilidade alguns beneficiários contem mais do que outros.

Lítio ou batatas?

“Não comemos baterias”, asseguram por exemplo os Kollas da Puna argentina às empresas que projetam transformar os salares²⁰ – seus lugares de vida – em minas de extração de lítio. Este metal de grande potencial eletroquímico é utilizado para fabricar as baterias de telefones celulares, de computadores, de câmaras de vídeo, e outras máquinas fotográficas, mas também de carros elétricos. Ele é considerado como “estratégico” para a eletrificação do parque automobilístico mundial e para o armazenamento da eletricidade produzida a partir de fontes intermitentes (entre as quais o fotovoltaico), dois elementos de primeiro plano das “tecnologias de baixo carbônio”, centrais para o famoso “crescimento verde”. Os salares chilenos, bolivianos e argentinos (conhecidos como o “triângulo do lítio”) concentram quase 60% dos recursos identificados²¹. Sem este “ouro cinza”, a fábrica de *Blue Solutions*, filial de Bolloré que fabrica em Ergué-Gabéric, na Bretanha, na França, as baterias dos “Bluecar” e que emprega aproximadamente 200 pessoas, fecharia provavelmente suas portas. Quase que um milhar de patentes registados não teriam mais sentido, Paris esvaziar-se-ia dos seus *Autolib* – os “Bluecar” em autosserviço que esverdeiam o balancete da prefeitura e representam, sem dúvida, uma certa utilidade para os motoristas casuais²². Mas nos salares, poucas pessoas concebem a sua qualidade de vida em número de veículos elétricos ou de veículos pura e

simplesmente. O que se diz para as empresas (entre as quais as francesas Bolloré e Eramet), em Salinas Grandes na Argentina, é que consumindo imensas quantidades de água²³, a exploração do lítio destruirá o frágil equilíbrio do salar, privará 33 comunidades (3.000 pessoas) de suas fontes de subsistência – exploração artesanal do sal, criação de ovelhas, de cabras e de lamas, culturas alimentares de favas, de ervilha e de batatas –, e dará fim aos “seus costumes e crenças, resumindo, a toda a [sua] vida”²⁴. Há quem ganha e quem perde, portanto, e também duas concepções distintas “do que importa” – para além mesmo do “que é útil” –, duas ordens de prioridades incompatíveis, que se excluam mutuamente.

Às vezes os termos do dilema são mais claros: 67% do ouro extraído serve por exemplo a fabricar joias, para os quais se escavam gigantescas crateras, se trata o minério com cianeto, se monopoliza a água das áreas áridas, contamina as fontes de água, às vezes irremediavelmente. Os que recusam ser sacrificados pelo sorriso da noiva ou pela aposentação de um joalheiro de Antuérpia afirmam que “a água vale mais do que o ouro”. Pode-se, em boa consciência, contestar o seu ponto de vista?

Necessidade de necessidades²⁵

Quem decide que uma “utilidade” é superior a uma outra? Nos regimes autoritários, é o Estado que se apropria deste papel. As democracias de mercado, por sua vez, o delegam à confrontação “livre” das subjetividades: são os consumidores quem, *pedindo* – ou não – determinados produtos e serviços, decidem do seu grau de utilidade. Claro, eles não assumem essa responsabilidade sem a ajuda dos vendedores, cujo critério de apreciação da utilidade, muito mais unívoco, é o lucro esperado da venda de uma mercadoria. O valor de uma mercadoria é um valor de troca (concretamente, o preço ao qual ela pode ser vendida); ele não tem necessariamente relação com o seu valor de uso, a sua utilidade efetiva para quem a usa.

Enquanto o liberalismo clássico postula que cada um participa da troca animado pelo seu desejo natural de retirar dela a maior vantagem (o seu interesse) – o que garante uma “utilidade recíproca”²⁶ –, Albert O. Hirschman mostrou que a economia do interesse foi deliberadamente “explorada” por alguns filósofos do Antigo Regime²⁷: eles encontraram no “amor do lucro”, cuja reputação era antigamente vergonhosa, um digno candidato para “compensar”, canalizando-as, as paixões destrutivas da honra e da glória. Favorecendo o desejo de riqueza e o

comércio, se podia, eles acreditavam, dar fim às intermináveis guerras que os príncipes travavam pelo poder, e amenizar os costumes. Ora, não somente os conflitos pelo poder não acabaram e a expansão do comércio se tornou um motivo honroso de fazer guerra, mas, sob os auspícios do interesse material, o antigo mal dos príncipes e dos fidalgos se metamorfoseou num direito para todos: o de aumentar o seu poder de compra. Essa nova busca pelo “poder”, atualmente estendida a todas as camadas da sociedade de consumo, não se impôs sob o só efeito da impulsão irrepresível para satisfazer anseios materiais privados. Para John Kenneth Galbraith, isso é óbvio:

*O indivíduo serve o sistema industrial [...] consumindo os seus produtos. Não há, aliás, nenhuma outra atividade religiosa, política ou moral à qual ele é preparado de maneira tão completa, tão erudita e tão onerosa*²⁸.

“Prever ou [...] constatar – e eventualmente, [...] estimular, suscitar ou renovar – as necessidades do consumidor”²⁹, eis a exaltante missão que nas escolas de comércio e outros *Master of Business Administration* atrai hoje os “potenciais criativos”. Uma vez feito disciplina de pleno direito nos anos 1960, o *marketing* se enraíza profundamente no pós-primeira guerra mundial, período durante o qual os políticos, os economistas, os industriais e os publicitários estadunidenses se esforçam para criar saídas comerciais para a sobreprodução das fábricas taylorianas. A sociedade de consumo de massa, resultado dos seus esforços, será, depois, exportada na Europa, para se tornar o “cimento “do” compromisso social favorecido pelo plano Marshall” – mesmo se os regimes nazi e fascista tinham também desenvolvido as suas próprias versões dela³⁰. “O sistema das necessidades é o produto do sistema de produção”³¹, constatava, em 1970, Jean Baudrillard. O filósofo e sociólogo considerava “o treinamento [...] ao consumo sistemático e organizado” como “o equivalente e o prolongamento, no século XX, do grande treinamento, ao longo do século XIX, das populações rurais ao trabalho industrial”³².

Primeiramente, aumentando os salários, o “compromisso fordista” permitiu ampliar o mercado (“produzir carros para comprá-los a si mesmo”), melhorando ao mesmo tempo a produtividade. Em seguida, “com o pretexto de [...] mentalidade hedonista e «libertada do velho tabu da poupança»”, o crédito, “treinamento [...] sistemático à poupança forçada e ao cálculo econômico de gerações de consumidores que, de outra maneira, teriam escapado, ao longo da sua subsistência, à

planificação da demanda”³³, veio para fornecer um suplemento de renda para consumir mais ainda, enquanto a publicidade se encarregava de convencer o trabalhador, entalado entre a sua dependência ao crédito e a do salário que devia permitir-lhe reembolsá-lo, que o caminho da felicidade passava por isso.

É significativo que em 2015 o “nível de vida” seja definido para uso do grande público como “o conjunto dos bens e serviços que um indivíduo, um agregado familiar ou um grupo social pode adquirir com a renda do qual dispõe”³⁴. Nem os choques petrolíferos, que, porém, colocaram muitos questionamentos, nem as críticas³⁵ – numerosas, precoces e virulentas – conseguiram desviar a trajetória consumista, traçada não só pelos produtores, os vendedores e os estrategos, mas rapidamente também pelos próprios consumidores. Sempre segundo Jean Baudrillard – uma das maiores referências da crítica da sociedade de consumo –, “a obrigação de felicidade e de prazer” empurra o “ser humano moderno à produção e à inovação contínua das suas próprias necessidades e do seu bem-estar”³⁶. O consumo “é uma conduta ativa e coletiva [...]. Ele é um sistema de valores completo, com o que este termo implica como função de integração e de controle social”³⁷:

*Esse imperativo [de produção e de consumo], que é o do sistema, passa para a mentalidade, para a ética e a ideologia quotidianas – aqui está a imensa astúcia – sob a sua forma inversa: sob forma de libertação das necessidades, de desabrochar do indivíduo, de gozo, de abundância etc.*³⁸

Em paralelo, lembram Christophe Bonneuil et Jean-Baptiste Fressoz, “o keynesianismo de Guerra fria” deu também “um sentido moral e político ao consumismo, ligando-o à prosperidade nacional, portanto, ao civismo, e à competição com a URSS e, logo, à defesa da liberdade. O consumo de massa era apresentado como uma alternativa ao comunismo: os EUA derrotariam a URSS ao seu próprio jogo apagando as barreiras tradicionais da sociedade de classes”³⁹. A descoberta pelo Ocidente dos crimes de Estado dos comunismos burocráticos (desde os anos 1960 e, sobretudo, com a publicação de *Arquipélago de Gulag*, em 1974) confortou o consumismo na sua pretensa superioridade moral, antes mesmo que a queda do muro de Berlim – que os cidadãos das economias de mercado podiam ver em suas telas de televisão – confirme o seu triunfo geopolítico.

Por fim, nessa vitória que conduziu ao fato que, segundo os termos de Ivan Illich em 1988, os “cinco bilhões de pessoas aceitem sem se fazer perguntas a sua condição humana como um estado de dependência em

relação aos bens e serviços”, precisa fazer jus à engenhosidade dos “profissionais” que se comprometeram a adaptar a demanda à oferta, desde quando John Maynard Keynes demonstrou que a “demanda” podia ser motora do crescimento. Em 1920, se podia ler numa revista especializada que a publicidade devia “tornar as pessoas insatisfeitas do seu modo de vida, descontentes da feiura das coisas que as cercam”⁴⁰. A publicidade transforma radicalmente o conceito clássico de mercado, resumem Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz:

*Se passa do mercado abstrato dos economistas, ponto de encontro de indivíduos racionais buscando satisfazer necessidades preexistindo à sua entrada no mercado, ao mercado concreto dos publicitários [...], onde as necessidades são maleáveis e os compradores irracionais*⁴¹.

Diversos canais, que variam segundo as épocas, o nível de saturação do mercado e o tipo de objeto para ser vendido, foram usados – e continuam sendo – para criar e para manter as necessidades. Podemos citar alguns deles. É, por exemplo, possível tornar um objeto indispensável impedindo atender de outro jeito à necessidade que ele é suposto “satisfazer” (proibir carroças a cavalos nas estradas de grande circulação ou fazer desaparecer os transportes públicos equivale por exemplo a tornar o carro imprescindível). Pode-se também induzir, pela compra de um bem, a necessidade de comprar bens complementares ou auxiliares: por contrato (as sementes “melhoradas” da “revolução verde” que obrigam a comprar adubos, pesticidas, conselhos de expertos *etc.*), ou porque a função cria o uso (as autoestradas favorecem o automóvel, o automóvel faz necessário a compra de gasolina; a difusão dos aplicativos eletrônicos móveis torna anormal o fato de não ser “conectado” a qualquer momento *etc.*). Uma necessidade pode também ser criada por meio de normas (de higiene, de rastreabilidade, de circulação, de desempenho técnico *etc.*) ou limitando tecnicamente a duração de vida dos produtos (incompatibilidade entre os componentes, obsolescência programada durante a concepção). O renovo, indispensável, para que o consumo siga o ritmo da produção e da inovação industriais, é estimulado por um discurso publicitário centrado no elogio do “novo”, do “inovador”, do “avançado” (retórica do progresso), exigindo “viver com o seu tempo” (efeitos de moda) ou “mudar de prazer” (frustração permanente). Determinados processos de reajustamento do “consumo de sinais”⁴² podem também, conforme a escolha, associar outras representações do que o seu “uso final” a um produto (o carro não é mais um meio de transporte, mas um símbolo de sucesso social e de prestígio), procurar despertar o desejo mimético (o

de ser “como todas as pessoas normais” ou ao contrário de se parecer com os “indivíduos excepcionais”), criar a ilusão da convivência (“comunidades” encontrando-se em torno de produtos ou de serviços que têm substituído os modos de comunicação preexistentes), prometer a emancipação (a da mulher, graças aos eletrodomésticos), ou, para os nichos de mercados, jogar com os valores (injunções de se tornar “consum’actor^{XVI}”, de “consumir responsável” ou “sustentável”) *etc.*⁴³

A demanda de objetos e serviços assim criada não tem mais muito a ver com o sentido comum da palavra “necessidade”. A normatividade neoliberal orientada para a competição generalizada – que coloca o sujeito na obrigação permanente de escolher – empurra essa distanciação ao seu extremo: enquanto o discurso publicitário faz do gozo um imperativo, o discurso dos gestores transforma o desempenho num dever⁴⁴, os dois encontrando-se atrás de um oferta comercial suposta multiplicar os horizontes de melhoria e de superação de si mesmo (os esportes radicais e os seus numerosos acessórios, as experiências turísticas “à la carte” voltadas para o exotismo e a assunção de risco, os “metaversos” 3D de *Second Life*, a “realidade aumentada” integrada aos objetos do quotidiano, os complementos alimentares energéticos, a cirurgia estética *etc.*).

A utilidade recíproca na troca?

Enquanto a globalização do comércio fez da mercadoria uma “entidade abstrata, desligada do produtor e do território”⁴⁵, o consumo, os seus códigos e as suas modas invadiram quase todos os domínios da vida: alimentação, moradia, vestuário, educação, trabalho, saúde, lazer, amor. As “sociedades modernas” se povoaram de um número incalculável “de artifícios”, de que o próprio Descartes não teria gostado muito. Se a utilidade das coisas devesse ser julgada em função da sua faculdade de aumentar a nossa autonomia, uma grande parte dos “auxiliares de vida” que saturam nossos quotidianos seria considerada não só como inúteis, mas como nocivos, pois eles se fazem imprescindíveis satisfazendo e naturalizando uma armada de necessidades novas, criadas para vender, que não podemos atender nós mesmos (o que é uma definição da heteronomia⁴⁶).

A atividade messiânica inscrita na doutrina do “desenvolvimento” permitiu, por sua vez, ensinar essas “necessidades” às populações dos

XVI - Expressão forjada a partir das duas palavras francesas que se advinham em português, mas soam bem melhor na língua original. (NdT)

países pobres, que ainda ignoravam o seu caráter imperioso, enquanto a modernização destruía as solidariedades tradicionais⁴⁷. O culto do progresso material se globalizou no mesmo ritmo que a civilização capitalista, cujos fantasmas e regras de funcionamento se exportaram em conjunto com os seus serviços, produtos e capitais. Numa comunidade dos Andes equatorianos, se conta que o “progresso” chegou junto com o azeite de fritura nos caixotes da ajuda “da Aliança” que tinha o seu nome (a Aliança pelo progresso). Se desconhecia tudo do seu uso. Trinta anos mais tarde, os menus tomaram uma camada a mais de gordura, e os resíduos plásticos foram o gramado dos altiplanos. O entusiasmo pelo supérfluo não poupa os “pobres modernizados”⁴⁸. Televisões ocupam orgulhosamente o centro de casas feitas de chapa, telefones celulares são pendurados ao pescoço daqueles que penam para se alimentarem, camisas nas cores de equipes esportivas internacionais vestem crianças que mendigam na rua.

Todo segundo, a humanidade engole não somente 9,9 toneladas de carne, 22,5 toneladas de trigo, 15,8 toneladas de arroz e 380 quilogramas de crustáceos, mas também 11,6 quilogramas de Nutella⁴⁹. Todo minuto, 47.917 pessoas empurram a porta de um McDonald’s, 20 bonecas Barbie, 2.749 *smartphones* e 597 computadores são vendidos e comprados em algum lugar no mundo⁵⁰. Em 2013, 9,6 bilhões de toneladas de mercadorias foram transportadas por navios de carga para serem consumidas muitas vezes no outro extremo do planeta⁵¹.

Um pequeno objeto enfeita quase que todas as mercadorias de grande consumo: o código de barras. Para gera-lo, precisou utilizar – e, logo, antes, produzir – uma impressora (laser, por exemplo), uma máquina complexa que contém muitos componentes e conectada a outras máquinas complexas⁵²: primeiramente, um processador (sílice, alumínio ou cobre, tungstênio), soldado (ouro, prata, paládio) a um circuito impresso (ferro, alumínio, sílice) lê as informações que um computador (alumínio, chumbo, ouro, zinco, níquel, estanho, prata, ferro, platina, paládio, mercúrio, cobalto, antimônio, arsênico, bário, berílio, cádmio, crômio, háfnio, índio, petróleo...) escreveu no chips RAM (cobre, prata, ouro e material isolante) e as converte em impulsões destinadas a comandar uma cabeça de impressão; cada uma dessas cabeças é composta de um laser, cujo feixe luminoso é geralmente fornecido por díodos (sílice); esse laser escreve num tambor, isto é, um cilindro (alumínio, vidro) coberto de uma camada de semicondutor fotossensível (selênio), de várias camadas de proteção, e de um espelho pivotante (areia, alumínio, cobre ou chumbo) girando sobre si mesmo; por atração

eletrostática (ferro), a tinta (ferro, petróleo) armazenada num tubo – o toner (petróleo) – vem se colar sobre o tambor (petróleo) em direção ao qual rolos de transferência (cobre) são responsáveis por guiar o papel (madeira) que recupera a tinta de passagem; por fim, um forno (alumínio, teflon, plástico, ferro) fixa a tinta no papel aquecendo-a por meio de uma lâmpada halogênio (tungstênio, quartzo, areia) e, depois, pressionando-a. O conjunto cabe numa caixa de plástico (petróleo) conectado à rede de alimentação em energia mediante um carregador elétrico (cobre, petróleo). Este aparelho eletrônico não funcionaria sem a eletricidade (carvão, petróleo, gás, urânio, água das grandes barragens ou, em proporções muito menores, vento ou sol), e energia foi necessária também para produzi-lo. Poderíamos continuar esta saga dos invisíveis elencando, por exemplo, os componentes necessários à fabricação dos leitores portáteis de códigos de barras, a do papel plastificado em que alguns códigos de barras são impressos *etc. etc.* As cadeias de produção que servem a fabricar, depois a assemblar esses diferentes elementos são todas aprovionadas por fileiras de extração.

Útil, o código de barras? Essencial para a grande distribuição e mais geralmente para atender a necessidade de rastreabilidade, ele é o objecto-símbolo da extensão planetária da esfera das trocas, em primeiro lugar, mercantis. Porém, comprando seus legumes ao camponês que os cultiva na proximidade, ou cultivando-os por si mesmo, será que se tem a necessidade de identificar qualquer cenoura e de localizá-la de modo tão preciso da horta ao prato? “Por que a qualidade de vida seria de vestir sapatos, se nós andamos descalços? Por que o chão da nossa casa deve ser feito de cimento?”, - se interroga um representante do povo Kankuamo da Serra Nevada de Santa Marta na Colômbia⁵³, um dos últimos recantos do mundo que ainda resiste à modernidade mercantil e aos seus códigos. Sem chegar a pretender que poderíamos todos passar sem sapatos, sem preconizar um retorno maciço à vida “selvagem” ou a uma “pobreza feliz”, um mero exame crítico deveria permitir a cada um fazer uma primeira seleção dentre os objetos e os serviços do quotidiano entre o que pode parecer indispensável (por exemplo, a eletricidade produzida, armazenada e transportada – de preferência de não muito longe – para iluminar escolas e hospitais?) e as engenhocas cuja única utilidade é de fazer ganhar dinheiro às empresas que as fabricam e as comercializam (meias antiperspirantes com nanopartículas de prata?), entre o que deve ser trocado e o que ainda pode servir, entre o que aumenta nossa autonomia e o que a destrói. O smartphone contribui à nossa qualidade

de vida? E as baterias de lítio? Aqui, as opiniões ainda podem ser divergentes. Mas não é preciso levar a reflexão longe demais para constatar que, mesmo que as flores cortadas que murcham menos rapidamente (por meio do nitrato de prata) ou os óculos que exibem os nomes das ruas e das lojas quando se passeia nelas são efetivamente a anos-luz da “vela” e da “caverna” às quais os apologistas do nosso conforto tanto receiam ter que voltar, esses objetos têm, concretamente, relação com uma “vida boa” apenas reduzindo esta a uma cesta de produtos – com utilidade relativa – e à renda que permite comprá-los.

Fome de matérias

A afirmação segundo a qual se extrai cada vez mais “recursos” para satisfazer as necessidades de uma população sempre mais numerosa não tem nenhum valor explicativo⁵⁴. Primeiramente, o vimos no capítulo precedente, o primeiro fator da aceleração da extração não é o crescimento demográfico, mas o desenvolvimento econômico⁵⁵. Depois, quando não se diz quem ganha e quem perde, quando não se especifica que tipo de “necessidades” se busca satisfazer, quando não se indica o que se produz o como se faz isso, não se diz nada também dos reais motivos e circunstâncias do avanço das fronteiras extrativistas.

A extensão da esfera das trocas comerciais à quase totalidade do globo terrestre está longe de ter conduzido, como o pretendiam os turiferários do mercado, à prosperidade de todos os participantes. A promessa pode apenas ser enganadora, pois os limites do planeta tornam impossível a conversão de todos os seus habitantes ao modo de vida ocidental, e não é a quimera da “desmaterialização” que mudará a situação⁵⁶. Mesmo com população constante, o cenário em que cada um dos sete bilhões de terráqueos consumiria tantos matérias e energia quanto um estadunidense é inconcebível, exceto apostando na conquista de outros planetas habitáveis, por enquanto desconhecidos. Muito mais grave ainda, 805 milhões de excluídos do mercado, ou seja, aproximadamente uma pessoa de nove no mundo, passam fome atualmente de modo crônico⁵⁷. No entanto, as instituições do “desenvolvimento” não deixaram de multiplicar os remendos. Ao longo dos anos 1970, elas praticaram as suas políticas de intervenção, com o Banco mundial na liderança, segundo a abordagem das “necessidades fundamentais”; apoiando-se na máxima: “precisa comer para viver”, elas fundaram suas ações numa contagem sofisticada do número de calorias indispensáveis à sobrevivência de um ser humano médio⁵⁸. Nos anos 1990, elas

quiseram reorientar a ajuda ao desenvolvimento em direção às “prioridades sociais” cuja satisfação devia levar ao “desenvolvimento humano” (PNUD). Em 2000, a “Declaração do milênio” comprometeu os países-membros da ONU a lutar contra a extrema pobreza e a fome⁵⁹. No entanto, a fome persiste.

Jean Ziegler, ex-relator especial do direito à alimentação do Conselho dos direitos humanos da ONU, identificava, em 2011, vários fatores de explicação 60: o dumping agrícola (subvenções às produções e exportações agrícolas dos países “desenvolvidos”), a venda maciça das terras (e, dever-se-ia acrescentar, as diversas formas de despejo ou deslocamento forçado), a dívida externa (cujo serviço absorve as receitas de exportação), por último, a subida dos preços dos alimentos, por conta notadamente da especulação bolseira ou do desenvolvimento dos agro-combustíveis⁶¹. O simples fato que se produza combustíveis a partir de fontes comestíveis nos diz muito sobre a verdadeira ordem das prioridades. A essas calorias que, literalmente, se esfumam, precisa adicionar as que, maioritariamente produzidas no Sul, são dedicadas a engordar os animais de criação do Norte e, mais recentemente, da China⁶². O PNUA o constata:

*Mesmo se consideramos do valor energético da carne produzida, a perda de calorias devida ao fato de dar cereais para os animais em vez de utilizá-los diretamente para alimentar os seres humanos é equivalente às necessidades anuais de mais 3,5 bilhões de pessoas*⁶³.

Neste contexto, quais são as soluções propostas pelos extrativistas – cujas, se os ouvíssemos, atividades obedecem a desafios humanistas – para alimentar os 9 bilhões de seres humanos em 2050? Para os profissionais do agroalimentar, são as tecnologias oriundas da “revolução verde” e da “revolução transgênica” que, sozinhas, poderão responder ao “desafio alimentar”⁶⁴. A FAO (Organização das Nações unidas para a alimentação e a agricultura) calcula que a produção agrícola deverá aumentar de 70% daqui a 2050 para cobrir as novas necessidades, estimadas não somente em função do aumento da população (30% “apenas”), mas também postulando a evolução dos regimes alimentares em direção a regimes “ocidentais” com carne⁶⁵. De quanto precisaria, para isso, aumentar os volumes de extração de potassa e de rocha fosfatada, que, em 2012, já se elevavam respetivamente a 32,7 milhões e a 217 milhões de toneladas anuais? Estes dois minérios, principais fertilizantes, com os adubos azotados de síntese, da agricultura industrial, não têm fontes de substituição

identificadas. Eles estão no processo de se tornarem, daqui a algumas dezenas de anos, tão “estratégicos” quanto o petróleo ou o urânio? Seguindo algumas análises, os subsolos da África, que concentram mais de 80% das reservas conhecidas de fosfato⁶⁶, são “a chave para fazer acontecer a terceira revolução verde”⁶⁷. Quais as consequências de tal “revolução” para as populações? Ver-se-á se generalizarem conflitos à imagem daquele que opõe há quase 40 anos Marrocos à Frente Polisário pelo controle do Saara ocidental, território particularmente rico em rocha fosfatada?

Industrializando-se e especializando-se, separando – geograficamente – a criação e as culturas aráveis e impedindo assim o retorno dos nutrientes para a terra, a “agricultura moderna” não sabe produzir alimentos sem importantes reforços de minérios e de hidrocarbonetos; e estas “necessidades” são ainda mais importantes para as culturas OGM (soja, milho, algodão, colza) resistentes aos herbicidas. O agrônomo Jacques Caplat explica:

*As variedades vegetais e animais ditas “melhoradas” são eficientes apenas em condições uniformizadas, que impõem artificializar o meio mediante adubos químicos e alimentação importada. As plantas e os animais assim “empurrados para o máximo”, e sem relação com o meio em que eles são cultivados ou elevados, são desequilibrados e frágeis, e devem ser protegidos à custa de pesticidas ou de medicamentos*⁶⁸.

Intensificando as colheitas dos “recursos” finitos, a agroindústria química está cavando o seu próprio túmulo (e o nosso). Quanto tempo poderá fazê-lo ainda? Para o fosfato, atualmente, as previsões querem ser tranquilizadoras: as reservas, reavaliadas, seriam suficientes para garantir o ritmo atual de extração durante pelo menos 300 anos⁶⁹. Porém, a baixa acelerada dos rendimentos agrícolas em solos exaustos arrisca aumentar consideravelmente a procura de adubos minerais, e, logo, também o ritmo da extração. Claro, uma outra penúria, a dos hidrocarbonetos, ameaça a prazo mais curto, e o agrobusiness nos faz consumir eles em quantias fenomenais: sem hidrocarbonetos, seria impossível fabricar os pesticidas e os adubos⁷⁰, fazer funcionar as máquinas agrícolas e as bombas de irrigação, as criações industriais e a secagem ou a refrigeração das colheitas, transportar os insumos até os campos e os produtos finais até os lugares de consumo etc. Longe de ir no sentido de um “desacoplamento”, as exigências energéticas da agricultura industrial aumentam também muito mais rapidamente do

que o crescimento da produção agrícola. A título de exemplo, entre 1945 e 1994, enquanto as colheitas da agricultura industrial estadunidense triplicaram, o seu consumo de energia foi multiplicado por quatro⁷¹. E a degradação dos solos continua empurrando esse consumo para frente. Entre 2005 e 2012, os rendimentos cerealíferos por hectare progrediram de 10% (média mundial) ao passo que precisava de 22% de adubos suplementares⁷².

Além de poluir os cursos de água e os lençóis freáticos, o uso maciço dos adubos e de pesticidas contamina as terras pelos metais pesados⁷³, fazendo desaparecer a microfauna do solo cuja atividade é indispensável à reconstituição das reservas do húmus em oligoelementos⁷⁴. Associado com outras práticas da agricultura intensiva (monocultura, lavoura...), ele favorece a erosão física da camada arável, acentuando a sua escorrência natural pela chuva e pelo vento. De origem essencialmente antrópica, este fenômeno é particularmente rápido: à taxa de erosão atual, a camada arável tem uma esperança de vida de 25 a 75 anos na França e de menos de 10 anos nos países tropicais⁷⁵. Todo ano, a cultura da soja (em grande parte transgênica) faz assim perder em média 16 toneladas de solo no *Midwest* estadunidense, e até 19 a 30 toneladas no Brasil e na Argentina⁷⁶. A erosão tem consequências diretas sobre os rendimentos: assim, no início dos anos 1990, se constatava que no prazo de 15 anos, ela havia provocado uma queda da ordem de 80% da produção de milho nas Filipinas e que ela havia tornadas improdutivas, em 40 anos, aproximadamente 30% das terras aráveis do mundo, a maior parte das quais foi abandonada para o uso agrícola⁷⁷. Em paralelo, a irrigação intensiva provoca a salinização dos solos que ocasiona também uma baixa dos rendimentos, enquanto a superexploração das reservas de água subterrâneas e de superfície entra em competição com os seus usos alternativos e notadamente com a agricultura alimentar.

Essas múltiplas degradações aceleradas exigem contribuições sempre crescentes de minérios e de energia – para buscar a água sempre mais longe, para compensar os nutrientes esgotados, para combater os parasitas que se tornaram resistentes, para despoluir as águas contaminadas *etc. etc.* Quanto gás, petróleo, fosfato e potassa precisar-se-á extrair para compensar a perda das terras aráveis, enquanto está em pauta, além do mais, aumentar a produção agrícola de 70% daqui a 2050? E, em final das contas, quantas pessoas na terra continuarão passando fome?

Porém, a agroecologia poderia alimentar o mundo

A perspectiva sombria, enunciada notadamente por Mike Davis, segundo a qual 90% dos habitantes do planeta viverão em cidades pobres⁷⁸, longe da terra e das possibilidades de se alimentarem pelos seus próprios meios, dependentes de uma oferta agroindustrial que eles, além disso, não terão as condições de pagar, é amplamente verosímil. A agricultura industrial é um modo de produção “extrativista” dos alimentos, imposto por anos como solução ao “problema da fome” em detrimento das culturas alimentares e dos camponeses dos quais ela continua a monopolizar e a destruir as terras⁷⁹. Ela apenas agrava a falta crônica de comida que as instituições internacionais designam sob o eufemismo de “crise alimentar”. E ela propaga, em paralelo, a epidemia da obesidade⁸⁰. Este diagnóstico é, atualmente, cada vez mais compartilhado: no Conselho dos direitos humanos da ONU, é a vez de Olivier de Schutter, sucessor de Jean Ziegler no cargo de relator especial para o direito à alimentação, de dar razão para a multidão de movimentos e redes que denunciam o modelo agroindustrial e implementam práticas alternativas. Em março de 2011, durante a apresentação do seu relatório ao conselho, ele declarava:

Métodos de produção não sustentáveis aceleram a mudança climática e a degradação dos solos, esgotam as reservas de água doce ameaçando, a longo prazo, nossa capacidade de alimentar o planeta. No seio da comunidade científica, uma constatação se impõe: precisa mudar de rumo [...]. As políticas de apoio à agricultura buscavam orientar esta em direção à agricultura industrial. Precisa doravante que ela se oriente em direção à agroecologia em todo lugar onde é possível⁸¹.

Pode-se “alimentar o mundo” sem pesticidas, sem adubos minerais ou provenientes da química de síntese, sem OGM, resumindo, sem a agroindústria? Muito além dos círculos militantes, um número crescente de estudos realizados dentro de universidades e até de instituições internacionais sugerem que se pode, sim. O discurso de Olivier de Schutter não é nada extravagante: a constatação que ele faz, se impõe cada vez mais no seio da comunidade científica.

Uma publicação recente da Universidade de Michigan mostra por exemplo que o uso de “adubos verdes”, isto é, de plantas fixadoras de nitrogênio, poderia, à escala mundial, contribuir em 58 milhões de toneladas de nitrogênio a mais do que o volume de nitrogênio sintético atualmente utilizado cada ano⁸². Os agroindustriais, contudo, afirmaram por muito tempo que não tinha suficientemente nitrogênio natural para

corrigir os solos. Se diz que aproximadamente dois terços da produção alimentar mundial dependem de adubos nitrogenados de síntese e que sem eles a população não teria podido quadruplicar durante o século passado⁸³. O processo *Haber-Bosch* de síntese de amoníaco a partir do nitrogênio do ar (exemplo típico de reciclagem civil de uma tecnologia militar) permitiu efetivamente aumentar muito fortemente os rendimentos agrícolas. Mas o uso maciço dos adubos nitrogenados (e fosfatados) artificiais foi também responsável de graves problemas ambientais e sanitários: eutrofização e hipoxia dos cursos de água (desaparição da fauna e da flora aquáticas), degradação da qualidade da água para o consumo humano, poluição atmosférica com partículas finas (asma, doenças respiratórias crônicas, cânceres...), emissão de gases de efeito estufa (protoxido de nitrogênio) e degradação da camada de ozônio, acidificação dos solos, perturbações dos ecossistemas e da biodiversidade⁸⁴. A sua fabricação é, além de tudo isso, muito consumidora de hidrocarbonetos: o gás natural, utilizado como fonte de hidrogênio, representa entre 55% e 70% do seu custo de produção⁸⁵, e precisa de muita energia (maioritariamente obtida a partir de hidrocarbonetos) para criar as condições de temperatura e de pressão necessárias à síntese de amoníaco.

O lobby agroquímico afirma que, renunciando aos adubos e aos pesticidas, provocar-se-ia uma queda dos rendimentos⁸⁶. Porém, aí ainda, pesquisas recentes sugerem, ao contrário, que a conversão para a agricultura “biológica e ecológica” permitiria aumentar os rendimentos agrícolas à escala do mundo. Isso seria verdade em primeiro lugar para os países do Sul. Um estudo realizado pela Universidade de Essex (Reino-Unido) junto com 8,89 milhões de camponeses em 52 países ditos “em desenvolvimento” (28,92 milhões de hectares na África, Ásia e América Latina) mostra que a passagem para a agricultura biológica conduz a um aumento dos rendimentos da ordem de 50% a 100% para as culturas pluviais e de 5% a 10% para as culturas irrigadas⁸⁷. Por meio dessas melhorias e de uma maior diversidade das culturas, 4,4 milhões de camponeses aumentaram a sua produção doméstica de comida de 73% em média (essa taxa elevando-se a 150% para os cultivadores de legumes-raízes). Um outro estudo, dirigido pelo economista e agrônomo dinamarquês Niels Halberg, concluiu que uma conversão maciça da África subsaariana à “agricultura biológica” aumentaria os rendimentos e a “segurança alimentar”, reduzindo ao mesmo tempo a dependência perante as importações de comida e os preços internacionais⁸⁸.

Conclusões que vão na mesma direção são tiradas por organismos da ONU como o PNUA e a CNUCED, segundo os quais “as práticas orgânicas geram rendimentos muito melhores do que os métodos tradicionais ou a agricultura intensiva convencional e elas apresentam um grande interesse ambiental”⁸⁹. Elas são também salientadas pela FAO⁹⁰ que, por outro lado, ressalta a importância das explorações familiares ao mesmo tempo na produção alimentar mundial (80% dos gêneros alimentícios em valor)⁹¹ e na implementação dos “sistemas alimentares [agroecológicos] integrados”⁹².

As estimativas feitas pela equipe de Niels Halberg mostram também que se a Europa e a América do Norte se convertessem maciçamente aos métodos da “agricultura biológica”, isso não afetaria substancialmente os preços mundiais dos alimentos e não faria passar fome aos países importadores, ao contrário do que afirmam, aqui também, os agroindustriais⁹³. Segundo um estudo comparativo realizado nos EUA, os rendimentos da agricultura biológica são da ordem de 94% dos da agricultura “convencional” para o milho e a soja, de 97% para o trigo e de 100% para os tomates (“grandes culturas” particularmente consumidoras de insumos), ao mesmo passo que são mais estáveis de ano para ano, pois menos sujeita aos imprevistos climáticos (seca)⁹⁴. Interessando-se mais precisamente ao teor calórico (em consonância com a abordagem das “necessidades fundamentais”), a Universidade de Michigan testou dois modelos. O primeiro extrapolava ao conjunto das regiões agrícolas do mundo a evolução dos rendimentos constatados durante a conversão para a agricultura biológica nos países ocidentais. O segundo, mais próximo da realidade, tomava em conta as diferenças de evolução dos rendimentos entre o Norte e o Sul. No primeiro caso, a produção obtida “seria suficiente para sustentar a população existente”⁹⁵ (sendo ao mesmo tempo mais suscetível de se manter na duração): 2.641 quilocalorias por dia e por pessoa, isto é, apenas abaixo da produção mundial atual (que, teoricamente, deveria garantir a contribuição média de 2.786 quilocalorias), mas amplamente suficiente relativamente à necessidade calórica média (estimado a 2.200-2.500). No segundo caso, a simulação deu excedentes muito amplos – 4.831 quilocalorias por dia e por pessoa, ou seja, 57% a mais do que as quilocalorias produzidas atualmente –, sugerindo que “a produção biológica tem o potencial de suportar uma população humana amplamente superior ao seu nível atual”⁹⁶.

Uma árvore de mil galhos

Assim, sem ofensa para os agroindustriais, existe uma alternativa aos seus métodos predadores. O seu alcance vai muito além da “produção orgânica industrial” que, ainda que beneficiando de rotulagens “orgânico” porque renuncia ao uso de pesticidas e de fertilizantes tóxicos, segue geralmente o modelo clássico da indústria em todos os outros domínios: monocultura, precariedade salarial⁹⁷, grande distribuição *etc.*⁹⁸ As práticas que se classificam ou são classificadas na “agroecologia” adotam abordagens radicalmente diferentes. A sua diversidade exclui toda forma de standardização e não simplifica também a tarefa de as definir. Assim, para Olivier de Schutter, a agroecologia é “ao mesmo tempo e um conjunto de práticas [...] resulta[ndo] da fusão da [...] agronomia e a ecologia”⁹⁹. Para Miguel Altieri, é “a aplicação da ciência ecológica ao estudo, à concepção e à gestão de agro-ecossistemas sustentáveis”¹⁰⁰. Para Silvia Perez Vitoria, ainda, é “uma abordagem global [que integra] as dimensões social, econômica e política [...], fruto da interpenetração das ciências duras e das ciências sociais, dos saberes tradicionais e dos conhecimentos modernos”, cujas “técnicas e práticas [...] são arraigadas e contextualizadas num substrato tão cultural quanto físico”, pois “a durabilidade de um agro-ecossistema é ligada à sua própria história ecológica e social”¹⁰¹.

Um número crescente de coletivos humanos invoca atualmente a agroecologia ou um dos seus numerosos ramos (agro-silvicultura, agrossilvopastorícia, permacultura¹⁰², agricultura biodinâmica¹⁰³ *etc.*). Assim, organizações de pequenos camponeses e de trabalhadores rurais sem-terra (escolas agroecológicas do MST no Brasil e na Venezuela, inúmeras experiências locais em todo lugar do mundo), redes de conservação das sementes (*Navdanya*, fundado por Vandana Shiva na Índia, *Semences paysannes* na França *etc.*), iniciativas de agricultura urbana e peri-urbana (programas nacionais, como o de promoção da permacultura em Cuba, e municipais como o *Farm-A-Lot* lançado em Detroit mais de 40 anos atrás, ou mais locais ainda, como as redes autogeridas de “pomares urbanos” ou as hortas gratuitas dos “Incríveis comestíveis”, saídos do Reino-Unido para se estenderem em outros lugares da Europa, ou como a reapropriação dos espaços públicos pela *Guerrilha gardening* *etc.*)¹⁰⁴; sem esquecer as “Iniciativas de transição”¹⁰⁵. O fio de Ariadne dessa profusão de experiências é a procura de interações e de sinergias biológicas entre os diferentes componentes de

um agro-ecossistema. Estas podem ser favorecidas por muitas técnicas, muitas vezes combinadas entre elas: por meio da alternância e da associação de culturas complementares, integrando as culturas e o gado, com a ajuda de adubos verdes, adubo orgânico, palhagens, madeira rameável fragmentada, corredores de biodiversidade para insetos auxiliares, ninhos para pássaros, por vezes sem lavoura. A diversificação das espécies, a salvaguarda das sementes antigas e adaptadas a cada agro-ecossistema, a reciclagem dos elementos nutritivos no local antes que a introdução de insumos externos (fitodepuração da água, banheiro seco, estrume, compostagem de resíduos orgânicos) se encontram também entre os fundamentais da agroecologia. Essas práticas agrícolas, portanto, não se contentam com renunciar aos produtos químicos (à base de hidrocarbonetos) e aos adubos minerais de síntese, enquanto elas reduzem as necessidades de água¹⁰⁶. À diferença da agricultura industrial que esvazia os solos das suas substâncias e que destrói literalmente a terra, algumas delas têm até vocação para regenerar os solos servindo-se da sua biodiversidade que elas contribuem a enriquecer de volta¹⁰⁷.

Mas a agroecologia ou, deveríamos antes dizer, as agroecologias, nem podem ser reduzidas a um repertório de “boas práticas”. Algumas das suas correntes e muitos protagonistas de experiências concretas ultrapassam o domínio reduzido da produção para conceber a agroecologia como um “sistema de vida” (definição trazida da uma experiência agroecológica no Baixo Sinú, na Colômbia)¹⁰⁸. As diversas versões práticas e eminentemente políticas da agroecologia na América Latina e mais geralmente nos países do Sul, frequentemente conectadas entre elas e trocando os resultados das suas aprendizagens, não se centram apenas na autonomia alimentar pelo controle da produção, dos sistemas de troca não-monetários e dos circuitos curtos de comercialização (o que permite a muitas pessoas evitar o êxodo). Elas visam também “a geração de conhecimentos pela troca de saberes”¹⁰⁹, a salvaguarda e o desabrochar da cultura de cada grupo humano e território considerado, e a defesa dos territórios ameaçados pelos interesses econômicos. Neste sentido, as experiências agroecológicas são muitas vezes dificilmente dissociáveis das lutas camponesas, e não é por casualidade se a *Via Campesina* (movimento camponês internacional agrupando 200 milhões de pessoas em todos os continentes) incorporou, já em 2008, a agroecologia como uma das suas diretrizes¹¹⁰.

Por fim, enquanto a agroindústria química substitui o ser humano por máquinas e produtos tóxicos, as agroecologias lhe devolvem todo o seu lugar. Elas não criam simplesmente “empregos”, elas aumentam a autonomia dos coletivos humanos e dão um sentido ao seu trabalho, e isso é provavelmente um dos seus aspectos mais emancipatórios. Mas até dentro do sistema mercantil atual – no qual se pode dificilmente passar sem uma renda monetária e onde a “utilidade social” de uma atividade é comumente medida pelos “postos de trabalho” que ela cria –, as práticas agrícolas ecológicas fazem imaginar que uma população numerosa seja vista como um trunfo e não como um problema. “Já que é, notadamente, a utilização maciça dos combustíveis fosseis que permitiu à agricultura industrial diminuir drasticamente as suas necessidades de mão de obra, a relação inversa também é verdade”, pode-se ler num estudo belga¹¹¹. O Fundo internacional de desenvolvimento agrícola (FIDA), um organismo especializado da ONU, conclui (numa investigação tendo notadamente por objeto a China e a Índia) que “a agricultura biológica pode se mostrar particularmente eficiente para redistribuir os recursos nas regiões onde a mão de obra é subempregada, o que pode contribuir a garantir a estabilidade rural”¹¹². Para a FAO, “nas áreas rurais, [ela] parece gerar 30% de empregos a mais [do que a agricultura convencional]”¹¹³. Na Bélgica, apenas na região de Bruxelas, o setor da “alimentação sustentável”¹¹⁴ permitiria criar mais de 7.700 empregos, e um total superando os 11.000 se adicionamos aqueles já existentes¹¹⁵, o que forneceria um emprego para mais de 11% dos desempregados da região¹¹⁶. O que nos ensinam esses exemplos? Em primeiro lugar, que o avanço das fronteiras extrativistas não pode ser explicado por uma “produção” abstrata que, para atender às nossas “necessidades” abstratas elas também, deve inevitavelmente aumentar as colheitas de “recursos naturais” para serem transformados. Todos os sistemas de produção não têm o mesmo impacto sobre o ambiente e não fazem o mesmo uso da natureza e das suas riquezas. A começar pelo domínio mais essencial para nossa vida, o da produção dos alimentos. A agricultura industrial, altamente tecnicizada e “moderna” é sem nenhuma sombra de dúvida “extrativista”: ao mesmo tempo diretamente, pois ela esgota e destrói os solos, e indiretamente, pelo fato das quantidades impressionantes de hidrocarbonetos, de água e de minérios que ela utiliza. Mas existem outras práticas agrícolas, que funcionam segundo outros princípios, que não extraem, mas cultivam, que não exploram a terra que elas trabalham, mas “se ligam” a ela, e

essas práticas parecem ser capazes de resolver o problema da fome. Radicalmente libertadoras, pois elas restauram a autonomia dos coletivos humanos, as agroecologias vão contra a corrente do dogma de um “progresso” inelutável, homogeneizador e predador. Mas elas não são, por isso, retrógradas: elas trabalham, pelo contrário, a um “progresso” do conhecimento dos solos, das plantas, dos biótopos, das relações entre os diversos elementos de um “agro-ecossistema”, à melhoria das técnicas que permitem produzir alimentos saudáveis sem destruir a terra, e, sobretudo, à generalização de uma certa qualidade de vida. Esses “progressos” não são automáticos, eles implicam escolhas e rupturas, requerem um trabalho contínuo de aprendizagem e de questionamento, uma mobilização constante para defender as terras cobçadas e a diversidade. Eles não se trancam entre os muros “dos templos da ciência”, e não se entregam a máquinas cada vez mais sofisticadas ou a volumes cada vez mais importantes de “matérias-primas”.

Seguindo o mesmo esquema, poderíamos interrogar as outras esferas de produção das “sociedades modernas” para as quais as “matérias-primas” são tão “essenciais”. Quais “necessidades” se busca satisfazer, quais tecnologias se utiliza, e por que estas antes que outras? Por que se recorre a essa ou aquela matéria-prima e seria possível passar sem ela? Quem se beneficia das escolhas feitas? *Etc. etc.* O discurso segundo o qual não haveria alternativa ao extrativismo camufla sobretudo a extraordinária aptidão do sistema industrial e mercantil para destruir tudo o que pode se constituir como uma possível opção: as fontes de subsistência e as atividades humanas fora do mercado, a autossuficiência e a gratuidade das trocas, as tecnologias econômicas, as sociedades que não se articulam em torno do aumento perpétuo da produção e do consumo das mercadorias de obsolescência cada vez mais rápida, as culturas diferentes daquelas moldadas pelas obsessões de desempenho e de competição, os desejos que não podem ser transformados em necessidades, e mais geralmente as relações não utilitárias ao mundo. Esmagando metodicamente tudo o que lhe é inútil, esse sistema impõe em todo lugar, pela força se necessário, os valores, os dogmas e as normas do paradigma que se acostumou, nos países do Sul particularmente, qualificar de “ocidental”. O extrativismo foi e permanece uma das suas frentes pioneiras: estendendo dia após dia as suas fronteiras sobre os últimos espaços preservados, ele destrói não somente os territórios, suas riquezas e muitas vidas, mas também as outras formas de inscrição no mundo. Ele destrói a alternativa.

A predação não é a única escolha que se oferece para nós. Bem como a agroecologia poderia alimentar o planeta se deixássemos o “campo” livre para ela, seria possível reduzir drasticamente as nossas necessidades em matérias-primas recentemente extraídas: prolongando o tempo de vida dos objetos, consertando e reutilizando o antigo antes que produzindo o novo, concebendo produtos realmente recicláveis, relocalizando as produções e, antes de tudo, submetendo ao exame crítico o conjunto das “nossas” necessidades e as maneiras de satisfazê-las, afim de identificar e de privilegiar as ferramentas que aumentam a nossa autonomia em substituição da miríade de “auxiliares de vida” que nos aprisionam¹¹⁷. Muitas coisas seriam *tecnicamente* possíveis se mudássemos objetivos e imaginário.

Capítulo 5

Resistências

Eles dizem que a floresta é virgem?
Não, não é absolutamente verdade: a floresta é coberta de gente!
(Conversa fiada de mesa num barzinho em Huampami, capital do distrito El Cenepa na Amazônia peruana, a cinco horas de *peke peke* – canoa motorizada – do fim da estrada. O distrito, de 5.458 quilômetros quadrados de superfície, tem 9.513 habitantes)

Estabelecer-se na floresta ou morar nas casas afetadas pela construção da rodovia obviamente não era permitido. Essas aventuras nos levaram a viver em ambientes bucólicos, onde se misturavam a hostilidade de uma parte da vizinhança, as visitas da polícia militar e o apoio incondicional de moradores locais que até então estavam isolados em sua recusa em ser planejados. Organizar-se foi vital, mas muito trabalhoso... Os momentos mais despreocupados são difíceis de contar [...]. Pudemos reviver sonhos de infância, montar cabanas e subir em árvores [...]. As alegrias e dificuldades compartilhadas deram origem a novos encontros. Alguns ainda duram. Talvez nossa vitória esteja aí.
(Trecho de *Histoires de la ZAD de Notre-Dame-des-Landes*, 2020-2024)

Se vocês abrem fogo em nós, não vamos assistir ao massacre da nossa família de braços cruzados. Portanto, aqui nos mataremos uns aos outros. E lhes digo isso a vocês: eu defendo a vida da minha família, a saúde da minha gente, nossa Terra-Mãe, mas vocês, por que motivo vão morrer ?²
(Resposta de uma liderança Achuar ao capitão de polícia que lhe anunciava ter recebido a ordem de abrir fogo durante a bloqueio das instalações da empresa petrolífera argentina Pluspetrol, na região de Loreto – rio Corrientes, Peru, 2006)

Cerro de Pasco, Peru, 4.338 metros de altitude, 400 anos de exploração de metais. Prata primeiro, depois zinco, chumbo e cobre. Desde 1956, a mina não é mais subterrânea, e a sua gigantesca cratera, batizada em nome de Raul Rojas – um mineiro morto no trabalho –, não para mais de se cavar. Aí, graceja-se, “a praça central é um buraco” ... de 1.800 metros de diâmetro e de mais de 1.000 metros de profundidade. A longo prazo, a cidade, que tem por base as jazidas, é condenada a desaparecer ou, mais precisamente, a ser deslocada, ela e os seus 80.000 habitantes. Já, sobraram apenas algumas casas no velho centro histórico, e elas se desmoronam aos poucos. A mina come a

montanha sob as suas fundações, a transforma em minérios e sobretudo em entulho, amontoadado não muito longe, logo á saída da cidade. Esses lixões, imensos, à escala da mina, misturam estéreis tóxicos carregados de metais pesados e resíduos domésticos. Aqui e ali, na própria cidade, montículos de estéreis mais antigos, são contíguos às casas dos mineiros que se levantam todos os dias para descer no buraco. Uma parte da população do centro já migrou para numa cidade nova, San Juan Pampa, situada um pouco a montante da mina, que se, desde então, aproximou perigosamente. Cerro de Pasco, “cidade opulenta” e “cidade mineradora”, como se pode ler no seu brasão, não tem outra riqueza para oferecer aos olhares que os montes de lixo, as ruas quebradas, as paredes decrépitas, as casas instáveis e a sua vertiginosa cratera, espetáculo assustador de desolação para quem conhece a beleza do interior andino. Algumas mulheres de Íntag, um vale do noroeste do Equador ameaçado pela exploração de cobre, que foram para Cerro de Pasco anos atrás para ver uma mina ao ar livre com seus próprios olhos, voltaram de lá abaladas. Elas levaram nas suas bagagens pedaços de estéreis e fitas cassetes de canções locais, *huaynos*. Chegando em casa, elas os fizeram circular “de mão em mão, de família em família”, como relata uma coletânea de testemunhos³:

Não podia ser diferente, o ritmo melancólico e as letras giravam em torno da exploração mineral. A tristeza e o conteúdo da cantiga exprimiam a opressão exercitada por esta. A reação dos habitantes de Íntag era óbvia e simples: “se a indústria mineradora fosse boa, as canções seriam alegres.”

Alegres como as colinas de Íntag e o barulho leve das águas de suas centenas de riachos transparentes, como as cores do *gallo de la peña* (o tucano dos Andes), como o sol que filtra através da neblina das suas majestosas florestas subtropicais e como sua terra que, como se diz lá, “dá de tudo”. Íntag a verde, tão diferente de Cerro de Pasco, de La Oroya, de Ilo e de todos os lugares devastados pelas minas, mas “tão próxima ao mesmo tempo, pois também rica de minérios”⁴.

Territórios em movimento

A 4.200 metros de altitude, o oxigênio está rarefeito. A chuva, gelada, embrulha certas manhãs os cumes verde-castanho e o índigo profundo dos lagos do seu véu prateado. À noite, nas alturas de Cajamarca, distrito andino do Norte do Peru, o mercúrio cai abaixo de zero. Às vezes, eles são 300 a montar guarda, outras vezes 4.000, e certos dias,

apenas 15 ou 20. De vez em quando, ressoa um disparo anônimo, ou é a polícia antimotim que os espera na chegada. Despachos, enfrentamentos, acampamentos destruídos. Desde o início do conflito (final de 2011), cinco pessoas foram mortas, muitas outras feridas. Mas eles voltam: homens, mulheres e crianças, em maioria camponeses que se encontram regularmente nas margens dos lagos ameaçados por Minas Conga. Se este projeto de cobre e de ouro é completado, os lagos Perol e Mala serão submersos pelas crateras de duas minas ao ar livre: Azul e Chica, enterrados sob detritos⁵. Durante 17 anos, quase que 90.000 toneladas diárias de escórias carregadas de metais pesados serão amontoadas numa dessas áreas de abastecimento hídrico dos Andes que são chamadas de páramos, fonte dos rios que alimentam os arredores. É a água, se diz por aqui, que faz a verdadeira riqueza desta província agrícola famosa em particular pelos seus queijos. Mas já se tem dificuldades em vender os produtos locais, alguns compradores temendo que estes sejam contaminados. Pois Yanacocha, o consórcio que carrega o projeto Conga⁶, explora desde 1993, mais baixo, mais próximo da cidade-capital, a maior mina de ouro da América Latina, na origem de longos conflitos e de muitas poluições por metais pesados, cianeto e outras substâncias tóxicas. Em seguida, tem outro motivo para recusar o novo projeto: para os camponeses de cultura quéchua, esses lagos, que eles dizem guardar, são sagrados.

A 600 quilômetros mais a norte e alguns anos mais cedo, quase 4.000 pessoas das províncias de Ayabaca e Huancabamba, em grande parte camponeses e *ronderos*⁷, caminham para o acampamento de uma outra mineradora, Majaz. Desde Ayabaca, tem quatro dias de um caminho que precisa abrir através da montanha e da floresta, sem trilha. De acordo com os batedores, a empresa se estabeleceu também nas alturas, numa floresta de nuvens, não muito longe de um páramo. Uma vez no topo, a ocupação da plataforma de mineração se transforma em tragédia. As forças de segurança da empresa sequestram 33 caminhantes durante três dias. Amarrados, de olhos vendados, com sacos de lixo na cabeça, sem água nem comida, eles receiam em cada instante ser mortos, e uma pessoa sucumbirá às suas feridas⁸. Nessa parte da cordilheira do Condor, onde, cada ano desde 1751, milhares de pessoas se reúnem na cidadezinha de Ayabaca em peregrinação, os habitantes, mestiços, são católicos, mas a organização das suas comunidades, as suas práticas agrícolas e as suas lendas conservam os vestígios das culturas que as precederam. Os Guayacundos, populações que habitavam essas terras antes dos Incas, veneravam também a água.

Em 2006, mais a Leste, na região amazônica de Loreto, os Achuar sabotam as instalações elétricas e bloqueiam as atividades da empresa petrolífera argentina Pluspetrol. Pouco tempo antes, análises revelaram uma forte presença de chumbo e de cádmio no seu sangue. O exemplo do Equador vizinho não tranquiliza muito: em vinte anos de presença no Norte da Amazônia, onde as taxas de câncer são atualmente três vezes superiores à média nacional, a companhia petrolífera estadunidense Texaco (comprada em 2001 por Chevron) derramou na natureza 63,6 milhões de litros de petróleo e 70 bilhões de litros de resíduos de exploração, queimado ao ar livre 6,65 bilhões de metros cúbicos de gás e irremediavelmente contaminado muitos rios que servem de fonte de água potável. Para proteger “a área sagrada, os espaços de vida e os seres da floresta”⁹ de um destino tão funesto, a comunidade kichwa¹⁰ de Sarayakú, na província próxima de Pastaza (Equador), se incumbe de delimitar os 300 quilômetros de fronteiras do seu território tradicional plantando, em plena floresta, árvores cujas flores comporão um caminho de cores vivas, visível desde o céu. Essas flores, dizem eles, desenham uma “fronteira de vida”.

No outro extremo do Equador, perto da fronteira colombiana, nas margens do rio Muisne que separa a pequena ilha homônima do continente, os dédalos dos mangais vermelhos e o emaranhado das suas raízes aéreas acolhem ainda caranguejos e mariscos. Mas a cobertura vegetal do mangue já ocupa apenas uma franja muito estreita, rasgada em certos lugares. Atrás, extensões lisas de piscinas de criação de camarões (*camarones*, em espanhol) e o barulho das máquinas que bombeiam a água; 5, 10, 20, 50 hectares..., são propriedades “pequenas e médias” (as “grandes” vão até 2.000 hectares). Desde a chegada dessa indústria em 1967, 70% dos mangues do país foram destruídos. Em Muisne, a “gente dos mangues” – na sua maioria descendentes de escravos negros, antigamente pescadores artesanais, catadores de caranguejos e de mariscos, cujas vidas eram estreitamente ligadas a este ecossistema – tem resistido. Desde 1998, eles destruíram muitas piscinas de camarões para semear mangais, conseguindo expulsar alguns camaroneras e reflorestar 1.000 hectares de manguezal, dos quais mais da metade foi de novo destruída pela indústria. Essas ações lhes custaram repressão, assassínios e processos... um deles confessa:

Para muitas pessoas, destruir uma piscina é um ato agressivo, para nós, se trata de libertar um mangue sequestrado pela indústria, de fazer encontrar de novo à água seu fluxo e refluxo naturais¹¹.

Sua luta não foi um sucesso, mas a sua experiência e o movimento nacional, em seguida internacional, de que ela foi na origem, foram decisivos para outros lugares, como por exemplo a baía de Cispátá, na Colômbia, onde outros “pescadores, camponeses e indígenas”, segundo a sua própria definição, são atualmente orgulhosos de mostrar para os visitantes os seus mangues luxuriantes. Em grande parte, graças aos ativistas de Muisne, se veio a saber a tempo da existência do perigo e puderam barrar a estrada aos *camaroneras*, impedindo a construção de um canal que devia levar a água do mar para o interior das terras do Baixo Sinú, a área mais atlântica do distrito de Córdoba. Lá, as fronteiras entre terra e água flutuavam antigamente de acordo com as inundações sazonais e os meandros de um grande rio que se encontra com o mar. Os Zenúes, povo que viveu nessa região durante 2.000 anos, até os anos 1100-1200, o chamaram de Sheinú, “país encantado das águas”. Vivendo de caça, de pesca, mas também de agricultura, os Zenúes ficaram famosos por seus engenhosos sistemas de aterramentos e de canais. Esses os protegiam das inundações invernais, amplificando a capacidade natural dos pântanos de absorver os excedentes de água, depois abrandavam as ondas para fertilizar as praias cultivadas. Durante a colonização espanhola e a República, a população se mestiçou, mas ela continuava a viver pelo rio e com ele. Descendentes de Zenúes, de escravos, de imigrantes europeus e árabes, todos se adaptaram a ele, século após século, “até formar – segundo as suas próprias palavras – um sistema “físico-cultural” interdependente, em que as relações de produção, os mitos e a organização se sincronizaram com os ciclos naturais”¹². A partir do século XIX, a criação extensiva e a agroindústria nascente se apoderam das melhores terras, deixando livres apenas as áreas húmidas, as margens, os pântanos. Porém o rio dessaliniza os solos do delta, leva materiais e adubos, povoa as áreas húmidas de peixes e continua dando vida à “cultura anfíbia” dos seus habitantes¹³. Breve descanso, pois o “desenvolvimento” já aspira para ele as “terras líquidas”, drenando-as para o benefício da agroindústria, das monoculturas de árvores, da exploração de ferrominérios e de carvão, das infraestruturas turísticas, em seguida, mais tarde, das culturas transgênicas e das plantações de palma africana para os agrocombustíveis. Por fim, o Estado colombiano acabou por cumprir uma das partes do seu Plano maior de desenvolvimento integral para a região, uma grande barragem hidrelétrica, Urrá I, que ele inaugura em 1999¹⁴.

A regulação natural das áreas húmidas e a vida dos que delas dependem se encontram abaladas por tudo isso. A expansão artificial do estuário faz cair a fertilidade dos solos do delta. Os ciclos sazonais são substituídos por variações do nível da água determinadas pela demanda de energia, que desarticulam a agricultura. Os peixes desertam as áreas húmidas e o rio. Enquanto 60.000 famílias viviam da pesca, 40% dos 16-37 anos tiveram que sair em busca de um trabalho nas cidades¹⁵. Urrá provocou, testemunham os que permaneceram, “um enorme traumatismo”, “uma ruptura muito violenta entre cultura e território”¹⁶. A água dá a vida, a água pode tomá-la de volta. Aproximadamente 300 quilômetros mais a Leste, sempre na Colômbia, uma década mais tarde, os quatro povos indígenas da Serra Nevada de Santa Marta¹⁷ se reúnem para edificar uma aldeia tradicional arhuaco – 50 casas com telhados cônicos como os picos da Serra – no meio da futura área de enchimento de uma barragem. Ainda no estado de projeto, este é concebido para irrigar as culturas de palmeiras de óleo destinadas à produção de agro-combustíveis. Sítio-símbolo da resistência, a aldeia de Icarwa se tornou também um dos locais de reunião dos quatro povos da Serra. Mesmo que os Arhuaco vivam deslocando-se constantemente de aldeia em aldeia, de parcela em parcela, entre os diversos “andares ecológicos”, em Icarwa, desta forma, uma presença é sempre assegurada, segundo o que nos foi confiado.

Na Argentina também, há muitos lugares-fronteiras. Perante o avanço da indústria mineradora, das plantações de soja OGM, da exploração de hidrocarbonetos (convencionais e, a partir de 2009, não-convencionais também¹⁸), desde o início dos anos 2000, assembleias populares “se autoconvocam” em muitos lugares. Por vezes, elas dão lugar à ocupação constante de um lugar físico. Uma praça, um campo, a beira de uma estrada que conduz a uma concessão minerária ou petrolífera, como é o caso em Andalgalá, na província andina de Catamarca. Nessa pequena cidade, até os subsolos da praça central figuram numa licença de prospeção mineral. Durante a nossa visita no outono de 2010, o acampamento da assembleia nunca estava vazio. No domingo, para apoiar a luta, os vizinhos iam lá comprar pão quente, batatas ou frango assado saídos diretamente de um grande forno a lenha. Os debates se prolongavam até tarde na madrugada, ao redor de um fogo e de um mate, sob o sussurro da alfarrobeira que deu o seu nome à assembleia, *El Algarrobo*. Uma efêmera clarabóia de esperança. Pois a província já era devastada, desde 1997, pela exploração de uma das maiores minas da Argentina, Bajo de la Alumbrera (que, oficialmente, extrai ouro, cobre

e molibdênio)¹⁹. Esta provocou graves poluições dos cursos de água aos metais pesados e às substâncias radioativas, notadamente por causa dos vazamentos dos diques de contenção de resíduos e do mineroduto que transporta o concentrado dos minérios extraídos até uma fábrica de transformação, por 316 quilômetros²⁰. As taxas de câncer na cidade de Andalgá e nos seus arredores são particularmente elevadas²¹. À questão “por que você está lutando?”, uma moradora de Andalgá, mais ou menos trinta anos, sofrendo de câncer, dá esta resposta que pode surpreender: “Pelo amor que temos por esta terra”. Pelo que ela dá ou poderá dar, mas também, simplesmente, pelo que ela é²².

“Nós gostamos do ar daqui, mesmo que fede”, gostam de brincar as pessoas dentro do coletivo mexicano Um Salto de Vida, nomeado assim em referência a El Salto, pequena aldeia mexicana antigamente agrícola e famosa pela sua grande cachoeira (*un salto*), que está atualmente sobrevivendo no meio da área industrial da cidade de Guadalajara, entre um lixão ao ar livre que recebe aproximadamente 3.400 toneladas de lixo por dia e um rio coberto com uma espessa espuma branca, no qual mais de 200 empresas derramam diariamente resíduos de todos os tipos²³. A luta do coletivo não é contra um projeto de extração, mas para dar vida de novo a um rio mutilado por meio século de atividade industrial caótica, para transformar de volta uma “zona-lixo” num território habitado. Um Salto de Vida participa diretamente da Assembleia nacional das vítimas ambientais (ANAA), uma reunião regular onde se encontram oponentes aos projetos minerários, petrolíferos, agroindustriais, bem como habitantes das áreas industriais ou das zonas-lixo, inclusive El Salto, obrigados a viverem no meio das poluições, ou ainda camponeses cujas terras são ameaçadas por projetos imobiliários ou infraestruturas rodoviárias. Para eles, como para aqueles que formam a União das assembleias cidadãs (UAC) na Argentina²⁴ – outra reunião que agrupa regularmente os diversos atores das lutas socioambientais que assolam o país –, todos esses projetos são movidos por uma única e mesma lógica: tirar proveito dos territórios, sem nenhuma consideração pelo que eles são nem por aqueles que os habitam. As diversas ameaças contra as quais as pessoas se mobilizam são frequentemente ligadas: as estradas construídas para acessar aos recursos permitem a criação de novas áreas residenciais, as centrais hidrelétricas alimentam em energia as minas, as refinarias, os *shoppings* ou as novas casas individuais na periferia. As lutas são também ligadas por este mesmo fato: se um megaprojeto minerário é bloqueado, a estrada que deve ser construída se torna inútil, se a estrada é bloqueada,

há fortes chances que o projeto minerário seja suspenso, motivo a mais para colocar em comum as suas reflexões, informações e estratégias.

A quinta Assembleia nacional das vítimas ambientais, à qual eu assisti, foi realizada em novembro de 2009 na aldeia de Chichicauatl (1.800 habitantes, entre os quais 1.000 adultos, Estado de Puebla), nas terras que servem de lixão e de valas comuns às criações industriais de porcos da empresa Granjas Carroll de México. Desta vez, quase que 1.500 pessoas dos diversos movimentos e Estados do país fizeram a viagem, percorrendo, para algumas delas, várias centenas de quilômetros. Os aldeões lhes abriram as suas casas, e os alimentos que os camponeses dos arredores tinham levado já há alguns dias – frango, feijão, milho, nopal, frutas – foram transformados numa saborosa refeição. Não vi nenhuma troca de dinheiro durante esses dois dias.

Quatro anos e meio depois, a milhares de quilômetros de lá, no centro da França, durante uma linda jornada de julho, um festival abria as suas portas. O palco instalado sobre um reboque agrícola tinha o cheiro agradável de feno recém cortado. Quase 500 pessoas estavam presentes em uma atmosfera ao mesmo tempo festiva e estudiosa. “Não às minas”, “A mina de ouro dorme, a poluição se desperta” podia-se ler nos cartazes expostos em todo lugar^{XVII}. Este festival não como os demais era parte integrante da Jornada mundial (autogerida) de luta contra a mega-indústria da mineração, e, nesse ano, a França participava dela. Depois da exploração de ouro (1905- 1955), em seguida, de urânio (1948-2001), desde 2013, estava na pauta reabrir minas no Limousin. Então, antes da música da noite, durante a tarde se falava lixiviação, arsénio e drenagem mineral ácida. Aí também, o problema era pensado juntamente a outras lutas, como o lembrava o “Não ao aeroporto” (o de Notre-Dame-des-Landes) nas vacas de papelão plantadas no meio da campina. As ideias estavam fluindo. “Na perspectiva de ocupar o campo com projetos alternativos às pesquisas de minas, lançamos um convite à apresentação de projetos para toda pessoa interessada”, anunciava, por exemplo, o coletivo organizador numa mensagem difundida pouco tempo atrás: “padaria, bar associativo, recuperação das ruínas do êxodo rural, reciclaria/centro de recursos diversos para recuperar e consertar os diversos objetos tecnológicos que contêm metais *etc.*” Um ano antes, por ocasião da mesma jornada internacional, foi numa aldeia do Sarthe, Tennie, que umas cinquenta pessoas manifestavam a sua oposição ao

XVII - Jogo de palavras não traduzível entre “dorme” (*dort*) e “de ouro” (*d’or*) que têm a mesma pronúncia e possibilitam um duplo sentido completado por “despertar-se”. (*NdT*)

retorno das minas. Em fevereiro de 2015, em Guingamp, nos Côtes-d'Armor, eles estavam 250. Finistère, Côtes-d'Armor, Morbihan, Ille-et-Vilaine, Mayenne, Sarthe, Loire-Atlantique, Maine-et-Loire, Vendée, Nièvre, Saône-et-Loire, Allier, Puy-de-Dôme, Creuse, Haute-Vienne, Dordogne, Ariège, Pyrénées Atlantiques...: desde a atribuição da primeira licença de pesquisa em junho de 2013, os projetos de prospeção se multiplicaram, as resistências, também. Por ocasião da segunda edição do festival no departamento do Creuse *Terre d'aucune mine* (*No Mine's Land*, ou seja, Terra de nenhuma mina), em julho de 2015, os diversos coletivos e associações, reunidos, começaram a trabalhar em ações comuns. “Nosso movimento não tem líder. Nossa visão da sociedade não é a que buscam nos impor. [...] Alternativas existem!”, afirma o comunicado comum que saiu desse encontro²⁵.

Frequentemente, as placas dos manifestantes advertem: “Nova ZAD”, em referência a essas “zonas para defender”²⁶ que se multiplicam na França e em outros lugares na Europa para barrar o caminho aos projetos de planejamento e de construção de infraestruturas, devoradores de matérias-primas e destruidores de territórios²⁷. As ZAD, as pessoas as habitam para preservá-las. As pessoas as habitam “sem direito nem título”, prontas a resistir às forças da ordem na eventualidade de uma evacuação. Ou ainda as pessoas participam pontualmente à jornadas de reocupação – como a que reuniu 40.000 delas em Notre-Dame-des-Landes em novembro de 2012 – ou a manifestações de apoio regulares. Às vezes festivas, frequentemente tesas e por vezes dramáticas. Um jovem rapaz de 21 anos perdeu a vida durante uma dessas mobilizações, enquanto ele manifestava contra a construção de uma barragem destinada a abastecer de água a agroindústria local. Foi morto por uma granada ofensiva lançada por um policial militar, numa noite de outubro de 2014, em Sivens, no Tarn²⁸.

Nas ZAD, aprendemos a resistir, mas também a viver juntos. Você também aprende sobre outras lutas. E, entre muitos outros assuntos, você pode até acompanhar discussões sobre o extrativismo, como a organizada na primavera de 2013 por coletivos contra o óleo de rocha-mãe na ZAD de Notre-Dame-des-Landes. O slogan dessa primeira ZAD francesa, que ocupou um terreno destinado à construção de um aeroporto, era “Contra o aeroporto e seu mundo”. O “mundo” que foi rejeitado ali também é o mundo que está impulsionando o extrativismo, sem o qual não haveria alcatrão nem aviação comercial.

“Desde as 6h53 desta manhã, 30 pessoas do coletivo dos *Dindons de la Farce*^{XVIII} ocupam a plataforma petrolífera da Petite Brosse em Jouarre (Seine-et-Marne)”, anunciava, no dia 22 de setembro de 2013, um comunicado de imprensa, que prosseguia:

Escalamos a torre de perfuração [...] e pretendemos ficar aí. [...] Depois de terminar com Jouarre, a perfuradora [...], utilizada por Hess Oil e concebida para perfurar nos xistos, partirá para uma outra plataforma, provavelmente a [...] que oferece um panorama sobre a central nuclear de Nogent-sur-Seine, a menos de 110 km de Paris, na margem do rio Seine. Então, esta perfuradora, por enquanto, a conservamos [...] para defender a nossa água e o nosso ar, a nossa saúde, a beleza das nossas paisagens, as alternativas ecológicas e uma visão do mundo regida por outros sonhos que o lucro.

No mesmo momento, em Paris, se desenrolava a Conferência ambiental que devia programar “a transição energética” até 2030. Mesmo no Seine-et-Marne – baluarte da agricultura intensiva e química, onde os grandes os grandes produtores de cereais especulam sobram as matérias-primas e onde os poços de petróleo (convencional) cospem as suas últimas gotas –, a oposição aos hidrocarbonetos de xisto estava em pleno andamento. Entre cidades-dormitórios para parisienses que precisam de vegetação e *Disneyland*-Paris, aqui se queria informar que não se acreditava nas lindas promessas de um futuro mais verde. A ocupação dura apenas cinco horas, “mas a mensagem teve o tempo de percorrer os meandros da Internet, os telegramas de imprensa, as redes sociais virtuais ou físicas”, concluía o último comunicado do dia. Na França, o movimento contra os hidrocarbonetos de xisto e de camada reuniu centenas de coletivos, ligados entre eles por uma palavra de ordem: “Os hidrocarbonetos extremos, não têm lugar nem aqui, nem alhures, nem hoje, nem amanhã”. Naquele dia, em nome dessa solidariedade, pessoas provenientes de várias regiões do país se deslocaram. Milhares de territórios em movimento por um mundo habitável e habitado.

Mil e uma lutas

Em todos os lugares da terra, se abrem novas frentes de resistência. O coletivo Aldeah reúne algumas pessoas cujos caminhos se cruzaram ao acaso dos encontros e das lutas travadas na América indo-afro-latina²⁹ e

XVIII - Expressão francesa que significa “vítima de piada ou de enganação”. (NdT)

na Europa. Algumas pessoas apenas entre os milhares, talvez os milhões, das e dos que, desde os seus espaços e com os seus meios – acampamentos, barricadas, pás, picaretas, solas, grampos, sementes para plantar, canetas, teclados ou câmaras –, fazem o seu melhor para resistir ao avanço das fronteiras extrativistas. Na América Latina, o número dos conflitos socioambientais não para de aumentar³⁰. Na Europa também, a exploração industrial da natureza e a artificialização dos territórios preocupam cada vez mais³¹. Em todos os países onde a exploração dos hidrocarbonetos ditos não-convencionais (gás e petróleo de xisto e de camada, óleos pesados) é considerada, sua rejeição mobiliza coletivos locais e associações de moradores, ligados aos níveis nacional e internacional. Encontram-se formas similares de organização contra os OGM ou o renovo minerário na França, assim como nos países europeus onde a indústria mineradora está muito mais avançada, como na Espanha, na România ou ainda na Grécia. Por fim, os “Grandes projetos inúteis impostos” e outros projetos, industriais, rodoviários, imobiliários, mais ou menos pequenos e mais ou menos úteis para alguns, mas, contudo, destrutivos e impostos, dão lugar a movimentos de oposição entre os mais inovadores do continente.

Claro, as resistências das quais se trata aqui não são de jeito nenhum uma especificidade latino-americana ou europeia. Algumas lutas travadas em outras partes do mundo são, aliás, particularmente famosas, como, por exemplo, o das mulheres do Estado do Kerala (distrito de Palakkad) na Índia contra o bombeamento de água potável por Coca-Cola³², ou a luta muito longa do povo Ogoni na Nigéria (relacionada à figura do escritor e militante Ken Saro-Wiwa, executado pelo poder em 1995) contra a exploração petrolífera. Nos anos 1990, os Ogoni conseguiram parar a produção de hidrocarbonetos no seu território, mas em 2008 e 2009, este é devastado pelos milhares de toneladas de petróleo derramado de um velho *pipeline* que pertencia à Shell e uma batalha é hoje travada por sua descontaminação. Ecos nos chegam também de muitos outros lugares³³: no Camboja, as comunidades locais e indígenas (Kuy) procuram proteger a floresta Prey Lang da exploração de ouro e de ferro e do avanço da agroindústria; na Índia, os pescadores e pequenos camponeses de Bengala ocidental conseguem cancelar, entre 2006 e 2011, os projetos de construção de um megacomplexo petroquímico e da maior central nuclear do subcontinente (10.000 MW), enquanto um projeto de central térmica a carvão pôde ser bloqueado por mobilizações populares, em 2011, no Estado de Andhra Pradesh³⁴. Na China, os protestos contra os grandes

projetos poluentes – centrais a carvão, grandes barragens, complexos industriais, incineradores – se multiplicam também apesar das repressões particularmente violentas³⁵. Segundo Chen Jiping, ex-quadro dirigente do partido comunista, as preocupações ambientais se tornaram a principal causa de desordens sociais, diante dos conflitos fundiários³⁶. Na Austrália, em 2012, enquanto a mina de carvão em construção de Maules Creek, no Estado de Nova Gales do Sul, tem as suas entradas regularmente bloqueadas por moradores e ativistas³⁷, os aborígenes do Estado de Austrália ocidental, apoiados por militantes anti-nucleares, caminham por dez semanas para protestar contra a exploração de urânio nas suas terras, percorrendo 1.200 quilômetros³⁸. Por fim, antes de emergir na Europa e nos países do Sul, a oposição aos hidrocarbonetos não-convencionais nasceu primeiro nos EUA e no Canadá. O livro de Naomi Klein, *Todo pode mudar*, promove as organizações indígenas, grupos de moradores e militantes ecologistas que enfrentam nesses países a exploração dos gases e petróleo de xisto, das areias betuminosas e os projetos de infraestruturas que devem permitir o transporte dos combustíveis extraídos. Dois megaprojetos de oleodutos foram notadamente na origem de mobilizações sem precedentes. O primeiro, Keystone XL, conduzido pela empresa TransCanada e suposto percorrer 1.900 quilômetros entre Alberta (Canadá) e o golfo do México (EUA) para encaminhar, todos os dias, até 830.000 barris de petróleo essencialmente provenientes das areias betuminosas, deu lugar a uma plethora de ações de protesto ao longo do traçado, reunindo “cowboys e índios”, povos autóctones e criadores, igualmente preocupados pela ameaça³⁹. O segundo, Northern Gateway, implicando a sociedade Enbridge (1.177 quilômetros entre o Alberta e a Colômbia britânica, 525.000 barris por dia), mobiliza os grupos autóctones da Colômbia britânica, reunidos no seio da Yinka Dene Alliance⁴⁰.

As fronteiras extrativistas avançam por todo o lado, obrigando cada vez mais pessoas a se posicionarem. O vimos, o extrativismo ameaça agora não somente os últimos espaços poupados pela modernidade industrial (parques naturais, selvas e territórios indígenas), mas também os sítios já explorados no passado e já atingidos por poluições duradouras. Por fim, o seu avanço acaba por comprometer, como o constata com exatidão Naomi Klein, classes sociais e lugares que podíamos acreditar intocáveis, territórios ricos (com as devidas proporções) ou turísticos, notadamente nos países do Norte⁴¹.

Cada projeto minerário, petrolífero, agroindustrial, hidrelétrico, florestal, rodoviário ou outro suscita questões específicas, comporta os seus próprios riscos, ligados às particularidades dos territórios que ele ameaça. As resistências que veem o dia face a cada um desses projetos são, elas também, muito diferentes umas das outras, se apenas pela sua composição ou suas formas de organização. Se algumas funcionam de maneira horizontal (em que cada um é o igual do outro), outras veem nascer ou fazem intervir organizações hierarquizadas (divididas em militantes de base, porta-vozes, representantes ou dirigentes eleitos); elas podem, também, ser marcadas por uma ideologia, ser atacadas ou não a um projeto federativo ou a uma comunidade de vida preexistentes. Os movimentos socioambientais latino-americanos atestam essa diversidade: assembleias populares de inspiração libertária na Argentina; coletivos influenciados pelo zapatismo no México ou na Venezuela; organizações ou comunidades indígenas estruturadas, com a sua forte implantação territorial, seus próprios vocabulários e meios de ação⁴²; comunidades camponesas acostumadas ao trabalho coletivo, e, para algumas – como as *rondas campesinas* no Peru –, habituadas a garantir a segurança e a administrar a justiça⁴³; aldeões agrupados em comitês de defesa (comitês de vales e de aldeias no Chile); associações rurais oriundas da *teologia da libertação*; movimentos brasileiros de inspiração marxista, articulados a nível nacional e nutridos por experiências sindicais; grupos que reúnem todos os tipos de pessoas – camponeses, pescadores, pobres e menos pobres, padres, professores, estudantes, engenheiros, cientistas, jornalistas, artistas, juristas – que experimentam modos de organização *ex nihilo* para responder às necessidades imediatas frente à emergência.

Do mesmo modo, todas as lutas não emergem quando a destruição ainda está apenas ao estado do projeto. Algumas reagem frente aos estragos já causados e exigem a reparação do que é reparável, outras procuram pelo menos a testemunhar, a tornar visíveis os sofrimentos suportados. Por vezes, a contestação cresce e faz do projeto em causa o objeto de um debate nacional. Às vezes, ela conquista também uma visibilidade internacional, e importantes campanhas de solidariedade (como, por exemplo, o projeto Conga no Peru, ou a exploração petrolífera no parque Yasuní, no Equador) prolongam a “controvérsia” para além das fronteiras do Estado onde ela nasceu. Algumas problemáticas particulares se conectam e se generalizam, colocando em debate não mais este ou aquele projeto, mas também esta ou aquela

indústria extrativista, a extração de esta ou aquela matéria-prima (notadamente o ouro e o petróleo), o uso desta ou daquela tecnologia de extração (lixiviação com cianeto ou fraturamento hidráulico). Outros combates ficam desconhecidos além dos próprios atingidos e dos seus territórios.

Cada movimento é singular, mas os seus atores compartilham na maioria dos casos um mesmo impulso de partida: o caráter insuportável das violações, já sofridas ou ainda ao estado de ameaça, levadas pelos projetos extrativistas ao seu meio natural. Os seus principais motivos de agir, que se especificam ao longo das resistências, são de proteger o que eles consideram como essencial para a sua vida: a saúde, a água que eles bebem, que eles utilizam para se lavarem ou para irrigarem, as terras que eles cultivam ou que eles não podem mais cultivar, as florestas que desaparecem, os manguezais em via de extinção que desaparecendo tiram caranguejos e mariscos e todo o modo de vida a eles associado, a beleza das paisagens, os meios de subsistência, o apego que eles têm para o seu território, à sua singularidade e à sua história. Para além das particularidades de cada projeto e de cada movimento, o que os reúne, é a importância vital do que eles defendem.

Lutas assimétricas

Segundo a ONG Global Witness, pelo menos 908 “defensores da terra e do ambiente” foram mortos no mundo entre 2002 e 2013 (entre esses 760 na América Latina)⁴⁴. É à criminalização e à repressão que uma luta deve, na maioria dos casos, a honra de ser coberta pela mídia e é sobretudo isso que se conhece das lutas da outra extremidade do mundo. Assim se sabe que camponeses da região de Sagaing na Birmânia são perseguidos pelas forças da ordem por eles se oporem à invasão pela mina de cobre de Letpadaung⁴⁵; que na cidade saariana de In-Salah, na Argélia, a polícia militar atacou o *sit-in* permanente dos habitantes contra a exploração de gás de xisto (um morto em 2015)⁴⁶; que na China, o advogado que defendia os camponeses da região autônoma de Guangxi – um luta contra o fabricante fino-sueco de papel Stora Enso, que monopoliza 180.000 hectares das suas terras para plantar nelas eucaliptos – foi atacado e encarcerado durante 15 meses (2011-2012) por suborno de testemunha; que, em 2010, para finalizar a grande barragem hidrelétrica de Pubugou, na província de Sichuan, sempre na China, foram demolidas as casas dos moradores que recusavam sair e que, seis anos antes, esses mesmos moradores tinham sido violentamente desalojados do estaleiro da barragem que eles

ocupavam, enquanto quase 100.000 pessoas manifestavam contra o projeto (ante essa mobilização, a mais maciça desde as manifestações de Tiananmen em 1989, o governo tinha suspendido as obras, mas as tinha reiniciado um ano depois); que na Indonésia, as tribos papuas sofrem não somente as graves contaminações geradas pela segunda maior mina de cobre e a primeira de ouro do mundo, a de Grasberg, mas são também vítimas das atrocidades cometidas pelas forças da ordem em nome do combate contra o separatismo: assassinatos, estupros, torturas, detenções arbitrárias, destruição de habitações *etc.*

O arsenal repressivo implantado contra os contestadores é a expressão mais patente da esmagadora superioridade das forças contra as quais eles lutam. Mas os combates contra os projetos extrativistas são assimétricos em muitos outros aspectos. Numerosíssimos obstáculos devem ser superados no decorrer das resistências. A banalização dos sofrimentos diários torna por exemplo muito difícil para as vítimas saírem do fatalismo, se imaginarem capazes de mudar uma “ordem das coisas” complexo e arraigado no tempo (“É assim há 20, 30, 500 anos, qual esperança podemos ter que isso mude?”). Quando companhias minerárias se preparam a “mudar” uma cidade inteira (Cerro de Pasco no Peru) ou glaciares (versão abandonada do projeto Pascua-Lama na Argentina e no Chile), a demência dos desígnios apela à ficção. Mas para muitos daqueles e daquelas que convivem há muito tempo com a destruição e a poluição, homens e mulheres despossuídos da sua existência pelo hábito da não-escolha e o invariável desprezo de que são vítimas, a injustiça e o horror são frequentemente difusos, omnipresentes e “normais”, minimizados, quando não são negados, pelos outros – as autoridades e a mídia – e aguentados em silêncio por si próprio. Morrer de um câncer aos 18 anos ou ser intoxicado com chumbo aos 9 anos é “normal” em determinados lugares do planeta; bem como pode parecer “normal” a obrigação de deixar as suas terras da noite para o dia porque uma empresa ou o Estado conceberam para elas outros destinos. Nesses contextos já marcados pela violência, pela difamação ou pela indiferença, a indignação coletiva é muitas vezes o resultado de um minucioso trabalho de (re)apropriação da sua vida.

A falta crônica de meios materiais poderia também deixar acreditar que numerosas lutas nem valem a pena de ser iniciadas. Porém, multinacionais riquíssimas estão sendo desafiadas por camponeses ou por indígenas de países pobres, e muitos grupos de luta, no Norte, mas também no Sul, conseguem funcionar com escassas contribuições

pessoais ou das doações de outros movimentos e de indivíduos. Alguns até rejeitam deliberadamente toda tentativa de busca de subvenções, que ocuparia um tempo precioso e poderia ser um fator de divisão. Pois, avisa uma participante de Um Salto de Vida, no México, “se tivéssemos um pouco de dinheiro nas mãos, nos teríamos dito adeus”⁴⁷. Por fim, é provavelmente no acesso à informação e aos saberes que reside o desequilíbrio mais pernicioso. Uma empresa sabe por que se interessa por um território. Ela sabe a que portas bater para ter acesso a ele. Ela domina os procedimentos administrativos que lhe darão, em princípio, a autorização para o explorar para o caso do seu interesse se confirmar. Quando chega o momento de responder às perguntas, é, a priori, do lado dos representantes das empresas e dos servidores que se coloca a credibilidade da perícia, e eles podem, em caso de necessidade, apelar a especialistas da comunicação e em manipulação da opinião. Na frente, pelo contrário, a maior parte dos habitantes dos territórios que, até aquele momento, escaparam do extrativismo e dos seus estragos, frequentemente não sabem que os subsolos e os solos dos seus quintais contêm recursos estratégicos ou promissores de um ganho financeiro. Eles também não sabem de imediato o que isso implica: o que é uma perfuração petrolífera, uma exploração mineral “moderna”, uma criação de camarões pretensamente “sustentável” *etc. etc.*? O que se sabe de todas essas coisas quando não se é da profissão, quando a experiência dos antigos não fala disso, quando se ignora o quê e onde pesquisar? Porém, frequentemente, para ser levado a sério pelas instâncias decisórias – que não se privam de inverter o ônus da prova –, ou para ter peso face à propaganda das empresas, precisa ser rapidamente capaz não somente de formular uma mensagem clara e eloquente, mas também de justificar os seus receios, de fornecer provas formais dos seus fundamentos. Para produzir, por exemplo, análises da qualidade da água e dos solos ou estudos médicos específicos, precisa de competências técnicas de ponta ou meios financeiros suficientes para pagar um laboratório. Muito antes disso, precisa também entender o jargão técnico ou administrativo, conhecer os seus direitos (entre os quais o de ser informado), saber utilizar as ferramentas “modernas” de acesso à informação ou, simplesmente, saber ler. Depois, mesmo quando a intuição dita a desconfiança, precisa se habituar a ideia de que não se deve acreditar na palavra dos “especialistas” e os “peritos” do setor extrativista, que frequentemente há diferenças entre os discursos tranquilizantes que eles passam para o público e os temores que eles se confessam apenas entre eles.

Aprender a tempo

As chances de parar um projeto dependem muito da rapidez de reação. Ainda precisa, para reagir a tempo, tomar consciência da ameaça com suficiente rapidez, ou seja, não somente da existência de um projeto extrativista, mas também da natureza das transformações que ele implicará. O acaso, às vezes, faz as coisas direito. Se os Awajun e os Wampi do distrito El Cenepa (no norte da Amazônia peruana) puderam aprender que uma empresa com o doce nome de deusa exótica do amor (Afrodita) contava extrair ouro nas nascentes do curso de água que constitui o seu eixo de vida (o seu único meio de transporte nessa região sem estradas, o rio onde se banham e onde pescam, cujas margens eles cultivam, bordado pela floresta que lhes fornece a sua caça), foi notadamente porque membros das suas comunidades tinham sido levados a ir na área do acampamento de prospeção mineral durante o seu serviço militar. Em Ayabaca (Peru), quando um primeiro grupo de camponeses foi ao acampamento da mineradora Majaz, depois de uma primeira marcha de quatro dias, constatou, aturdido, que as obras de prospeção eram realizadas há mais de dez anos. No início dos anos 1990, no vale de Íntag (Equador), uma região muito difícil de acesso, pouco povoada e então desprovida de meios de comunicação, a presença discreta dos japoneses de Bishi Metals (uma filial do gigante Mitsubishi) foi, primeiro, pouco notada, e a maior parte dos habitantes não tinha nenhum conhecimento do que significava a exploração de cobre em grande escala. No entanto, o minério tinha sido encontrado lá nos anos 1980. A prospeção, realizada a partir dos anos 1990 pela Metal Mining Agency of Japan (MMAJ), tinha confirmado a importância da jazida. A partir de 1993, Bishi Metals começou a prospeção, mas foi apenas em 1994 que os primeiros informantes de perigos começaram a falar disso nas comunidades. Quando os dirigentes da comunidade de Junín, a mais diretamente ameaçada, acabaram obtendo, em 1997, uma cópia do Estudo de impacto ambiental, foi o choque: o estudo não dissimulava os riscos de importantes poluições das nascentes de água e dos solos⁴⁸, o desmatamento maciço que podia levar à desertificação, a desaparecimento possível de umas trinta espécies de mamíferos de pássaros, a criação de uma cidade minerária de 6.000 almas, assim como o deslocamento de 100 a 200 famílias oriundas de quatro comunidades, sem que o acordo destas últimas nunca fosse solicitado. Os primeiros sinais anunciadores das poluições futuras já tinham então aparecido, pois os moradores, sobretudo as moradoras, tinham visto a pele das suas crianças se cobrir de espinhas depois de um banho no rio. Gado tinha também sido

encontrado morto, a floresta tinha sido aos poucos cavada de novas trilhas, um boato circulava que um desmoronamento de terra tinha sido provocado por explosões realizadas para fins exploratórios... a aparência do território já estava mudando.

Raros são os países em que a lei obriga realmente as autoridades a consultar as populações locais antes do lançamento de projetos suscetíveis de ter um impacto sobre o seu habitat. Mais raras ainda são as consultas que têm uma influência sobre a decisão tomada. Normas internacionais como a Declaração das Nações unidas sobre os direitos dos povos autóctones (não vinculativa) e, antes de tudo, a Convenção 169 da Organização internacional do trabalho (OIT), exigem dos governos uma atenção particular para com os interesses dos povos reconhecidos como autóctones, e que podem ser ameaçados por “todo programa de prospeção ou de exploração dos recursos que as suas terras contêm”. A Convenção 169 estipula que os Estados devem consultar esses povos sobre tais programas⁴⁹. Mas ela foi ratificada apenas por 22 países⁵⁰, e até naqueles onde as suas disposições foram traduzidas em leis ou reconhecidas com valor constitucional (entre outros, na Colômbia, no Chile, no Peru...), as consultas ficam na maioria dos casos uma mera formalidade administrativa. A situação não é melhor no Equador ou na Bolívia, dois Estados plurinacionais⁵¹ cujas Constituições obrigam a consultar não somente os povos indígenas, mas mais geralmente as populações locais⁵². No inverno de 2013, enquanto o governo equatoriano já envia seus emissários aos quatro cantos do planeta para negociar a atribuição de treze novos “blocos” petrolíferos no sudeste amazônico – blocos que ocupam 76% dos territórios dos povos achuar, andoas, kichwa, shiwiar, shuar, sapara e waorani dessa região⁵³ –, apenas 7% da população e 39% das comunidades na área de influência do projeto participaram a uma “consulta prévia”⁵⁴. É relatado também, evidências filmadas para apoiar, que na aldeia de Rio Blanco (Morona-Santiago), por exemplo, essa “consulta prévia” foi realizada durante uma reunião de pais de alunos, sem que eles fossem avisados, e sem que o restante da população fosse expressamente convidado a participar⁵⁵. Em junho de 2012, no final de um processo desgastante de 10 anos que opôs o povo kichwa de Sarayakú ao Estado equatoriano, a Corte interamericana dos direitos humanos já lembrava, contudo, a este último a sua obrigação de respeitar as normas internacionais que tinha ratificado em matéria de consulta. E na Bolívia, Evo Morales em pessoa, o primeiro presidente latino-americano a reivindicar as suas raízes

autóctones, declara publicamente, em julho de 2015, que consultar os povos indígenas faz “perder muito tempo” aos projetos extrativistas. A regulamentação relativa à consulta e à participação às decisões que dizem respeito às atividades no âmbito dos hidrocarbonetos aliás já foi objeto, no mês de março, de uma modificação por decreto⁵⁶ visando a facilitar a execução de projetos petrolíferos e de gás nos territórios indígenas e nas áreas protegidas (com “o único objetivo de acelerar o investimento”, *dixit* o supremo administrador boliviano⁵⁷).

“Dez quilogramas e mais de um quilometro de comprimento se alinhamos todas as páginas!”, esta é a conclusão dos produtores de mangas e de limões de Tambogrande, pequena cidade do deserto costeiro peruano situada dentro de um oásis agrícola, o vale de San Lorenzo, perante o documento submetido para eles no cenário de um “inquérito público”. Se tratava do Estudo de impacto ambiental de um projeto de mina de ouro promovido pela companhia canadense Manhattan Minerals Corporation. Se essas operações de medição foram feitas, é para mostrar a que ponto lhes era impossível, no prazo fixado pelo Estado, examinar aquelas 3.000 páginas de uma linguagem incompreensível. Essa tarefa titânica valia tanto menos um tal esforço que não se perguntava para eles se eram ou não a favor da exploração da mina. As forragens de prospeção tinham começado quatro anos antes sem que eles fossem informados, e o projeto tinha então sido declarado de “importância nacional” por um decreto presidencial⁵⁸.

Mesmo nos países ocidentais, a informação sobre os projetos de exploração de “recursos naturais” em preparação permanece amiúde invisível para quem não sabe onde procurar. Assim, na França, para estar ao corrente dos novos títulos de mineração sendo estudados, você tem que ler regularmente o Jornal Oficial⁵⁹ ou ainda acompanhar as “consultas do público” no site do Ministério da Economia e da Indústria (por três semanas antes da atribuição do licenciamento, “o público” pode - se souber - enviar os seus comentários para o ministério por *e-mail*, apenas para fins informativos, ou seja, sem qualquer esperança de poder influenciar o destino da licença em fase de atribuição)⁶⁰. Na realidade, apenas o trabalho de vigilância dos coletivos permite ter uma visão geral das licenças e dos pedidos de “licenças exclusivas de pesquisa de minas” no território francês. Quanto aos hidrocarbonetos, durante o “escândalo do gás de xisto” que, graças aos coletivos e associações mobilizados, fez tanto barulho a partir de 2011, alguns representantes eleitos locais aprenderam a existência de licenças de pesquisa em suas comunas

apenas lendo a imprensa. As quatro "licenças Borloo^{XIX}" (Nant, Montélimar, Villeneuve de Berg e Château-Tierry) que iniciaram a mobilização foram concedidas entre setembro de 2009 e março de 2010, e outras já haviam até sido realizadas anteriormente⁶¹. No entanto, a maioria dos habitantes dos territórios ameaçados não tomou conhecimento até o final de 2010, graças ao trabalho de alguns jornalistas comprometidos.

Em todos os lugares do planeta, e embora os contextos possam ser muito diferentes, o que os coletivos franceses anti-hidrocarbonetos de xisto e de camada chamam de "negação da democracia" é uma constante. Quase em todo lugar, o mesmo cenário se repete: os primeiros a serem impactados aprendem que outros já selaram, às suas custas, o destino do território em que se construíram as suas vidas e o que os liga a essa realidade, eles constataam que a sua opinião não importa e que nem se dá o trabalho de realmente informá-los. Chocados a princípio, indignados, depois irados, descobrem que eles são pouco mais do que detalhes aos olhos dos promotores dos projetos de extração, no melhor dos casos, obstáculos que é possível contornar ou mesmo deslocar, como desloca-se uma pedra que estorva o caminho.

Aprender a aprender

Inicialmente, muitas vezes há um ou mais "informantes": um jornalista ou um diretor de cinema, uma advogada, um funcionário de uma associação ambiental ou até mesmo de uma empresa extrativa, um padre ou um engenheiro, alguém que acessa informações úteis no decorrer de seu trabalho ou sabe onde encontrá-las por já ter vivenciado uma situação semelhante ou, em alguns casos, uma pessoa que aprende as notícias por acaso. Posteriormente, a busca por argumentos, explicações, provas, exemplos, torna-se para alguns uma atividade em tempo integral.

Em agosto de 2002, Marta e Silvia, residentes da pequena cidade de Esquel, na Patagônia Argentina, assistem, atordoadas, à apresentação pela empresa canadense Meridian Gold de um projeto de exploração de uma mina de ouro ao ar livre a sete quilômetros da cidade. Funcionários da empresa explicam que o processamento do minério se fará com uso de compostos de cianeto. Marta e Silvia são químicas, elas sabem que o cianeto é um veneno e que os compostos que a empresa lhes apresenta

XIX - Do nome do então ministro do Meio ambiente, Jean-Louis Borloo. (NdT)

como inofensivos podem ser extremamente perigosos. No final da reunião, elas têm uma só coisa em mente: pesquisar e informar os demais habitantes da cidade. Menos de um mês depois, elas organizam os primeiros cursos sobre o cianeto, começando pelas escolas. Com efeito, Marta conta que a empresa, ela, enviava os seus emissários “para convencer as crianças de convencer os seus pais que iam ter trabalho e progresso”. As perguntas que lhes são feitas as levam rapidamente a ampliar a sua exposição, a se debruçar também sobre as drenagens minerais ácidas ou as poluições por metais pesados. Já no mês de novembro do mesmo ano, é formada a Assembleia dos vizinhos autoconvocados pelo “não à mina”. Se indaga sobre outros aspetos – jurídicos, econômicos, hidrológicos – e se transmite também o que se aprende. Pouco a pouco, a população se informa e se forma. Estudantes, livreiros, professores da educação básica, músicos, pais e mães de famílias, sabem doravante questionar os engenheiros minerais e “desmentir o saber dos referidos especialistas”. Marta lembra:

*Difundimos muitíssimos conhecimentos, a tal ponto que um jornalista disse que ficava impossível encontrar simples “vizinhos” em Esquel, que todos se tinham tornados hidro-geo-químicos!*⁶²

Cenas muito parecidas tiveram lugar no momento da emergência do movimento anti-hidrocarbonetos de xisto na França. Cientistas juntavam em torno deles, como na escola, um público atento, cadernetas e canetas na mão. Os conhecimentos assim adquiridos em hidrogeologia, em geologia, em química ou em direito, eram frequentemente transmitidos, já no dia depois, no seio dos coletivos ou durante as reuniões públicas, particularmente frequentes nas cidades e nas aldeias que descobriam a ameaça. Eles eram também compartilhados com outros coletivos na França, até no estrangeiro.

Em Tambogrande, no Peru, é Godofredo García Baca que, no recreio de uma escola ou na praça central, reunia em torno das suas exposições pedagógicas os membros da Frente de defesa, os habitantes da cidade e os camponeses dos arredores. Esse engenheiro agrônomo, presidente de uma associação de produtores de mangas, já era conhecido no vale de San Lorenzo pela parcela agroecológica onde ele apresentava regularmente os resultados das suas experimentações. Quando a ameaça da exploração mineral começou a ser mais precisa, ele soube explicar, com palavras simples, os riscos que implicava o projeto de Manhattan para o vale. Naquele oásis arrancado ao deserto pelo paciente trabalho dos colonos que tiveram a possibilidade de obter

terras lá nos anos 1950, a agricultura é apenas possível graças à irrigação (introduzida pelo governo no momento do lançamento da colonização da área). A água, particularmente preciosa, seria utilizada lá pela mina em quantidades elevadíssimas. As suas operações ameaçavam também afetar a cobertura vegetal (bosques e áreas de cultura), espalhar pelo ar e pela água produtos tóxicos. O objetivo desse projeto, ele, permanecia incompreensível:

*Não há necessidade pública chamada “ouro”. Não há necessidade pública chamada “cobre”. Ninguém se alimenta de ouro ou de cobre. As pessoas vivem comendo comida e é disso que a humanidade precisa*⁶³.

Os camponeses do vale, filhos e filhas dos colonos que fizeram florescer o deserto, eram numerosos a compartilhar esse parecer: nem o ouro, nem o cobre, podem ser “colocados na panela”. O movimento em torno da Frente de defesa cresceu à velocidade da luz. Durante quase quatro anos, a praça central de Tambogrande viveu ao ritmo da democracia direta, no burburinho das conversas animadas e das decisões tomadas coletivamente. Em março de 2001, Godofredo García Baca recebeu em pleno coração, sob os olhos do seu filho, uma bala à queima-roupa de um atirador mascarado.

A cada novo alerta, cada novo ensino, cada nova parte do puzzle, a informação tem que chegar a bom porto, e em prioridade nas populações diretamente interessadas. Mesmo nas áreas urbanas, tal exigência não está fácil ser aplicada, pois ela implica superar o bloqueio dos centros oficiais da informação, frequentemente submissos aos interesses econômicos ou políticos. O que dizer, então, das comunidades isoladas, com uma geografia acidentada e desprovida de meios de comunicação, que se trate de estradas ou de mídias? Em Íntag, os *comuneros* de Junín tiveram, assim, que percorrer uma por uma as comunidades vizinhas (distantes entre elas de várias horas de marcha), munidos de uma cópia do Estudo de impacto ambiental da Bishi Metals. Em cada comunidade, outros os substituíam, difundindo a informação junto daqueles que ainda não eram informados. Quando uma nova companhia mineral começou a se interessar ao jazigo abandonado pelos japoneses, nos anos 2000, o vale se era dotado do próprio jornal e de uma rádio comunitária.

Em Ayabaca (Peru), a informação sobre a existência da concessão mineral⁶⁴ e o perigo que essa representava para a água da região circulou de comunidade em comunidade graças aos *chasquis*, os mensageiros que se chamados assim desde a época do império Inca. O

seu papel social importante, ancorado na tradição das comunidades de cultura quéchua lhes vale uma confiança de que não gozam as mídias oficiais: “O *chasqui* faz parte da comunidade, o conhecemos, temos mais confiança nele do que na rádio”, como se diz⁶⁵. A força dos laços entre os habitantes de um território se revela muitas vezes decisiva, tanto para a rapidez da transmissão das alertas como para transformar descontentamentos e medos isolados em resistências e reivindicações coletivas. Quando esses laços fortes não existem, são os processos de resistência a tecê-los, fazendo emergir “comunidades” de luta, de ideias e, às vezes, de vida. O sentido do “comum” que se (re)constrói nelas se apresenta como proteção contra a exploração dos interesses individuais pelas empresas. Ele é também um elemento essencial da vontade reivindicada de decidir, juntos, do futuro do território que as pessoas habitam – um poder tão frequentemente negado às populações locais.

Ordenamento da aceitabilidade social

Nenhuma indústria extrativa passa sem produtos tóxicos, nenhuma embeleza as paisagens, faz o ar mais puro, nem a água mais cristalina. Os extrativistas bem o sabem, mas é raro ver uma empresa afirmar publicamente que ela planeja destruir um território para enriquecer os seus acionistas. É igualmente raro ouvir um homem ou uma mulher de Estado caucionar em voz alta semelhantes objetivos. Pelo contrário, se tentará dotar os projetos destruidores de uma cara pública tão agradável quanto possível: respeitosos do ambiente, socialmente responsáveis e, sobretudo, economicamente úteis. A defesa dessa imagem se torna particularmente estratégica quando um movimento de oposição ou um acidente começa a manchá-la, quando um conflito toma mais potência e ameaça aumentar os custos econômicos e políticos. A “aceitabilidade social” (nome que dão os gestores dos conflitos ao sucesso das suas estratégias publicitárias) se torna então uma condição pelo prosseguimento ou o lançamento das obras. Já que os políticos eleitos temem a sanção dos votos da mesma forma que os dirigentes dos grupos privados receiam que um conflito faça cair a cotação das suas ações na bolsa (os dois poderes da “opinião pública” nas democracias de mercado), os comunicantes profissionais são frequentemente chamados para ajudar a impedir que a maioria do “público” tome o partido dos contestadores.

Nas publicidades, carneiros pastam uma grama verde que ondula sob a brisa das turbinas eólicas plantadas ao pé das instalações industriais; cachorros joviais encontram o seu osso sob gramados liberados das ervas

daninhas graças ao glifosato; crianças com bochechas rosas convidam a aproveitar as “coisas simples” como um pedaço de presunto produzido industrialmente e embalado em múltiplas camadas de plástico; as “energias do futuro” contratam os “seus decisores” convidando-os a admirar as chaminés de uma central nuclear desde um prado verdejante⁶⁶. A força do progresso técnico, repetem os extrativistas, já faz esquecer os exemplos passados de poluições. Tal mina ao ar livre, tal poço de petróleo, tal setor agroindustrial puderam ser fonte de acidentes, mas os novos projetos sempre são modernos, seguros, na vanguarda do progresso. As “tecnologias de ponta” são uma constante do discurso publicitário das companhias minerais e mais amplamente extrativas. Estas se dão cada vez mais frequentemente como “verdes” ou “responsáveis”. A mina de Yanacocha, no Peru, uma das maiores minas de ouro no mundo, já devia, na ocasião do lançamento das obras em 1993, ser a primeira “mina ecológica” do país. Dezanove anos mais tarde, o resultado não pode ser contestado: vários lagos secos por drenagem, um consumo de água exuberante, os rios secos, muitíssimos casos de poluição por substâncias tóxicas (entre ela o cianeto), doenças profissionais ligadas ao manuseio de mercúrio *etc.* Isso não impedia, em 2012, a empresa fazer distribuir nas ruas, por crianças pagas 10 centavos de sol por prospeto (2,7 centavos de euro), a sua propaganda para uma nova mina “moderna”, a de Conga⁶⁷. Na França, longe dos altiplanos andinos devastados e dessas práticas de uma outra época, as novas “minas responsáveis”, velarão, nos promete o ministério do Desenvolvimento sustentável, “pela redução dos impactos ambientais, sanitários assim como pelos incômodos (destruição da paisagem, barulho...) em todas as etapas do [seu] ciclo de vida”. Ainda melhor, elas têm “por objetivo a criação e a estabilização do tecido social”⁶⁸. Verdadeiramente, não há o que temer.

Para fazer pender a balança a favor dos “lucros”, os “custos” (ecológicos, sociais, culturais, econômicos, psicológicos) são sistematicamente minimizados, enquanto as promessas, por sua conta, devem ser convincentes: empregos, desenvolvimento econômico (das regiões geralmente retratadas como “sinistradas” no Norte e “subdesenvolvidas” no Sul), contribuição ao PIB, entradas de dinheiro para as instituições públicas *etc.* Sempre na França, quando, em seguida à amplitude da contestação, os projetos de prospecção dos gases e petróleo de xisto se encontraram debaixo dos holofotes, a “opinião pública” se viu assim prometer: centenas de milhares de empregos, como nos Estados Unidos⁶⁹; um crescimento e uma prosperidade

reencontrados; a baixa do preço do gás (dividido por dois nos Estados Unidos!) e até gasolina nas bombas. As telas de televisão, ondas de rádio e páginas dos jornais foram invadidas pela imagem do *self made man* estadunidense, pronto, como nos tempos do coronel Drake⁷⁰, a abandonar tudo da noite para o dia para fazer fortuna com o petróleo do outro lado do seu imenso país. Se pôde ouvir, desordenadamente, apelos ao senso da oportunidade, ao espírito de competição, até ao ciúme (os Estados Unidos, a Polônia et outros aproveitam isso enquanto dormimos sobre o nosso tesouro), mas também ao patriotismo (independência energética), à Razão, à curiosidade científica e outros valores do século das Luzes, os oponentes sendo sistematicamente retratados como emotivos, ingênuos, irracionais, obscurantistas, retrógrados, cedendo a medos injustificados. “É aflitivo constatar essa falta de espírito cartesiano e ver o nosso governo tímido”, se ofendia, por exemplo, um especialista da indústria petroleira, deplorando a ausência “de verdadeiros debates com engenheiros da profissão e cientistas [...], necessários para restabelecer a confiança da opinião pública mal informada”⁷¹. E enquanto isso, a honorável Academia das ciências apelava a não banir “a assunção de riscos calculada e ponderada”⁷². O sentimento de orgulho nacional foi, ele também, encorajado para encurtar aos receios suscitados pelo (mau) exemplo estadunidense: os “nossos” industriais e os “nossos” cientistas saberão controlar os riscos, até lá onde outros fracassaram⁷³. “Franceses, francesas, confiem na gente, sabemos fazê-lo limpo”, clamava assim por extenso uma surrealista petição intitulada “sim ao gás de xisto” lançada pela hilariante Sociedade dos Perfuradores e das Profissões do Petróleo (AFMP em francês) em outubro de 2011⁷⁴. Em termos estratégicos, que a maior parte das afirmações desse tipo possa ser desmentida pelos fatos reais conta menos que a capacidade de as difundir massivamente⁷⁵. Tanto menos que inquéritos habilmente orientados permitem fabricar uma “opinião” maioritária no papel, que torna ilegítima a da “minoría” dos contestadores⁷⁶.

No local, quando uma empresa é obrigada a negociar os deslocamentos de populações instaladas em cima de preciosos jazigos ou perto do leito de rios cobiçados, ela procura às vezes convencer que essas ganharão com a troca. Em Tambogrande, seis diferentes modelos de moradias “modernas, sólidas, com água corrente 24 horas por dia e o saneamento básico”⁷⁷ foram edificados a título de demonstração por Manhattan, a companhia mineral. Esse quadro de vida de substituição podia só, segundo Manhattan, seduzir aqueles que viviam nas 1.800 casas

apodrecidas que deviam ser demolidas para dar lugar à sua mina ao ar livre. A operação foi um fracasso. Pouco tempo depois, os vidros das moradias eram quebrados, os seus telhados arrancados pelos oponentes ao projeto: “Dever sair é impossível para realizar”, confessa um habitante de um dos doze vilarejos condenados à destruição em vista da extensão da mina de lenhite de Garzweiler, na Renânia do Norte-Vestefália (Alemanha). “Quando a gente se muda de casa simplesmente, se pode retornar no lugar onde se viveu; agora, não nos pegam unicamente as nossas casas, mas a alma do nosso vilarejo”. E um outro comenta, durante uma visita do bairro residencial onde a empresa tinha previsto instalar os deslocados: “Isso é Legolândia, não é mais um vilarejo, é um loteamento..., aí vocês têm o cemitério – os mortos faziam parte da viagem”⁷⁸. Não é, aliás, sempre o caso: os túmulos dos cemitérios convertidos em piscinas de camarões, no Equador, não tiveram a mesma sorte.

A exploração das riquezas do subsolo cria empregos locais? Membros dos coletivos antigases e petróleo de xisto da Bacia parisiense decidiram verificar essa promessa no local: em determinados poços de prospeção, tinha um posto de trabalho provido localmente, o do segurança. O restante das equipes intervindo na fase de foragem era composto de profissionais vindos de outros lugares: uns vinte perfuradores (funcionários nômades da companhia de foragem Cofor), dois ou três holandeses de Baker Hughes (extração) e um funcionário do operador para dirigir as obras (a sociedade estadunidense Hess Oil, no caso do nosso exemplo). Na fase de exploração, não precisa mais de perfuradores, nem de seguranças: 28 empregos bastam para vigiar os 100 poços⁷⁹. A tecnicização das atividades extrativas faz de tal modo que esse cenário é frequentemente verificado: os técnicos – mão de obra qualificada e experimentada em domínios cada vez mais específicos – vêm de longe, deixando para as pessoas do lugar alguns empregos subalternos. A mecanização também vai se amplificando. No Chile, por exemplo, grande país mineral se é que alguma vez houve um, e primeiro produtor mundial de cobre, o impressionante aumento dos volumes de minerais extraídos (+45% pelo ouro, +107% pela prata, +240% pelo cobre) entre 1990 e 2004 foi acompanhado de uma queda de mais de 30% do número de empregos no setor⁸⁰. É sobretudo durante a fase de construção (das minas, das fábricas de tratamento, das infraestruturas de acesso) que a indústria mineral cria empregos e, aí também, não são os habitantes locais que beneficiam desses em primeiro lugar. Quanto aos empregos indiretos, a instalação de empresas extrativas num

território gera efetivamente, sobretudo nos países do Sul, um certo número de empregos de serviços não qualificados, frequentemente informais: limpar, fornecer a comida, o alojamento, às vezes o transporte, fontes de renda que, rapidamente, divisam as comunidades e as famílias. Em regiões onde a maior parte das pessoas obtém a sua renda das atividades ameaçadas pelos impactos ambientais das indústrias extrativas (agricultura, pesca, turismo *etc.*), o benefício desses empregos induzidos é, todavia, derrisório, sobretudo contrabalançados com o que é ameaçado de ser perdido. Na França, no Sarthe^{XX}, o argumento da Variscan Mines que promete trabalho para encanadores ou eletricitas pena, por exemplo, para persuadir os criadores de frangos do campo de Loué em mudar de profissão.

Para os moradores dos futuros sítios de extração, há de que ser escandalizado pela arrogância dos responsáveis das empresas, dos servidores públicos ou dos políticos nacionais que, a partir dos seus escritórios, pretendem saber melhor do que eles de qual gênero de empregos e de qual “desenvolvimento” eles precisam. Por fim, o fundo do problema não é sentido como contabilístico: mesmo que as indústrias extrativas criassem empregos, isso não tornaria por isso aceitáveis os riscos que elas fazem correr ao meio, à qualidade de vida, à beleza das paisagens, a todo o que não se poderá reconstruir e de que sempre se terá saudades depois de ter passado alguns anos a trabalhar pela empresa que o destruiu⁸¹. Dito de outra maneira, retomando as letras de uma canção composta em Tambogrande e que se tornou um clássico do repertório anti-minas:

A vida é um tesouro [...e] ela vale mais do que o ouro.

Saberes dos implicados

Recusamos a política do oxímoro: uma mina responsável não existe. As minas são apenas responsáveis – e culpadas – pelas poluições duráveis, pelas destruições de territórios, de ecossistemas, do tecido social e econômico, e da vida⁸².

É o que afirma um comunicado do inter-coletivo *Stop Mines* criado em 2015 na França. Duas associações mobilizadas nos arredores de Salsigne, na Aude^{XXI} (última grande mina francesa, fechada em 2004), figuram entre os signatários desse texto. Elas já têm uma longa experiência da indústria mineral. Em 90 anos, a exploração industrial (de ouro, de

XX - Departamento do centro da França. (NdT)

XXI - Departamento do Sudoeste da França. (NdT)

prata, de bismuto, de ácido sulfúrico, de arsênio) se estendeu em 200 quilômetros quadrados, deixando uma massa de “resíduos poluídos” estimada a 11,6 milhões de toneladas⁸³. Nos anos 2000-2010, lá se constata um excesso de mortalidade do câncer do pulmão de 80%, e de 110% do câncer da faringe (por causa, notadamente, da exposição dos moradores aos rejeitos tóxicos do complexo piro- e hidro-metalúrgico, ativo até 1996, e das múltiplas poluições com arsênio)⁸⁴. Decretos municipais proíbem a comercialização dos legumes de folhas e do tomilho cultivados em cinco municípios, em razão de excessos das taxas de arsênio “admissíveis” nas plantas⁸⁵. Mais de 10.000 pessoas em 20 municípios são expostas quotidianamente às poluições dos solos, do ar e, sobretudo, da água – a dos rios, entre os quais o Orbiel, dos poços particulares e de canais de irrigação entre os quais alguns apresentam taxas de arsênio superando até 450 vezes o limiar de potabilidade fixado pela Organização Mundial da Saúde⁸⁶.

Em 2003, o Estado já tinha gastado 19 milhões de euros (85 milhões de reais) em medidas de reabilitação ambiental, e 27,5 outros milhões deviam ser empenhados⁸⁷. Será que se pode parar a poluição? Segundo algumas estimações, ela persistirá durante pelo menos 10.000 anos⁸⁸. Entretanto, os milhões de toneladas de resíduos estéreis são confinados sob uma geomembrana em elastômero cujo período de vida seria assegurado por uns cinquenta anos⁸⁹. Tais exemplos dão sólidos argumentos àqueles que recusam deixar a outras “minas responsáveis” a possibilidade de tornar-se responsáveis de novo de desastres.

Uma vez que, por agora, a exploração mineral na França recomeça sobretudo em torno dos sítios antigamente explorados, os moradores das áreas ameaçadas convivem com exemplos do que não querem ver repetir-se. Em Rouez-em-Champagne, na Sarthe, no antigo sítio de Chantepie, onde a Elf, e depois a Total, extraíram, entre 1989 e 1997, duas toneladas de ouro e sete toneladas de prata, jaz hoje um montículo de aproximadamente 300.000 metros cúbicos de terras estéreis, na origem de uma drenagem ácida alarmante⁹⁰. Provada graças à mobilização de uma associação local (Rouez Environnement) e confirmada pela Direção regional do ambiente, do planejamento e do alojamento (Dreal), essa constatação obrigou o prefeito departamental da Sarthe a exigir por notificação que a Total proceda às obras que permitam ao sítio estar conforme às normas ambientais em vigor. Mas a montanha de resíduos não será sem dúvida nunca deslocada, nem tratada, pois o perigo seria grande demais. Por enquanto, a Total se limitou a cercar o sítio⁹¹. No Creuse, onde o coletivo *Stop Mines 23* se

mobiliza contra a licença de Villeranges, no sítio das antigas minas de ouro do Châtelet, 550.000 toneladas de resíduos arsénicos e com cianeto “dormem sob uma simples lona”⁹².

Um bom exemplo é melhor do que um longo discurso e, mesmo se é sempre possível dissertar sobre a diferença dos contextos e das técnicas, os lugares devastados falam por si mesmos e são poderosas salvaguardas para aqueles que descobrem que ainda têm muito para perder. O filme *Gasland* de Josh Fox, que mostra as consequências desastrosas da exploração dos gases de xisto nos Estados Unidos foi, por exemplo, um verdadeiro detonador para milhares de pessoas no mundo todo, que, descobrindo licenças de prospeção nos arredores das suas cidades e aldeias, decidiram não seguir o caminho dos campos estadunidenses. Para a delegação equatoriana do vale de Íntag vinda em La Oroya, em Cerro de Pasco e em Ilo (sítios devastados pela indústria mineral no Peru), ou ainda para o peruviano Francisco Ojeda, ex-dirigente da Frente de Defesa de Tambogrande, que fez ele também a peregrinação até Cerro de Pasco, essas visitas foram decisivas; bem como o foi, para os pescadores de Asprocig (Colômbia), o intercâmbio com ativistas de Fundecol, associação criada pelos seus alter egos de Muisne, no Equador.

Na comunidade kichwa de Sarayakú, sempre no Equador, os antigos que trabalharam para companhias petrolíferas em outras regiões da Amazônia são agradecidos. Eles já conheciam de perto as poluições que essas geravam na floresta, eles sabiam que o trabalho era efêmero, que as promessas de “desenvolvimento” não eram cumpridas. Graças a eles, as gerações posteriores, que enfrentam hoje as empresas petrolíferas no seu território, foram avisadas a tempo⁹³. Os Wayuu do vale de Socuy, na Sierra de Perijá, na Venezuela, concluíram muito cedo que “não existia indústria mineral sã no mundo”, e isso mesmo quando o governo procurava tranquilizá-los afirmando para eles que a mina de carvão (cuja exploração exigia mesmo assim o desvio do rio deles!) seria subterrânea e limpa. Isso foi possível notadamente porque eles se eram informados sobre as condições de exploração de carvão na Alemanha⁹⁴. Quanto aos vizinhos autoconvocados de Esquel, foi o exemplo da província de Catamarca, já marcada por múltiplas poluições da primeira grande exploração mineral na Argentina, Bajo de la Alumbrera, que os informou. Esses últimos transmitiram para eles a sua vivência e o seu “conhecimento contra-especialista[...], que contradiz, que denuncia como falacioso, o discurso dos técnicos-especialistas, das empresas e do Estado”⁹⁵.

Para Mirta Antonelli, pesquisadora e docente na Universidade nacional de Córdoba⁹⁶ que participa regularmente dos encontros da UAC, esse tipo de conhecimentos é comum a muitas outras assembleias socioambientais argentinas. Em Catamarca, como ela conta, “eles tinham um registro de todos os vazamentos do mineroduto pelo qual a Alumbreira transporta os minérios extraídos misturados com substâncias tóxicas. Eles tinham numerosas provas fotográficas mostrando como o curso dos rios foi desviado, como a paisagem mudou de maneira irreversível, como desapareceram os caminhos, do impacto sobre as árvores frutíferas por conta do estresse hídrico” provocado pela mina. Essas pessoas conhecem os seus territórios, elas sabem “como a natureza se comporta frente a determinados fenômenos”. Além de poder repertoriar melhor do que ninguém os impactos já produzidos, elas estão também em posição, em contracorrente dos discursos tranquilizantes dos promotores dos projetos minerais, de prever as destruições futuras. Assim, na província argentina de San Juan, os membros da assembleia autoconvocada mobilizados contra a empresa canadense Barrick Gold, sabiam perfeitamente onde se encontravam os glaciares dos quais a empresa negava a existência, como o que a sua destruição implicaria para os rios e as reservas de água, para a agricultura, para o clima local⁹⁷. E hoje, como eles não puderam bloquear o avanço de todos os projetos, eles adquiriram um conhecimento “dos ilegalismos, das irregularidades, dos atos de corrupção ou de cooptação, de todo o que atenta contra o conceito de justiça, no seu sentido mais amplo [...], da distância entre o que é dito e o que é feito”⁹⁸. Testemunhar disso, para eles, é continuar a lutar.

Que seja recente ou mais antigo, que reúna pessoas que já têm perdido muito ou outras que ainda têm muito para perder, todo movimento de resistência à indústrias extrativas constrói o seu próprio corpus de saberes forjados na realidade do terreno, oriundos da pesquisa, de trocas com especialistas, mas também de experiências vividas na própria carne e de laços tecidos com outros movimentos. Esses conhecimentos, reunidos pelas vítimas do extrativismo ou os moradores que optam pelo princípio de precaução porque o que é ameaçado lhes diz respeito, são claramente orientados contra as indústrias extrativas, mas essa subjetividade não retira nada à validade dos seus argumentos. Além disso, a não-neutralidade assumida desses “saberes dos implicados”, que precisam ser transmitidos urgentemente, é precisamente o que empurra aqueles que se apoderam desses saberes a agir para evitar outros desastres.

De território a território

As empresas e os governos têm à sua disposição meios de persuasão de uma temível potência. Para enfrentá-los, o saber e a convicção devem circular, tomar peso, criar um precedente, ganhar novos “agentes de irradiação”, segundo a expressão de Mirta Antonelli. A questões colocadas pelos movimentos de oposição aos projetos extrativistas já se difundem em outros domínios de ativismo, dentro dos movimentos antiglobalização, feministas, anticapitalistas, camponeses e indígenas. Para esses dois últimos, é primeiramente e antes de tudo porque muitíssimas comunidades que constituem as suas “bases” se encontram diretamente ameaçadas ou afetadas por projetos extrativos⁹⁹. Numerosas “correntes de cooperação” se criam em torno dos territórios defendidos, que vão até as pessoas que, do outro lado do planeta, apoiam, por exemplo, uma rede de produção local. A busca por informações e apoios, de intermediários e de espaços midiáticos ou ainda a obrigação de se defender frente à criminalização, levam os grupos locais a interagirem com um grande número de atores: cientistas, redes de assistência jurídica, mídias alternativas, grupos de artistas, associações, partidos políticos, universidades, atores institucionais... Essas conexões – com pessoas ou estruturas com formas de compromisso muito distantes e que, sobretudo, agem em função da própria agenda – exigem uma determinada vigilância para com a “recuperação” partidária (que, mesmo quando não é expressamente procurada pelos partidos, constituem as manchetes das mídias), ou ainda a “ONGeização” que ameaça transformar os movimentos populares em “máquinas de projetos” (com subvenções decorrentes). Muitas pessoas estão conscientes desses riscos e procuram se proteger¹⁰⁰. Porém, cultivados de uma maneira ou outra, os laços com o exterior são preciosos para os movimentos locais: eles reduzem os obstáculos devidos à condição social, à falta de meios, às desigualdades de acesso à informação e aos saberes; são fontes de apoios técnicos (estudos médicos, análises da água ou dos solos, ações na justiça, pressão internacional...); eles permitem entrar em relação com outros grupos de luta ou de vítimas¹⁰¹.

Além da ANAA no México e da União das assembleias cidadãos na Argentina, existem muitas outras redes que ligam diretamente os grupos locais entre eles: redes temáticas (reunindo as lutas contra um setor extrativo considerado, como as minas ou as barragens) ou generalistas, que visam, por exemplo, uma empresa através as suas

atividades (como a rede de ação contra a companhia brasileira Vale), se limitam a um país, ou têm um alcance internacional. Muitas nasceram por iniciativa de um grupo local. Os ativistas equatorianos da Fundação de defesa ecológica do município de Muisne (Fundecol), por exemplo, contribuíram, a partir da sua luta na ilha de Muisne, a impulsionar outras resistências frente ao avanço da indústria do camarão e em defesa dos manguezais, criando primeiramente uma rede nacional (C-Condem), depois regional (La Red Manglar Internacional), agrupando as organizações de base de 10 países latino-americanos¹⁰².

Esses espaços permitem às vezes conceber ações comuns, desenvolver a solidariedade concreta. Mas eles servem sobretudo para a troca de informações, de ideias e experiências, a distância, *via* Internet, ou, provavelmente mais importante, durante os encontros presenciais, como os das UAC ou das ANAA ou, na França, dos “coletivos contra os petróleo e gases de xisto e de camada reunidos em coordenação”. Todas essas trocas quebram o isolamento e atenuam o sentimento de impotência. Elas permitem também estender o sentido do coletivo e do comum (causa comum, luta comum) para além da comunidade de origem, que serve de proteção contra a tentação de fechar-se em si mesmo, de arrancar-se a uma identidade exclusiva em resposta à agressão uniformizadora. As “interterritoriais” que são tecidas através do planeta deixam esperar que as lutas contra o extrativismo ficam abertas para o mundo. Paralelamente, a aproximação entre os movimentos camponeses, indígenas e as diversas outras partes interessadas do que poderia ser chamado de “movimento anti-extrativista” (ainda que fosse mais justo falar de uma constelação de movimentos locais) é fonte de novas aprendizagens. Mirta Antonelli classifica assim o papel das comunidades originárias ou camponesas no seio da UAC:

Elas transmitem a sua realidade, as suas diversas formas de escrita sobre todo o que diz respeito ao acesso à terra, ao fato de cuidar da terra, à relação entre identidade e território [...] a movimentos com componente suburbana, oriundos das classes médias, que até agora não tinham provavelmente experiência própria de tudo o que está em jogo em torno [dessas] questões [...]. Se busca aprender uns dos outros e construir uma linguagem que permite, a partir do respeito da diversidade, denunciar o extrativismo por um lado e, por outro, criar juntos novas práticas que almejam construir laços mais comunitários e propostas alternativas¹⁰³.

O número de contestadores aumenta; isso não pode se explicar unicamente pela multiplicação dos projetos extrativistas e pela

agravação das destruições produzidas. Se novos focos de resistência continuam a se acender aqui e lá, é também em grande parte graças à circulação das informações, dos saberes e das experiências; ao fato que o exemplo do combate de uns inspira outros, lhes mostra que não há fatalidade¹⁰⁴.

No dia 2 de junho de 2002, a municipalidade de Tambogrande organiza um referendo de iniciativa popular sobre o futuro do projeto mineral da empresa canadense Manhattan. É o primeiro do gênero na América Latina; 27.000 pessoas participam, entre os quais 98,6% dizem “não à mina”. O Estado peruano não reconhece o resultado, mas no dia seguinte, as ações da Manhattan caem de 26% na bolsa de Toronto¹⁰⁵. Menos de um ano depois, no dia 23 de março de 2003, a mobilização dos “vizinhos autoconvocados pelo “não à mina”” em Esquel resulta num referendo similar que rejeita por 81% o projeto da Meridian Gold. Renegada, a empresa abandona a cidade. Uma placa comemorativa instalada na rua principal grava essa vitória nas memórias. Existia entre Esquel e Tambogrande ligações diretas: em dezembro de 2002, o filho de Godofredo García Baca (informante assassinado em 2001), tinha viajado até a Argentina para transmitir a experiência de Tambogrande para a muito nova assembleia patagônica. Esses exemplos inspiraram em seguida muitos outros grupos, desencadeando uma verdadeira onda de votações populares que prossegue até hoje. Precisemos que a luta de Tambogrande foi acompanhada diariamente por dois diretores cinematográficos, Ernesto Cabellos e Stéphanie Boyd, por mais de quatro anos. O filme nascido dessa experiência, Tambogrande, mangas, mortes, mina, foi difundido pelos quatro cantos da América, copiado, projetado aqui e lá de maneira “selvagem” e deu a volta do continente militante.

Vitórias em meias tintas

Às vezes, uma comunidade camponesa ou indígena consegue fazer vergar uma multinacional mineral, um comitê de vizinhos derruba um dispositivo de propaganda, um lugar defendido enfrenta as forças da ordem, um movimento obriga o Estado a tomar decisões que não são do agrado dos industriais. O banco de dados (não exaustivo) “Atlas de Justiça ambiental” de EJOLT, recenseava (no final de 2015) 273 vitórias de 1.565 conflitos ambientais referenciados no mundo, todas categorias confundidas¹⁰⁶. Um estudo que data de 2014, conduzido junto de companhias minerais e petrolíferas revela, por exemplo, que os conflitos com as comunidades locais podem fazer perder até 20 milhões de dólares

por semana a uma companhia de tamanho internacional em fase de exploração (em razão de interrupções e de abrandamentos) e custam, respetivamente, entre 10.000 e 50.000 dólares por dia durante as fases de prospeção e as fases de prospeção avançada (forragens, obras de delimitação *etc.*)¹⁰⁷.

Em Esquel, “é o seu resultado que tornou o referendo vinculante”, afirma Gustavo, livreiro que, entre outros, se ocupou dos aspectos jurídicos da luta. “Depois que 75% do registo eleitoral disse não por 81%, o custo político de apoiar o projeto se tornava importante demais”¹⁰⁸. Os referendos se multiplicaram em todo lugar da América Latina e as suas sentenças são sem apelo: “Não à mina!” em Ayabaca e em Huancabamba, em Candarave, em Cocachacra, em Punta de Bombón, em Deán Valdivia e em San Juan de Kañaris (Peru, 2007, 2008, 2009 e 2012). “Não!” em Piedras (Colômbia, 2013), ou em Alto Guayabal-Coredocito, onde os Embera do Chocó, retornados para as suas terras depois de um bombardeamento do exército, votaram à unanimidade contra a exploração mineral de Jai Katuma, a “montanha onde residem os espíritos” (2009)¹⁰⁹. “Não!” em Tarqui, em Victoria del Portete e em El Pacto (Equador, 2011 e 2015). “Sim à proibição da indústria mineral” em Loncopué (Argentina, 2012). “Não à barragem de El Zapotillo” (México, 2010). No Guatemala, depois de uma primeira “consulta comunitária” no município de Sicapaca, em 2005, pelo menos 34 outros plebiscitos se opõem a projetos minerais, à extração de hidrocarbonetos, a barragens hidroelétricas. Todavia, contrariamente às primeiras vitórias, essas votações e os seus “Não” maciços não bastaram para parar as empresas.

No Equador, em 2012, na sequência de uma extenuante batalha jurídica levada durante dezanove anos pelas 30.000 vítimas, a Chevron foi condenada a 19 bilhões de dólares de indemnidades pelas poluições causadas pela Texaco na Amazônia¹¹⁰. Mas a empresa continua sem reconhecer a sua responsabilidade e recusa a sentença. Em dezembro de 2014, a Shell é condenada a pagar 55 milhões de libras esterlinas (312 milhões de reais) à comunidade de Bodo, na Nigéria. Apesar disso, as poluições subsistem, e o transporte do petróleo prossegue até hoje em país ogoni, enquanto uma das reivindicações dos Bodo era que o governo nigeriano deixe o petróleo no solo e diversifique a matriz econômica. No estado de San Luis Potosí, no México, todos os dias, a Minera San Xavier (filial da New Gold, Canadá) cava um pouco mais profundamente a cratera da mina de ouro e de prata que ela explora em Cerro de San Pedro. Cada dia, as 25 toneladas de explosivos utilizados sacodem o que subsiste das casas e da igreja do antigo vilarejo. No

entanto, a maior parte das ações na justiça contra a empresa (mais de 30 em quinze anos) deu razão aos oponentes, mobilizados antes que a mina se instalasse.

Na Argentina, as leis provinciais proibindo as minas ao ar livre ou o uso de substâncias tóxicas como o cianeto são frequentemente postas em causa¹¹¹, e a lei nacional de proteção dos glaciares, promulgada em 2010, depois de uma importante mobilização das associações ambientalistas e das assembleias locais¹¹², não foi suficiente para impedir o desenvolvimento de projetos minerais na área dos glaciares e do gelo eterno. A mina de Veladero (ouro e prata), situada a mais de 4.000 metros de altitude, está sempre em exploração, e as obras de construção da fábrica de transformação de minérios da futura mina de Pascua-Lama prosseguiram até há pouco do lado argentino. Esse projeto binacional (situado na fronteira, entre 4.200 e 5.200 metros de altitude), realizado, bem como o de Veladero, pela empresa canadense Barrick Gold, está, em contrapartida, paralisado desde 2013 do lado chileno, ao mesmo tempo por decisão de justiça (apelada pelas comunidades indígenas diaguíta, diretamente afetadas), e pela superintendência do ambiente (decisão validada pela Corte suprema). Mas, no Chile como na Argentina, os que lutam contra Pascua-Lama há mais de quinze anos sabem que a suspensão é temporária e que o gigantesco jazigo de ouro e de prata¹¹³ que fica sob os glaciares não terminou de envenenar a sua vida. O diretor executivo da Barrick no Chile já disse trabalhar “na otimização do projeto para retomá-lo no futuro, quando a conjuntura estiver mais favorável”¹¹⁴. A batalha judicial está longe de acabar, e se fala também de concentrar exploração e infraestruturas apenas do lado argentino (em Lama)¹¹⁵. A continuação de Pascua-Lama ameaça pelo menos uns vinte glaciares, o gelo eterno e as áreas húmidas de altitude (as vegas) dos quais dependem em grande parte os recursos em água dos vales situados em ambos os lados da cordilheira¹¹⁶. Sempre no Chile, em outubro de 2014, a Corte suprema ordena à empresa Minera los Pelambres que restitua o curso natural das águas do vale de Pupío, bloqueado por um dos maiores tanques de resíduos minerais do mundo, que priva de água e expõe a graves poluições (com metais pesados) os habitantes do vilarejo de Caimanes. Para esse vilarejo, é a conclusão de mais de dez anos de batalha jurídica¹¹⁷. Em março de 2015, diante da incapacidade da empresa em apresentar um plano de obras satisfatório, o tribunal local ordena a demolição do muro de contenção do tanque El Mauro. Mas a empresa recusa executar a sentença, argumentando que a demolição é impossível de se realizar (perigosa demais?), e pressiona o governo para escapar à sua obrigação.

A julgar pelo grande número de casos, as batalhas jurídicas, muitas vezes demoradas e custosas, difíceis de conduzir sem apoios exteriores, se revelam geralmente decepcionantes. Mesmo se algumas lutas puderam atrasar a execução de um projeto, fazer evoluir o direito, criar uma jurisprudência útil para outras, ou limitar o potencial de nocividade das leis que favorecem as indústrias extrativas, impõe-se a constatação de que a proteção dos investimentos é, a maior parte do tempo, priorizada sobre a das populações locais. Frequentemente, os danos são apenas reconhecidos quando se tornaram irremediáveis; por si só, os veredictos da justiça não competem sempre com os interesses econômicos. De maneira mais geral, existe uma importante distância entre os textos de lei ou os veredictos emitidos e a sua aplicação efetiva. Até alguns homens da lei não se iludem mais. Assim, para o promotor uruguaio Enrique Viana, conhecido como “o promotor verde”, e famoso pelas suas tomadas de posição contra as indústrias extrativas (notadamente por ter questionado a constitucionalidade da nova lei mineral uruguaia e a da instalação no Uruguai de uma mega-fábrica de pasta de papel¹¹⁸), o direito ambiental no seu país é um “direito teatral”, quase nunca aplicado nos fatos, enquanto mobiliza o tempo precioso dos movimentos sociais e dos servidores públicos de justiça¹¹⁹.

Além disso, as empresas renunciam raramente aos seus projetos sem se defender. Na Grécia, à sua chegada no poder, o partido de esquerda Syriza mantém a sua promessa de campanha e revoga, já em fevereiro de 2015, uma série de autorizações concedidas à empresa Hellas Gold (filial da Eldorado Gold) para um projeto de mina de ouro ao ar livre na floresta de Skouries, na origem de uma forte contestação. Em agosto de 2015, o ministro do Ambiente e da Energia cancela a aprovação de estudos técnicos que tinham por objeto dois sítios minerais, entre os quais o de Skouries, provocando a raiva da empresa e as suas ameaças de procedimentos judiciais contra a Grécia. Quanto a Gabriel Resources, uma outra companhia mineral canadense cotada na bolsa de Toronto, desde julho de 2015, ela já intentou uma ação contra o governo romeno junto do Centro Internacional para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos (CIRDI), o tribunal arbitral do Banco Mundial¹²⁰. Gabriel Resources exige 4 bilhões de dólares de “compensação” por não poder fazer avançar o seu projeto de mina de ouro em Roșia Montană, na Transilvânia. Se a companhia não obteve por enquanto todas as autorizações necessárias para as suas obras, é porque o contexto político era realmente explosivo: o movimento de oposição ao seu projeto, nascido no início dos anos 2000 e que se desenvolveu consideravelmente a partir de 2013, é descrito na România como o mais importante

movimento popular desde aquele que conduziu ao derrubo do regime de Ceausescu em 1989¹²¹.

Para explorar um reservatório de recursos, uma empresa pode também esperar que a oposição se apague, nem que tenha de ajudá-la. Mirta Antonelli explica:

A estratégia consiste em fragmentar socialmente: eles fazem um diagnóstico das necessidades, começam a oferecer trabalho, propor melhorias nas escolas etc., buscando gerar tensões dentro das famílias, dos grupos de amigos. A fragmentação social é uma prática sistemática das empresas, que anda também a par com outra prática sistemática, do Estado, a de cooptação, que consiste em garantir vantagens àqueles que não arranjam confusões¹²².

Numerosos são os movimentos latino-americanos que podem testemunhar das tentativas, falhas ou bem-sucedidas, de corrupção das autoridades ou dos contestadores. Pode se tratar de “doações” em dinheiro visando pessoas precisas ou de presentes para a comunidade, às vezes modestos – material escolar ou uniformes de futebol às cores da empresa, como em Íntag –, às vezes muito generosos: um fundo “de ajuda ao desenvolvimento” de 80 milhões de dólares teria sido, por exemplo, oferecido às comunidades de Ayabaca no Peru, que o teriam recusado. Pode também se tratar, para tornar mais credíveis as promessas que têm por objeto o futuro, de criar desde agora uma atividade econômica fantasma, o que apresenta a vantagem de evitar ser acusado de corrupção. Em Íntag, a empresa junior canadense Ascendent Cooper Corporation, segunda companhia mineral que quis se instalar na área, se descobriu assim uma paixão pela agricultura biológica, oferecendo aos camponeses um trabalho na sua “fazenda piloto”. Os testemunhos contam que a carga desse trabalho era quase inexistente, enquanto os salários tinham o que convencer¹²³.

Em 2006, ao capturar os paramilitares na folha de pagamento da Ascendent e mantendo-os reféns na igreja do vilarejo de Junín, os camponeses de Íntag obtiveram do Estado uma suspensão do projeto mineral. Nove anos antes, a Bishi Metals já tinha abandonado o vale vendo o seu acampamento desmantelado. Em 2012, no entanto, o projeto é reativado pela terceira vez. Motivo para desesperar os oponentes, até porque, dessa vez, o Estado da “revolução cidadã”, encabeçado pelo carismático Rafael Correa, participa dessa retomada. Uma das lideranças da oposição é preso por 11 meses sem que os fatos dos quais é acusado sejam estabelecidos, enquanto um outro é denunciado pelo presidente mesmo, durante o seu programa televisivo semanal, como “defensor dos interesses estrangeiros”¹²⁴. Entre maio e

junho de 2014, mais de 100 policiais, enviados na área para assegurar a segurança da empresa mineral pública (Enami), se instalaram em Junín, um vilarejo de 260 almas, sem que nada tenha sido previsto para alojá-los e alimentá-los. Negligência da administração ou cálculo estratégico? Seja como for, os comuneros que aceitaram fazê-lo ganharam dinheiro disso, o que levou a profundas divisões nas famílias e na comunidade. Depois disso, entre os oponentes, há quem revirou a sua posição¹²⁵.

Há vitórias e elas são importantes, notadamente porque dão àqueles que não ganham a força de lutar. Mas a maior parte delas são parciais e provisórias, as cabeças da hidra extrativista não parando de crescer. Um projeto parado ressurge, esmaltado e sob um outro nome; uma lei adotada é desfeita sob a pressão dos lobbies; as compensações dos prejuízos são derrisórias; as promessas arrancadas não são mantidas. De modo geral, enquanto um potencial de extração ficar interessante (para explorar efetivamente ou para deter para especular no fato de ter acesso a ele), sempre haverá uma empresa para se interessar nele mais cedo ou mais tarde. Por fim, às vezes, defendendo um território, apenas se desloca o problema um pouco mais longe. Na Sibéria oriental, associações ambientalistas e moradores conseguiram impedir que um oleoduto ladeie, a 800 metros de distância, as margens do lago Baical, a maior reserva de água doce do planeta. Mas o traçado, deslocado 100 km mais no Norte, põe potencialmente outros territórios em risco.

Batalhas são vencidas, logo, mas não a guerra. Em julho de 2013, umas quarenta pessoas ocupam um sítio de foragem de gás de xisto, perto do vilarejo de Balcombe, no sudeste da Inglaterra (West-Sussex). Elas conseguem retardar os caminhões que entregam o material e em breve se juntam a mais de 2.000 militantes da rede *No dash for gas* (Não à corrida pelo gás)¹²⁶. O acampamento acaba sendo expulso pela polícia, mas o projeto da empresa Cuadrilla fica congelado há dois anos. Todavia, em outros lugares da Inglaterra, as obras de foragem prosseguem. Abrandada por um tempo pela conjuntura e a oposição popular, a atividade é retomada, e novas licenças de exploração são concedidas pelo governo britânico (notadamente às empresas francesas Total e Engie, ex-GDF Suez). Em outras regiões e outros países, avanços mais importantes puderam ser obtidos pelos movimentos de oposição. Entre 2011 e 2015, o uso do fraturamento hidráulico (única técnica até o momento rentável para explorar os hidrocarbonetos de xisto) foi proibido na França, na Bulgária, no Luxemburgo, na Itália, nos Estados de Vermont, de Nova Iorque e de Maryland nos Estados Unidos¹²⁷. Em outros lugares, moratórios são adotados (Países Baixos, Alemanha,

República Checa, cantão de Vaud, Flandres, Escócia, Gales, Galícia, Quebeque, Nova-Brunswick, Terra Nova e Labrador, Nova-Escócia, Tasmânia, Vitória e muitas outras regiões ou Estados federados de vários países). Mas em todo lugar, e notadamente na França, os oponentes sabem que se trata apenas de um adiamento¹²⁸. A indústria, do seu lado, continua preparando o terreno entoando o seu canto das sereias. No Norte do Hexágono (Norte-Pas-De-Calais e Lorena), é a exploração de gás de camada (de carvão) que mais preocupa. Com maior razão porque esse outro hidrocarboneto “não convencional” não beneficiou do mesmo estardalhaço mediático que o gás de xisto, ainda que a sua exploração apresente riscos similares.

Escolha dos meios de ação

Ações na justiça, “assédio democrático” (solicitações contínuas de eleitos, começando pelos eleitos mais locais, que vêm se juntar às forças militantes para pressionar o escalão superior), batalha da opinião pública (domínio da própria comunicação, protestos possivelmente maciços), desobediência, ações diretas: raros são os grupos e os movimentos de resistência que não combinam várias formas de ação. Todavia, as forças, o tempo e os meios de cada um não sendo infinitos, a questão da escolha da melhor estratégia se põe de novo em cada caso concreto. Muitas vezes, debates particularmente animados opõem os defensores das estratégias “doces” e aqueles que optam por ações suscetíveis de levar à repressão e aos procedimentos judiciais (bloqueio de estradas, das áreas ameaçadas ou dos lugares estratégicos, ocupação ou sabotagem de instalações das empresas *etc.*).

Sob determinadas condições, a ação desobediente e até a ação direta não são incompatíveis com uma estratégia jurídica e podem até empurrar a justiça a agir na direção certa. Este é o parecer do argentino Antonio Gustavo Gómez, promotor-geral perante a Câmara federal de Tucumán, que luta há mais de quinze anos por fazer condenar no penal os dirigentes da Bajo de la Alumbrera¹²⁹. Gustavo Gómez estima que, quando a justiça está falhando (notadamente, pelo menos na Argentina, por conta da corrupção), a pressão popular se revela imprescindível para garantir a aplicação das leis. Por exemplo, conta ele sem dissimular o seu divertimento, um juiz não dava seguimento às queixas das moradoras de uma fábrica de açúcar que rejeitava grandes quantidades de cinzas tóxicas (mistura de diesel e de poeiras de cana-de-açúcar) num raio de cinco quilômetros. Se ele acabou por levar a sério essas queixas e obrigar o empreendedor a instalar filtros, é porque umas vinte mulheres

se organizaram para lhe enviar, pelo correio, dia após dia, provas tangíveis: “Senhor juiz, seguem em anexo dois quilogramas de cinzas que caíram em cima da minha casa”. Ele recebeu até 40 quilogramas. Essa ação ficou no quadro legal, nenhum delito foi cometido, o que é um ponto essencial aos olhos do homem da lei que é o promotor Gómez. Não apenas em virtude do respeito da lei em si, mas também porque isso evita aos protestadores serem eles mesmos vítimas de procedimentos judiciais custosos, desmoralizantes e potencialmente destruturadores. Assim, quando as assembleias socioambientais do Noroeste argentino se organizam para bloquear nos seus municípios, em 2008, o trânsito das matérias perigosas oriundas da mina Bajo de la Alumbrera, Gustavo Gómez lhes aconselha o bloqueio seletivo, ou seja, parar apenas os caminhões da mina e deixar passar os outros veículos. Uma comunidade indígena que seguiu o seu conselho conseguiu manter esse tipo de bloqueio por 60 dias, sem ser perseguida, pois a Corte considerou que não tinha delito – a estrada não foi bloqueada. Os caminhões tiveram que passar pelo Chile, fazendo um desvio de 100 quilômetros¹³⁰.

Na mesma ordem de ideias, quando, em maio de 1997, quase 300 camponeses de Íntag, homens, mulheres e crianças, ocupam, e depois desmontam o acampamento da Bishi Metals, eles se importam em não ser acusados de roubo. Isso feito, inventariam minuciosamente todo o material “confiscado”, para entregá-lo (depois de tê-lo durante longas horas através da montanha, montado em mulas e com a força dos seus braços) ao governador do cantão de Cotacachi para a sua restituição à empresa¹³¹. Três dirigentes comunitários são, mesmo assim, perseguidos por sabotagem e terrorismo. A Bishi Metals abandona a área e, em 2000, o cantão de Cotacachi¹³² se declara “cantão ecológico”, proibindo no seu território, por portaria, toda atividade “que usa ou ameaça introduzir no ambiente substâncias nocivas”. Mas essa resolução das autoridades locais não tem peso nenhum frente às decisões do Estado nacional, que, como em muitos países do mundo, é proprietário das riquezas do subsolo¹³³. Em 2004, quando a licença de prospeção é concedida à Ascendent, a história recomeça. Dessa vez, os oponentes são, não somente, perseguidos na justiça, mas também assediados, ameaçados – arma apontada no peito –, agredidos por paramilitares na folha de pagamento da empresa¹³⁴. Em dezembro de 2005, entre 70 e 300 camponeses ocupam, e depois queimam o acampamento mineral (antes de, como evocado acima, conseguir um ano depois tomar como reféns os paramilitares).

Até onde pode-se ir?

O ponto de vista de Gustavo Gómez está longe de ser compartilhado por todos. Alguns temem a “judicialização” das lutas, a sua pacificação. Pensam que as estratégias judiciais levam ao imobilismo ou monopolizam tempo e forças que poderiam ser dedicados a ações mais eficientes. Muitos estão dispostos a assumir riscos legais ou até riscos pelas suas vidas, estimando que a importância do que é defendido o justifica. Além disso, quando as autoridades dão provas de desprezo e quando as empresas agem como em terreno conquistado, pode ser difícil dominar a sua raiva. Acontece, portanto, às vezes que os eventos se precipitam, sem que isso obedeça necessariamente a uma estratégia.

Em Ayabaca (Peru), o “material educativo” doado pela companhia mineral para as escolas é queimado na praça pública; em Andalgalá (Argentina), os estabelecimentos da empresa são atirados a pedras e a prefeitura incendiada; em Tambogrande, um ano e meio antes do referendo de junho de 2002, os manifestantes com raiva destroem e queimam as instalações da Manhattan. Numerosos ativistas anti-minas do vale de San Lorenzo vão deplorar esse acontecimento que é seguido, um mês mais tarde, pelo assassinio de Godofredo Garcia Vaca. A partir desse acontecimento, as ações da Frente de defesa possuem um caráter explicitamente pacífico: durante os protestos se ergue o punho, manifestantes brandem doravante mangas, limões, melancias, abóboras; dançarinos disfarçados de limões vão ao encontro dos habitantes das cidades (graças ao apoio de grupos locais, eles vão até Lima, a capital) para lhes explicar que a sua ceviche – esse prato de peixe cru marinado com em suco de limão, que constitui um elemento forte da identidade peruiana – é ameaçado por uma empresa mineral; as canções anti-minas escritas por músicos do vale de San Lorenzo são conhecidas por todo o país. Em novembro de 2003, apesar do resultado do referendo, o governo se prepara para prosseguir, como se nada fosse, as audiências do Estudo de impacto ambiental (cuja aprovação deve preceder a autorização de lançar as obras). Sempre nessa atmosfera festiva, os 60 quilômetros de estradas que circundam a cidade são então bloqueados por três dias. No segundo dia desse paro, mais de 5.000 pessoas vão para a capital do departamento, Piura, formando uma cadeia humana à volta dos locais onde acontecem as audiências. Frente à amplitude dos protestos, essas são canceladas e, um mês depois, o governo põe fim à opção de concessão detida pela Manhattan.

Uma pergunta, retórica, reaparece constantemente durante os debates: “onde se situa a verdadeira violência?” Será que os Estados e as

empresas não são violentos quando concebem e aplicam projetos destruidores, condenando os moradores a sofrer a brutalidade quotidiana dos seus impactos? A criminalização da qual os movimentos de resistência são objeto, será que não é violenta? E nem se fala da repressão, levado até o seu extremo em muitos países do Sul, onde sicários na folha de pagamento das empresas apoiam frequentemente às forças de polícia. Será que se pode, frente à toda a violência sofrida, considerar como “violenta” a destruição do material que deve permitir levar a cabo um projeto predatório?

Essas mesmas questões se põem às vezes de modo muito mais direto. Em outubro de 2008, o presidente peruano Alan García faz publicar na imprensa uma vibrante tribuna, na qual ele qualifica de “cães do jardineiro” os oponentes locais, em particular amazônicos, ao projeto de exploração dos recursos naturais. Por motivos profundamente egoístas, segundo ele, eles impedem o desenvolvimento do país¹³⁵. Alguns meses depois, o Peru adota um pacote de 99 decretos legislativos almejando adaptar as leis nacionais às exigências dos tratados de livre comércio (assinados com os Estados Unidos, com a China, e naquela época em negociação com o Japão e a União europeia). Entre muitas modificações, se trata notadamente de mudar o regime de posse e de uso das terras a fim de facilitar a exploração dos diversos recursos (petróleo, minerais, madeira, terras para liberar para o agronegócio etc.).

Já a partir do verão de 2008, os indígenas da Amazônia se mobilizam contra esses decretos. Entre abril e junho de 2009, mais de 3.600 pessoas, Awajun e Wampi de cinco bacias hidrográficas do norte amazônico (Santiago, Marañón, Nieva, Cenepa y Chiriaco), ajudados por ronderos das províncias vizinhas, bloqueiam a estrada de acesso à grande floresta na porção conhecida sob o nome de Curva del diablo, perto da cidade de Bagua¹³⁶. Eles impedem assim o funcionamento de uma estação do oleoduto da empresa pública Petroperú (que transporta o petróleo já extraído na floresta até a costa), onde 35 policiais¹³⁷ e 13 civis são feitos reféns. No dia 4 de junho de 2009, o Congresso suspende, mais uma vez, o debate sobre os decretos em causa e, no dia seguinte, 600 policiais antimotim¹³⁸ armados de espingardas de assalto, um blindado e helicópteros são enviados na área. Os indígenas pedem uma trégua para se retirar, mas a polícia ataca a sua barragem já às 5 e meia da madrugada. Ela abre fogo com balas reais, mata e fere muitas pessoas. Os testemunhos, alguns acompanhados de fotos, são esmagadores: alguns feridos são abatidos à queima-roupa ou queimados, o helicóptero persegue a multidão em fuga, se impede aos indígenas evacuar os

corpos. Alguns afirmam ter até visto um helicóptero recuperar corpos para botá-los no rio. Em Bagua, onde a população sai nas ruas para protestar, atiradores de elite da polícia tomam posição em edifícios públicos: cinco pessoas são mortas (entre as quais nenhuma, segundo as suas famílias, participava dos protestos). As notícias da chacina chegam ao grupo que ocupa a estação petrolífera, e quase 2.000 indígenas afluem lá. A rádio anuncia 100 mortos awajun e wampi na Curva del diablo. Ouvindo que a polícia assassina membros das suas famílias, os indígenas aplicam a lei de talião, executando 10 policiais.

O balanço oficial dos confrontos é de quase 200 feridos e 33 mortos, entre os quais 23 do lado da polícia, cinco mestiços e cinco “nativos”. Segundo os testemunhos das pessoas presentes, indígenas ou *ronderos*, o número de vítimas civis seria muito mais importante, um número importante de pessoas não voltou para as suas comunidades depois do drama. O dia seguindo os fatos, as autoridades indígenas anunciam pelo menos 70 mortos nas suas fileiras¹³⁹. Muitos feridos não puderam ser contabilizados, pois eles fugiram para se esconder na floresta ou em instituições religiosas, por medo da detenção¹⁴⁰. Até o dia 10 de junho de 2009, a polícia e o exército impedem o acesso dos civis à área onde ocorreram os fatos. Segundo os indígenas, esse prazo serviu para fazer desaparecer corpos¹⁴¹.

O tratamento midiático que segue é atroz. Um jornalista de Arequipa (cidade do Sul do país) até consegue, por parte da ONG Survival, o prêmio do “artigo mais racista do mundo”. E não sem motivos! Ele descreve os nativos da Amazônia “que recusam a exploração do petróleo que é a propriedade de todos os peruvianos” como “primitivos e ferozes”, sugere que “se eles não [...] comeram os restos dos policiais mortos, foi apenas por falta de tempo”, afirma que as suas “línguas nativas não superam as 80 palavras” e se pergunta o que “espera Alan [García]” para utilizar “todo o napalm necessário” contra esses “assassinos de policiais”¹⁴². Ele não é o único a alimentar o racismo já profundamente arraigado na sociedade mestiça peruiana¹⁴³. As fotos de “selvagens”, de “terroristas” meio nus, cobertos de artes tribais pintadas, coroas de penas sobre a cabeça e lanças nas mãos, invadem os jornais, acompanhadas de manchetes evocativos. A mensagem tem sucesso.

“Cuidado se você vai para a floresta, eles comem humanos e punem os culpados deixando-os serem devorados pelas formigas!... Mas não é culpa deles, são selvagens, crianças em suma!” me avisou, por exemplo, uma comerciante de Bagua sete meses depois dos acontecimentos.

Esses “canibais”, ela os conhece bem: em 40 anos de carreira no local, ela nunca pisou na “floresta”, por medo de encontrá-los. É inútil precisar que eu não comi carne humana nas comunidades awajun de El Cenepa. As conversas relativas à gastronomia com os dirigentes locais tinham antes por objeto a proibição “de importar” na área a maioria dos refrigerantes, que são nocivos para a saúde e cujas embalagens geram resíduos que eles não sabem tratar. Se falava, claro, dos acontecimentos de Bagua, e também da Afrodita, essa companhia mineral que se preparava para poluir a sua fonte de vida, o perigo mais imediato que eles associavam aos novos decretos. Muitos Awajun, “primos” dos Shuar e dos Achuar, povos da família (etnolinguística) jivaro, parecem orgulhosos de pertencer a uma nação guerreira que sempre defendeu o seu território e não contam ser invadidos pelas empresas¹⁴⁴.

Os exemplos como aquele do *Baguazo* (nome dado às chacinas de junho de 2009), onde os oponentes chegam a responder olho por olho à violência que se exerce contra eles, são, todavia, muito raros. Se o desespero nascido das lutas intermináveis e das vitórias de Pirro faz, às vezes, esquecer o medo da repressão, as ações de resistência, na maioria dos casos, não põem em risco a vida alheia. A maioria delas se orienta em direção a estratégias de bloqueio, por diversos meios (não letais). Essa escolha não impede adotar posições não-negociáveis e assumir os riscos.

As armadilhas do “governo da crítica”

A repressão almeja acalmar os ardores, fazer crescer o medo e o sentimento de impotência, quando não procura decapitar a contestação no sentido próprio do termo, apontando os dirigentes identificados ou as lideranças de opinião carismáticos. A criminalização, por seu lado, paralisa obrigando a se defender, tarefa técnica, custosa em tempo e em dinheiro. Em paralelo, todo um conjunto de dispositivos procuram institucionalizar as lutas, rendê-las “governáveis”, controlá-las. A socióloga Sezin Topçu, que estudou esse tipo de estratégias aplicadas para enquadrar o movimento antinuclear francês, as chama “governo da crítica”¹⁴⁵.

Uma tática consiste em reduzir a oposição à sua componente mais “racional”, presumida mais fácil para ser controlada e podendo até servir os objetivos dos industriais ou do Estado, que podem, por exemplo, lhe delegar a função de vigilância frente aos riscos possíveis de uma atividade já em curso, ou associá-la à “cogestão do desastre” em caso de acidente¹⁴⁶. Essa componente “racional”, suposta ser desejosa de dar

provas de seriedade, se vê continuamente cortejada pelos poderes públicos e pelas empresas. Esses não hesitam a solicitar o seu parecer “especialista” sobre questões técnicas em torno de mesas redondas, de reuniões com bufetes ou no quadro de diversas instâncias “consultivas”. Prestando-se a esse jogo, os militantes correm o risco de se encontrar afogados sob as informações e os pedidos técnicos que os obrigam a se “profissionalizar”. Em paralelo, o objetivo buscado é também de fracionar a oposição frontal a uma indústria ou um projeto orientando o debate em direção a um grande número de questões técnicas (qual fiscalização para tal ou tal etapa de uma foragem petrolífera? Quais normas para cimentar um poço de gás de xisto? Quais exigências de segurança para os aterros de lixiviação de uma mina? Quantos centímetros deve ter a membrana protetiva? Como compensar os impactos ambientais? *etc. etc.*). Cada uma dessas perguntas incita a negociar e a buscar “pontos de compromisso”¹⁴⁷.

Enquanto isso, “o lado escuro” do movimento, aquelas pessoas “hostis” que recusam a negociação, são sistematicamente estigmatizados, frequentemente criminalizados e disfarçados com a etiqueta de “terroristas verdes”, um dos novos rostos de “inimigo interior” que inflama a imaginação dos políticos e das mídias. Na França, a figura desse ecologista-guerrilheiro disposto a tudo já faz trabalhar a Direção central da segurança pública (que recebeu a ordem de manter sob “uma vigilância permanente” os “movimentos de defesa do ambiente que podem ser levados a conduzir “ações fortes” sobre os temas do nuclear e do gás de xisto”¹⁴⁸). Peritos e comunicadores da indústria do petróleo e do gás não hesitam a botar óleo no fogo: se lembra, em 2012, de Gérard Médaisko (AFMP) avisando as pessoas de bem da existência de “campos de treinamento” e de “kamikazes” mal podendo esperar para se encadear às rodas dos caminhões de investigação petrolífera¹⁴⁹. É evidente que todo possível “excesso” por parte de um movimento social é utilizado para desacreditá-lo, o que leva de uma certa maneira a medir as suas ações para não cair na armadilha e induz uma certa forma de autocensura.

“Dividir para reinar”, a receita é antiga. Para Mirta Antonelli, o que se busca criar, é o imaginário do “outro”, um “outro” diferente de “nós”, “capaz de cometer um ato criminal”. Esse ‘outro’ deve ser marginalizado tanto dentro do seu próprio movimento quanto nos olhos da opinião pública. Quando não é o medo e a rejeição que se busca suscitar, é o desprezo: os receios dos oponentes são despreziados, apresentados como irracionais; as suas reivindicações são desqualificadas porque

irrealistas – radicais demais, muito “anti-tudo” –, irresponsáveis, até egoístas. Outras formas de categorização, mais inofensivas em aparência, são, contudo, nocivas para os movimentos. Como aqueles que fazem com que todos que lutam contra um projeto específico pareçam seguidores de uma ideologia, de tal figura política, o que os “marca” nos olhos da opinião. Os Awajun e Wampi dos acontecimentos de Bagua foram, por exemplo, qualificados de humalistas (apoiadores de Ollanta Humala, eleito presidente do Peru em 2011), sem nenhum fundamento¹⁵⁰. Na França, quando o movimento de oposição aos hidrocarbonetos de xisto estava em crescimento, um tratamento midiático particularmente simplista o assimilava aos “militantes EELV”, até a um grupo liderado por José Bové^{XXII}, enquanto esse movimento era profundamente múltiplo e que, embora integrasse entre muitos outros José Bové e alguns dos seus partidários, ele mobilizava muitos moradores das áreas com licenças concedidas, entre os quais muitos não eram filiados a nenhum partido político. Mesmo se não caem em todas as armadilhas, as grandes mídias escolhem muitas vezes difundir um discurso pré-fabricado, que apresenta a vantagem para os jornalistas de remeter para as categorias familiares da política institucional.

Outra estratégia é fazer cair a pressão, deixando acreditar, muito antes do tempo, que a luta acabou. Sempre na França, as mídias não deixaram, durante um tempo, de retransmitir os efeitos espetaculares dos políticos intitulado as suas manchetes sobre “o fim dos gases de xisto”. Cada vez, teve que lhes fazer entender que elas deviam rever os seus textos: depois da revogação das três “licenças do Sul” em outubro de 2011, sob o mandato de Nicolas Sarkozy, ainda tinha 61 licenças de investigação de hidrocarbonetos em curso de validade; 11 meses depois, quando François Hollande^{XXIII} anunciou, durante a abertura da Conferência ambiental, a rejeição de sete pedidos de licenças, ainda tinha 103 delas em curso de instrução¹⁵¹.

Tudo isso obriga, além de ações no terreno, a realizar complexas ginásticas da mente para identificar em tempo os meandros das estratégias dos adversários e encontrar as respostas adequadas.

XXII - Sindicalista camponês e político ecologista francês, José Bové (nascido em 1953) é conhecido, entre outras coisas, por ter participado, em 1999, da desmontagem de um restaurante McDonald's ao lado de camponeses militantes, bem como da destruição de plantações de OGM. (NdT)

XXIII - François Hollande sucedeu a Nicolas Sarkozy (2007-2012) como presidente da França depois das eleições de 2012. (NdT)

Organizar-se de modo horizontal – sem líderes, sem instâncias de decisão paradas e facilmente identificáveis ou pelo menos centralizadas – constitui uma parada possível à institucionalização e à instrumentalização, pois o comprometimento de alguns não pode mais implicar o grupo no seu conjunto. Isso permite também frustrar as estratégias de repressão que tendem a apontar as cabeças mais visíveis. “O que pôde fazer a nossa força”, afirmava em 2012, uma militante antigás e petróleo de xisto, “era que erávamos elusivos: eles não podiam saber para quem falar nem de onde ia chegar o golpe seguinte”. Surpreender o seu adversário permanece a melhor das táticas. E é melhor não precisar muito como.

Por fim, se parece difícil recusar “o debate público”, sobremaneira quando um dos motivos da indignação é a “negação da democracia”, é possível não cair nas armadilhas de tal debate recusando radicalmente a fragmentação dos seus desafios e colocando, por si mesmo, cuidadosamente os seus termos. No caso da oposição aos “hidrocarbonetos extremos”, os motivos da contestação vão muito além da única técnica de fraturamento hidráulico. A discussão não deve, portanto, se focalizar sobre essa, nem sobre as famosas “técnicas alternativas”¹⁵². Mais geralmente, parece perigoso para a oposição basear a sua argumentação apenas nas considerações técnicas ou na realidade discutível dos benefícios potenciais da extração (crescimento, empregos, desenvolvimento *etc.*). A questão que se faz, de fato, é muito mais ampla, e é provavelmente aí que se situa o principal desafio para os movimentos de luta contra os projetos extrativistas: levantar o debate ao nível dos seus verdadeiros desafios, ou seja, uma escolha de sociedade e uma visão do mundo e da vida.

Fincar raízes

“Lembremos que agora são mais de quatro anos que numerosas pessoas vieram viver na área ao convite de habitantes, camponesas e camponeses que não desejavam deixar a região das sebes ser progressivamente despovoada pela Vinci”, podia-se ler, em 2014, no site Internet da ZAD^{XXIV} de Notre-Dame-des-Landes, em resposta aos jornalistas que qualificam a sua ocupação de “parque de campismo”:

No outono de 2012, a operação “César” destruiu umas vinte casas ocupadas e espaços de vida. Mais do duplo foram reconstruídos nos meses que seguiram [...]. Há hoje mais de cinquenta lugares de

XXIV - Zone à Défendre: Zona para Defender. (NdT)

habitação coletivos autoconstruídos – casas individuais ou povoados, assim como uma dezena de fazendinhas e edifícios salvados da destruição, renovados e ocupados [...]. Um grande número de habitações de tijolos edificadas na área são verdadeiras obras artesanais e criativas que usam uma grande diversidade de técnicas arquitetônicas, fazendo uso de engenhosidade, de circunstância e de materiais quase que gratuitos: barro e palha, terra crua, traves e paletes, pneus, vidro, pedra... Algumas casas são estabelecidas no solo, sobre estacas, outras se aninham nas árvores ou flutuar na água. Os nossos lares são com certeza mais alegres e calorosos do que muitas residências em série, eco-bairros sociais e outros edifícios cor de cinza. Em torno desses alojamentos, a ZAD conta uns vinte novos projetos agrícolas e horticolas, mas também espaços coletivos para fazer rádio, festas, cantinas, fazer pão, transformar leite, coser, ler, brincar, se curar, consertar bicicletas ou carros. [...] Não, não acampamos, mas construímos, cultivamos e inventamos a todos os níveis formas de existência emancipatórias, apesar da ameaça permanente imposta por aqueles que querem nos ver desaparecer. [...] Muitos entre nós contam ficar aqui depois do abandono do projeto de aeroporto, e ninguém na ZAD desacampará sem resistir¹⁵³.

Se nenhuma luta é votada a durar indefinidamente, a única alternativa que lhes deixam muitas vezes os seus adversários é inscrever-se no tempo ou ceder. Não é simples viver durante décadas na emergência e na angústia perpétuas. A este respeito, é em grande parte graças a todo o que é construído no decorrer das resistências que essas não sucumbem às derrotas repetitivas e às vitórias de meias tintas. Os saberes juntados, os laços tecidos entre as pessoas, o sentido do coletivo e do compartilhamento: essas diversas realizações se acrescentam progressivamente a tudo o que as pessoas recusam perder, reforçando a determinação em prosseguir a luta. A relação que se (re)estabelece ou que se aprofunda com o território defendido nas lutas, outra consequência das resistências ao extrativismo, lhes faz “fincar raízes”: não as fossilizando enquanto lutas, mas inscrevendo-as no espaço – o território – como comunidades de vida, que têm o potencial de sobreviver – no tempo – ao objetivo inicial, às vitórias e, às vezes, até às derrotas.

Um território, é uma terra, um ecossistema, com as suas restrições e os seus habitantes. É o que se conhece e também o que se descobre, pois um território não se restringe a um jardim. Ele se estende, por exemplo, até as fontes dos rios que o irrigam. Nos indígenas, é a terra dos antepassados, lugar onde residem os espíritos. Para os quatro povos da

Sierra Nevada de Santa Marta, na Colômbia, o território é o que lhes permite “interpretar, reproduzir e conservar a ordem no universo”¹⁵⁴. Para os homens e as mulheres que vivem em “zonas-lixo”, ele é o paraíso perdido que se espera reocupar. O território não é apenas um espaço geográfico, uma extensão da superfície terrestre. É sobretudo um lugar de vida, de memória e de história, “um espaço para ser, que se constrói socialmente e culturalmente, à imagem do povo que o habita”, segundo a linda fórmula de um representante das comunidades afro-colombianas do Pacífico que procuram impedir a construção de um megaporto de exportação numa área natural ainda preservada. Por fim, o território é o lugar onde se escolhe viver, às vezes, precisamente, porque é ameaçado.

O avanço do extrativismo impõe a “desterritorialização”. No sentido próprio do termo, através de diversas formas de deslocamentos forçados e de controle territorial, mas também ao nível simbólico, reduzindo o território num reservatório de recursos, intermutável com outro, sem cara, sem importância em si, valendo apenas pela função que se atribui para ele num processo de produção. A primeira e mais evidente maneira de resistir a essa desterritorialização, é ficar no território: ocupá-lo e delimitá-lo – fisicamente, juridicamente ou simbolicamente –, habitá-lo e fazê-lo viver. É assim que os acampamentos e os bloqueios estradais se transformam muitas vezes em assembleias permanentes, lugares de vigilância, mas também de aprendizagem, de reflexão e de debates (e, às vezes, de disputas), de construção de estratégias e de compartilhamento de conhecimentos, de organização, de aprofundamento de laços e de solidariedade. Eles não são apenas lugares simbólicos, as últimas muralhas e barricadas a serem protegidas a todo custo, mas também lugares onde “resistir”, “criar” e “viver” às vezes acabam se tornando uma coisa só.

Ficar no território, é tomar o poder de decidir do seu futuro. É também defender o seu presente. Os territórios cobiçados pelos extrativistas e outros “ordenadores de territórios” estão longe de ser todos “sinistrados” e “miseráveis”; em qualquer caso, eles estão muito longe de ser percebidos como tais pelos seus habitantes. Os camponeses de um dos vales mais férteis do Peru (Condebamba, departamento de Cajamarca) não precisam de outro argumento para recusar a exploração mineral do Cerro Mogol (rico em cobre, ouro e manganésio) que o mercado do domingo de San Marco, cheio de frutas e de legumes locais e repleto de vida, onde os criadores dos vales vizinhos se reúnem para comprar cavalos, porcos ou vacas e para festejar. As cinco comunidades

wayuu agrupadas dentro da organização *Maikiranasali* (que se pode traduzir “Não é para vender”), que lutam contra a exploração do carvão no vale de Socuy, na Venezuela, estimam também que as terras e o rio que ameaça a exploração mineral já lhes dão o que é necessário para viver. O que os preocupa, em compensação, é preservar o seu modo de viver, as suas tradições e a sua organização autônoma. Para “aprender às crianças a ter consciência do que elas têm”, elas fundaram, portanto, uma escola, *Yalaman*, o “sítio dos fortes” em wayuunaiki. Elas ensinam lá a sua língua e a medicina tradicional “para curar os corpos e os espíritos”, mas não esquecem nem o espanhol, pois as crianças “devem entender o mundo ocidental”.

Em paralelo, as resistências também conduzem frequentemente a refletir às diversas maneiras de prover às necessidades concretas. Algumas dão lugar a entusiasmantes experiências criativas. Outras levam a tecer laços com grupos que já desenvolvem “utopias concretas”. Na maioria das vezes, sobretudo nos países do Sul, se tende para a autossuficiência alimentar, notadamente graças à realocização e à diversificação da produção agrícola, à agroecologia, aos sistemas de troca de sementes, de alimentos e outros produtos locais desconectados do mercado ou que privilegiam os circuitos curtos. Buscando respostas às questões colocadas pelo extrativismo mineral, as pessoas se voltam também para práticas de reciclagem, de conserto e de reutilização de objetos já produzidos. Alguns grupos de luta desenvolvem também a produção local de energia, como por exemplo em Balcombe, na Inglaterra, onde a mobilização contra a foragem de gases de xisto deu lugar à criação de uma cooperativa de produção de energia solar, financiada pelos habitantes, e cujo objetivo é “gerar o equivalente da procura em eletricidade de Balcombe com instalações locais pertencendo à comunidade”¹⁵⁵.

Às vezes, quando essas atividades ainda não existem, se busca implementar “alternativas produtivas”, atividades geradoras de rendas, que permitem contrariar os argumentos econômicos das empresas e do Estado. No vale de Íntag (1.680 km², cerca de 13.000 habitantes), essa questão foi colocada já nos primeiros anos da resistência. Rapidamente, as comunidades, que primeiro estabeleceram a autossuficiência alimentar como um princípio central do “desenvolvimento” local (buscando, portanto, sair da monocultura de cana-de-açúcar e diversificar as suas produções), desenvolveram também uma multidão de produtos agrícolas e artesanais “de origem”, destinados a serem comercializados. A sua ideia não era romper com o mercado, mas antes

criar mercados “justos”, respeitosos do ambiente e do seu modo de viver. Hoje, umas quinze cooperativas e associações fabricam geleias, licores, panela (açúcar artesanal), farinhas, produtos artesanais elaborados a partir do sisal (uma variedade de agave) ou lufa (esponja vegetal), bordados feitos à mão, sabonetes, xampus e cremes à base de aloe vera e outros produtos naturais. Pequenos viveiros fornecem espécies oriundas das florestas nativas para ONGs e para parcelas cultivadas em agro-silvicultura. A produção biológica do café, antes marginal e comercializada de modo informal a preços baixos, conhece uma verdadeira expansão¹⁵⁶. Consorcio Toisán, organização criada para reforçar as capacidades técnicas e facilitar a comercialização da produção local, trabalha sobre uma denominação de origem e “alianças de consumo solidário” com habitantes das cidades. Muitas iniciativas eco-turísticas, privadas ou comunitárias, também surgiram, a mais emblemática entre elas encontrando-se na reserva comunitária de Junín, no centro mesmo da área de conflito com as empresas minerais¹⁵⁷. As atividades desenvolvidas em Íntag nem se limitam ao único domínio econômico. Durante onze anos, o *Periódico Íntag*, jornal “escrito por e para os seus habitantes”¹⁵⁸, difundiu uma informação independente. Ele cessou de ser publicado em 2012, mas a rádio comunitária, lançada em 2005, emite ainda hoje. Graças a uma biblioteca (que já reunia, em 2008, algumas 2.600 obras) e a uma mediateca instaladas na capital do vale, é possível seguir um ensino universitário a distância. Por fim, 41 reservas florestais, administradas por comunidades ou autoridades locais (parroquias), foram criadas com o objetivo de guardar as florestas e as bacias hidrográficas ao abrigo das poluições e das tentativas de privatização com fins comerciais. Em julho de 2015, por ocasião da Jornada mundial contra a mega-indústria mineral – enquanto na França o festival Terra de nenhuma mina via nascer o inter-coletivo anti-minas –, o vale de Íntag organizava o seu próprio festival, dedicado a essas “alternativas vivas”. Depois de mais de vinte anos de resistência, era importante para os organizadores lembrar esse benefício para os que, esgotados, começavam a desistir¹⁵⁹.

Para resistir no tempo e aguentar a tensão permanente induzida pelo conflito, muitos grupos concebem as suas próprias “alternativas”. Alternativas à atividade extrativa que se recusa e às promessas de “desenvolvimento” que a acompanham; alternativas, para alguns, à dependência para com o Estado e o mercado; alternativas, mais geralmente, à uniformização imposta, que buscam na maioria dos casos inserir as atividades humanas nos ecossistemas, aprofundar, reencontrar

ou introduzir formas de produção e de vida com a natureza, assumir a interdependência entre o território, o seu ecossistema e os seus habitantes. Mais amplamente, se trata de construir para combater a destruição, de “criar as suas próprias utopias e acreditar nelas”, segundo a palavra de um participante do um coletivo agroecológico do vilarejo de Carmello (departamento de Cauca) na Colômbia, de vez em quando transformado em campo de batalha entre exército e guerrilhas¹⁶⁰. Construir, como uma necessidade vital, sem aguardar de ter vencido.

No Baixo-Sinú, sempre na Colômbia, o início do funcionamento da barragem Urrá I provocou um grande êxodo. Alguns pescadores, camponeses e indígenas, contudo, decidiram ficar. Hoje, a sua Associação de produtores para o desenvolvimento comunitário da Ciénaga Grande do Baixo-Sinú (Asprocig) reúne quase que 10.000 pessoas em torno de práticas agroecológicas. Ela consegue, com pouquíssimas terras, assegurar a quase autonomia alimentar de 672 famílias de “filiados”, enquanto 1.068 outras estão se formando e participam da experiência coletiva de maneira mais ocasional. A associação abastece até cidadãos, compradores regulares do excedente de produção. Desde 1999, os habitantes do Baixo-Sinú aprenderam muito. Eles souberam reatar com práticas agrícolas ancestrais que estavam desaparecendo, mas também experimentaram e inventaram. Eles se organizaram para proteger os seus agro-ecossistemas contra os dilúvios, replantaram “florestas-galerias” para reforçar as beiras do rio fragilizadas pelas variações do nível da água causadas pela central hidroelétrica. O trabalho coletivo os levou sobretudo a reatar os laços entre famílias e comunidades, a religar-se, também, ao seu meio modificado, ao seu território amputado, à sua identidade maltratada, ao seu rio mutilado. Para eles, a agroecologia é muito mais do que uma técnica de produção. Ela é “um todo”, “um sistema de vida” e de pensamento, no qual, como o explica uma ex-presidente da Asprocig, “a natureza é cultura”. E a barragem? Aqui está o que nos explicava, em 2010, outro membro da associação:

Nunca falamos em compensação. O nosso grande sonho é ver um dia o rio liberado, desmontar Urrá: conviver com Urrá é impossível. Viver com, sim, viver juntos, não. [...] “Desmontar” [...] é fazer de modo que eles tenham vergonha daquela coisa [...], que eles se deem conta que não precisamos que venham nos sair da pobreza. Que somos livres de criar, de pensar, de viver, de sonhar, de edificar o nosso próprio modelo, de ser felizes com o nosso modelo. [...] Talvez esse processo demore 100 anos. Ou até mais. Mas o importante é o que se está construindo¹⁶¹.

Capítulo 6

Esperando pelo desastre

Estamos em 2082. Na pista do aeroporto militar de Estocolmo (Federação europeia), as rotações começaram. Elas não pararão antes de vários meses. Uma longa fila de aviões de grande capacidade estratosféricos A880 esperam para descolar, cada um carregado de 250 toneladas de micropartículas. Ao mesmo tempo, em Fairbanks (Federação americana), em Plessetsk (Federação est-asiática) e em Ulan-Bator (Federação est-asiática), é o mesmo balé. Cada ano há quase três décadas, entre agosto e janeiro, são assim centenas de transportadores pesados que se elevam na estratosfera para largar milhões de toneladas de partículas-aerossol que refletem uma parte da irradiação solar, contrabalançando assim o desequilíbrio radiativo induzido pelos gases de efeito estufa emitidos pelo homem. Em 2082, a concentração de CO₂ atmosférico está perto das 550 partes por milhão (ppm), ou seja, quase o duplo de que ela era no século XIX... A temperatura? Ela não mudou. Ou tão pouco. Ela é mantida ao seu nível da primeira década do século XXI, apenas a 0,8° C em cima da média pré-industrial. [...] O degelo dos glaciares foi abrandado, as ondas de calor se tornaram mais raras. Mas as outras calamidades climáticas não cessaram. Secas, acidificação e anóxia dos oceanos, perturbação das correntes marítimas.... Impossível demonstrar que elas eram, pelo menos parcialmente, devidas ao SGIS [Sistema de Gestão da Irradiação Solar], como o afirmavam os países pequenos e as ONGs ecologistas. Uma coisa, contudo, era certa: se o céu tinha perdido a sua cor azul, era, sim, o resultado do SGIS. Era doravante pálido e esbranquiçado, com pôr do sol vermelho vivo. “Quem compensará esse prejuízo que é a perda do céu azul, e como?” tinha o costume de perguntar Rajendra Raipachu, soberano do Butão e tenaz opositor à geo-engenharia.

(Stéphane Foucart, "Le cauchemar de la manipulation du climat"¹)

Mais de 20.000 pessoas – delegações oficiais, militantes climáticos e antiglobalização, membros de ONGs e de movimentos de base – participaram, em abril de 2010, à “Conferência mundial dos povos sobre a mudança climática e os direitos de Mãe Terra” convocada pelo Estado plurinacional da Bolívia em resposta ao fracasso das negociações internacionais sobre o clima. A declaração oriunda dessa cimeira, nomeada “o Acordo dos Povos”², começa nesses termos:

Hoje, nossa Mãe Terra está ferida e o futuro da humanidade está em perigo. Por se incrementar o aquecimento global em mais do que 2° C [...], há 50% de chance de que os danos causados à nossa Mãe Terra

sejam totalmente irreversíveis. Entre 20% e 30% das espécies estariam em perigo de desaparecer. Grandes extensões de floresta seriam afetadas, as secas e inundações afetariam diversas regiões do planeta, os desertos se estenderiam e se agravaria o derretimento das calotas polares e geleiras nos Andes e no Himalaia. Muitos Estados insulares desapareceriam e a África sofreria um aumento de temperatura superior a 3° C. Da mesma forma, a produção de alimentos do mundo se reduziria, com efeitos catastróficos para a sobrevivência dos habitantes de vastas regiões [...]. Empresas e governos dos países chamados de "mais desenvolvidos" com a cumplicidade de um segmento da comunidade científica, coloca-nos para discutir as alterações climáticas como um problema limitado ao aumento da temperatura, sem questionar a causa que é o sistema capitalista. Enfrentamos a crise terminal do modelo patriarcal de civilização baseada na subjugação e destruição de seres humanos e a natureza, que se acelerou com a revolução industrial. [...] O sistema capitalista impôs uma lógica de concorrência, o progresso e o crescimento ilimitado. Este modo de produção e consumo visa lucro sem limites, separando o homem da natureza, estabelecendo uma lógica de dominação, transformando tudo em mercadoria: a água, a terra, o genoma humano, as culturas ancestrais, a biodiversidade, justiça, ética, direitos dos povos, a morte e a própria vida. Sob o capitalismo, a Mãe Terra se torna somente fonte de matérias-primas e os seres humanos em meios de produção e consumidores [...]. A humanidade está enfrentando um grande dilema: continuar no caminho do capitalismo, a depredação e a morte, ou o caminho da harmonia com a natureza e o respeito pela vida.

A chave de uma nova era?

“A Bolívia nos oferece a chave para começar essa nova era da humanidade, a era do bem viver no não-capitalismo?”, perguntava-se a economista mexicana Ana Esther Cedeña³ alguns meses antes da Conferência dos povos, quando, por iniciativa da Bolívia, a Assembleia geral da ONU adotava a resolução intitulada “Harmonia com a Natureza”. Essa resolução incluía na agenda da organização mundial a análise da ruptura do equilíbrio entre os seres humanos e a “Mãe Terra” e a elaboração de estratégias almejando restabelecê-lo, prosseguindo “tanto o objetivo do bem-estar humano presente e futuro quanto o da natureza, [pois] não pode haver bem estar nem desenvolvimento humano se destruirmos o nosso lar”⁴.

No final dos anos 2000, a América Latina em movimento fazia sonhar. Os fatos e gestos dos novos líderes da esquerda animavam, como na época de Ernesto Che Guevara, de Augusto Sandino ou de Salvador Allende, as permanências dos partidos amigos e as salas de bate-papo de intelectuais latino-americanófilos ocidentais. As ONGs ecologistas do mundo inteiro plebiscitavam a iniciativa Yasuní-ITT⁵ e o reconhecimento dos direitos da natureza. Muitos outros olhares acompanhavam com esperança a irrupção em política das multidões “dos de baixo” (*los de abajo*: camponeses, sem-terra, sem-emprego, sem-teto), as experiências autogestionárias e, mais ainda, o processo (a longo prazo) que no Ocidente se qualifica de “despertar dos povos indígenas”⁶. Essas diversas mudanças prometiam não somente uma ruptura com o modelo econômico e político dominante, mas pareciam atacar-se também à hegemonia dos valores da modernidade ocidental e do seu antropocentrismo. Se via nessas transformações sinais anunciadores de uma mudança de paradigma, de uma verdadeira alternativa.

O Acordo dos povos prosseguia:

Exigimos a construção de um novo sistema para restaurar a harmonia com a natureza e entre seres humanos. Não pode haver equilíbrio com a natureza, se houver iniquidade entre os seres humanos. Propomos aos povos do mundo a recuperação, revalorização e fortalecimento dos conhecimentos, saberes e práticas tradicionais dos Povos Indígenas, afirmados na experiência e proposta do “vivir bien”, reconhecendo a Mãe Terra como um ser vivo, com o qual temos uma relação indissociável, interdependente, complementar e espiritual.

O *vivir bien* (*suma qamaña*) na Bolívia e o *buen vivir* (*sumak kawsay*) no Equador, noções oriundas de um esforço de síntese e de tradução (em termos inteligíveis para o pensamento ocidental) de um conjunto de práticas e de princípios organizacionais das comunidades autóctones⁷, tinham doravante nesses dois países um valor constitucional⁸. As novas Constituições transformaram o Equador (2008) e a Bolívia (2009) em Estados plurinacionais: as culturas, os princípios organizadores da vida social, as cosmogonias – ou cosmovisões – das nações autóctones foram oficialmente reconhecidos como iguais à cultura das elites e dos mestiços. As suas contribuições à definição das prioridades sociais e políticas deviam orientar os novos Estados, como se esperava então, em direção ao horizonte de uma vida com harmonia, com reciprocidade, com complementaridade e com comunidade – inclusive com os não-humanos e a natureza⁹.

Assunto inoportuno

Dezassete grupos de trabalho temáticos (*mesas*) participaram da elaboração do Acordo dos povos de Cochabamba. Eles deviam ser dezoito, mas a Mesa 18 intitulada “Direitos coletivos e direitos da Mãe Terra” não teve direito de cidadania na Conferência mundial, os assuntos que ela devia abordar foram descartados pelos organizadores: o vice-presidente boliviano em pessoa, Álvaro García Linera, os qualificou de “locais, fora de contexto e inoportunos”¹⁰. Havia efetivamente um risco de tornar mais complexo o debate e de baralhar a mensagem, tornando menos exemplar o “processo de mudança” boliviano. Enquanto o presidente Evo Morales se preparava para assumir o papel de mensageiro de um ecologismo dos oprimidos, dos representantes das organizações originárias¹¹ indígenas, camponesas e urbanas vindas dos quatro cantos do país que ele dirigia, pretendiam expor durante essa Mesa 18 as suas preocupações urgentes frente ao avanço da fronteira extrativa. O extrativismo era, contudo, explicitamente designado durante a Conferência como um dos elementos constituindo “a via da predação e da morte” que se tratava de abandonar. Mas, porque se viam recusado o direito de unir as suas (potencialmente discordantes) vozes ao concerto (autorizado) dos povos, os participantes da Mesa 18 tiveram que se reunir fora do recinto oficial, reproduzindo o esquema “cimeira/contra-cimeira” habitual durante os grandes encontros econômicos e climáticos *mainstream*.

Como se tinham fixado o objetivo de “aprofundar a análise dos efeitos locais do capitalismo industrial global”¹², eles, portanto, denunciaram a exploração das minas que privam de água as comunidades camponesas, polui os rios e os lagos, “matando os peixes e fazendo desaparecer as plantas medicinais”, e que se estende em novos espaços, pois “o governo vende as concessões como pão quente”. Eles fustigaram o lançamento das operações petrolíferas nas terras baixas do Chaco e no Norte de La Paz, sem a consulta das comunidades indígenas. Eles criticaram também a política em matéria agrária, que o Movimento dos sem-terra da Bolívia (MST-B) qualificou de “pro-empresas, pro-capitalista”, na medida em que ela favorece os grandes proprietários de terras, enquanto pelo menos um milhão de pessoas não têm acesso à terra. Eles foram atrás dos projetos de infraestruturas da IIRSA, entre as quais a famosa estrada que deve cortar ao meio o parque nacional e território indígena Isiboro Sécore (projeto lançado, aqui também, sem consultar as comunidades) ou as mega- centrais hidroelétricas na Amazônia *etc.*

Depois, eles quiseram testemunhar as mobilizações populares particularmente fortes – uma delas, contra a mina de San Cristobal, tinha abalado a região de Potosí apenas alguns dias antes da Conferência dos povos – e as suas preocupações quanto às ameaças de recurso à “força pública” para reprimir essas mobilizações, como o fazem “os neoliberais, os capitalistas”¹³.

Eles buscaram confrontar o novo ativismo internacional do seu governo à sua dependência quase total para com a renda extrativa (petróleo, gás e minérios), que se traduz pela intensificação de projetos extrativistas dentro do país. “Cadê a prática?”, “o governo pede no exterior que se respeite a Mãe Terra. Muito bem! Que ele comece na sua casa”¹⁴. Tais eram as exigências formuladas na tribuna dessa Mesa segundo qual é unicamente assim, e não virando as costas às “contradições [...] refletidas nos conflitos socioambientais”, que o seu país poderia dar um “exemplo encorajador” ao continente e ao conjunto dos países do mundo. Por fim, em contraste com um certo imobilismo do Acordo dos povos (que, depois de um preâmbulo combativo e lindas declarações de intenção, endereçava uma longa lista de queixas aos países capitalistas ocidentais¹⁵), a declaração final da Mesa 18 afirmava não somente assumir “a responsabilidade de questionar os regimes latino-americanos designados como populares e a lógica predatória e consumista, a lógica de morte do desenvolvimentismo e do neo-extrativismo”, mas ela lembrava também, para todos os efeitos, que “a mobilização social permanente” era “o único caminho efetivo para transformar a sociedade”¹⁶.

Calcanhar de Aquiles

A expansão da civilização termo-industrial – produtivista e, portanto, extrativista – marcou tão profundamente o planeta Terra há dois séculos e meio, que ela o teria feito entrar, afirmam determinados cientistas, numa nova época geológica, o *Antropoceno*¹⁷. Ao longo dessa idade, a ação humana teria se tornado uma força geológica de destaque. Essa força saqueia, transforma e polui os solos, os subsolos, o ar e os oceanos. Ela muda a composição da atmosfera, modifica os genes, cria quimeras, manipula os átomos. Ela satura a biosfera de substâncias tóxicas inassimiláveis e transtorna os ciclos geoquímicos (nitrogênio, enxofre, fósforo, água) mais vitais. Ela provoca perturbações climáticas, o derretimento das calotas glaciares, a elevação do nível das águas marinhas, a acidificação dos oceanos, a queda brutal da biodiversidade. Climatologistas, biólogos, botânicos, ecólogos, geólogos, físicos,

químicos, eles são numerosos a fazer soar o alarme continuamente. Segundo alguns deles, só restam alguns decênios para salvar a vida na terra tal como a conhecemos. Analisando a perda de biodiversidade, as flutuações climáticas, a interconexão crescente dos ecossistemas e o balanço energético global, um recente estudo pluridisciplinar concluiu, por exemplo, que se as atividades humanas chegavam a transformar a superfície da Terra por mais de 50% (e atualmente chegamos a 43%), essa alcançaria um “estado limite” conduzindo a um colapso dos ecossistemas planetários¹⁸.

A catástrofe multiforme que ameaça a sobrevivência da espécie humana e a de milhares de outras já é, nos dizem, para amanhã. E parece que não tenha nada para se esperar dos “grandes desse mundo” para impedi-la. Em 2015, Naomi Klein escrevia:

*Uma única variável pode fazer a diferença: a emergência de um forte movimento de oposição que barrará o caminho ao mesmo tempo que abrirá novas trilhas que levam a destinações mais seguras*¹⁹.

“Apenas o tempo suficiente para realizar o impossível”, aqui está o imenso desafio que deveria enfrentar, segundo a autora altermundialista canadense, esse movimento que ela espera ver nascer da “convergência de uma diversidade de grupos, a uma escala nunca vista até agora” e cuja “tarefa consiste não somente em elaborar um programa político alternativo, mas também em enunciar uma visão do mundo diferente, capaz de rivalizar com aquela que está na origem da crise ecológica”²⁰.

Tal era precisamente o objetivo do “Movimento mundial dos povos para a Mãe Terra” que desejava impulsionar a presidência da Bolívia com a sua Conferência dos povos. Mas esse projeto conduzido pelo novo Estado plurinacional se deparou desde o início com uma séria contradição que a Mesa 18 não deixou de salientar: o extrativismo, o abismo entre o discurso e a prática, o calcanhar de Aquiles das narrativas emancipatórias de todos os governos “progressistas” da América Latina, que eles invoquem ou não a síntese entre os valores (ocidentais) do progresso e as cosmovisões autóctones. O vimos no primeiro capítulo, os novos regimes prosseguiram e até, em muitos aspectos, aprofundaram a especialização primo-exportadora histórica dos seus países. A renda extrativa lhes forneceu os fundos para financiar as políticas sociais. Nas palavras do presidente equatoriano Rafael Correa em pessoa, é “faz[endo] melhor com o mesmo modelo de acumulação, em vez de mudá-lo” que eles pretenderam construir “uma sociedade mais justa e equitativa”²¹. O progresso social se paga caro: a extensão das fronteiras

extrativas nos espaços antes intocados põe em perigo um número cada vez mais importante de comunidades e de territórios. Na ausência de ruptura com o extrativismo, a adesão dos novos Estados plurinacionais às cosmovisões autóctones não superou o âmbito do discurso, e a improvável aliança entre o progressismo e o “pachamamismo” rapidamente mostrou os seus limites. A modernização e a luta contra a pobreza (entendida no sentido mais ocidental do termo), dominaram na orientação das políticas realizadas, enquanto os “conceitos” indígenas, colorindo o aparelho dos Estados “modernizados”, sustentavam – e ainda sustentam – a simpatia internacional e a confusão. De novo reduzidos a puros fenômenos folclóricos, eles são não somente utilizados de maneira irrelevante, mas também desviados para justificar projetos diametralmente opostos ao que eles supostamente significam. Assim, o projeto de prestígio (depois do abandono de Yasuní-ITT) da “revolução cidadã” no Equador, a “megacidade do conhecimento” – concebida na mais pura tradição disciplinária, tecnocrática e meritocrática ocidental, inspirando-se ao modelo sul-coreano e prometida a se tornar um polo de excelência nas novas ciências e tecnologias²² – foi batizada *Yachay* – “sabedoria” ou “saber” xamânico em língua quíchua –, em referência a uma tradição ancestral ainda viva. Quanto ao *buen vivir/vivir bien*, na linguagem do poder, ele não é mais que lema utilizado com objetivos de *marketing* político, um “termo-produto” miscelânea, esvaziado do seu conteúdo essencial e da sua carga potencialmente subversiva para com o sistema dominante, que se confunde, segundo as necessidades daqueles que o utilizam, com “socialismo”, “desenvolvimento”, “serviços de base”, até “aumento do poder aquisitivo”²³.

Evidentemente, o confinamento da América Latina no extrativismo mergulha as suas raízes numa longa história de dominação e de exploração, e, hoje, a globalização parece condenar antecipadamente toda tentativa de implementar o “pós-extrativismo num só país”, a fortiori quando este se encontra no Sul e sofre as pressões do Norte e dos países emergentes. Isso não impede, contudo, que o único fato de prosseguir e intensificar o extrativismo sepultou a esperança de renovação que incarnaram, no seu início, os Estados plurinacionais, tanto porque o extrativismo é incompatível com o “paradigma” do respeito à Mãe Terra e à vida, quanto porque ele é indispensável ao capitalismo: a extração das matérias-primas não é somente o papel que cabe, desde a época das colônias, à América Latina no capitalismo global, se trata também de uma contribuição essencial, que ela venha da América Latina ou de outro lugar, sem a qual o capitalismo global –

como todo produtivismo – não poderia perdurar e continuar a sua expansão.

“Mudar o sistema”

Um certo número de militantes antissistema pensam que a “crise” ecológica vai poder acelerar o fim do “sistema” dominante (capitalista, tecnoindustrial, produtivista, crescentista *etc.*). Primeiramente, porque muitos estimam que com essa “crise”, o sistema se dirige até um beco sem saída definitivo ou, para retomar os termos do Acordo dos povos de Cochabamba, já enfrenta a sua própria “crise terminal”. As barreiras ecológicas, limites ditos “externos” do capitalismo, parecem poder precipitar o seu desmoronamento ainda mais rapidamente que os problemas recorrentes de sobre-acumulação (contradições “externas”)²⁴. O esgotamento anunciado de muitos “recursos naturais” e a amplitude da degradação ecológica aparecem como devendo estabelecer limites máximos, a mais ou menos curto prazo, o crescimento da produção e da acumulação. No âmbito das crenças e dos imaginários, a evidência que os “recursos” não são infinitos bastaria para tirar toda credibilidade à ideia mesma de um crescimento sem fim, e se espera da iminência de um desenlace distópico de vários séculos de progresso das ciências, das técnicas e do mercado que ela destrua definitivamente o mito do progresso (que já perdeu, se pensa, ao longo do século passado sua soberba e sua influência). Por fim, o individualismo seria, como se pode ser tentado a acreditar, condenado frente à urgência de uma resposta coletiva à escala planetária, e a ameaça da catástrofe global seria em condições de “despertar as consciências” e de pôr a sociedade em movimento.

Entre os cataclismos em curso e a vir, a mudança climática desfruta de uma atenção especial. É sem dúvida ele que assusta mais e que monopoliza também a atenção político-mediática reservado ao capítulo “ecologia”, ao ponto de se tornar, na linguagem comum, um sinônimo de “catástrofe ecológica”. Naomi Klein, uma das vozes mais influentes do movimento antiglobalização, que, desde as mobilizações organizadas à margem da cimeira da ONU de Copenhaga (COP15, 2009), se centra cada vez mais no clima²⁵, espera, por exemplo, que “a mudança climática poderia se tornar a grande impulsão que levará [os diversos grupos] a se juntar, como um potente rio alimentado por inúmeros riachos unindo as suas forças para finalmente chegar ao mar”²⁶. “Mudar o sistema, não o clima”²⁷, versão ocidental (e anterior) da alternativa de Cochabamba, seria assim prestes a se tornar o grito de guerra suscetível,

como se espera, de federar as diversas forças sociais e de permitir alcançar a massa crítica suficiente para submergir os poderes instalados. Mas será que o objetivo atrás desse lema implica a ruptura com o extrativismo?

Se existe, entre as forças críticas, um consenso sobre a necessidade de “mudar o sistema”, não existe, no entanto, acordo sobre a natureza da mudança para operar. Será que nos satisfaremos da criação de “milhões de empregos [ecológicos] bem pagos”²⁸, ou se trata de romper com o salariado e entrar na “idade do fazer” e do “tempo reencontrado”²⁹? Se deseja acabar com o neoliberalismo e substituí-lo por um keynesianismo verde, ou se busca realmente dar fim ao capitalismo, ou, mais ainda, abandonar a lógica industrial e tecnicista? Se exige uma repartição mais equitativa da riqueza monetária (à imagem dos pactos sociais do pós-guerra), ou se busca desconstruir a noção mesma de riqueza, pôr termo ao reino do dinheiro? Se aspira a “destinações mais seguras”³⁰, ou, ao contrário, concordamos em renunciar ao ideal de domínio e de controle, ao que se chama a “segurança” e que, historicamente, se conjugou com a dominação sobre a natureza? Por fim, de quem se espera a realização da mudança desejada? Será que se acredita ainda, apesar das decepções, que um Estado possa fazer aliança com os movimentos sociais, que um partido, que se propõe assumir o poder, possa se tornar, como se tratava na Bolívia, um “instrumento político para a soberania dos povos”³¹, ou, se conta, à imagem da Mesa 18, com a “mobilização social permanente”? Estaríamos prontos a aceitar um governo autoritário ecologicamente esclarecido, ou, deve-se, para preservar a vida na terra, contar, muito pelo contrário, sobre auto-organização, oposição a todo poder e capacidade de se tornar ingovernáveis? Determinadas estratégias, determinados contra-modelos e imaginários utópicos se excluem mutuamente, e se está longe de ter a certeza de que a prioridade climática comum seja em condições de conciliá-los além de alianças circunstanciais e de momentos de “mobilização massiva”.

Portanto, parece exageradamente otimista dar o sistema por (quase) vencido. Se sabe que os limites materiais ligados à disponibilidade dos recursos são empurrados cada vez mais longe, à custa da exacerbação do extrativismo, de custos humanos e ambientais sempre mais elevados³³. Se sabe também que o capitalismo “que, desde 1848 frustra todos os prognósticos relativos ao seu fim inelutável”, como ironiza Jérôme Baschet, dá provas de uma temível plasticidade³⁴. As suas crises, das quais os seus adversários esperam que cada uma será “terminal”, são utilizadas para permitir as suas mutações, participando de uma

“doutrina do choque” que justifica todas as reformas em nome do esforço indispensável para superar uma “situação apresentada como crítica”³⁵. A “crise” ecológica – eufemismo do discurso midiático-político que subentende a possibilidade de uma remissão sob condição de implementar uma estratégia de “gestão de crise” adequada – poderia, ela também abrir as perspectivas de novas mutações³⁶. A urgência climática oferece, por exemplo, um fantástico álibi para impor novos imperativos tecno-mercantis – por meios autoritários ou simplesmente difundindo eficientemente a obrigação “climática” tal como ela é definida por aqueles que “oferecem” soluções.

A ciência, suposta objetiva e desinteressada apesar da sua parte de responsabilidade na situação presente, já é convidada a certificar esses presumidos remédios, e, ainda que elas ainda não formem um verdadeiro dispositivo de governança interestadual coerciva, as convenções e conferências da ONU e a sua tecnoestrutura já desenham os seus primeiros contornos. Ora, naquele quadro, a ruptura com o extrativismo está longe de estar na ordem do dia.

“Problema reduzido à elevação da temperatura”?

A abordagem dominante e o quadro institucional da gestão de “crise” climática compartimentam os problemas, os desafios e as soluções. A Convenção-quadro das Nações unidas sobre as mudanças climáticas (CCNUCC em francês) institui “um quadro global do esforço intergovernamental para enfrentar o desafio colocado pelas mudanças climáticas”³⁷ e não pela catástrofe ecológica no seu conjunto. O Grupo de peritos intergovernamental sobre a evolução do clima (GIEC em francês), que fornece aos esforços internacionais “de adaptação e de atenuação” organizados sob a égide da ONU bases científicas comuns³⁸, se interessa, ele também, ao problema do desregulamento climático e às emissões dos gases de efeito estufa (GEE) que são na sua origem, e estabelece apenas de maneira marginal a relação com as outras poluições duráveis e desregulamentos provocados pelas atividades industriais.

Segundo o quinto relatório (revista de literatura científica) do GIEC, para manter a elevação da temperatura abaixo do limiar dos 2°C³⁹ além do qual os efeitos do desregulamento serão dramáticos⁴⁰, as emissões mundiais dos GEE devem ser reduzidas de 40% a 70% (em relação ao seu nível de 2010) daqui a 2050. Num primeiro momento, considerando a dependência atual dos sistemas de produção para com as energias

fosseis, a redução da procura final de energia (por exemplo, pela melhoria da eficiência energética ou as mudanças comportamentais) deve assumir um papel significativo nas estratégias para serem implementadas. Mas é apenas graças a “mudanças de grande escala nos sistemas energéticos globais e nacionais” e, notadamente, multiplicando por três a sete a oferta global de energia “de baixo carbônio” (*low-carbon energy*), que se poderá esperar alcançar a tempo o objetivo de redução das emissões⁴¹. Na categoria da “energia de baixo carbônio”, os peritos do GIEC incluem “as energias renováveis, o nuclear, as energias fosseis associadas à captura e a armazenamento do carbônio (CCS) e os biocombustíveis com CCS”⁴². Os megaparcos eólicos, as megaestações solares, as megacentrais geotérmicas ou de biomassa, as centrais nucleares⁴³ e até as centrais de gás que captariam as suas emissões na fonte⁴⁴, como, mais geralmente, todas as instalações industriais permitindo captar e armazenar o CO₂⁴⁵, são, portanto – já que fornecem energias pouco emissoras de GEE ou permitem diminuir a sua concentração na atmosfera – identificados como partes possíveis da solução. E isso, mesmo se, no seu longuíssimo relatório, o GIEC lista também os seus riscos e os seus limites. Vimos que, desenvolvidas a grande escala, essas diversas tecnologias do “crescimento verde” estão longe de ser “imateriais” e inofensivas (assim como não o é a eletrônica destinada a melhorar a eficiência energética)⁴⁶. Mas, já que se trata sobretudo de limitar o aquecimento, a necessidade de extrair as diversas matérias (outras que o petróleo, o gás ou o carvão) necessárias à produção da energia, ao seu armazenamento, à construção de infraestruturas que a transportam a longa distância, à captação de CO₂ etc. – biomassa, água, cobre, lítio, urânio, terras raras, neodímio, disprósio, gálio, índio, selênio, cádmio, telúrio, muitos outros metais e materiais de construção – não é considerado como inadmissível, bem como não o são as destruições que a obtenção dessas matérias pode implicar para os territórios e as pessoas⁴⁷.

Mesmo se uma “transição” em direção às “energias de baixo carbônio” se tornava o imperativo categórico para todos os atores políticos e econômicos de peso, isso não implicaria uma ruptura com a abordagem industrial nem com a lógica do mercado. Nem se pensa, para a maioria dos cientistas que cita o relatório do GIEC⁴⁸ ou para a maioria dos Estados (“partes” no quadro das negociações climáticas), pôr em risco as perspectivas de crescimento e, logo, de lucro. O GIEC salienta, muito pelo contrário, que a atenuação da mudança climática “traz à humanidade vantagens mercantis como não-mercantis”⁴⁹ [*sic*]. Assim delimitadas, as

“mudanças de grande escala nos sistemas energéticos” não poriam termo ao extrativismo, mas deslocariam a pressão extrativa, que hoje pesa nos hidrocarbonetos, em outras matérias-primas e em outros territórios.

Dito isso, pelo momento, a parada da extração de petróleo, de gás e de carvão não está realmente na ordem do dia. Nenhum Estado parece pronto a deixá-los no solo⁵⁰, preferindo financiar as soluções de captação e de armazenamento do CO₂ emitido pela sua utilização. O desenvolvimento das energias “de baixo carbônio” se realiza não em substituição, mas antes em paralelo do desenvolvimento das indústrias que são consumidoras intensivas de hidrocarbonetos e emissoras de GEE; uma estranha “transição” favorecida expressamente pela finança carbônio e os mecanismos compensatórios, que permitem continuar rejeitando GEE sob a condição de investir ao mesmo tempo em projetos de captação e de armazenamento ou em “tecnologias limpas” permitindo “evitar emissões” em outros lugares⁵¹.

Gestão do clima

Enquanto as cimeiras se seguem (e parecem iguais) há mais de vinte anos, as emissões antropogênicas dos GEE continuam aumentando de modo impressionante (elas teriam quase duplicado no decorrer dos quarenta últimos anos, aumentando de 2,2% por ano no período 2000-2010⁵²), e o desregulamento do clima está acelerando. O fracasso patente desses “esforços internacionais” encoraja as ideias loucas dos “aprendizes de feiticeiro do clima”⁵³. A geo-engenharia – o conjunto das técnicas almejando intervir no sistema climático, de modo global ou localizado, buscando diminuir a quantidade de carbônio presente na atmosfera ou agindo diretamente sobre as temperaturas – deixa aos poucos o domínio da ficção científica. Ela já é objeto de um crescente número de patentes, capta os capitais dos bilionários (entre os quais Bill Gates), e até atrai a atenção da Casa Branca e do Pentágono. Não faltam argumentos aos seus partidários. O seu desenvolvimento poderia, como eles afirmam, fazer ganhar tempo para levar serenamente a cabo a transição energética. Sobretudo, seguindo um certo número de cientistas, ela seria a única resposta adequada a uma situação de extrema urgência: não está excluído, com efeito, que o sistema Terra chegue a um “ponto de ruptura” que levaria a um aquecimento brutal e súbito, que tornaria ineficientes as estratégias de adaptação progressiva. Esse argumento foi notadamente avançado pelo químico Paul Crutzen,

um homem de ciência influente e respeitado, o primeiro, com o oceanógrafo Eugene Stoermer, a ter sugerido à comunidade científica a ideia do *Antropoceno*. Em 2000, ele estimava que essa mudança de época confrontava “a comunidade mundial dos pesquisadores e dos engenheiros [...] a uma tarefa apaixonante, mas também difícil e intimidante: guiar a humanidade em direção a uma gestão mundial durável do ambiente”⁵⁴. Em 2006, ele se pronunciou a favor da pesquisa sobre o resfriamento da Terra pela injeção de aerossóis sulfurados na estratosfera (com o objetivo de constituir uma proteção contra os raios do sol diminuindo assim a temperatura), opção que até hoje seduz mais os partidários da geo-engenharia e que assusta também mais os seus oponentes.

Muitas outras “soluções” foram imaginadas por pesquisadores públicos e privados, a começar por toda uma série de técnicas almejando aumentar a capacidade de absorção do carbônio dos oceanos (semeando-os com ferro, corrigindo a sua acidez com cal, calcário triturado ou acelerando a erosão das rochas) ou buscando clarear as nuvens marinhas. Em matéria de geo-engenharia, a imaginação parece sem limites, inspirando propostas tão excêntricas quanto a de repintar os Andes peruvianos de branco para aumentar o seu albedo (poder reflexivo) ou de cortar as florestas boreais para deixar a descoberto a camada de neve.

As principais pistas ditas “sérias” deixam suspensas muitíssimas questões. Numa obra recente, o ensaísta australiano Clive Hamilton examina os seus limites: um grandíssimo número de incógnitas devidas ao desconhecimento dos processos complexos sobre os quais se pretende intervir, uma eficiência duvidosa, custos frequentemente muito elevados e sobretudo a necessidade de criar pesadas infraestruturas devoradoras de energia e outros recursos⁵⁵. Esse “detalhe” não é, evidentemente, sem importância para o assunto que nos ocupa. A maioria dos procedimentos em curso de estudo implicarão “construir uma ampla infraestrutura industrial”⁵⁶ e exigirão, se eles são desenvolvidos em larga escala, quantidades fenomenais de matérias-primas e de energia. Assim, precisa de aproximadamente uma tonelada de ferro (dispersado no oceano Austral para estimular o crescimento de fitoplâncton) para sequestrar apenas 200 toneladas de carbônio, ou seja, 0,000002% das emissões mundiais⁵⁷. Para absorver as emissões mundiais dispersando cal nos oceanos (a fim de corrigir a sua taxa de acidez e restaurar a sua capacidade de absorção), precisaria cavar todo ano – por

exemplo, na planície calcária de Nullarbor na Austrália – uma pedreira de dez quilômetros quadrados e de cem metros de profundidade, da qual seria retirada a matéria-prima necessária à produção da cal, o calcário, que, em seguida, precisaria aquecer a temperatura muito alta⁵⁸. Se, outra solução considerada, se optava por pô calcária em lugar da cal, precisaria, para esperar reduzir a concentração de CO₂ de 30 ppm no horizonte de 2200, dispersar já a partir do ano 2020 nos oceanos do mundo quase que quatro bilhões de toneladas dessa pô por ano⁵⁹. Quanto à quantidade de enxofre que deveria ser pulverizada na estratosfera (sob forma de dióxido de enxofre, de sulfito de hidrogênio ou de ácido sulfúrico) para refletir os 2% de irradiação solar suplementar que entra⁶⁰, Paul Crutzen a estimou a cinco milhões de toneladas anuais⁶¹. Tal programa necessitaria, por outro lado, de uma frota de vários milhares de aeronaves do tamanho de um caça a jato, e de um milhão de voos por ano, de uma duração de quatro horas cada um. E Clive Hamilton observa “que se um programa de dispersão fosse lançado, representando entre 5% e 10% da procura mundial [...], as decisões relativas ao clima do planeta seriam influenciadas pelo lobby dos industriais do enxofre”⁶². Esse último já está ativo em Washington. Por outro lado, como o essencial do enxofre utilizado é um subproduto da produção petrolífera e de gás, é dominado pelas companhias petrolíferas.

As diferentes técnicas de manipulação do clima em larga escala ainda estão na fase da pesquisa. A maioria dos Estados se mostra por enquanto medrosa para com elas. Tocar nos processos vitais, é tomar o risco de provocar perturbações dos quais ninguém é capaz de estimar, nem a natureza exata, nem a amplitude. Em outubro de 2010, durante a décima Conferência das partes da Convenção sobre a diversidade biológica das Nações unidas em Nagoya no Japão, os Estados membros até adotaram um moratório sobre os projetos e as experiências em geo-engenharia, invocando o princípio de precaução. Mas isso não impede que a caixa de Pandora fica entreaberta, o “debate” é lançado, e já existe toda uma rede de atores prontos a defender os seus interesses nesse sentido. Quanto ao GIEC, no seu último relatório, ele menciona a necessidade de uma preparação melhor “aos possíveis riscos climáticos extremos, que podem implicar, em último recurso, o uso de tecnologias oriundas da geo-engenharia”⁶³, embora enumere numerosíssimas reservas para com ela e constate que “apenas um número muito reduzido, mas crescente, de cientistas [a] consideram com seriedade”⁶⁴.

Assim, seja qual for a “solução” considerada pelos gestores designados da “crise” climática, o extrativismo é prometido a um futuro brilhante. A sua desaceleração não é inscrita entre as prioridades dos “decisores”, nem por quanto diz respeito aos hidrocarbonetos. O desenvolvimento industrial das fontes de energia “de baixo carbono” também não assinará o seu fim, e as últimas invenções almejando “consertar o clima” ou tornar o seu desregulamento mais suportável exigem, elas também, a extração de grandes quantidades de matérias: para resfriar a Terra, a geo-engenharia as tiraria das suas entranhas, como todas as outras indústrias.

“As vantagens mercantis” da atenuação do desregulamento climático ainda não são uma evidência para todos. Os lobbies emissores privilegiam o seu interesse imediato, ou seja, o lucro com visão de curto prazo para pagar os seus dividendos aos acionistas, evitando tanto tempo quanto possível uma custosa contestação das suas tecnologias de produção. Todavia, a “crise” ecológica no sentido lato já abriu muitas perspectivas para o mundo dos negócios⁶⁵: as reduções das emissões dos GEE são cotadas em bolsa; se assigna prémios aos “serviços fornecidos pelos ecossistemas”; a biodiversidade subsistente é analisada à lupa, catalogada, patenteada, repartida entre “proprietários intelectuais”; cada limite é usado para renovar os horizontes do lucro. As próprias incertezas climáticas, transformadas em fundos de comércio, servem de base para produtos de seguros e financeiros: os derivados climáticos (*weather derivatives*) permitem apostar nas variações do clima, as “obrigações catástrofe” (*catastrophe bonds* ou *cat bonds*), especular sobre as catástrofes naturais, e estes são apenas os exemplos mais extravagantes⁶⁶. Por fim, não faltam vendedores de indulgências para nos ordenar trocar a nossa eco-cidadania no mercado da virtude verde.

“O desastre de olhos abertos”⁶⁷

Precisa também não sobrestimar o papel mobilizador das previsões catastrofistas quanto ao nosso futuro. Depois de Auschwitz, Hiroshima e Nagasaki, se sabe que a excelência tecno-científica pode se mudar numa potência mortífera monstruosa. Os acidentes de Seveso, de Three Mile Island, de Bhopal e de Chernobyl rapidamente confirmaram quem duvidava ainda que o controle do poder de destruição dos monstros técnicos era ilusório. Já a partir de 1967 e o primeiro grande derrame de petróleo, o do Torrey Canyon, o sangue preto da economia predadora tinha corrido nas praias europeias e marcado os espíritos. Alguns

acreditaram que todos esses traumatismos iam bastar para fazer entender ao “homem moderno” que as maiores ameaças não vinham do exterior (das forças da natureza ou dos outros), mas da sua sociedade – moderna – mesma. Antony Giddens e Ulrich Beck estimaram que essa “nova” tomada de consciência assinava uma mudança de era, a passagem da “sociedade industrial” (ou da “primeira modernidade”, regida pela adesão ao mito do progresso) para a “sociedade [industrial] do risco” (1986), uma “segunda modernidade” (ou modernização), que se tornou “reflexiva”, isto é, que questiona doravante a sua ação e o seu futuro e que se pensa ela mesma como “risco”⁶⁸.

A história nos aprende, contudo, que essa reflexividade não era por nada nova, bem como a fé no progresso nunca foi nem total, nem cega. Em 1855, um advogado nomeado Eugène Huzar já anunciava “o fim do mundo pela ciência”⁶⁹, que advertia contra a incapacidade de uma ciência experimental de “antecipar as consequências longínquas das suas produções”⁷⁰. Huzar imaginava também todos os tipos de cataclismos mais ou menos extravagantes, entre os quais uma catástrofe climática causada pelo dióxido de carbônio produzido pela indústria. Segundo o historiador Jean-Baptiste Fressoz, a quem se deve a redescoberta da obra de Eugène Huzar um século e meio mais tarde, esse último não era um profeta predicando no deserto. Ele formulava os receios do seu tempo. Os riscos tecnológicos da revolução industrial geravam muitas preocupações e suscitavam contestações. Mas a tecnocracia em curso de consolidação soube “produzir [...], para cada ponto estratégico e conflituoso da modernidade, ignorância e/ou conhecimento desinibidor”, “neutralizar o sentido crítico dos acidentes”, “normalizar” os estados de exceção técnica⁷¹. As vozes que já se elevavam para criticar o orgulho e a imprudência do projeto modernista de dominação da natureza por meios técnicos⁷² não bastaram para impedir o seu desenvolvimento. E as múltiplas advertências, que nunca cessaram, não frearam o desenvolvimento das tecnologias prometeicas, nem mesmo, em toda honestidade, permitido limitar os seus riscos.

No século XX também, as advertências foram, no entanto, numerosas. Já, em 1956, Marion King Hubbert, autor da famosa frase “a nossa ignorância não é tão ampla quanto a nossa incapacidade a utilizar o que sabemos”, anunciava a rarefação dos recursos fósseis. Em plena expansão da “revolução verde”, Rachel Carson apontava para, no seu famoso livro de 1962, *Primavera silenciosa*, os perigos dos pesticidas oriundos da química de síntese. Em 1972, o relatório Meadows

anunciava um “colapso” da população e das suas condições de vida daqui a 2100 se o crescimento da produção industrial, as poluições o consumo dos “recursos naturais” e o crescimento demográfico não abrandavam. Por fim, já a partir dos anos 1960-1970, Nicolas Georgescu-Roegen demonstrou que o acréscimo infinito das atividades de produção era fisicamente impossível por conta da quantidade limitada de matéria e de energia. Esses são apenas alguns exemplos entre os mais conhecidos. De fato, há muito tempo alertas são lançados, mecanismos expostos. Porém, a “sociedade industrial” sempre passou por cima. Muitos outros acidentes de grandes impactos (Amoco Cadiz, Exxon Valdez, Erika, Azf, Prestige, Deepwater Horizon, Fukushima *etc.*) vieram se adicionar ao catálogo macabro, sem que a nossa “reflexividade” os tenha impedidos. Longe de levar a sociedade à revolta geral para pôr de joelhos o “sistema”, os limites de degradação ecológica já ultrapassados, pelo contrário, permitiram ao macrossistema tecnoindustrial apresentar-se como imprescindível na gestão dos “riscos” acumulados. A sua legitimidade presente está baseada na convicção amplamente compartilhada que a sua explosão brutal, que assinaria o fim dos diversos dispositivos de controle – como, por exemplo, a vigilância das instalações nucleares – nos exporia a perigos ainda mais extremos. À luz dessas constatações, as sombrias antecipações de Bertrand Méheust soam realmente sensatas:

Segundo toda verossimilhança, optaremos, tanto quanto possível, por uma solução progressiva, na qual amanhã se parecerá o mais possível com ontem. Deixaremos fazer tanto tempo quanto possível (com diversos reajustamentos que resultarão da flutuação das relações de força políticas) a governança supostamente racional. Graças a isso, o Mercado continuará, adaptando-se, a aumentar a sua influência sobre a nossa existência. [...] Sem dúvida, [o sistema] vai em direção à sua saturação, mas na realidade, se trata aqui de um horizonte, e um colapso generalizado tem poucas chances de se produzir num futuro previsível. O mais provável é que assistiremos nos tempos que vêm a uma fuga para a frente mais ou menos controlada, a uma sucessão de crises que não bastarão para derrubar o sistema, mas que lhe fornecerão a oportunidade de perseverar no seu ser de maneira cada vez mais brutal⁷³.

“Postos avançados” do movimento pelo clima?

Considerando “as perturbações do clima” como a “crise mais profunda que suscitou o paradigma extrativista”, Naomi Klein dedica numerosas

páginas do seu último livro ao “movimento anti-extrativista”. Ela o situa até aos postos avançados do movimento climático mundial que espera ver crescer. Contudo, o vimos, o simples fato de buscar “atenuar” o aquecimento da atmosfera não basta para questionar o extrativismo. Ele poderia até, na prática, servir para caucionar o seu prosseguimento.

O movimento para “mudar o sistema, não o clima” deve, portanto, começar por levar a sério o “anti-extrativismo” não colocando as emissões dos GEE acima de todas as outras formas de destruição da natureza e da vida produzidas pelo sistema que ele combate. Sem dúvida, muitos militantes “climáticos” se opõem resolutamente às “falsas soluções” tecno-mercantis e notadamente à manipulação do clima. Mas eles não deixam de ser marcados pelo imperativo prioritário de limitação das emissões-carbônio que se tornou o principal critério de avaliação do caráter “ecológico” de uma tecnologia ou de uma prática. Essa maneira de colocar o problema beneficia de tal difusão que até os grupos mais inclusivos do movimento “climático”, que trabalham à “descarbonização” concreta dos modos de vida, fazem expressamente dela a base das suas estratégias⁷⁴.

Quanto ao papel desempenhado pelo “anti-extrativismo” em matéria de luta climática, parece importante precisar, antes de mais, que aquelas e aqueles que participam das suas lutas – ou, se deveria dizer mais prudentemente, das lutas contra projetos extrativistas concretos – defendem em primeiro lugar os seus lugares de vida contra as agressões das indústrias extrativas. Eles têm as suas próprias prioridades, e a urgência dos seus combates locais não lhes deixa frequentemente muito tempo de participar dos encontros e convergências em torno de desafios mais globais. Além disso, todos os “movimentos” que a literatura militante começa a qualificar de anti-extrativistas (sem que estes se designem sempre assim) não formulam necessariamente reivindicações relativas ao clima, e poucos entre eles fazem da causa climática a sua principal razão de ser. Apesar disso, eles contribuem efetivamente, de vários modos, à luta contra as perturbações do clima mundial.

Os grupos que resistem aos projetos de extração e de transporte dos hidrocarbonetos, setor mais citado por Naomi Klein (a tal ponto que um leitor pouco atento arriscaria concluir que o extrativismo se reduz a isso), vão diretamente atrás dos combustíveis fósseis que aquecem a atmosfera. A rede de associações *Oilwatch*, que, por seu lado, se identifica formalmente à luta climática, defende aliás expressamente a ideia de deixar os hidrocarbonetos no solo para evitar as emissões

futuras e apoia os movimentos locais que trabalham nesse sentido⁷⁵. Mas as indústrias do petróleo, do gás ou do carvão não são as únicas atividades extrativas que contribuem aos desregulamentos ecológicos planetários. De modo geral, sem energia e sem matérias-primas, notadamente sem metais, nenhuma das indústrias mais emissoras de GEE poderia funcionar, nenhuma das atividades mais perturbadoras dos processos vitais poderia se manter. Mesmo se cada projeto impedido tende de renascer sob outros céus, as lutas concretas são tantos entraves colocados na megamáquina extrativa que alimenta as indústrias poluentes e muda o clima.

Por fim, os ecossistemas não funcionam em circuito fechado e as perturbações produzidas em determinado lugar têm frequentemente repercussões de ordem global. O degelo dos glaciares e do gelo permanente provocado pelos projetos minerais, a deflorestação maciça devida ao avanço da agroindústria sob todas as suas formas, a inundação de imensas superfícies de floresta, de terras agrícolas e de pastos para encher os tanques das grandes barragens, e tantos outros fatos e gestos dos extrativistas têm múltiplos impactos “climáticos” locais (secagem de cursos de água, desertificação, perturbação das correntes marinhas, emissões de metano por conta da decomposição da matéria orgânica *etc.*). Todos esses impactos participam, a níveis que precisaria estudar em profundidade, dos desregulamentos globais.

Sair da gestão

As guerras, os “choques” (petrolíferos), os “picos”, o espectro do esgotamento das reservas, em breve, o medo da falta, aqui está o que, hoje, leva de vez em quando as matérias-primas e a “necessidade” de extrai-las no primeiro plano midiático e político. O caráter estratégico de tal ou tal matéria (petróleo, terras raras, ...) sai na primeira página das grandes mídias, os políticos e os industriais se preocupam pelos riscos para a economia, os gestores nacionais e internacionais dissertam sobre as boas estratégias a adotar para superar as suas consequências. Ocasionalmente, eles recorrem à política do oximoro, deixando acreditar que o crescimento pode ser “desmaterializado”. Eles consideram substituir um outro recurso, menos crítico, a tal recurso ameaçado (o que assim apenas desloca com isso a pressão extrativa). Eles se esforçam sobretudo por reforçar as estratégias de controle (dos territórios, dos jazigos...) para garantir a “segurança dos abastecimentos”. Os extratores ajustam então os referenciais, reavaliam as reservas exploráveis e as

chances de lucro ligadas ao horizonte das penúrias. O vimos, as “reservas” da maioria dos “recursos naturais” não renováveis são, até um certo ponto ainda não alcançado, função da rentabilidade da extração⁷⁶: mesmo se o “pico de tudo”⁷⁷ se aproxima, ainda terá longos declives para descer antes de chegar ao ponto zero. Mas, antes que a última gota de petróleo, o último grama de ouro, a última tonelada de cobre sejam extraídos dos subsolos, que o último hectare de terra arável se seja tornado estéril, quantas vidas serão destruídas, quantos territórios serão devastados? Pois os impactos sociais e ambientais da extração se agravam à medida que a qualidade e a disponibilidade dos “recursos” diminuem, forçando a recorrer a tecnologias mais intrusivas e mais poluentes. Como o fazem judiciosamente notar Marta Conde e Mariana Walter pesquisadoras no Instituto das ciências e tecnologias ambientais da Universidade autônoma de Barcelona, a verdadeira questão que devemos nos fazer hoje “não é mais saber se sobram recursos disponíveis, mas antes quais serão os custos sociais e ambientais se a sua extração prosseguir”⁷⁸.

Fundos marinhos e florestas devastados pela extração de hidrocarbonetos, montanhas desaparecidas, lagos e rios drenados para extrair metais, manguezais destruídos pela indústria do camarão, ar tóxico dos campos de eucalipto, de pinhos ou de soja, vilarejos decimados pelo câncer ou que sofrem da sede, lagos de antibióticos e de excrementos dos chiqueiros industriais, cisnes que caem do céu, mortos de inanição porque as rejeições de uma fábrica de papel fizeram desaparecer a alga que lhes servia de alimento⁷⁹: inúmeras destruições acompanham a produção dos objetos e dos “serviços” do cotidiano. O “progresso” passa pelo consumo de um número incalculável de matérias: o alumínio da lata de cerveja, de refrigerante ou de água mineral, as terras raras das telas dos computadores, os hidrocarbonetos do plástico que embala tudo, o urânio ou os milhares de hectares de terras aráveis e de florestas inundados para produzir eletricidade, o zinco da pasta de dentes, o tântalo dos telefones celulares, o lítio das baterias das câmeras utilizadas para realizar o último *blockbuster* de Hollywood e as monoculturas químicas de árvores que forneceram o papel dos cartazes que fazem a sua publicidade... No caleidoscópio das imagens-choque das catástrofes concretas já em curso, os fototipos das destruições produzidas pelo extrativismo convivem com os do urso branco preso na banquisa derretendo, os das Maldivas afundando no oceano ou das crianças errando nos imensos lixões de resíduos eletrônicos. Os atingidos de catástrofes naturais cada vez mais violentas

e frequentes compartilham o desespero de milhares de pessoas que a exploração do petróleo mata dolorosamente. E o desamparo dos refugiados climáticos que fogem os atoles da Oceânia é tão grande quanto a, por exemplo, dos indígenas do Noroeste argentino obrigados a abandonar os seus lugares de vida nos salários cobiçados pelo seu lítio, essencial para as baterias dos nossos carros supostamente “limpos”.

O utilitarismo nos leva a acreditar que tudo o que existe (inclusive o ser humano) pode ser explorado como “recurso”, que o objetivo (lucro, conforto, segurança, desenvolvimento, progresso... ou luta contra a mudança climática) justifica os meios utilizados, que a importância dos benefícios esperados (no melhor dos casos, ponderada com os custos) basta para decidir se uma atividade deve ser desejada ou aceita. O traço comum dos projetos denunciados como extrativistas é produzir devastações ecológicas e humanas inaceitáveis, sejam quais forem, justamente, esses benefícios. A oposição ao extrativismo, ela, não tem de procurar justificações em termos de cálculo custos/benefícios. Ela visa o caráter intrinsecamente repugnante de um sistema homicídio e ecocídio, que continuaria a provocar devastações mesmo se mudasse de combustível. Se esse sistema é para ser combatido, não é porque não seria “viável” ou porque seria “incerto” para o nosso conforto e a nossa segurança. É porque ele é inaceitável e revoltante em si. As destruições que ele impõe não podem ser negociadas ou geridas como um bom pai de família o faria. Precisa impedir que elas se produzam, e é o que já fazem os que resistem ao avanço das fronteiras extrativas.

Precisa, para ampliar o ângulo de visão sobre a catástrofe ecológica, medir a amplitude de todas as destruições produzidas dia após dia pelas fileiras extrativas para alimentar a ordem industrial, produtivista e consumista em matérias de todos os tipos (e não apenas em hidrocarbonetos, embora eles ocupem hoje nessa ordem um papel de primeiro plano). As lutas contra o extrativismo e contra todas as outras formas de artificialização e de destruição do vivo nos fazem abrir os olhos sobre o que já está acontecendo, muito a montante da avalanche das catástrofes ecológicas globais e muito antes que se tenha esvaziado o planeta das suas riquezas úteis para as nossas indústrias. Em todo lugar onde é economicamente e tecnicamente possível, se multiplicam as “zonas de sacrifício” dedicadas à extração de matérias-primas ou de vetores de energia. Em paralelo, crescem e se estendem também, presos pelo concreto, as áreas de trânsito dessas matérias-primas e dos produtos aos quais essas matérias dão corpo, as áreas industriais onde esses produtos são fabricados, as áreas comerciais onde são vendidos, as

áreas residenciais, reservatórios de força de trabalho e de consumo, as áreas de divertimento (as suas saídas sanitárias), as áreas-lixo onde se amontoam os resíduos na velocidade do crescimento do que é consumido e, para terminar, as “áreas proibidas”, de Chernobyl a Fukushima, das praias submersas pelo petróleo às antigas minas apagadas dos mapas oficiais, onde a natureza mutilada se regenera, longe do mundo do homem moderno. Os territórios habitados – *espaços para ser* – que ainda subsistem entre essas áreas, se reduzem como gotinhas de orvalho: o recrutamento utilitário do espaço já está tornando a Terra inabitável.

Crítica ancorada em situações concretas

Mesmo se a mobilização para o clima cresce e se reforça, mesmo se alguns movimentos se inscrevem na duração construindo modos de vida “descarbonizados”, a massa crítica esperada para poder “mudar o sistema” ainda está longe de ser alcançada, e a ameaça da catástrofe global não produz, pelo menos ainda não, efeito eletrochoque na sociedade. Os discursos oficiais e mediáticos contribuem a despolitizar o problema, fazendo sofrer à “questão ambiental”, segundo as palavras de Frédéric Dufoing, “uma espécie de refinação que a reduz a alguns desafios oportunos, que se podem avaliar e espetaculares (o CO₂, a camada de ozônio) e uma separação, uma isolação dos outros desafios de sociedade”⁸⁰. O dispositivo oficial da gestão de crise consegue monopolizar – graças notadamente à regularidade das suas cimeiras internacionais – as agendas das organizações ambientalistas da sociedade civil, que dedicam boa parte das suas forças a pressionar aqueles que seguram as alavancas das emissões (e, portanto, das curvas de temperatura), a denunciar o seu laxismo ou as suas “falsas soluções”. Enquanto isso, o caráter global, imenso e “técnico” da ameaça tende paralisar a grande maioria dos profanos que se pensam desprovidos frente a similares desafios. Por isso, quando não é descrita como uma conspiração, a catástrofe ecológica aparece a muitas pessoas como um problema abstrato, para o qual as soluções devem ser procuradas por aqueles que sabem, que entendem, que têm o tempo e os meios de “se investir”. Pois, afinal de contas, à escala das existências individuais, o aquecimento climático, a extinção das espécies, a subida dos oceanos, o derretimento dos gelos e todos os outros desastres que são agrupados sob a tranquilizante apelação de “crise ecológica” parecem frequentemente muito distantes da experiência quando esta não se

encontra diretamente perturbada por ela. Assim, Bertrand Méheust resume:

Para travar a dominação planetária do neoliberalismo e do produtivismo, precisaria que essa ameaça seja percebida como pondo em risco, aqui e agora, a nossa experiência mesma. Ora, parece impossível estabelecer uma equivalência sustentável entre um perigo imediato que compromete um diagnóstico coletivo vital e uma ameaça virtualmente colossal, mas em parte ainda difusa e diferida [... que não consegue] ganhar corpo⁸¹.

Enquanto sociedade como um todo, “nós” ainda estamos muito longe de ser todos convencidos que precisa “mudar o sistema, não o clima”, e certamente mais longe ainda de estar prontos, para isso, a colocar sob julgamento a essência e os motores da modernidade: o progresso, o poder da ciência enquanto instância de verdade, o fascínio pela tecnologia e os seus aparelhos, a artificialização percebida como um horizonte natural, a liberdade como propriedade de si mesmo e como recusa de todo apego, o domínio do mercado e dos seus princípios fundamentais de interesse e de concorrência. Fora de alguns círculos de “iniciados”, na vida de todos os dias de uma grande maioria das pessoas, tais questões simplesmente não se colocam. Muitas outras preocupações ocupam o cotidiano: levar as suas crianças à escola ou para as férias, pagar exames médicos, consertar o telhado da sua casa antes da época das chuvas, não perder as suas poupanças na tempestade financeira, conservar o seu emprego apesar do colapso econômico, obter uma promoção, confiar ou não no seu banqueiro, trocar de carro, cuidar do seu perfil no *Facebook*, substituir a sua antiga televisão por uma tela de plasma gigante, sair do trabalho suficientemente cedo para ir ao cinema, ou, simplesmente, pagar o seu aluguel no final do mês, encontrar comida, bebida ou o que precisa para se aquecer...

Os que combatem o extrativismo – ou antes, para começar, projetos extrativistas concretos – não se revoltam, no início, nem contra a catástrofe ecológica global, nem contra o sistema que a produz: eles buscam primeiramente combater as ameaças locais que, justamente, lhes parecem “pôr em risco, a sua existência mesma”, nas suas múltiplas dimensões. Se na maioria do tempo a crítica do “sistema” não precede o seu envolvimento, frequentemente, ela se constrói nele, aos poucos, no decurso dos processos de resistência coletiva e a partir de problemáticas concretas. Ela é obra de pessoas oriundas de horizontes sociais e

políticos muito diversos, entre as quais se encontram, sem dúvida, também intelectuais e militantes ecologistas e/ou anticapitalistas aguerridos, mas antes de tudo uma grande maioria de moradores das futuras áreas de extração que descobrem muitas vezes tudo do inimigo que eles encaram. Opondo-se a um projeto destruidor, eles estabelecem rapidamente laços com outros oponentes a projetos similares, e são assim quase sempre levados a questionar o conjunto de um setor de extração. Interagindo com outros movimentos que enfrentam os mesmos problemas enquanto eles lutam contra indústrias extrativas diversas, por solidariedade e porque, de um encontro ao outro, eles aprendem, segundo a linda expressão de de uma militante, a “se conhecer e se reconhecer”, eles chegam frequentemente a denunciar todas as práticas predadoras movidas por uma única e mesma lógica.

Assim, em determinadas lutas, o posicionamento “não a esse projeto” dos primeiros tempos cede o lugar ao posicionamento “nem aqui, nem em outro lugar”. O “não” ao extrativismo a um projeto extrativista particular se muda num “Não ao extrativismo” em geral, que alguns já completam com um “Não ao seu mundo”. Claro, tal caminho leva às vezes tempo, e não é acompanhado por todos. Todavia, mesmo quando um grupo de resistência não ultrapassa o quadro particular da sua ação, quando não rejeita o extrativismo no seu conjunto e não adota abertamente uma posição antissistema, as suas lutas concretas o levam a descobrir o peso dos postulados, dos valores e das normas de conduta do sistema que o extrativismo contribui a manter. Elas forçam a tomar posição mediante ações e decisões mais rapidamente do que pela elaboração de análises construídas. Elas obrigam a desvendar a multiplicidade dos fios emaranhados que tecem as situações das quais eles são vítimas. Elas os conduzem a fazer escolhas, concretos e difíceis, a recusar empregos, financiamentos ou programas de desenvolvimento, a demonstrar que um outro futuro é possível para os territórios cobiçados e que esse deve ser decidido no lugar em vez de ser imposto desde os centros do poder. Há quem opta pela insubmissão ou pela deserção. Outros, ao contrário, assumem com a maior lealdade papéis que estimam essenciais e justos. Homens da lei, promotores ou advogados, defendem causas perdidas às vezes à custa da sua carreira, e não hesitam a afirmar que a pressão popular é imprescindível para obrigar a justiça a fazer o seu trabalho⁸². Existem eleitos locais, vestindo ostensivamente o seu lenço ou o seu distintivo de eleitos, tomam a frente dos cortejos de protestação ou constroem com os outros protestantes acampamentos improvisados e barricadas. Se encontra

também nessas lutas homens da igreja que predicam a desobediência⁸³, jornalistas que conscientemente ignoram a injunção de neutralidade própria da sua profissão, porque eles entendem que essa serve sobretudo os que favorece o desequilíbrio das forças, cientistas ou artistas que colocam deliberadamente o seu saber ou a sua arte ao serviço dos movimentos, ou ainda camponeses que alimentam gratuitamente os ocupantes ilegais. As cadeias de solidariedade que se formam em torno das lutas territorializadas embarcam assim um grande número de pessoas “externas” e as transformam por sua vez. As situações que levam a se confrontar concretamente à injustiça proporcionam muitos “pontos de apoio” para desapertar o ferrolho do conformismo social, a interiorização das restrições que garante a perpetuação do sistema.

As pseudo-consultas, quando não é a ausência total de consulta ou de informação, destroem a confiança no papel protetor do Estado, e incitam a reivindicar a autonomia das decisões. Às vezes, como é o caso nos países latino-americanos dirigidos pelos governos ditos progressistas, esse percurso é doloroso: ele marginaliza as pessoas que o seguem, os expõe às acusações de parasitismo, de egoísmo ou até de atuação contrarrevolucionária, em contextos nos quais as riquezas do país são supostas satisfazer exigências tão predominantes e legítimas como a luta contra a pobreza, o acesso à educação, aos serviços de base, aos programas sociais, aos empregos⁸⁴. Contudo, entre aqueles que se olha como “pobres”, muitos se opõem às lógicas de mudança social que passam pelo extrativismo. Mesmo se a ausência de repercussões locais dos lucros gerados por esse é frequentemente denunciada, uma redistribuição mais justa da renda extrativa não poderia, aos seus olhos, tornar mais aceitáveis os estragos do extrativismo e a mercantilização da vida que ele implica.

No decurso dessas lutas emerge, no Sul como no Norte, a ideia forte de que nenhuma promessa, nenhum objetivo podem justificar a perda do que o extrativismo ameaça, monopoliza ou destrói: a água, a terra, as montanhas e os campos, as florestas e os rios, os meios de subsistência e a saúde, mas também a cultura de cada lugar, os seus mitos e a sua memória, as suas formas particulares de sociabilidade, os sonhos e os projetos dos que os habitam. Não somente o ambiente, portanto, mas todo o que diz respeito ao coletivo e ao íntimo, ao sentido mesmo da vida, e cuja desapareição seria inconcebível. É assim posto em dúvida o que é, por outro lado, comumente admitido como desejável, sem que seja preciso ter lido a mínima obra tratando de reflexividade ambiental

ou dos estragos da modernidade. Para esse Wayuu venezuelano cuja comunidade defende o seu lindo rio cristalino com veias de carvão aparentes contra a extração realizada em nome do desenvolvimento nacional, o desenvolvimento é “uma monstruosidade, pois ele não tem fim”⁸⁵. Atrás da noção de “desenvolvimento”, que é um estado transitório, há a ideia que viver não seria suficiente, explica, por seu lado, um Nasa da Colômbia: “para nós, não há desenvolvimento, há vida”⁸⁶. Essa crítica ou essa recusa, alguns os formulam, outros se contentam com vivê-los. Outros ainda opõem a sua própria concepção do desenvolvimento (local, agrícola, respeitoso da vida, auto-determinado...) à que lhes é imposta⁸⁷. Na maioria das vezes, a sua definição da pobreza difere também sensivelmente daquela em nome da qual se justifica o desenvolvimento extrativista. As pessoas que nos dizem pobres, explicam os camponeses-*ronderos* de Ayabaca, no Peru, “não vêm as nossas riquezas, eles contam dinheiro”⁸⁸.

“Comemos queijo, não xisto”, clamam as faixas e os cartazes dos antigases de xisto franceses. Na Austrália, os Aborígenes interrogam: “Temos sol, vento e habitantes. Por que poluir o nosso ambiente por dinheiro?” Para essa moradora, que vive desde sempre em Saint-Felix, um desses vilarejos-oásis do vale chileno de Huasco que o gigantesco projeto mineral Pascua-Lama quase transformou em deserto, o que importa acima de tudo e pelo que ela combate, é “a tranquilidade, a beleza dessas montanhas, [é] se dar bem entre vizinhos, cultivar as nossas terras, que as nossas crianças possam tomar um banho no rio, comer alimentos saudáveis..., são coisas simples, a nossa vida é simples, mas é o que nos importa mais”⁸⁹.

Melhor do que os discursos moralizadores, muito cedo percebidos como liberticidas, os processos de resistência levam progressivamente as pessoas que participam deles a pôr em questão ao nível ético os modos de vida associados ao ideal materialista que, por sua vez, cessa de ser desejável. Perante a importância do que é perdido ou é ameaçado, “a infinidade dos artifícios” feitos de matérias-primas e de energia, que o discurso publicitário e a obsolescência programada levam a substituir continuamente, se limita a reforçar o sentido do absurdo. Se chega a questionar os seus próprios hábitos de consumo, a imaginar como passar sem tal ou tal matéria-prima. A resposta, evidentemente, não é simples. Se a questão parece óbvia para o ouro, ela o é menos para outras matérias-primas. O que fazer, para só tomar esse exemplo, no caso do petróleo? Precisa, de qualquer forma, de vez em quando tomar

o ônibus ou o carro, nem que seja para participar das reuniões públicas, das assembleias ou das manifestações! Todas as contradições não podem ser resolvidas num estalar de dedos, sobretudo quando a urgência da ação obriga a aceitar essa complexidade sem se deixar paralisar por ela. São processos longos, mas que levam em caminhos onde não se pensava necessariamente aventurar-se começando a luta.

As resistências, como o vimos no capítulo precedente, são também experiências de construção no decurso das quais a busca por soluções concretas para problemas concretos restaura a capacidade autônoma de fazer, de agir, de aprender. Emergem dessas situações relações não utilitárias com a natureza, com os lugares, com os outros. Se reencontra também nessas circunstâncias o sentido do coletivo e do comum. Que elas preexistam às lutas ou sejam construídas por e dentro de essas, as visões da vida que se desenham nelas não se identificam com o paradigma dominante. O utilitarismo, a injunção a sempre “avançar”, a reivindicação do “sempre mais, sempre melhor, sempre mais controle sobre o mundo” não constituem o seu eixo. De modo mais experimental que teórico, um novo ideal de justiça toma forma nelas. Esse ideal se baseia na recusa de acreditar que a justiça social possa ser conquistada sacrificando os meios naturais e as culturas humanas. Se trata com ele de acesso equitativo aos “bens naturais” e de preservação das condições materiais da existência das sociedades humanas como dos ecossistemas das quais essas fazem parte. Se trata com ele também de preservação do que, para cada grupo humano, dá um sentido à sua existência: a sua ética, a sua história, a sua espiritualidade, o seu modo de vida, de organização e de pensamento, que são frequentemente ligados aos territórios que os forjam. Esse ideal é, portanto, também o da diversidade, de um mundo onde as diferenças são percebidas como constitutivas da riqueza da vida.

Os laços que se tecem com outras lutas levam a descobrir outras visões do mundo, antigas ou novas, tirando nas tradições ou operando formas de sincretismos que abrem novos horizontes. Na América Latina, muitos reatam com uma significação do *buen vivir* não pervertida pelos aparelhos políticos: uma vida “em plenitude”, em harmonia, em comunidade, em reciprocidade e em complementaridade⁹⁰. Esse *buen vivir*, declinado diversamente segundo as particularidades dos territórios, tece a trama das práticas – novas ou preexistentes – de vida à escala local. Segundo um antigo dirigente da comunidade kichwa de Sarayakú, no Equador, “viver bem é ter um rio limpo, uma floresta sã, o

tempo necessário para estar com as nossas famílias, a nossa própria educação, o respeito dos lugares sagrados e da natureza da qual fazemos parte”⁹¹. Um representante das comunidades afrodescendentes do Pacífico colombiano o evoca em termos um pouco diferentes:

*Gostaríamos de ser capazes de ter limites. Esse equilíbrio entre o que queríamos ser e o que a natureza pode nos oferecer, o chamamos de “bem viver local”. Local, porque no global se perdem as particularidades, a cultura [...], as nossas próprias coisas, o nosso próprio sistema*⁹².

O “bem viver” é também, às vezes, definido, particularmente no Ocidente, como o contrário do “viver melhor” da competição e fuga para frente produtivista e extrativista.

Defender espaços para ser

No quadro das lutas sociais e concretas, a mudança não é sempre uma perspectiva abstrata ou remota. Ela intervém quando a pressão da “base” convence um eleito de proibir um projeto destruidor. Ela se ouve no barulho da rua que obriga a fazer evoluir as normas legais. Ela se manifesta onde a ocupação de uma estrada ou de um sítio ameaçado obriga uma empresa a recuar.

Ela é sensível quando uma mensagem de alerta acaba alcançando a “opinião pública” enquanto a torrente mediática se esforçava a fazê-la olhar para outro lugar. Cada vitória, cada avanço concreto e tangível na luta contra um projeto, cada experiência nova da vida em comum é um começo de mudança.

Contudo, é certo que sem uma mudança global, nenhum dos territórios ricos de “recursos naturais” estará definitivamente ao abrigo. A extensão do produtivismo capitalista depende visceralmente da extração em quantidade crescente de um número crescente de matérias-primas. A escravização dos territórios para obter essas matérias, bem como todas as outras formas de integração forçada de territórios nas múltiplas cadeias de produção e de consumo das mercadorias, lhe são absolutamente essenciais. É certo que enquanto esse sistema perdurará, as pequenas mudanças, individuais e coletivas, as construções de alternativas oriundas das resistências permanecerão ameaçadas. Se deve, por isso, deduzir que os que lutam contraprojetos extrativistas no terreno fariam melhor unir as suas forças para combater o sistema global, o coração da hidra e não cada uma das suas cabeças, uma por uma, das quais se sabe que elas nunca demoram para voltar a crescer?

Eu penso que não. A hidra não tem coração. O “sistema” não é contido nas normas e nas leis que ele contribui a produzir, ele também não se resume aos interesses dos ricos e dos poderosos na sua reprodução, ele não se baseia completamente na nossa dependência para com os artifícios que fabrica e que nos aprisionam. Ele possui traços de tudo isso, e também de uma relação predadora com o mundo interiorizada hoje por uma ampla maioria de Terráqueos. Contanto que se aceitará a ideia da exploração maciça e destruidora da natureza e da sua necessidade, nenhum combatente das injustiças e das falsidades desse mundo poderá “evaporar os monstros” e livrar a Terra da ganância dos petroleiros e outros extrativistas prendendo-os num porão sem saída^{XXV}. E não há nenhum Palácio de inverno desde o qual o “paradigma da harmonia com a natureza e o respeito à vida” poderia ser instaurado.

Uma luta local para que um lugar de vida permaneça habitável e habitado pode parecer derrisório frente às ameaças globais que pesam no planeta. Mas, ao mesmo tempo, no quadro de tal luta, as lógicas responsáveis da catástrofe global podem ser identificadas e enfrentadas concretamente. Para retomar a ideia de Miguel Benasayag e Angélique Del Rey, o “conflito entre o orgânico (biológico, ecológico, cultural) e as tendências artificializantes técnico-econômicas”⁹³, que define a nossa época, se desenrola em cada território defendido. O fato de conseguir libertar um território, mesmo se de maneira temporária, das lógicas da uniformização, “da predação e da morte”⁹⁴, cria “novas possibilidades de emancipação e de vida, [...] uma jurisprudência no sentido em que isso se torna praticável”⁹⁵. Apesar de todas as incertezas e de todas as violências que a cercam, cada resistência contribui à emergência, à consolidação e à difusão de imaginários de outros possíveis. Nessa perspectiva, as lutas locais para defender *espaços para ser* são ao mesmo tempo uma condição imprescindível para uma mudança de paradigma e uma condição da preservação da vida.

XXV - Alusões à peça de teatro de Jean Giraudoux, *La Folle de Chaillot*, escrita durante a ocupação nazista da França e apresentada ao público em 1945. (NdT)

Epílogo

Um vocábulo comum

Em agosto de 2013, durante a apresentação ao público do primeiro bife de boi cultivado em laboratório a partir de células-tronco, Mark Post, o responsável da equipe dos pesquisadores que tinham conduzido a experiência, estimava ter encontrado “uma solução a [um] dos problemas maiores que encontra o nosso planeta”¹. Ao contrário das vacas, “muito ineficazes” segundo esse professor, a carne de laboratório (que tem como principal inconveniente de custar caro, ou seja, 250.000 euros - 1.112.500 reais por um bife de 142 gramas por enquanto) evitaria os sofrimentos animais e as emissões de metano, e isso, sem impacto no solo, utilizando 90% de água e 70% de energia a menos! Talvez, aqui esteja uma ocasião para a ciência dar errado à famosa profecia dos Cris, povo ameríndio da América do Norte, segundo a qual “quando a última árvore tiver sido derrubada, o último rio envenenado e o último peixe pescado, o homem se dará conta de que o dinheiro não se come”. Tal parece, pelo menos, a perspectiva desenhada aqui: os que terão dinheiro suficiente saberão convertê-lo em substitutos alimentares e outros artifícios capazes de manter a sua existência fisiológica – mesmo se essa deve ser parecida com a vida como um comprimido de vitamina C é parecido com um limão –, enquanto a maioria dos habitantes do planeta não terá com muita probabilidade acesso a isso.

No momento em que a catástrofe ecológica serve como pretexto para a extensão da esfera do mercado, longe das lâmpadas fluorescentes dos laboratórios e dos orçamentos bilionários, longe dos grandes encontros e dos gestores de crise, um grandíssimo número de pessoas se esforça de parar os que derrubam as árvores, trituram as montanhas e envenenam os rios hoje. Uma multidão de pessoas simples, trabalham para uma Terra habitável defendendo os territórios onde vivem. Quando tudo é feito para reduzi-los à impotência, eles buscam impedir que se transforme o seu habita em fonte de lucro, que se esvazie ele da sua

substância, que se mobilize ele em nome de uma lógica que não conhece, por outro lado, nenhuma fronteira: geográfica, tecnológica, ética... Essa lógica segue caminhos diversos, desde a extração propriamente dita e cada vez mais desenfreada dos hidrocarbonetos e dos minérios, até todas as formas de retiradas na natureza cujos ritmos e os volumes ameaçam até os “recursos” ditos “renováveis” de não ser mais renovados: a agricultura industrial e as monoculturas florestais que despojam os solos dos seus nutrientes, os expõem à erosão e os destroem; a pesca intensiva que esvazia os oceanos; a aquicultura que consome os manguezais; as grandes barragens hidroelétricas que, para “extrair” energia, privam de água ou, ao contrário, inundam terras férteis e aniquilam a biodiversidade; a indústria das bebidas que pilha os lençóis freáticos e monopoliza as fontes de água *etc.* Essas diversas predações receberam, durante o último decênio, um nome *comum*: “extrativismo”, cuja definição mais curta e mais genérica seria *a intensificação da exploração industrial da natureza, sob todas as suas formas.*

Ao longo dessas páginas, tentei descrever o contexto da agravação desse fenômeno, os motores que o levam para frente, a sua força de destruição e as preocupações dos que o combatem. Também busquei refazer o percurso dos usos da palavra “extrativismo” através do tempo, analisando as implicações de cada um. Ao termo desse percurso, várias perspectivas se desenham para ampliar essa definição curta. Retomemo-las brevemente.

Primeiramente, nomear o extrativismo, é denunciar uma obsessão. Na América Latina, região onde, no final dos anos 2000, o uso crítico da palavra surgiu, esse visava notadamente a obstinação dos governos de todos as tendências políticas a tirar o maior lucro possível das “vantagens comparativas” dos seus países no mercado mundial, isto é, a desenvolver ou a favorecer as atividades extrativas a fim de aumentar as exportações dos bens primários cujos preços ficaram elevados durante mais de um decênio. A intensificação dessas atividades apenas reforçou a especialização “primo-exportadora” das economias regionais, perpetuando o modelo econômico deixado em herança pelos colonizadores europeus. Hoje, como ontem, a exploração da abundante natureza latino-americana continua, portanto, esvaziando a região das suas riquezas. Por uma renda efêmera determinada pelo nível das cotações mundiais, ela provoca danos ecológicos e humanos cada vez mais importantes, submetendo duravelmente os territórios e as

populações às vicissitudes do mercado das matérias-primas e aos ciclos dos “produtos-reis”.

É esse sentido que, seguindo Eduardo Gudynas, possui geralmente o termo “extrativismo” nos discursos e nas publicações críticas na América Latina. Lá, ele designa a extração maciça ou “intensa” dos “recursos naturais” essencialmente destinados à exportação sob forma de matérias-primas não transformadas. Notemos, no entanto, que a mesma palavra remete, mais particularmente no Norte do Brasil, à colheita para fins comerciais de “produtos” vegetais ou animais não cultivados, atividade de baixo impacto para o meio e hoje reivindicada como um direito pelas populações que a praticam. Essa aceção não deixa de ser tributária de uma mesma herança: a exploração da borracha amazônica que lhe deu à luz era ditada pela procura exterior ao mesmo título que a exploração das minas de Potosí.

Criticar o extrativismo na América Latina e mais geralmente nos países do Sul, é também, com Maristella Svampa e outros, denunciar o discurso desenvolvimentista que serviu e continua servindo os poderes instalados a justificar projetos destruidores aos olhos das populações. Os governos ditos progressistas (a propósito dos quais se fala de *neo-extrativismo*) apostam nas políticas sociais que a renda extrativa deve consentir financiar, os neoliberais, nas consequências positivas do dinamismo econômico das indústrias extrativas; mas tanto uns como outros impõem aos moradores dos sítios de extração incalculáveis sacrifícios, que lhes apresentam como “um mal necessário” que deve levar ao “desenvolvimento”. Assim, descrito como uma etapa, como uma fase transitória, o extrativismo se inscreve, no entanto, no tempo. Apresentado como ditado por uma conjuntura – favorável – específica, ele aparece na verdade como uma constante histórica. E mesmo se, beneficiando-se de uma melhoria dos preços mundiais, os indicadores sociais podem efetivamente orientar-se em sentido ascendente ao nível nacional, se pode afirmar que o extrativismo traz o desenvolvimento nos territórios dos quais se explora as riquezas apenas na condição de considerar que as poluições, os desastres sanitários, a destruturação do tecido social e a uniformização cultural têm uma relação com a noção de avanço social. A menos que a lógica sacrificial seja simplesmente inerente ao fenômeno real do “desenvolvimento”, que se poderia então descrever, de modo iconoclasta, como um conjunto de mudanças conduzidas num país em vista de uma produção e de um consumo crescentes de mercadorias a nível mundial.

Durante os anos 2000 e o início do decênio 2010, essa produção e esse consumo crescentes (mais de dois bilhões de telefones “inteligentes” vendidos no mundo), a procura aumentada de matérias e de energia por parte dos países emergentes (China no topo) e a especulação financeira se traduziram por uma escalada dos preços de quase todas as matérias-primas. Esse “superciclo” – que parece se inverter há três anos (por conta, entre outros, do abrandamento do crescimento chinês) –, primeiro, atraiu em massa as empresas extrativas, oriundas, na maioria dos casos, dos países do Norte, nas regiões do Sul mais ricas em “recursos naturais” (América Latina, África, Ásia), onde elas encontravam as melhores condições (fiscais, regulamentares, políticas *etc.*) para realizar as suas atividades. Depois, por sua vez, as grandes empresas minerais, petrolíferas e agroindustriais dos países emergentes do Sul, começando pelos famosos BRICS, também se tornaram motoras do avanço das fronteiras extrativas nos seus próprios territórios e em países terceiros. Por fim, a exploração maciça da natureza também se intensificou nos países ocidentais. Entre prospeção dos hidrocarbonetos ditos não-convencionais e novos projetos minerais, a década em curso foi notadamente marcada por um interesse renovado das indústrias extrativas pelos subsolos da Europa.

As ameaças se generalizando, o termo “extrativismo” viajou até o centro das antigas potências coloniais. Utilizado em contextos muito diferentes daquele da América Latina, ele viu o seu sentido evoluir em direção a uma aceção mais ampla. Na Europa, a sua crítica não visa, ou não diretamente, a injustiça de um modelo econômico nacional, que, prendendo um país numa estreita dependência para com as suas “exportações da natureza”, destrói os territórios a fim de aumentar essas exportações. Ela denuncia mais geralmente o conjunto dos riscos (em primeiro lugar sanitários e ambientais) e das injustiças que implicam os projetos de extração impostos. O que é recusado, é a lógica das “zonas de sacrifício” que consiste em aceitar que um território possa ser devastado para obter matérias-primas ou vetores de energia. E isso, mesmo se esses “recursos” podem contribuir à independência energética do país ou alimentar as suas indústrias de transformação e de fabricação de produtos finitos. Se trata claramente, aqui também, de uma obsessão, já que os riscos incorridos, amplamente demonstrados por outras situações similares, geralmente não bastam para travar os projetos extrativos.

Abordando o extrativismo dessa maneira, o que se destaca, é, em definitiva, o alicerce material do conjunto do sistema industrial, produtivista e consumista mundial, a sua dependência estrutural para com os “recursos naturais”, extraídos em quantidades e em número sempre crescentes para garantir a sua extensão. Isso consente sublinhar – de modo contraintuitivo atendo-se à virtualização aparente das nossas vidas – a que ponto os diversos setores da economia mundial são dependentes das matérias-primas e da energia. E continuando a crescer, essa economia só pode continuar a agravar as destruições produzidas para obter essa energia e essas matérias, mesmo se, no rasto do “desenvolvimento sustentável”, a multiplicação dos oximoros (ecoeficiência, crescimento verde, *Green New Deal*, ...) se empenhasse em nos fazer acreditar o contrário. Uma dessas quimeras ansiolíticas, a “desmaterialização”, promovida por importantes organizações internacionais, garante mesmo expressamente a desvinculação do crescimento econômico com os recursos que ela consome, sugerindo que a economia mundial poderia crescer mais rapidamente extraindo menos. Ora, a nossa sociedade “do conhecimento e da informação” está muito longe de se alimentar apenas de massa cinzenta. Ela ingurgita essencialmente produtos e serviços fabricados aqui ou em outro lugar, mas sempre a partir de contributos físicos bem reais e cada vez mais variados, que necessitam, para surgir e ser colocados no mercado, das infraestruturas e das máquinas complexas, elas também fabricadas e animadas graças às matérias-primas. Que seja o setor das tecnologias de informação e de comunicação, o da finança, com os seus serviços associados ou que recorrem a estes, ou até o das tecnologias “verdes” desenvolvidas em grande escala, todos eles precisam de matérias-primas. Todos, seja qual for a sua cor, geram novas pressões nos recursos, o que provoca novos conflitos. A melhoria da eficiência material e energética (economias de matérias-primas e de energia por unidade de produção) não faz baixar o consumo global das matérias; os resultados de determinado país são “encorajantes” apenas porque não têm em conta a deslocalização das indústrias consumidoras de recursos em países terceiros. Entre “efeito compensatório” e exploração de recursos novos que se adicionam aos que já se extraia antes, a única mudança estrutural observável a nível mundial durante o século passado é a passagem de uma “economia orgânica”, essencialmente baseada no consumo da biomassa, para uma “economia mineral”, cada vez mais dependente dos minérios e dos hidrocarbonetos.

Interessando-se pelos motores que, concretamente, levam o extrativismo para frente, se constata rapidamente que não há nenhuma solução para se esperar do sistema dominante, do seu progresso técnico, das suas “forças do mercado” e dos seus parceiros políticos. O progresso técnico, o das técnicas de extração, permite, graças a tecnologias sempre mais intrusivas e poluentes, acessar a recursos outrora inexploráveis, cada vez menos abundantes e de menor qualidade. Quanto ao mercado, a subida dos preços das matérias-primas inerente à sua rarefação, que deveria, como é lógico, levar os atores econômicos a recorrer a tecnologias mais econômicas, favorece ao contrário, tornando rentável o recurso a tecnologias custosas, as “inovações” no âmbito das técnicas de extração. Disso resulta um acréscimo da oferta e das reservas exploráveis, que afasta por um tempo a iminência das penúrias e leva a novas baixas dos preços. Em paralelo, os que fazem concretamente avançar o extrativismo não são por nada interessados na interrupção dessa progressão. A exploração das matérias-primas, o seu negócio, o seu transporte, a sua primeira transformação, a finança especializada e todos os setores ligados reúnem um grande número de grandíssimas empresas que os seus lucros gigantescos não incitam propriamente a mudar de núcleo da atividade profissional.

Numa sociedade em que, como o resume o promotor uruguaio Enrique Viana, o Estado é “parceiro do investimento acima de tudo”, a importância econômica desses atores leva os poderes públicos a aplicar para atraí-los e conservá-los nos seus países em vez de *desmaterializar* realmente a economia. Sem falar que muitos Estados controlam diretamente alguns setores de extração. Os rendimentos colossais desses setores alimentam a corrupção, o seu caráter estratégico orienta a política externa. Os complexos militares exigem, eles também, grandes quantidades de matérias e de energia e dão lugar a inovações consumidoras de recursos que se reciclará, em tempo de paz, no setor civil. Nessa paisagem, as iniciativas almejando encorajar a desmaterialização são insignificantes. As preconizações dos organismos internacionais não são vinculantes, elas não propõem nenhuma mudança decisiva (como o seria, por exemplo, uma revisão radical da concepção dos produtos, única solução que possa tornar a reciclagem realmente eficiente), e o seu alcance pode só ser limitado já que todo objetivo de redução do consumo das matérias permanece submetido à condição *sine qua non* do crescimento do PIB, “suma dos valores agregados dos bens e dos serviços finais novamente produzidos e identificados”.

O discurso “extrativista”, por sua parte, não tenta nos fazer acreditar que poderíamos “fazer mais com menos”. Ele legitima abertamente o avanço da exploração industrial da natureza, apesar dos seus múltiplos impactos destruidores. Se encontram nele os intemporais argumentos do progresso e da ausência de alternativa. Esse discurso gera uma ampla adesão: é em grande parte porque os recursos explorados são percebidos como absolutamente imprescindíveis que tantas pessoas preferem olhar para outro lugar, contribuindo mais ou menos diretamente a agravar a sua exploração frenética. Sem essa exploração, seria, com efeito, materialmente impossível aspirar a essa elevação do “nível de vida” que o dicionário define como “o conjunto dos bens e serviços” que se pode “obter com a renda de que [se] dispõe”. Pois se a humanidade “sempre tirou da natureza o indispensável”, como o defendem os extrativistas, nesses últimos tempos, ela, apesar de tudo, aumentou consideravelmente o seu apetite e diversificou as suas necessidades! No decurso do último século, o aumento da extração de determinados recursos (os minérios metálicos e industriais, por exemplo) foi quase sete vezes mais importante do que o crescimento demográfico.

Surgido na sua forma moderna e maciça com a colonização e a pilhagem das Américas, o extrativismo se desenvolveu exponencialmente com a revolução industrial. Ele se dividiu durante a Guerra fria – alimentando tanto a potência das economias de mercado quanto a dos “comunismos burocráticos” –, para acompanhar depois, de novo, a globalização do capitalismo triunfante. Essa progressão fez crescer de modo impressionante os volumes e a diversidade dos “recursos” extraídos, ao mesmo tempo que acelerava a degradação do ambiente. A explicação reside em grande parte no crescimento muito impressionante também de necessidades – finais e intermediárias – criadas para vender mercadorias. Precisa também lembrar que o uso dos recursos e os sistemas de produção passados, presentes ou futuros não têm todos o mesmo nível de impacto no ambiente que o sistema industrial. As agroecologias, por exemplo, cuidam das terras que cultivam, elas mantêm e aumentam a biodiversidade, ao mesmo tempo que elas permitem bons rendimentos. Ao contrário, a agroindústria, que se prevalece sem hesitar de ser a única que possa “alimentar o planeta”, não sabe produzir sem hidrocarbonetos e sem minérios. Ela polui, esgota e destrói fisicamente os solos, e compromete assim a sua produtividade futura. De facto, o produtivismo capitalista implica o aniquilamento sistemático das formas de vida e de relação com a natureza que não são úteis para o seu funcionamento, que não geram

lucros e que entravam a extensão das suas fronteiras. A exploração maciça da natureza permite essa extensão tanto quanto ela se baseia nela, contribuindo assim a empresa de destruição que consolida a influência do mercado sobre a vida. O cúmulo do cinismo: os extrativistas insistem nos benefícios econômicos (empregos, receitas fiscais, crescimento, desenvolvimento) para impor os seus projetos destruidores!

Será que podemos acabar com tal instrumentalização da natureza e do vivo sob todas as suas formas e com as crenças nas quais ela se baseia? A tarefa parece colossal. O mais evidente, apesar de não ser o mais simples, seria sem dúvida de começar por si mesmo. Essa relação com o mundo e as representações que a acompanham exercem sobre nós tanta influência que somos, muitas vezes, apenas peças dela. A crítica do extrativismo, a tomada de consciência dos mecanismos de exploração, de pilhagem e de destruição necessários para manter a nossa definição do conforto – e atrás dela, as necessidades do mercado –, proporciona um apoio possível para iniciar a deserção.

Mas tal percurso só levará a mudanças radicais se ele é movido por um poderoso desejo. O “sentido de culpabilidade” serviria apenas, em última análise, os discursos – neoliberais – da responsabilidade individual, encorajando a “política dos pequenos gestos”, para a maior felicidade dos vendedores de indulgências. Mais do que uma rejeição horrorizada, é uma reapropriação determinada dos espaços do desejável que poderá quebrar esse monopólio (das mídias, do mercado, da sociedade e das suas normas) sobre os nossos sonhos. É a essa condição que será possível extrair-se do jugo das heteronomias para reaprender a definir nós mesmos as nossas necessidades, a produzir nós mesmos o que teremos posto como necessário à vida, a nos organizar coletivamente e de modo direto para desenvolver estruturas coletivas de conserto e reutilização de objetos já produzidos, redes de troca *etc.* O agronegócio, por exemplo, perde sua razão de ser para as pessoas que participam de redes de troca direta de produtos agrícolas². Quando a solidez de um produto, a sua durabilidade e o seu papel na nossa autonomização se tornarem os principais critérios do seu valor, quando o ato de compra mesmo apenas for ocasional ou até deixar de existir completamente, não terá mais muito sentido fabricar em quantidade ilimitada engenhocas inúteis perecíveis e alienantes que favorecem a pilhagem do planeta. Ao ganhar em potência, a multiplicação dos circuitos paralelos poderia ter um efeito direto no sistema de produção. As iniciativas existentes já mudam a vida dos que participam ativamente delas.

Assim, muitas formas de comprometimento se juntam na recusa de deixar, sem fazer nada, o utilitarismo engolir o mundo e as nossas vidas. Mas, frente ao conjunto das forças que destroem o vivo, frente a todas aquelas que as deixam fazer, esses comprometimentos e as experimentações às quais eles dão lugar são, precisa reconhecê-lo, ainda muito minoritários, tanto numericamente quanto do ponto de vista do seu lugar nas relações de poder. “Minoritário” não significa “inofensivo”. Para o psicossociólogo Serge Moscovici, as “minorias ativas” são esses grupos que, dispondo de “modelos normativos levando a modos de viver, de pensar e de agir diferentemente”, recusando o compromisso e assumindo o conflito, podem ser capazes de fazer evoluir as normas “maioritárias”³. Todavia, as mudanças efetivas geralmente atribuídas à ação das minorias “influentes” (o movimento feminista, LGBTQI, pelos direitos cívicos estadunidenses *etc.*), mesmo se muito importantes tinham primeiramente por objeto o próprio lugar dentro das sociedades sem conseguir colocar em risco o conjunto do sistema social e as suas estruturas profundas de exploração e dominação. Porém, a evolução de apenas determinadas normas dentro desse sistema não poderia bastar para mudar em profundidade. Não se teria conseguido nada, ou tão pouco, obtendo apenas, por exemplo, o reconhecimento de um estatuto para as vítimas do extrativismo, ou de um direito à existência para os circuitos paralelos de produção e de troca. As normas e os dogmas que se trata de quebrar por completo são muito mais estruturantes para a sociedade industrial moderna. De uma geração para outra, eles se aglomeram e se solidificam nos imaginários como tantas camadas de sedimentos, formando um alicerce de lugares-comuns, um “regime de verdades” ao qual vem se juntar a propaganda capitalista-produtivista-extrativista. Para que os altos fornos do extrativismo sejam obrigados a parar, precisaria, infelizmente, mais do que algumas batalhas vencidas e mais do que algumas experiências alternativas. Precisaria que uma maioria, no sentido numérico do termo, se sentisse afetada pelo que está acontecendo ao ponto de querer tomar a sua vida em mãos antes que a superfície da Terra se tornasse inabitável.

Nada permite por enquanto considerar uma saída desse gênero. No entanto, a aceleração e a extensão incontestável da ofensiva extrativista obrigam cada dia um número um pouco maior de pessoas a tomar posição. Perante a amplitude das ameaças, os que defendem os seus lugares de vida são cada vez mais numerosos a questionar o ideal materialista através de situações concretas. Durante as lutas e os processos de organização e de ação que essas lutas suscitam, o imperativo de preservar o vivo irrompe nos modos de pensar e de agir;

outras relações com o saber, com os outros, com a natureza e com a existência se desenham e ganham corpo. Numa ordem do mundo que nos quereria atomizados e flexíveis, essas resistências ligam aqueles que as vivem juntos aos territórios defendidos. A construção ou o aprofundamento dessa “cultura de território” levam a desenvolver e a reforçar, acima de tudo, práticas coletivas de autonomia criadora. É certamente lá que reside o aspeto mais contagioso, como pôde mostrar, na França, a multiplicação das ZAD que são tantas formas de ocupação de territórios contra os projetos – inclusive extrativistas – de ordenamento dos quais eles são o alvo. Essas experiências coletivas atraem não somente porque nelas se resiste, mas também porque elas fazem existir, sem esperar, presentes diferentes.

As mobilizações concretas e locais contra os projetos extrativistas ou mais geralmente pela defesa dos territórios ocupam todos os dias milhares, até milhões de pessoas, que são tantos vetores de contágio. As “cadeias de cooperação”, que se criam em torno dessas lutas permitem a difusão de ideias que se atacam, aos poucos, ao imaginário das “situações de fato” insuperáveis. Múltiplas teias se tecem, de território a território, e compõem pouco a pouco um arquipélago de “espaços para ser” defendidos ou libertados. Esses laços não têm vocação para apagar ao que diferencia os contextos, eles não dissolvem as razões de ser de cada resistência no universalismo das causas abstratas, frequentemente sinônimo de impotência e de desilusão. Eles não prefiguram um movimento mundial unificado; as resistências que os tecem são antes de tudo locais: é em cada território que, primeiro, se desenrolam as batalhas. Mas aproximando realidades distintas, como uma passarela liga as margens de um rio sem juntá-las, eles encorajam ao mesmo tempo a ancoragem e a abertura baseada na consciência do caráter essencial da diversidade. Graças a esses laços, é também todo um repertório de ações, de casos concretos, de saberes construídos, de centros de difusão, é um vocabulário comum que circulam de luta em luta.

O termo “extrativismo” quer, assim, ser o nome comum das múltiplas facetas de uma empresa de predação e de destruição que se trata de combater. Ele apela para reconhecer, caso a caso, as suas lógicas e estratégias, para tomar consciência, adotando uma visão de conjunto, que a expansão da economia que ele sustenta é incompatível com a preservação da vida. Ele incita, por fim, a medir as consequências desse aprendizado e a difundi-lo à nossa volta.

Essa circulação já conseguiu tirar do fatalismo muitos daqueles que, ameaçados, eram convencidos que o jogo já tinha acabado. Ela deve também contribuir a colocar em alerta, a informar o olhar daqueles que se pensam fora de alcance. Não há mais lugar hoje parece ao abrigo do sistema industrial e mercantil. O lindo vale alpino desde o qual eu escrevo essas linhas, no final de 2015, um refúgio cujas aldeias medievais e as torrentes de água turquesa permaneceram até agora na sombra da Riviera muito próxima, poupado – graças ao seu relevo – pelos estragos da agricultura química e pelas outras indústrias modernas, é ameaçado de ser daqui a pouco transformado em corredor de circulação de mercadorias, com o seu lote de poluições, de barulho e de fealdade. Já, um pequeno grupo de habitantes está na luta para impedir isso. Ele luta “por um vale habitado, visitado, não apenas atravessado”⁴.

NOTAS

NOTAS

Introdução POR QUE O EXTRATIVISMO?

1. Alternativas ao desenvolvimento extrativista e antrope-centrado. Este coletivo reunia pessoas empenhadas em diferentes lutas anti-extrativistas e pela defesa da água na América Latina e na Europa. Ele animava notadamente um site Internet (aldeah.org), “um espaço de informação, de reflexão e de ação em torno das problemáticas socioambientais, do extrativismo e das alternativas ao desenvolvimento”. Este site oferecia numerosos recursos documentários parcialmente acessíveis através do site web.archive.org, por exemplo: web.archive.org/web/20170313165813/http://www.aldeah.org.
2. Attac, France Amérique Latine (FAL), a Frente de Esquerda, conjunto de partidos progressistas franceses, EELV (partido ecologista francês), o Mouvement des Objecteurs de Croissance (movimento contra o crescimento econômico), a Fondation France libertés, Les Amis de la Terre (Os Amigos da Terra), Agir pour l'Environnement (Agir para o Ambiente), o Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers-Monde (Comité para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo), Utopia, o NPA (Novo Partido Anticapitalista), Alternative Libertaire, o sindicato Solidaires, para evocar apenas alguns nomes.
3. Consultar FAME 2012, Eixo Temático “Água e extrativismo”, Marselha, março 2012.
4. Naomi Klein, *Tout peut changer. Capitalisme et changement climatique*, Actes Sud/LUX, 2015. Duas obras recentes (em 2015) em língua francesa tratam do extrativismo de modo mais específico: Nicolas Sersiron, *Dette et Extractivisme*, Paris, Utopia, 2014, e Yves-Marie Abraham e David Murray (dir.), *Creuser jusqu' où? Extractivisme et limites de la croissance*, Montreal, Écosociété, 2015.
5. O termo deveria ser “pouco”, pois o petróleo e o gás têm sido apesar de tudo e ainda são explorados na França.
6. Ver, entre outros, Marine Jobert e François Veillerette, *Le vrai scandale des gaz de schiste*, Paris, Les Liens qui libèrent, 2011, e Jacques Ambroise, *Gaz de schiste. Histoire d'une imposture*, Paris, Sang de la terre, 2013.
7. O termo “cidadão” tinha sido escolhido para ressaltar a independência perante os partidos políticos e as grandes ONGs.
8. François-Michel Gonnot e Philippe Martin, *Rapport d'information de la mission d'information sur les gaz et huile de schiste*, Comissão do Desenvolvimento sustentável e de ordenamento do território da Assembleia Nacional. Dia 8 de junho de 2011, terceira parte (consultável em www.assemblee-nationale.fr/13/rap-info/i3517.asp).
9. Aliás, é também a primeira definição que dá dele ainda a enciclopédia online Wikipédia.

Capítulo 1

AS VEIAS SEMPRE ABERTAS DA AMÉRICA LATINA

1. FAME 2012, Eixo temático “Água e extrativismo”.
2. Joan Martinez-Alier, *De la economía ecológica al ecologismo popular*, Barcelona, Icaria, 1992.
3. Formado por Newmont (EUA, 51,35%), o grupo Buenaventura (Peru, 43,65%) e a Sociedade financeira internacional (ramo de crédito ao setor privado do Banco Mundial, 5%).
4. Definição proveniente em francês do Dicionário online da Academia francesa (atilf.atilf.fr/academie9.htm).
5. Expressão proposta por Alain Rouquié, tal como “o Extremo-Occidente”, em *Amérique latine. Introduction à l'Extrême-Occident*, Paris, Seuil, 1987, p. 58.
6. Qual nome dar a essa região? “América Latina”, baseado na epopeia mexicana de Napoleão III, mas também amplamente adotado pelos próprios “latino-americanos”? “Hispanoamérica” ou “Iberoamérica” das antigas metrópoles? América do Sul (excluindo a América central e o México), com um “S” maior? Abya Yala (proposto pelas organizações indígenas) ou Nuestramérica (Nossa América, inutilizável pelos estrangeiros)? O debate não acabou. Em *Amériques latines. Émancipations en construction*, Paris, Syllepse, 2013, Franck Gaudichaud sugere o qualificativo de “América indo-afro-latina”, provavelmente o mais preciso.
7. Alain Rouquié, *Amérique Latine...*, *op. cit.*, p. 59.
8. *The Cambridge Economic History of Europe*, IV, Cambridge, Cambridge University Press, 1967, p. 445.
9. Maristella Svampa, “Neo-“desenvolvimentalismo” extrativista, governos e movimentos sociais na América Latina”, *Problèmes d'Amérique latine*, n° 81, verão de 2011, p. 110.
10. *Ibid.*, p. 105-106, e Maristella Svampa, “El Extractivismo y su resistencia en América Latina”, Seminario Público Internacional. *El lado Oscuro del Petróleo y el Mito del Desarrollo en Venezuela* (ponencia), Caracas, CELARG, 1-2 de novembro de 2012 (vídeo).
11. Alain Rouquié, *Amérique latine...*, *op. cit.*, p. 59-60.
12. Charles Wagley, *Uma Comunidade amazônica. Estudo do homem nos trópicos*, São Paulo, Companhia Editora nacional, 1957, p. 146.
13. Do português *aviar*: enviar, expedir.
14. Para ser entendido aqui no sentido herdado do Império romano: “cidadão pobre que se dedica absolutamente e exclusivamente a um patrão que lhe assegura em troca proteção e subsistência”.
15. Florence Pinton e Catherine Aubertin, “L’extractivisme entre conservation et développement”, in Yves Guillon, Christian Chaboud, Jean Boutrais, Christian Mullon e Jacques Weber (*dir.*), *Du bon usage des ressources naturelles*, Bondy, IRD Éditions, 2000, p. 243.

16. Marianne Schmink e Charles H. Woord, “Les seringueiros d’Amazonie”, in Doris Sayago, Jean-François Tourrand, Marcel Bursztyn, José Augusto Drummond (coord.), *Amazonie, un demi-siècle après la colonisation*, p. 163-173, Éditions Quae, 2010.
17. Procedimento que permite estabilizar a borracha afim que resista melhor às mudanças de temperatura.
18. Eduardo Galeano, *Las Venas Abiertas de América Latina*, Montevideu, Universidad de la República, 1971, p. 142.
19. Helena Allegretti, “Ambientalismo político y reforma agraria. De Chico Mendes al Movimiento de los Sin Tierra”, *Nueva Sociedad*, n° 150, julho-agosto 1997, p. 57-68.
20. Comissão mundial sobre o ambiente e o desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, presidida por Gro Harlem Brundtland.
21. Helena Allegretti, “Ambientalismo político y reforma agraria...”, *art. cit.*
22. “Um desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas”.
23. Florence Pinton e Catherine Aubertin, “L’extractivisme entre conservation et développement”, *art. cit.*, p. 247
24. Laure Empereire, “L’extractivisme et le développement durable de l’Amazonie”, *Aménagement et Nature*, n° 115, 1994, p. 23-31.
25. Consultar notadamente os exemplos das Resex de Prainha do Canto Verde ou as geridas pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), em www.aldeah.org.
26. Florence Pinton e Catherine Aubertin, “L’extractivisme entre conservation et développement”, *art. cit.*, p. 255.
27. Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada (Raisg), *Amazonía bajo presión*, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2012 (consultável em raisg.socioambiental.org/system/files/AmazoniaBajoPresion_10_12_12.pdf).
28. Maristella Svampa, “El Extractivismo y su resistencia em América Latina”, vídeo já citado.
29. Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776), Londres, Edwin Cannan, 1904, P. 125-127.
30. Karl Marx (1867), *Le Capital. Critique de l’économie politique*. Livro Primeiro. Tomo III, Paris, Éditions Sociales, 1950, p. 193 e p. 153.
31. Sobre os detalhes e a crítica dessas diferentes (hipó)teses, consultar John H. Elliott (1970), *El viejo mundo y el nuevo*, Madri, Alianza, 1990, p. 71-99.
32. Eduardo Galeano, *Las Venas Abiertas de América Latina*, *op. cit.*, p. 416.
33. *Ibid.* (citando J.H. Elliott e Earl J. Hamilton), p. 44.
34. A grande potência da revolução industrial impulsará a caça de negreiros só bem mais tarde, no início do século XIX, por motivos essencialmente econômicos, *Ibid.*, p. 131-132.
35. *Ibid.*, p. 92-93.

36. Cf. *infra*, Nosso destino comum?
37. Kenneth Pomeranz (2000), *Une grande divergence. La Chine, l'Europe et la construction de l'économie mondiale*, Paris, Albin Michel, 2010.
38. Consultar o relatório *Deadly Environment, The Dramatic Rise In Killings Of Environmental And Land Defenders*, Global Witness, 2014.
39. 11ª licitação. Mapa disponível em aldeah.org/files/images/mapa11.preview.jpg. Algumas conceições, já atribuídas antes do lançamento da iniciativa Yasuni-ITT (2007) se encontram dentro do parque Yasuni e o petróleo nelas já é explorado.
40. Cf. *infra*, Resistências.
41. Fernando Sánchez-Albavera, Georgina Ortiz e Nicole Moussa, *Panorama minero de América Latina: la inversión en la década de los noventa*, Santiago do Chile, Cepal, 1998.
42. Minem 2013, CooperAcción 2012 e 2013.
43. Secretaría de Economía de México, 2013.
44. Tratado de Integración y Complementación Minera entre Chile y Argentina, assinado em 1997 e retificado em 2000.
45. Georgina Catacora Vargas et al., *Producción de soja en las Américas. Actualización sobre el uso de tierras y pesticidas*, GenØk (Noruega), REDES-AT (Uruguai), UFSC (Brasil), Base-IS (Paraguai), janeiro de 2012.
46. Eduardo Gudynas, “Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales”, Observatorio del Desarrollo, n° 18, fevereiro de 2013.
47. Maristella Svampa, “El Extractivismo y su resistencia en América Latina”, vídeo já citada.
48. Acerca desta “subjetividade comum” que emerge no seio dos movimentos contestatários, consultar os dois últimos capítulos deste livro.
49. *Ibid.* e Maristella Svampa, “Néo-développementisme extractiviste, gouvernements et mouvements sociaux en Amérique latine”, *art. cit.*, p. 106.
50. Eduardo Gudynas, “Extracciones, extractivismos y extrahecciones...”, *art.cit.*, p. 3 e p. 15.
51. Para isso, Gudynas preconiza a utilização de indicadores de intensidade (MIPS em inglês) de tipo “mochila ecológica”.
52. Alberto Acosta, “Extractivismo y neoextractivismo. Dos caras de la misma maldición”, Ecoportal.net, dia 25 de julho de 2012.
53. Plano intergovernamental de implantação de uma rede de mega-infraestruturas de transporte, de energia e de comunicação, cf. *infra*, Nosso destino comum?
54. Discurso pronunciado na abertura da XIIª Cimeira da Aliança bolivariana para os povos de nossa América (ALBA), no dia 30 de julho de 2013.
55. Expressão de Maristella Svampa, inspirada no editorial da revista Crisis de julho de 2011 (revistacrisis.com.ar/El-consenso-de-los-commodities.html). Svampa entende por *commodities* os “produtos indiferenciados cujos preços são fixados ao

- nível internacional”, e que “não requerem [recorrer à] tecnologia avançada para sua fabricação e sua transformação”. Para a América Latina, se trata antes de tudo de produtos alimentares (milho, soja, trigo), de hidrocarbonetos (gás e petróleo), de metais e de minérios (cobre, ouro, prata, estanho, bauxita, zinco etc.). Maristella Svampa, ““Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina”, *Nueva Sociedad*, n° 244, março-abril de 2013, p. 30-46. Na terminologia da Conferência das Nações Unidas sobre o comércio e o desenvolvimento (CNUCED), a categoria “Commodities”, compreende os produtos alimentares e as matérias-primas agrícolas, os combustíveis, os minérios, os metais, as pedras preciosas e o ouro não monetário.
56. O índice dos preços das principais matérias-primas exportadas pelos países latino-americanos passa a 177,5 em 2012 (por 100 em 2005); consultar *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe*, Santiago do Chile, Cepal, 2013, p. 131.
57. Maristella Svampa, “Néo-“développementisme” extractiviste...”, *art. cit.*, p. 112.
58. Palavra de ordem da política neoliberal do presidente peruano Belaúnde (1980-1985).
59. Alain Rouquié, *Amérique latine...*, *op. cit.*, p. 23.
60. Notadamente as que, seguindo as preconizações da Cepal, aplicam o modelo de industrialização por substituição às importações (ISI).
61. Alain Rouquié, *Amérique latine...*, *op. cit.*, p. 344.
62. Ver Naomi Klein, *La Stratégie du Choc. La montée d'un capitalisme du désastre*, Arles, Actes sud, 2008.
63. Alain Rouquié, *Amérique latine...*, *op. cit.*, p. 347.
64. Jacobo Schatan, *Deuda externa y neoliberalismo: el saqueo de América Latina*, Fundación CENDA, Centro de Estudios Nacionales de Desarrollo Alternativo, Santiago do Chile, 1999.
65. Horacio Machado Aráoz, “Auge minero y dominación neocolonial en América Latina”, in *Latinoamérica Interrogada*, memorandos XXVII, congresso ALAS, Faculdade de Ciências sociais, Universidade de Buenos Aires, 2009.
66. Maristella Svampa, “Néo-“développementisme” extractiviste...”, *art. cit.*, p. 104.
67. O termo “teorias da dependência” abrange um conjunto de teorias relativamente heterogêneas, desenvolvidas a partir das bases estabelecidas pelo estruturalismo da Cepal (Raúl Prebisch). Se pode distinguir duas correntes principais: os reformistas (Fernando Henrique Cardoso, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado etc.), que entendem reformar o capitalismo ao nível nacional e internacional, e os neomarxistas (Ruy Marini, Theodonio dos Santos, André Gunder Franck, Anibal Quijano etc.), para os quais a solução reside no derrube do capitalismo. A este respeito, consultar Cristóbal Kay, “Reflections on the Latin American Contribution to Development Theory”, *Development and Change*, vol. 22, n° 1, 1991. Sobre a genealogia do paradigma centro-periferia, ler Dario Battistella, *Teorias das relações internacionais*, Paris, Presses de Sciences Po, 2012, capítulo 7. Para uma síntese das principais teses das teorias da dependência em relação à teoria da modernização, consultar Gilbert Rist, *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale*, Paris, Presses de Sciences Po, 2007, p. 201-214.
68. Nikolai Bukharin – que denunciava, em 1915, “a desigualdade de

- desenvolvimento” no seio da “economia mundial”, entre “a cidade” composta dos “países industriais” e “a campanha” produtora dos bens agrícolas (consultar Nikolai Bukharin (1915), *L'économie mondiale et l'impérialisme*, Paris, Anthropos, 1977, p. 7-10) –, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburg, Vladimir Lenin *etc.* Para os autores marxistas do início do século XX, o capitalismo chegou a seu “estado supremo” (descrito por Lenin como o estado dos monopólios e do capital financeiro) adiava sua crise final pela conquista de novos territórios. É de notar que existe também uma teoria liberal do imperialismo, desenvolvida por John A. Hobson.
69. Consultar Dario Battistella, *Théories des relations internationales*, *op. cit.*
 70. Em Immanuel Wallerstein, como em Fernand Braudel, o qualificativo “mundo” (nas expressões “economia- mundo”, “império-mundo”, “sistema-mundo”) não significa necessariamente que o sistema em questão engloba o planeta inteiro no sentido geográfico do termo. Fernand Braudel define a *economia-mundo* como um “pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz no essencial de se bastar a si próprio e ao qual suas ligações e suas trocas internas conferem uma determinada unidade orgânica” (*La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, Armand Colin, 1949, p. 12).
 71. O poder aquisitivo de bens e serviços importados que um país detém graças às exportações.
 72. Consultar Walt W. Rostow, *The Stages of Economic Growth. A Non-Communist Manifesto*, Cambridge, Cambridge University Press, Nova Iorque, 1960). Rostow atribui por outro lado um papel positivo à colonização, notadamente em razão do “efeito de demonstração” que ela exercitaria sobre as “sociedades tradicionais”. Gilbert Rist, *Le développement...*, *op. cit.*, p. 175-176.
 73. Expressão do economista John Williamson (1989) para designar as recomendações que servirão de base às PAS impostas às economias em crise pelas instituições financeiras internacionais (FMI e Banco mundial) com sede em Washington.
 74. Em 2015, os países sempre governados pelas forças políticas que se definem elas mesmas como situadas à esquerda ou ao centro-esquerda são: a Venezuela, o Brasil, a Argentina, a Bolívia, a Nicarágua, a Costa Rica, o Equador, o Uruguai, El Salvador, o Chile e o Peru (a julgar pelo discurso que levou Ollanta Humala ao poder e por suas amizades com os presidentes ditos “progressistas”). Nos anos 2000, 5 outros países tinham sido governados pela esquerda/centro-esquerda, mas mudaram de lado depois: o Paraguai (2008-2012 antes de um golpe “parlamentar”), o Panamá (2004-2009), Honduras (2006-2009, antes de um golpe militar), a República dominicana (2000-2004) e a Guatemala (2008-2012).
 75. Seis presidentes se sucederam entre 1996 e a tomada de suas funções por Rafael Correa em janeiro 2007.
 76. Unasur, Celac, IIRSA, mas também ALBA, Banco do Sul *etc.*
 77. Ainda que elas não se definam necessariamente como tais elas mesmas. Rafael Correa afirmava por exemplo em 2012: “não somos anticapitalistas, não somos antiyankees, não somos anti-imperialistas” (“El desafío de Rafael Correa”, *El Telégrafo*, dia 15 de janeiro de 2012 – consultável em www.telegrafo.com.ec).
 78. “A natureza ou Pacha Mama, onde se reproduz e se realiza a vida, tem o direito ao respeito integral de sua existência e da manutenção e da regeneração de seus

ciclos vitais, de sua estrutura, de suas funções e de seus processos evolutivos” e “à restauração” (Constituição do Equador, capítulo 7, artigos 71-74).

79. A lei dá à “Terra-Mãe” um caráter de sujeito coletivo de interesse público (art. 5), definido como “sistema vivo dinâmico composto pela comunidade indivisível de todos os sistemas vivos e os seres vivos, indissociáveis e interdependentes e complementares, compartilhando um destino comum” (art. 3). Ela cria também a Defensoria de la Madre Tierra, “cuja missão é assegurar a promoção, a difusão e a aplicação dos direitos da Terra-Mãe” (art. 10). Lei sobre os direitos da Terra-Mãe, Estado plurinacional de Bolívia.
80. Mandato constituinte número 6, dia 18 de abril de 2008, Assembleia constituinte do Equador.
81. Para mais detalhes sobre essas noções, *cf. infra*, Esperando pelo desastre.
82. buenvivir.gob.ec
83. *Plano Nacional de Desarrollo. Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien* (www.planificacion.gob.bo/node/168).
84. Consultar por exemplo Alberto Costa e Esperanza Martínez (*dir.*), *El buen vivir. Una vía para el desarrollo*, Santiago (Chile), Editorial Universidad Bolivariana, 2009.
85. Joan Martínez-Alier, “Le triomphe du post-extractivisme en 2015”, *Dial*, dia 19 de março de 2015 (www.dial-infos.org). Texto publicado em *La Jornada* no dia 21 de fevereiro de 2015, traduzido por Gilles Renaud.
86. Alberto Costa, *La Maldición de la abundancia*, Quito, Abya Yala, 2009.
87. Consultar Pablo Dávalos, ““No podemos ser mendigos sentados en un saco de oro”. Las falacias del discurso extractivista”, in Collectif, *El Corréismo al desnudo*, Quito, Montecristi Vive, 2013 (consultável em correismo.wix.com/elcorreismoaldesnudo).
88. Com exceção da Costa Rica que exporta maioritariamente circuitos integrados.
89. Nacionalizada em 1976.
90. Assim, o Plano prevê notadamente uma melhor avaliação das reservas petrolíferas do Cinturão do Orinoco, o desenvolvimento da exploração *off-shore* de gás, a construção de novas refinarias (notadamente para refinar o petróleo extrapesado) e de uma rede de oleodutos e de gasodutos, o fortalecimento da “integração regional em matéria energética”, por exemplo aumentando os volumes das entregas de petróleo aos países caribenhos e estabelecendo associações estratégicas no âmbito petrolífero (consultar “Palabras del Jefe de Estado en la presentación del “Plan Siembra Petrolera””, PDVSA, dia 18 de agosto de 2005).
91. Os Wayuu da Serra de Perrijá lutam contra a exploração de carvão, os Yukpa e os Bari, contra os fazendeiros.
92. Lusbi Portillo, “Venezuela perderá su soberanía en los proyectos de la IIRSA”, *Periodico Nuestra América Rebelde*, dia 17 de outubro de 2004. Consultar também María Pilar García-Guadilla, “Ecosocialismo del siglo XXI y modelo de desarrollo bolivariano. Los mitos de la sustentabilidad ambiental y de la democracia participativa en Venezuela”, *Revista venezolana de economía y ciencias sociales*, vol. 15, n° 1, janeiro-abril de 2009, p. 187-223.

93. Cf. *infra*, Esperando pelo desastre.
94. Sobre o nacional-populismo e o desarrollismo históricos, consultar Alain Rouquié, *Amérique latine...*, op. cit., p. 285-296. Para análises das tendências atuais, consultar notadamente Maristella Svampa, “Du “Qu’ils s’en aillent tous !” à l’exacerbation de la rhétorique nationale-populaire”, *Problèmes d’Amérique latine*, n° 82, outono de 2011, p. 77-91.
95. As nacionalizações, realizadas na Bolívia, na Venezuela e mais recentemente na Argentina no setor dos hidrocarbonetos (para as minas, essas dizem respeito, na Bolívia e na Venezuela, a alguns projetos concretos e não ao conjunto do setor), deixam aos operadores privados a possibilidade de prosseguir (e, por vezes, de intensificar, como por exemplo, na Argentina) suas atividades ao mesmo tempo, sob controle e/ou em associação com as empresas públicas. Por um outro lado, a construção de Estados mais fortes, capazes de assumir certas despesas (por exemplo, ligadas à implementação e à manutenção de infraestruturas), de conduzir políticas sociais voluntaristas (que pacificam, até “domesticam” as forças contestatárias), e mais geralmente de assegurar a estabilidade, converge com os interesses dos investidores, estrangeiros como nacionais, que acumularam ativos durante a fase das privatizações da “longa noite neoliberal”. Com isso, se pode até aceitar uma partilha dos ganhos menos desequilibrada, ainda mais porque a pressão fiscal fica “aceitável” e que determinadas reformas realizadas atendem mais as expectativas das empresas da que o que busca fazer acreditar a propaganda governamental (consultar por exemplo a reforma da fiscalidade minerária conduzida sob Ollanta Humala no Peru).
96. Após o lançamento de uma fábrica-piloto de produção de carbonato de lítio, é a fábrica-piloto de fabricação de baterias com lítio que foi inaugurada em fevereiro de 2014. Só o lítio é produzido – ou antes extraído – na Bolívia. O resto dos materiais é importado. A tecnologia foi fornecida pela empresa chinesa Lin Yi Dake. Quatro anos antes, se tratava de desenvolver uma tecnologia da produção 100% boliviana.
97. No Equador, mesmo se se tratasse de mudar de “matriz produtiva” e de sair da “especialização primo-exportadora” em proveito do desenvolvimento dos conhecimentos e da inovação, pelo momento, a hora é sobretudo do desenvolvimento da indústria mineradora e do fortalecimento da exploração do petróleo (ler Coletivo Aldeah, “Changer de maître, mais pas d’école ? Opération Correa en huit leçons”, consultável online). Na Bolívia, segundo o ministério do Planejamento do desenvolvimento, os principais pilares do crescimento são os hidrocarbonetos (gás), os minérios, a energia (grandes barragens) e a agro-indústria (www.planificacion.gob.bo/node/821). O poder reforça desde o início “a vocação” minerária (Anna Bednik, “Deuxième mandat d’Evo Morales. Quel modèle de développement pour la Bolivie ?”, *FAL Magazine*, n° 100, março de 2010). As culturas transgênicas (soja), proibidas pela Constituição de 2009, são de novo autorizadas em 2011 e se estima que, em 2014, 12 milhões de litros de glifosato foram espalhados. Em 2015, a empresa petrolífera e de gás nacionalizada YPFB se prepara, em associação com a argentina YPF e a estadunidense Chevron para “fraturar a Terra-Mãe” para explorar o gás de xisto (Mónica Oblitas Zamora, “Fracking in Bolivia, la fractura de la madre tierra”, *Los Tiempos*, dia 11 de abril de 2015 (consultável em www.lostiempos.com) etc.
98. Maristella Svampa, “El Extractivismo y su resistencia em América Latina”, vídeo já citado.

99. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, *op. cit.*, p. 112.
100. Dados EIA (2011/2012) e Cepal/Unasur (2013).
101. Instituto argentino de análisis fiscal, *Informe económico* n° 265, dia 14 de abril de 2014, p. 12.
102. Consultar Monika Meireles e Mateo Martinez, “Crisis mundial y impactos en la economía ecuatoriana. Un balance no-celebratorio de la Revolución Ciudadana”, in Coletivo, *El Correoismo al desnudo*, *op. cit.*
103. Christian Daude, “Latin America’s challenge”, *OECD Observer*, n° 297, 4° trimestre de 2013.
104. Durante o período em questão, a política praticada pelos presidentes peruanos (Alejandro Toledo de 2001 a 2006, Alan García de 2006 a 2011) foi liberal. Ollanta Humala, que chega ao poder em 2011, se exhibe no início como nacionalista. Contudo, para ganhar as eleições, ele estabelece uma aliança com o ex-presidente centrista Alejandro Toledo. Para além do discurso, sobre as indústrias extrativas, sua linha política não difere substancialmente daquela de seus predecessores.
105. *Panorama social de América Latina 2012*, Cepal, Santiago do Chile, 2012 e 2013.
106. Alberto Acosta, “Extractivismo y neoextractivismo”, *art. cit.*
107. Consultar Joan Martinez-Alier, De la economía ecológica al ecologismo popular, *op. cit.*
108. Cepal (comunicado do dia 7 de abril de 2015) e FMI (imf.org/external/datamapper/index.php).
109. Na primavera de 2013, um pacote de medidas tomadas por decreto modificou por exemplo as condições de atribuição das licenças minerárias: garantia de proteção do patrimônio arqueológico quase suprimida, prazo de aprovação dos estudos de impacto ambiental reduzido a 100 dias. Em paralelo, as comunidades andinas, de maioria quéchua e aymara, foram excluídas do perímetro da lei que obriga as empresas a consultar as populações indígenas (consultar Anna Bednik, “Pour tout l’or du Pérou”, *Le Monde Diplomatique*, março de 2014).
110. Na Venezuela, na Bolívia e no Equador, a superfície agrícola em relação com a superfície total do país era no momento da chegada ao poder, respectivamente, de Hugo Chávez (1999), de Evo Morales (2006) e de Rafael Correa (2007) de 24,5%, 34,2% e 29,8%. Em 2012, ela era de 24,5%, 34,6% e 30,2% (Banco mundial e FAO). Em paralelo, a taxa da população ativa em agricultura passou de 34,1% a 25,2% entre 2006 e 2012 na Bolívia; de 26,6% a 22,9% entre 2007 e 2013 no Equador, e de 9,6% a 7% entre 1999 e 2013 na Venezuela (Banco interamericano de desenvolvimento).
111. Eduardo Gudynas, “Izquierda y progresismo: la gran divergencia”, *América Latina en movimiento*, 23 de dezembro de 2013.
112. “Muitas experiências acumuladas permitem afirmar que [a] pobreza [dos países ricos em recursos naturais] é ligada a esta riqueza. [Esses países], cuja economia se alimenta em prioridade de extração e de exportação dos recursos naturais, encontram dificuldades enormes para se desenvolver” (Alberto Acosta, *La maldición de la abundancia*, *op. cit.*, p. 22).

113. À exceção notável da OPEP, mas mesmo lá a situação atual (2014-2015) pode deixar perplexo.
114. Ler por exemplo Gérard Thomas, “Venezuela: import et manques”, *Libération*, dia 24 de junho de 2013.
115. O índice ou o coeficiente de Gini, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, indica em que medida a repartição das rendas (ou, em determinados casos, as despesas de consumo) entre os indivíduos ou as famílias dentro de uma economia se afasta da igualdade perfeita. Ele está compreendido entre 0 (a igualdade perfeita) e 100 (desigualdade absoluta).
116. *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012*, Nairobi, ONU-Habitat, 2012.
117. Cepal, *Panorama social de América Latina 2013*, *op. cit.*, p. 22.
118. INEI (2013).
119. Consultar por exemplo José Natanson, “Un poco de realismo político”, *Le Monde Diplomatique* (edição do cone Sul), n° 168, junho de 2013.
120. *Ibid.*, dados da Agencia Pro Córdoba, 2011.
121. Anna Bednik, “Pour tout l’or du Pérou”, *art. cit.*
122. Alberto Acosta, “Extractivismo y neoextractivismo”, *art. cit.*
123. Jean Acquatella, Hugo Altomonte, Andrés Arroyo e Jeannette Lardé, *Rentas de recursos naturales no-renovables en América Latina y el Caribe. Evolución y participación estatal, 1990-2010*, Santiago do Chile, Cepal, junho de 2013, p. 29; Cepal, *Recursos naturales. Situación y tendencias para una agenda de desarrollo regional en América Latina y el Caribe*, Cepal, Santiago do Chile, dezembro de 2013, p. 21.
124. U.S. Energy Information Administration (EIA) 2013 (www.eia.gov). Desde 2013, as reservas comprovadas da Venezuela superaram as da Arábia Saudita.
125. Banco de dados estatísticos da Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura (FAOstat) 2012.
126. Consultar OCDE/AIE, *Technology Roadmap Hydropower*, 2012, p. 18.
127. Como o aponta Maristella Svampa, os territórios sacrificados são percebidos como “vazios” ou “socialmente esvaziáveis”. Na Argentina, a isso se adiciona o imaginário do “deserto”, de forte carga histórica e simbólica: “Conquista do deserto” era o nome da campanha militar realizada pela República argentina entre 1878 e 1885 na Patagônia, acompanhada de um discurso do progresso e da integração socioeconômica ao mercado internacional. Durante essa campanha, as populações indígenas foram exterminadas ou submetidas à força. Consultar Maristella Svampa, “La disputa por el desarrollo. Territorio, movimientos de carácter socio-ambiental y discursos dominantes”, versão atualizada do texto apresentado no seminário “Interrogating the Civil Society Agenda” na Universidade do Massachussets, Amherst em abril 2008 (consultável sur extractivismo.com).
128. Gilbert Rist, *Le développement...*, *op. cit.*, p. 48.
129. Serge Latouche, François Partant, Majid Rahnema, François de Ravignan, Arundhati Roy, Wolfgang Sachs, Gustavo Esteva, Arturo Escobar *etc.* Consultar

La Ligne d'horizon, Défaire le développement. Refaire le monde, Parangon, Lyon, 2003.

130. Sobre a genealogia desse modelo, consultar Robert Meek, *Social Science and the Ignoble Savage*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976, citado por Pierre Dardot, Christian Laval, *La nouvelle raison du monde, Essai sur la société néolibérale*, La Découverte, 2010, p. 50.
131. Os fatores que determinam a passagem de um estado para outro não são os mesmos em todos os autores: desejo de melhorar sua condição para Smith, propriedade e desigualdades ligadas à repartição da propriedade para Ferguson, lei biológica da evolução para Spencer *etc.* Aliás, desde as primeiras formalizações desta “teoria dos estados”, todos os autores “progressistas” liberais não concordavam sobre o caráter virtuoso do progresso. Assim, para Adam Ferguson (1767), “a história releva de um duplo processo: o do progresso das artes e do comércio que se realiza, via a divisão do trabalho, pelo jogo do interesse egoísta, e o da decadência das nações modernas que afeta a dimensão moral e política da atividade humana” (*ibid.* p. 49-70). Sobre a teoria da modernização de Rostow, consultar a análise de Gilbert Rist, *Le développement...*, *op. cit.*, p. 169-186.
132. François Brune. «“Développement”. Les mots qui font croire», in *La Ligne d'horizon, Défaire le développement...*, *op. cit.*, p. 38.
133. Gilbert Rist, *Le développement...*, *op. cit.*, p. 440.
134. Segundo o Banco mundial, à escala do mundo, o índice de Gini era de 39,6 em 1995 e de 41,3 em 2012. Quanto mais próximo o índice estiver de zero, menos a distribuição de renda será desigual.
135. Consultar Thomas Piketty, *Le capital au XXe siècle*, Paris, Seuil, 2013.
136. Na França, segundo o Observatoire des inégalités (Observatório das desigualdades - abril de 2015), as desigualdades de renda baixaram globalmente entre 1970 e 1990, antes de voltar a subir. Desde 1970, nos EUA, a parte da renda detida pelos 10% mais ricos está aumentando.
137. Dados do Banco mundial.
138. O indicador “anos de vida em boa saúde” (AVBS) mede o número de anos que uma pessoa pode esperar viver em boa saúde ao nascimento. Segundo Eurostat, entre 2010 e 2012, ele passou de 61,9 a 61,5 anos para os homens e de 62,7 a 62,1 para as mulheres.
139. Gilbert Rist, *Le développement...*, *op. cit.*, p. 34-44. Rist define assim o desenvolvimento: “O desenvolvimento se constitui de um conjunto de práticas às vezes contraditórias em aparência que, para assegurar a reprodução social, obrigam a transformar e a destruir, de modo generalizado, o meio natural e as relações sociais em vista de uma produção crescente de mercadorias (bens e serviços) destinadas, através da troca, à procura solvável”.
140. Ricardo Carrere era o coordenador internacional do Movimento mundial pelas florestas tropicais. Consultar “Auprès de son arbre...”, dia 19 de dezembro de 2012 (aldeah.org/fr/aupres-de-son-arbre-ricardo-carrere-tout-jamais).
141. Sobre a história de Açailândia e as lutas travadas por seus habitantes, consultar justicanostrilhos.org.

Capítulo 2

NOSSO DESTINO COMUM?

1. fame2012.org/fr/2012/03/28/declaration-eau-et-extractivisme.
2. O projeto é abandonado pelo governo em agosto de 2013. As associações ecologistas continuam a lutar para mantê-lo assim.
3. *Cf. supra*, As veias sempre abertas da América Latina.
4. A definição proposta por Maristella Svampa permite, no entanto, incluir mais facilmente as diferentes escalas espaciais (notadamente o local): “Um modo de acumulação [e um modelo de desenvolvimento] baseado na sobre-exploração de recursos naturais e no deslocamento das fronteiras dos territórios até então considerados como “improdutivos”” (Maristella Svampa, “El Extractivismo y su resistencia en América Latina”, vídeo já citado pela noção de “modelo de desenvolvimento”, e Maristella Svampa, “Neo-desenvolvimentalismo extrativista...”, *art. cit.*, p. 106). Todavia, esta definição não permite informar sobre a retomada de atividade nos sítios explorados no passado, e depois abandonados, característica da intensificação atual do extrativismo no Ocidente.
5. Eduardo Gudynas, *Extracciones, extractivismos y extrahecciones...*, *op. cit.*, p. 5.
6. *Ibid.*, p. 1 e p. 4.
7. *Ibid.*, p. 4.
8. Iñaki Barcena, “Deuda ecológica. Una herramienta para avanzar hacia ese otro mundo posible”, *Viento Sur*, n° 92, junho de 2007, p. 107; conceito levado à Cimeira da Terra do Rio (1992) pelo Instituto de ecologia política do Chile.
9. Consultar notadamente Anna Bednik, “Tempête sur le cacao de Côte d’Ivoire”, *Le Monde Diplomatique*, julho de 2006, e “Bataille pour l’uranium du Niger”, *Le Monde Diplomatique*, junho de 2008. Consultar também Jean-Philippe Rémy, “La guerre du pétrole a commencé au Nigeria”, *Le Monde*, dia 23 de maio de 2009.
10. Apoli Bertrand Kameni, *Minerais stratégiques. Enjeux africains*, Paris, PUF/Le Monde, 2013, p. 98.
11. *Ibid.*, p. 208.
12. François-Xavier Verschave, *La Françafrique. Le plus long scandale de la République*, Paris, Stock, 1998, e *Noir Silence*, Paris, Les Arènes, 2000.
13. Apoli Bertrand Kameni, *Minerais Stratégiques...*, *op. cit.*, p. 69.
14. Esse monopólio acaba de fato em 2006, quando o Níger atribui pela primeira vez licenças de prospeção a empresas vindas de outros países, notadamente chinesas.
15. Para uma visão de conjunto do sistema Elf, ler Nicolas Lambert, *Elf la pompe Afrique*, Paris, L’échappée, 2014.
16. Triângulo dívida-petróleo-armas, entregas de armas financiadas por empréstimos garantidos sobre o petróleo concedidos pelo banco francês Paribas. Ver, por exemplo, “Que fait la France em Angola(gate) ?”, *Survie.org*, novembro de 2008.

17. Apoio da França ao Estado separatista enquanto a Grã-Bretanha apoiava a Nigéria que lhe comprava armas graças às “royalties” pagas por Shell-BP. Ver, por exemplo, Chibuike Uche, “Oil, British Interests and the Nigerian Civil War”, *The Journal of African History*, vol. 49, n° 1, fevereiro de 2008, p. 111-135.
18. Apoli Bertrand Kameni, *Minerais stratégiques...*, *op. cit.*, p. 211.
19. Entre 1996 e 2009, o Congo conheceu quatro guerras que fizeram mais de quatro milhões de mortos.
20. Sociedades de pequeno porte e com fracos meios financeiros, técnicos e humanos, que se dedicam geralmente à identificação de novas jazidas e à prospeção. Elas retiram seus lucros da especulação bolseira em torno de jazidas presumidos. A maior parte delas são cotadas na Bolsa de Toronto. Consultar Alain Deneault e William Sacher, “L’industrie minière reine du Canada”, *Le Monde Diplomatique*, setembro de 2013.
21. Alain Deneault, *Noir Canada. Pillage, corruption et criminalité en Afrique*, Montreal, Écosociété, 2008. Devido ao processo por difamação instaurado pelas sociedades Barrick e Banro contra a editora Écosociété, o livro foi retirado da venda, mas pode ser encontrado na Internet. Consultar também Alain Deneault e William Sacher, *Paradis sous terre. Comment le Canada est devenu la plaque tournante de l’industrie minière mondiale*, Montreal/Paris, Écosociété et Rue de l’échiquier, 2012.
22. Apoli Bertrand Kameni, *Minerais stratégiques...*, *op. cit.*, p. 128.
23. *Ibid.*, p. 129.
24. *Ibid.*, p. 122.
25. *Ibid.*
26. Sobre a liberalização da fileira do cacau na Costa do Marfim, Anna Bednik, “Tempête sur le cacao de Côte d’Ivoire”, *art. cit.*
27. Citado por Jacques Adda em “Braudel, Wallerstein et le système de l’économie-monde”, *Alternatives économiques*, n° 143, dezembro de 1996.
28. Os dados estatísticos deste capítulo provêm das fontes seguintes: Fundo monetário internacional (FMI), *World Economic Outlook*, abril de 2014 e *FMI Data Mapper* (www.imf.org/external/datamapper) para os dados relativos às taxas de crescimento do PIB; Nações Unidas, *UN Comtrade Database* (comtrade.un.org) e Nações Unidas, 2014 *International Trade Statistics Yearbook*, vol. 1, *Trade by Country*, Nova Iorque, United Nations, 2015, e Organização mundial do comércio (Wto.org/french/res_f/statis_f/merch_trade_stat_f.htm) para os dados relativos ao comércio internacional; United States Geological Survey (USGS – minerals.usgs.gov/minerals/pubs/commodity) para a produção e o comércio internacional dos minérios, U.S. Energy Information Administration (EIA – eia.gov) e Agência Internacional da energia (iea.org/statistics) para a produção e o comércio internacional dos hidrocarbonetos; a Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura (FAOstat, - faostat.fao.org e Índice dos produtos alimentares) para o comércio e preços dos produtos agrícolas; CNUCED (UNCTADstat, *Matrice du commerce de marchandises*, dados de 2012), para a parte dos produtos primários nas exportações.
29. *The State of commodity dependence 2012*, Nova Iorque e Genebra, CNUCED,

- 2012, p. 11.
30. Kevin P. Gallagher, Amos Irwin e Katherine Koleski, “Un mejor trato? Análisis comparativo de los préstamos chinos en América Latina”, *Cuadernos de Trabajo del Cechimex*, n° 1, janeiro de 2013, p. 7.
 31. Luis Orgaz, Luis Molina e Carmen Carrasco, “El creciente peso de las economías emergentes en la economía y gobernanza mundiales. Los países BRIC”, *Documentos Ocasionales*. Banco de España, n° 1101, 2011.
 32. FMI, *World Economic Outlook*, abril de 2014.
 33. Luis Orgaz et al., “El creciente peso de las economías emergentes em la economía y gobernanza mundiales”, *art. cit.*, p. 23.
 34. *Tendances du commerce international, Rapport sur le commerce mondial 2013*, OMC, 2013, p. 67 e p. 103.
 35. Jim O'Neill, “Building Better Global Economic BRICs”, *Goldman Sachs Global Economics Paper*, n° 66, dia 30 de novembro de 2001.
 36. Canadá e Estados-Unidos segundo a classificação da Global Material Flows Database alimentada pelo Sustainable Europe Research Institute (SERI) e Vienna University of Economics and Business (WU). Consultável em materialflows.net.
 37. *Ibid.*, (DMC). A parte da União europeia passa para 10% acrescentando a Croácia (adesão em 2013). DMC (Domestic Material Consumption), em francês CIM (Consumo interno aparente das matérias), é o indicador utilizado para medir a quantidade das matérias (extraídas sobre o território nacional ou importadas) diretamente utilizadas no sistema econômico nacional. Referido ao número de habitantes, o CIM (em 2010) já era de 17,4 toneladas de matérias por ano para um chinês contra 14,9 toneladas para um alemão, ou ainda de 17 toneladas para um brasileiro contra 19,7 toneladas para um francês. No topo da classificação, se encontram notadamente o Qatar (1º, com 89,5 toneladas), o Kuwait (60,5), a Austrália (46), o Chile (43,7) e o Uruguai (41,4). O Canadá (24,7) e os Estados-Unidos (20,9) ocupam, respetivamente, o 16º e o 22º lugares. É para ser destacado que este indicador não inclui os fluxos indiretos associados às importações (por exemplo, o peso total das matérias necessárias para fabricar na China um produto manufaturado importado pela França, outras que aquelas que ficam contidas neste produto), o que explica em parte o caráter algo surpreendente destes resultados. Cf. *infra*, Miragens de um crescimento desmaterializado.
 38. Sobre este assunto, consultar por exemplo Jean Coussy, “Extraversion économique et inégalité de puissance. Essai de bilan théorique”, *Revue française de science politique*, vol. 28, n° 5, 1978, p. 859-898, e Pierre Hassner, “À la recherche de la cohérence perdue : du côté de la semi-périphérie”, *Revue française de science politique*, vol. 30, n° 2, 1980, p. 237-261.
 39. Para uma definição mais completa, Mathias Luce, *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini*, Tese de doutorado, Universidade do Rio Grande do Sul, maio de 2011.
 40. *Ibid.*
 41. “El subimperialismo brasileño y Petrobras”, *El Juguete Rabioso*, maio de 2006.
 42. Mathías Luce, “El subimperialismo brasileño en Bolivia y América Latina”, *Boletín del Servicio de Noticias Ambientales* (SENA) del Fobomade, n° 83, outubro de 2010.

43. *Ibid.*
44. *Agenda prioritaria de integración*, Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento (COSIPLAN), Unasur, 2011, (atualizado em 2012).
45. “Ministros de América del Sur se reúnen con empresarios del FIESP para tratar la integración de infraestructura en la región”, Boletín de prensa, Unasur, dia 24 de abril de 2012.
46. Alí Rodríguez Araque, “Los recursos naturales como eje dinâmico en la estrategia de integración y unidad de nuestros países”, proposta do secretariado geral da Unasur aos chefes de Estado e de governo (Lima, dia 30 de novembro de 2012), publicada por América Latina en Movimiento, dia 1º de dezembro de 2012.
47. Para uma análise da linguagem tecnocrática da IIRSA, consultar Raúl Zibechi, “IIRSA. La integración a la medida de los mercados”, *América Latina en Movimiento*, dia 13 de junho de 2006.
48. Ao lado do Banco interamericano de desenvolvimento (BID), de la Corporación Andina de Fomento (CAF – braço financeiro da Comunidade andina) e do Fundo financeiro para o desenvolvimento da bacia da Prata (FONTPLATA).
49. *Ibid.* e Maristella Svampa, “Néo-développementisme extractiviste, gouvernements et mouvements sociaux en Amérique latine”, *art. cit.*, p. 106.
50. Patricia Molina, citada por Paúl Zibechi, “IIRSA. La integración a la medida de los mercados”, *art. cit.*
51. Patricia Molina *et al.*, *El Norte amazónico de Bolivia y el complejo del Río Madera*, A Paz, Fobomade, 2007, p. 103.
52. Em 2006, o presidente equatoriano Rafael Correa inaugurava a barragem de San Francisco, construída por Odebrecht graças a um empréstimo do BNDES. Um ano depois, a central estava parada em razão de falhas técnicas graves. Perante a recusa da empresa de reconhecer seus erros, o presidente Correa a expulsa do país. Consultar Anne Vigna, “Les Brésiliens aussi ont leur Bouygues”, *Le Monde Diplomatique*, outubro de 2013. Desde então, as relações se normalizaram: em 2013, Odebrecht conseguia um novo contrato no Equador que tinha por objeto a construção de um *pipeline* de 210 quilômetros de comprimento.
53. Consultar Renaud Lambert, “Le Brésil s’empare du rêve de Bolivar”, *Le Monde Diplomatique*, junho de 2013.
54. Comentários de Samuel Pinheiro Guimarães, ex-ministro de Lula e responsável pela redação do Plano Brasil 2022 que fixa os objetivos estratégicos do país, citado em *ibid.*
55. Raúl Zibechi, “IIRSA. La integración a la medida de los mercados”, *art. cit.*
56. Plano de ação da IIRSA, em www.iirsa.org.
57. Raúl Zibechi, “IIRSA. La integración a la medida de los mercados”, *art. cit.*
58. Immanuel Wallerstein, citado em Rémi Boivin, “Le monde à l’envers ?”, *Déviance et Société*, vol. 34, n° 1, 2010, p. 26.
59. Consultar Mathias Siebel Luce, *A teoria do subimperialismo...*, *op. cit.*
60. CNUCED (UNCTADstat), *Matrice du commerce de marchandises*, dados de 2012.
61. *Ibid.*, UM Comtrade, EIA, dados de 2012.

62. SERI/WU 2014 (PTB – *Physical Trade Balance*), dados disponíveis até 2010 (materialflows.net).
63. SERI/WU 2014 (*Total exports*), dados disponíveis até 2010 (materialflows.net).
64. CNUCED (UNCTADstat), 2012.
65. *Ibid.*
66. Grupo de 16 metais (ou 17 segundo as fontes: o ítrio, o lantânio e 14 outros lantanídeos aos quais se adiciona por vezes o escândio) com muitas aplicações industriais, entre as quais algumas novas tecnologias ditas verdes.
67. Sobre as quotas, consultar “China’s Rare-Earth Industry”, USGS, 2011, p. 6, e “MOFCOM Announcement n° 74 of 2012 on Total Amount of Export Quotas of Agricultural and Industrial Products in 2013” (www.brics-info.org). Sobre a oferta das terras raras, consultar USGS 2014.
68. USGS 2014.
69. Zhonghua Renmin Gongheguo Guowuyuan Gongbao, “Plan for Development of the National Strategic Emerging Industries During the Period of the Twelfth Five-Years Plan”, *State Council Gazette*, vol. 21, n° 1416, dia 30 de julho de 2012, p. 11, “Plan for Energy Conservation and Emissions Reduction During the Period of the Twelfth Five-Years Plan”, *State Council Gazette*, vol. 25, n° 1420, dia 10 de setembro de 2012, p. 5, citado em *USGS Advanced Released 2012 China*.
70. Forbes, “The World’s Biggest Public Companies” (forbes.com/global2000/list/). Essas empresas são ICBC (1a), China Construction Bank (2a), Agricultural Bank of China (3a), Bank of China (4a) e PetroChina (8a). As cinco outras primeiras empresas mundiais são estadunidenses.
71. Se seguimos ao pé de letra a tipologia braudeliana retomada por Wallerstein, a China deve ser considerada como um “império-mundo”, “uma importante estrutura burocrática, dotada de um único centro político”. A seguir Wallerstein, o capitalismo como sistema não pode desenvolver-se neste tipo de estrutura. Deve-se, então, pensar que esse “império” chinês, funcionando segundo seu próprio esquema e propagando-se em seu próprio espaço, escapa ao *sistema-mundo* capitalista (que não poderia, por conseguinte, ser realmente mundial?) e à hegemonia de seus centros ocidentais? Que, simetricamente, ele também não afeta a *economia-mundo* ocidental, da mesma forma que na Idade Média, as trocas entre Oriente e Ocidente não colocavam em jogo suas hierarquias internas? Ou, muito pelo contrário, deve-se considerar que o aumento de poder do “império-mundo” chinês está por assinar o fim do “sistema-mundo” capitalista? Nenhuma dessas hipóteses parece descrever a configuração atual. Parece evidente que a saúde econômica do “socialismo” chinês se tornou crucial para a economia capitalista mundial e seus mercados, sem, no entanto, que isso subjugue ao Império, ou apague eles da cena econômica e política, os centros de decisão ocidentais.
72. Luis Orgaz *et al.*, “El creciente peso de las economías emergentes en la economía y gobernanza mundiales”, *art. cit.*
73. Consultar Nações unidas, 2014 *International Trade Statistics Yearbook*, vol. 1, Trade by Country, Nova Iorque, United Nations, 2015.
74. Segundo um estudo da agência de notação Fitch conduzida em 2010 (*Fitch Ratings, The Impact of a China Slowdown on Global Credit Quality*, dia 30 de

- novembro de 2010), um abrandamento do crescimento chinesa (uma subida de 5% de seu PIB em vez dos quase 10% esperados) poderia provocar um refluxo global de 20% dos preços das matérias-primas. Desde 2012, o crescimento chinês abranda efetivamente. A partir de 2013, os preços dos principais metais baixam.
75. SERI e WU 2014 (DMC), *Global Material Flows Database* (materialflows.net).
 76. Banco mundial e FMI (de 1988 a 2013).
 77. Helmut Asche, “Contours of China’s “Africa Mode” and Who May Benefit”, *Journal of Current Chinese Affairs*, vol. XXXVII, n° 3, 2008, p. 165-180, citado por Bruno Hellendorff, “La Chine en Afrique. Survol des enjeux”, *Note d’analyse du GRIP*, dia 13 de dezembro de 2010.
 78. Sobre a crítica dos novos critérios de atribuição de ajudas por parte das IFIs, consultar por exemplo Jean Merckaert, “La dictature de la “bonne gouvernance” ou l’impasse des indicateurs de performance politique”, *Techniques financières et développement*, n° 75, junho de 2004.
 79. Kevin P. Gallagher et al., “Un mejor trato ?...”, *art. cit.*
 80. Consultar por exemplo “China se “adueña” del crudo de Ecuador”, *CNN Expansión*, dia 30 de novembro de 2013.
 81. Bruno Hellendorff, “La Chine en Afrique. Survol des enjeux”, *art. cit.*, p. 9.
 82. Banco público chinês fundado em 1994. Suas atividades principais são os créditos à exportação, as garantias internacionais, os empréstimos para os projetos de construção e de investimento no estrangeiro, e as linhas de crédito oficiais. Suas reservas superariam os 15 bilhões de dólares. Michel Beuret e Serge Michel, “La Chine a-t-elle un plan en Afrique?”, *Afrique contemporaine*, vol. 4, n° 228, 2008, p. 49-68.
 83. Emmanuel Guérin, “Bailleurs émergents et gouvernance mondiale de l’aide au développement. Où en est la Chine en Afrique?”, *Idées pour le débat*, n° 3, 2008.
 84. Beuret Michel, Michel Serge, *art. cit.*
 85. Essa política da China não é recente: a ferrovia Tanzânia-Zâmbia, financiada e construída pela China, foi inaugurada em 1976. Ela liga o cinturão do cobre e do cobalto na Zâmbia ao oceano Índico na Tanzânia, passando pela província congoleza do Catanga.
 86. É de referir também que as empresas chinesas de armamento estão hoje entre os mais importantes fornecedores de armas na África... a baixo preço. Consultar Bruno Hellendorff, “La Chine en Afrique. Survol des enjeux”, *art. cit.*
 87. Em 2007, durante a campanha presidencial na Zâmbia, a China até transgrediu formalmente sua doutrina de não-interferência ameaçando o país de represálias em caso de vitória da oposição, cujo candidato tinha prometido expulsar os chineses e reduzir as aquisições das empresas estrangeiras no valor de 51% (Apoli Bertrand Kameni, *Minerais stratégiques...*, *op. cit.*, p. 136).
 88. *Ibid.*, p. 131.
 89. Esse contrato, várias vezes reavaliado, previa, em 2007, a atribuição pela China de um empréstimo de aproximadamente 9 bilhões de dólares. Comprometia duas empresas chinesas a construir ou a reabilitar mais de 5.000 quilômetros de estradas e mais de 3.000 quilômetros de ferrovias, duas barragens hidrelétricas, 31 hospitais de 150 leitos e 145 centros de saúde, 4 universidades e 50.000

- habitações sociais. Em contrapartida, no quadro de um “coempresa” minerária criada para este efeito, a RDC abria à China o acesso a 10 milhões de toneladas de heterogenite (mistura de cobre e de cobalto) e 327 toneladas de ouro (*ibid.*, p. 146).
90. “Declaração de Sharm El-Sheikh do Fórum da cooperação sino-africana”, Sharm El-Sheikh, dia 12 de novembro de 2009, citado por Bruno Hellendorff, “La Chine en Afrique. Survol des enjeux”, *art. cit.*
 91. UNCTADstat 2012. Valor de referência: total dos produtos distribuídos.
 92. Excluindo a Croácia que não era país-membro da EU em 2011.
 93. SERI/WU 2014 (Used Extraction).
 94. A categoria “extração não utilizada” (Unused Extraction) remete para todas as matérias que foi preciso extrair, deslocar ou perturbar para obter as matérias valorizadas (vendidas, transformadas *etc.*) no sistema econômico (Used Extraction): terrenos detriticos, terras estéreis, resíduos de colheitas, solos perdidos *etc.* Segundo a *Global Material Flows Database*, se se adicionam a extração utilizada e as estimações da extração não utilizada, a Ásia ocupa ainda o primeiro lugar mundial (50,7%), mas é a América do Norte que vem em segunda posição (12,5%), seguida pela América Latina e caribe (11,3%), da Europa (10,6% para o conjunto do continente e 9% para a Europa dos 27), da Oceania (7,7%) e, em última posição, da África (7,3%).
 95. EIA 2014. A AIE confirma esse primeiro lugar para o gás, mas não para o petróleo, colocando os EUA em 3a posição, depois da Arábia Saudita e da Rússia (AIE, *Key World Energy Statistics 2014*, p. 11 e p. 13).
 96. SERI/WU 2014 (PTB), dados disponíveis até 2010 (www.materialflows.net).
 97. AIE, dados 2010 para o petróleo e 2012 para o gás e o carvão.
 98. *United Nations Comtrade database* 2012.
 99. FAOstat, dados de 2011.
 100. Lucrécio, *De Rerum Natura*, Paris, Les Belles Lettres, 1920, Canto VI, verso 210-215, p. 271. Eu agradeço Donatien Costa por este trecho.
 101. Sobre o tratamento dos minérios pelo fato de “torrá”-lo, consultar Alexandre Baudrimont *et al.*, *Dictionnaire de l'industrie manufacturière, commerciale et agricole*, Tomo IX, Paris, Chez J.-B. Baillièrre, Librairie de l'Académie royale de médecine, 1840, p. 345, e p. 355-356.
 102. Os afloramentos de minerais enxofrados são naturalmente sujeitos a uma oxidação por contato com ar e água. Este fenômeno lento provoca a aparição de ácido sulfúrico e a solubilização dos metais presentes. Quando obras minerárias (escavações e bombeamentos) perturbam o equilíbrio químico desses afloramentos e das jazidas de sulfúreos metálicos profundos colocando-os brutalmente em condições oxidantes, essa reação amplificada cria escoamentos ácidos chamados “drenagens minerárias ácidas” ou DMA, um dos problemas ambientais maiores da indústria mineradora. Nos casos mais severos, a vida aquática nos cursos de água receptores das DMA desaparece duravelmente em longas distâncias (definição do Instituto Francês de Investigações Geológicas e Minerárias – BRGM).
 103. *Cf. supra*, As Veias sempre abertas da América Latina. Para uma apresentação

completa das condições da acumulação primitiva, consultar por exemplo Gérard Bensussan e Georges Labica, *Dictionnaire critique du marxisme*, PUF, coll. “Quadrige”, 2001, p. 145-146 e p. 190-191.

104. INSEE.

105. Comandante Davin, “Le charbon au point de vue naval”, *Revue des Deux Mondes*, tomo 34, 1906, p. 310 e 313.

106. Governo do Reino-Unido, Departamento da energia e da mudança climática, “Historical Coal Data. Coal Production, Availability and Consumption 1853 to 2014” (descarregável em gov.uk/government/statistical-data-sets/historical-coal-data-coal-production-availability-and-consumption-1853-to-2011).

107. AIE, 2012.

108. Consultar The Coalmining History Resource Centre (cmhrc.co.uk/site/disasters/index.html).

109. Consultar Bruno Chareyron, *L’impact radiologique de 50 années d’extraction de l’uranium en France*, CRIIRAD, 2005 (consultável em criirad.org/actualites/uraniumfrance/Synthese_PDF/francais.pdf).

110. 3 toneladas segundo o BRGM e 8 toneladas segundo uma investigação independente. *Cf. infra*, Resistências, para mais detalhes.

111. Consultar ministério encarregado do Meio ambiente – DPPR/SEI/BARPI, “Effondrement de la digue d’un bassin de stockage de déchets miniers, le 25 avril 1998, Aznalcollar, Espagne”, *ARIA*, n° 12831, atualizado em março de 2008 (consultável em aria.developpement-durable.gouv.fr/wp-content/files_mf/1374507201FD_12831_aznacollar_1998_fr.pdf).

112. Tom Popper do Regional Environmental Centre citado por Emma Batha, “Death of a river”, *BBC News*, dia 15 de fevereiro de 2000 (consultável em news.bbc.co.uk/2/hi/europe/642880.stm).

113. Consultar ministério encarregado do Meio ambiente – DPPR/SEI/BARPI, “Pollution des eaux par des effluents cyanurés em Europe de l’Est, Le 30 janvier 2000, Baia Mare, Roumanie”, *ARIA*, n° 17265, atualizado em março de 2008 (consultável em aria.developpement-durable.gouv.fr/wp-content/files_mfFD_17265_baia_mare_2000_fr.pdf).

114. Só os metais preciosos (ouro, prata, platina, paládio), os metais de base (alumínio, cobre, estanho, níquel, chumbo, zinco) e há pouco o cobalto e o molibdênio são cotados diariamente em mercados abertos; para a maior parte dos outros metais bem como para os minérios e concentrados, os preços estabelecem-se diretamente por contratos de mais ou menos longo prazo, por mútuo acordo entre produtores e usuários. As análises dos movimentos de preços desses outros metais estratégicos podem ser encontradas em revistas especializadas, sem que se trate de uma “cotação” estritamente falando. Assim, se sabe por exemplo que entre 2005 e 2010 os preços das terras raras explodiram até + 1.100% (para o cério) etc.

115. *Índice dos produtos alimentares* da FAO.

116. Emed Mining, através de sua filial espanhola Emed Tartessus.

117. A lógica exigiria que as técnicas de extração, e não as jazidas, sejam qualificadas assim. Mas no uso, designam-se como “não-convencionais” também os próprios

- hidrocarbonetos, tomando por referência não a técnica, mas os reservatórios (xisto, carvão, areia *etc.*). O termo fica muito ambíguo, até porque uma prática ou uma técnica “não-convencional” num determinado momento se torna “convencional” generalizando-se.
118. Consultar por exemplo esta nota do ex-senador e cavaleiro da Legião de honra (título honorífico francês), René Trégouët: “Un débat majeur va devoir s’ouvrir : que va faire la France avec les gaz de schiste et les hydrates de méthane ?”, *RTFlash*, dia 30 de março de 2012.
 119. Assim, algumas análises avisam de que as estimações dos recursos recuperáveis “a um custo aceitável” são amplamente superavaliadas e que a prorrogação que eles oferecem é mínimo, até inexistente. Consultar Nick A. Owen, Oliver R. Inderwildi e David A. King, “The Status of Conventional World Oil Reserves. Hype or Cause for Concern?”, *Energy Policy*, vol. 38, n° 8, agosto de 2010, e Tony Greham, “The Economics of Oil dependence. A glass ceiling to recovery”, *Nef*, 2012 (consultável em neweconomics.org/publications/entry/the-economics-of-oil-dependence-a-glass-of-ceiling-to-recovery).
 120. O termo exato para designer esses hidrocarbonetos é “hidrocarbonetos de rocha-mãe”. Com efeito, “de xisto” é uma tradução imprópria do inglês *shale* que remete a um dos sentidos possíveis da palavra portuguesa “xisto”, isto é, uma argila laminada pouco permeável, que tem sedimentado no fundo do oceano (e na qual, ao longo dos anos, sob o efeito da pressão e da temperatura, os resíduos de organismos marinhos se transformaram em hidrocarbonetos). O sentido mais corrente da palavra “xisto” remete a uma rocha metamórfica de aspeto laminado que se pode encontrar, por exemplo, na Bretanha, e que não contém hidrocarbonetos.
 121. Aproximadamente 780.000 m3 de petróleo derramado no golfo do México.
 122. Testes conduzidos no Japão por Japan Oil, Gas and Metals National Corporation (Jogmec), que, em março de 2013, conseguiu extrair hidrato de metano dos fundos marinhos graças a um método de despressurização (jogmec.go.jp/english/oil/technology_015.html) e Sugar Project (Alemanha, geomar.de/en/research/fb2/fb2-mg/projects/sugar-2-phase).
 123. AIE citada por Nafeez Mosaddeq Ahmed, “Gaz de schiste, la grande escroquerie”, *Le Monde Diplomatique*, março de 2013.
 124. A lista completa das substâncias utilizadas figura em anexo 1 (p. 126) do relatório de 2011 do Tyndall Centre (tyndall.manchester.ac.uk/public/Tyndall_shale_update_2011_report.pdf).
 125. Notadamente pelos compressores e pelos dispositivos de separação durante a subida dos hidrocarbonetos.
 126. Robert W. Howarth, Renee Santoro, Anthony Ingraffea, “Methane and the Greenhouse-Gas Footprint of Natural Gas from Shale Formations”, *Climatic Change*, março de 2011 (consultável em sustainablefuture.cornell.edu/news/attachments/Howarth-EtAl-2011.pdf).
 127. Em particular, por conta da brevidade da duração de produção de cada poço, que não justifica a construção de infraestruturas mais perenes.
 128. Enquanto em 2011 a Agência intergovernamental estadunidense EIA estimava as reservas a 5.300 bilhões de m3, em 2012, o Instituto nacional de geologia da

Polônia as estimou aproximadamente a 346-768 bilhões de m³, com um máximo possível de 1.920 bilhões.

129. Durante uma revisão em maio de 2014, a EIA reviu essas reservas a 600 milhões de barris, enquanto em 2012 ela estimava essas reservas a 13,7 bilhões.
130. Sobre esse assunto, ler notadamente Nafeez Mosaddeq Ahmed, *art. cit.* A baixa de produção de um poço de gás de xisto seria de 60 a 90% ao termo do primeiro ano, a de um poço de óleo de xisto superior a 40%; o preço do gás nos EUA passou de 7 a 8 dólares por milhão de BTU (unidade de energia igual a cerca de 1055 joules) em 2008 a 3 dólares em 2012. A queda do preço do crude (a partir de 2014) provocou uma baixa de produção e falências.
131. Para uma lista mais completa, *cf. infra*, Resistências.
132. Consultar notadamente as explicações dos coletivos do Nord-Pas-de-Calais e da Lorena (stopgazdeschistellorraine.wordpress.com/gaz-de-couche-pour-les-nul-le-s).
133. Filmes *Gasland* (2010) e *Gasland. Part II* (2013).
134. Consultar a apresentação desse projeto em ifremer.fr/drogm/Activites/Archives/Activites-2009-2011/Geodynamique-et-Geophysique#GOLD.
135. Uma concessão é uma licença de exploração.
136. Deve-se notar que um grande número desses pedidos estão em concorrência e não darão origem a um número equivalente de PERH.
137. Consultar por exemplo Rémi Steiner, Pascal Clément e Philippe Guignard, *Délais d'instruction des demandes de permis exclusifs de recherche et de concessions d'hydrocarbures* (relatório para o ministro da Economia, da Indústria e do Numérico e para a ministra da Ecologia, do Desenvolvimento sustentável e da Energia), Relatório n° 010220-01, julho de 2015, p. 7 (consultável em cgedd.developpement-durable.gouv.fr/IMG/pdf/0122001_rapport_cle2321f4.pdf).
138. As reservas de gás são estimadas a 3,9 bilhões de m³ e as de petróleo a 4,7 bilhões de barris (o que representa, contudo, apenas e no melhor dos casos, 6,5 anos de consumo francês, a condição de cavar milhares de poços).
139. São envolvidos na prospeção ou na exploração petrolífera (todos os tipos de jazidas juntos e por departamento): o Ain, o Aisne, os Hautes-Alpes, o Ardèche, os Ardennes, o Ariège, o Aube, o Aude, os Bouches- du-Rhône, o Doubs, o Drôme, o Finistère, o Gard, o Haute-Garonne, o Gers, o Gironde, o Hérault, o Isère, o Jura, os Landes, o Loiret, o Lot, o Lot-et-Garonne, o Lozère, o Marne, o Haute-Marne, o Meurthe-et-Moselle, o Meuse, Moselle, o Nord, o Oise, o Pas-de-Calais, os Pyrénées-Atlantiques, os Hautes-Pyrénées, o Bas-Rhin, o Haut-Rhin, Rhône, o Saône-et-Loire, o Savoie, o Haute-Savoie, a Seine-Maritime, o Seine-et-Marne, os Yvelines, o Tarn-et- Garonne, o Vaucluse, os Vosges, o Yonne, o Território de Belfort, o Essonne, os Hauts-de-Seine, o Seine-Saint- Denis, o Val-de-Marne, o Val-d'Oise, a Guadalupe, a Martinica, a Guiana, Saint-Pierre-et-Miquelon, as Ilhas Esparsas (stop-gaz.fr). Numerosos coletivos locais seguem a atualidade dessas licenças em seus sites Internet (consultar por exemplo stopaugazdeschiste07.org, stopgazdeschiste.org e scoop.it/t/schiste2 para revistas de imprensa).
140. Essa comissão é notadamente encarregada “de avaliar os riscos ambientais ligados às técnicas de fraturamento hidráulico ou às técnicas alternativas” e “de

emitir um parecer público sobre as condições de realização das experimentações” (Lei nº 2011-835 do dia 13 de julho de 2011, artigo 2).

141. *bid.*, artigo 4.
142. O Ofício parlamentar de avaliação das escolhas científicas e tecnológicas (OPECST), encarregado em 2013 pelo Senado de estudar essa questão, no final confirmou que o fraturamento hidráulico (tal como é praticado atualmente, isto é, utilizando água) ainda era a única tecnologia operacional e rentável, mas isso não impede os industriais de fazer a promoção de seus achados (ver por exemplo o fraturamento com propano, depois com óleo de parafina d’eCorpStim).
143. Mudar de fluído não implica de jeito nenhum a ausência de fugas dos poços ou de subidas dessas substâncias pelas falhas naturais. Por outro lado, qualquer que seja o fluído, o fraturamento fica “hidráulico” (o termo “hidráulico” não remetendo à água, mas a um fluído), e, logo, proibido na França.
144. Um desses projetos, liderado pelos gigantes Lafarge e Italcementi no Morbihan, teve que ser abandonado face à oposição dos moradores e dos pescadores. Um outro, na baía de Lannion, é hoje o assunto de uma importante contestação local.
145. Consultar collectif-planoise-sans-mine-association-antully.org.
146. BRGM, Ifremer, Ademe, AFD.
147. Em março de 2015, na sequência das promessas remontando a 2012, um pré-projeto de lei tendo por objeto a reforma do código mineral foi publicado e submetido à consulta (no site do ministério da Economia, consulta terminada no 8 de abril de 2015). Consultar a análise de Arnaud Gossement, “Code minier: une réforme complexe et paradoxale, par ordonnances”, Gossement/Avocats, dia 21 de março 2015 (arnaudgossement.com/archive/2015/03/21/code-minier-le-gouvernement-procedera-par-ordonnances-5587845.html).
148. Por exemplo, o braço de ferro que opôs os coletivos e associações guianenses ao projeto da montanha de Kaw, finalmente congelado.
149. Criada por ex-geólogos do Ofício de pesquisas geológicas e minerais, órgão público francês produtor de dados geológicos de referência.
150. Informações detalhadas em mineralinfo.fr/actualites/attribution-dun-permis-exclusif-recherche-mines-dit-permis-beauvoir-societe-imerys.
151. Consultar aldeah.org/fr/le-retour-des-mines-en-france. Sobre a dificuldade de ter uma visão de conjunto sobre os pedidos de licença instruídos, *cf. infra*, Resistências.
152. Consultar BRGM (brgm.fr/projet/metaux-strategiques-potentiels). Sobre a poluição abandonada pela exploração mineral nas Cévennes, consultar “Pollution minière en France, scandale environnemental à la porte des Cévennes”, *Pour-Suites*, Webrevista de investigação de RFI (webdoc.rfi.fr/pour-suites/enquete-pollution-cachee-cevennes/#slide2).
153. +71% para o zinco, +325% para o ouro, +228% para a prata, +233% para o cobre e +71% para o níquel em 2014 em relação a 2000.
154. Entre 1911 e 1914, depois entre 1923 e 1924 (Pierre-Christian Guiollard, *La mine d’or du Châtelet (Creuse), 1905-1955, Étude historique et technique*, Jouac, Éditions P.-C. Guiollard, 1991).

155. Cf. *infra.*, Miragens de um crescimento desmaterializado.
156. Consultar notadamente “Approvisionnement en métaux critiques. Un enjeu pour la compétitivité des industries française et européenne”, nota de análise do Commissariado geral à estratégia e à prospekta, verão de 2013, (consultável em strategie.gouv.fr/sites/strategie.gouv.fr/files/2013-07-10-metiaux-na03.pdf).
157. *Ibid.*, p. 9. Note-se que o último inventário mineiro data de 1992.
158. Consultar aldeah.org/fr/le-retour-des-mines-en-france.
159. Comunicação da Comissão ao Parlamento europeu e ao Conselho, *Initiative “matières premières” – répondre à nos besoins fondamentaux pour assurer la croissance et créer des emplois en Europe*, Bruxelas, COM(2008) 699 final do dia 4 de novembro de 2008.
160. Cf. *infra.*, Resistências.
161. “Montebourg confirme la “renaissance” d’une compagnie nationale des mines”, AFP, dia 21 de fevereiro de 2014.
162. Ouvir Pascal Thibaut e Marc Minatel, “Mines de charbon et politique énergétique en Allemagne”. *Grand reportage*, RFI, dia 13 de novembro de 2013.
163. Mais precisamente, Gudynas e as ONGs latino-americanas que baseiam suas defesas nos escritos dele argumentam que a construção de uma sociedade “pós-extrativista” deve começar por uma passagem do extrativismo “predatório” ao extrativismo “moderado” (sensato), depois ficar apenas com o extrativismo “indispensável” (consultar por exemplo Coletivo, *Transiciones. Post extractivismo y alternativas al extractivismo*, Lima, RedGe e CLAES, 2011). Esta recomendação pode até fazer todo sentido, sua realização prática fica seriamente presa pelo discurso: é a última etapa que se diz visar, mas, admitindo que precisa de tempo e de dinheiro para superar a primeira, se arrisca permanecer indefinidamente enalhado ao ponto de partida. E, no final das transições que não resultam em nada, a noção de extrativismo corre o risco de tornar-se politicamente inofensiva.
164. Eduardo Gudynas, *Extracciones, extractivismos y extrahecciones...*, *op. cit.*, p. 5.

Capítulo 3

MIRAGENS DE UM CRESCIMENTO DESMATERIALIZADO

1. USGS, dados atualizados em 2015. Note-se que essas estimações não refletem os limites geológicos definitivos. Voltarei para este assunto mais adiante neste capítulo.
2. Pierre Brabant, “Une évaluation indispensable de l’état actuel de la dégradation des terres”, *Les dossiers thématiques du CSFD*, n° 8, agosto de 2010, p. 4. Sobre o caráter extrativista do agronegócio, cf. *infra*, Extrair, produzir, consumir: não tem alternativa?
3. Consultar por exemplo Dania Abdul Malak *et al.*, *Aperçu du statut de conservation des poissons marins présents en mer Méditerranée*, UICN Red List, 2011.
4. A areia de rio começa por exemplo a escassear na região parisiense. Sobre a exploração da areia, consultar o documentário, *Le sable, enquête sur une disparition* (2013), de Denis Delestrac (o dossiê de imprensa do filme é consultável em informationfilms.com/pdf/le-sable-enquete-sur-une-disparition_fr2.pdf).
5. Para produzir (em 2014) 49,3 milhões de toneladas de alumínio (USGS).
6. Petróleo em 2012 (EIA), gás (IEA-AIE) e carvão em 2013 (World Coal Association), metais em 2014 (USGS), urânio em 2013 (OCDE/AIEA).
7. Notadamente pelo que diz respeito a determinados metais estratégicos (consultar capítulo precedente), entre os quais o lítio.
8. Jessica Elzea Kogel, Nikhil C. Trivedi e James M. Barker, *Industrial Minerals and Rocks. Commodities, Markets, and Users*, Englewood (CO), Society for Mining, Metallurgy and Exploration, 2006, p. 172.
9. SERI/WU 2014 (*Used Extraction*).
10. *Ibid.* (*Total Extraction*). A extração não-utilizada, é composta por todas as matérias extraídas ou deslocadas, não valorizadas economicamente, para acessar à substância procurada. No caso da extração do ouro, ela pode representar até 99,998% da matéria total extraída (2 gramas de ouro por tonelada de minério extraído numa mina ao ar livre). Na mina de Grasberg, na Indonésia, extraem-se por exemplo até 250.000 toneladas de minério por dia, ou seja, até 91 milhões de toneladas por ano para uma produção de 403.000 toneladas de cobre e 31,1 toneladas de ouro (consultar AFP, “En Indonésie, la première mine d’or au monde fait polémique”, dia 26 de novembro de 2013 e o relatório anual de 2013 da empresa exploradora Freeport-McMoRan). À extração inutilizada associada às atividades extrativas e à agricultura, precisa também acrescentar a extração não utilizada associada por exemplo às obras de construção (moradias, túneis, estradas, barragens *etc.*). Segundo o Wuppertal Institute, a nível mundial, o volume de terra escavada nas obras de construção de infraestruturas seria de 40 a 50 bilhões de toneladas por ano, ou seja, quase tanto quanto o volume da extração utilizada das atividades minerárias.
11. Até o índice da *Felicidade nacional bruto* do Butão inclui o crescimento do PIB.

12. OCDE, *Vers une croissance verte. Résumé à l'intention des décideurs*, Paris, Éditions OCDE, maio de 2011, p. 4.
13. Donella Meadows, Dennis Meadows e Jorgen Randers (1972), *Les limites de la croissance*, Paris, Rue de l'Échiquier, 2012.
14. Consultar por exemplo a definição do “desenvolvimento sustentável” pelo ministério da Ecologia, do Desenvolvimento sustentável e da Energia francês (developpement-durable.gouv.fr/Definition-du-developpement.15067.html).
15. Em 2012, durante a cimeira Rio+20, o Global Green Growth Institute (GGGI), criado pela Coreia em junho de 2010, torna-se uma organização internacional. No mesmo ano, o GGGI, o PNUA e o Banco mundial instituem uma Plataforma mundial dos conhecimentos sobre o crescimento verde (greengrowthknowledge.org).
16. OCDE, *Vers une croissance verte*, *op. cit.*, p. 5.
17. Segundo a OCDE (*ibid.*, p. 4), “uma política de crescimento verde consiste em favorecer o crescimento econômico e o desenvolvimento enquanto velando por que os ativos naturais continuem a fornecer os recursos e os serviços ambientais nos quais baseia-se nosso bem-estar. Para este efeito, ela deve catalisar o investimento e a inovação que sustentarão um crescimento durável e criarão novas oportunidades econômicas. Precisamos de um crescimento verde porque a erosão do capital natural induzida pelo crescimento aumenta os riscos para o desenvolvimento”.
18. *Ibid.*, p. 2.
19. *Cf. infra*, Esperando pelo desastre.
20. OCDE, *The Bioeconomy to 2030. Designing a Policy Agenda*, Paris, Éditions OCDE, 2009.
21. PNUA, *Decoupling Natural Resource Use and Environmental Impacts from Economic Growth. A Report of the Working Group on Decoupling to the International Resource Panel*, Nova Iorque/Nairobi, UNEP, 2011, p. IX.
22. PNUA, “L’humanité peut et doit faire plus avec moins, souligne le PNUE”, dia 12 de maio de 2011 (consultável em unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=2641&ArticleID=8734&l=fr).
23. Em La Oroya, as crianças têm níveis de chumbo no sangue 4 a 10 vezes superiores ao limite aceitável segundo a OMS.
24. Denis Cosnard, “Gaz de schiste. Ne dites plus “fracturation”, mais “massage de la roche”, *Le Monde*, dia 22 de Janeiro de 2013. Em 2012, um estudo publicado pela Universidade da Louisiana mostrou efetivamente que a oposição a essas técnicas era mais fraca quando a palavra “fraturamento” era substituída nas pesquisas de opinião por termos como “injeção de alta pressão”.
25. Centro nacional dos recursos textuais e linguísticos (cnrtl.fr).
26. Consultar Philippe Bihouix, *L’âge des low tech. Vers une civilisation techniquement soutenable*, Paris, Seuil, 2014, p. 222-237. Para uma lista dos principais metais necessários à fabricação de um computador, consultar Éric Drezet, “Informatique et épuisement des ressources naturelles”, *Techniques de l’ingénieur*, dia 25 de novembro de 2011.

27. O volume dos dados trocados e armazenados estoura (+35 % em 2012. + 39 % em 2011), Philippe Bihouix, *L'âge des low tech*, op. cit., p. 225. Consultar também Fabrice Flipo, Michelle Dobré e Marion Michot, *La face cachée du numérique*, Paris, L'échappée, 2013.
28. 76 % do PIB da União europeia, 80 % do PIB francês, 1º empregador francês (Banco mundial, 2010).
29. Apoli Bertrand Kameni, *Minerais stratégiques...*, op. cit., p. 156.
30. Notadamente Global Witness.
31. Section 1502 (*Conflict Minerals*) de Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act (2010), vertente legislativa da reforma do mercado financeiro engajada pela administração Obama na sequência da crise dos subprimes e da crise financeira e econômica que a seguiu.
32. Minério de tântalo.
33. Consultar notadamente “Face à un fusil, que peut-on faire ? La guerre et la militarisation du secteur minier dans l'est du Congo”, Global Witness, julho de 2009 (em particular sobre as relações entre as mineradoras estrangeiras e a violência no Congo), e Apoli Bertrand Kameni, *Minerais stratégiques...*, op. cit., p. 155-170.
34. Diretiva RoHS (para “Restrição da utilização de algumas substâncias perigosas nos equipamentos elétricos e eletrônicos”), 2002/95/CE.
35. Apoli Bertrand Kameni, *Minerais stratégiques...*, op. cit., p. 179-205.
36. Philippe Bihouix, *L'âge des low tech*, op. cit., p. 91-92.
37. Dividem-se geralmente os biocombustíveis em três gerações: a primeira, a dos combustíveis produzidos a partir de culturas tradicionalmente destinadas à alimentação (biodiesel produzido a partir das plantas oleíferas, e bioetanol a partir de plantas de açúcar); a segunda, baseada na transformação de resíduos de plantas e mais geralmente de fontes vegetais não alimentares como a lenhite e a celulose; a terceira, a partir da cultura de microalgas (biodiesel, biogás, bioetanol, hidrogénio etc.).
38. *Ibid.*, p. 66 e p. 71-72.
39. A “nanobiologia”, que vai ao encontro das biotecnologias, a nanoeletrônica, que visa a prolongar a miniaturização dos equipamentos eletrônicos aproveitando as características específicas da matéria a esta escala, e os nanomateriais, compostos de nanotubos de carbônio, de nanopartículas de argila de sílice ou de metais (*ibid.*, p. 93).
40. Philippe Bihouix e Benoît de Guillebon, *Quel futur pour les métaux. Raréfaction des métaux. Un nouveau défi pour la société*, Les Ulis, EDP Sciences, 2010.
41. *Ibid.*
42. OCDE, *Productivité des ressources dans les pays du G8 et de l'OCDE*. Rapport établi dans le cadre du Plan d'action 3R de Kobe, Paris, Éditions OCDE, p. 5 e p. 19.
43. *Ibid.*, p. 19.
44. Philippe Bihouix, *L'âge des low tech*, op. cit., p. 68-69.

45. *Ibid.*, p. 69.
46. OCDE, *Productivité des ressources dans les pays du G8 et de l'OCDE*, *op. cit.*, p. 19.
47. Durante a última revisão do Sistema de contabilidade nacional das Nações unidas (SCN), em 2008, a referência explícita ao mercado foi retirada da definição da produção. Assim, da “atividade socialmente organizada das unidades residentes, que consiste em criar bens e serviços habitualmente trocados no mercado e/ou obtidos a partir de fatores (trabalho, capital fixo, matérias-primas, terrenos, técnicas de fabricação) que se trocam no mercado” (definição adotada no quadro da reforma de 1976), a produção se torna “uma atividade exercida sob a responsabilidade, o controle e a gestão de uma unidade institucional, que aplica entradas (trabalho, capital, bens e serviços) com a finalidade de produzir saídas (bens e serviços)”. Permanece, contudo, incontestável, como o especifica Francis Malherbe (comptanat.fr/principe/schamp.htm), que “todos os valores da contabilidade nacional são expressos em moeda, o que supõe implicitamente a existência da moeda e, logo, do mercado”.
48. Isto é, realmente pago pelo comprador (aquilo para que, em relação à convenção contabilística do “preço de base” se acrescenta os impostos sobre os produtos – o ICMS – e se subtrai as subvenções).
49. Este modo de cálculo foi introduzido pela revisão do SCN em 1976, antes a contribuição do setor não-mercantil não era tomada em conta (Georges Consolo, “Le nouveau système de comptabilité nationale”, *Économie et statistique*, n° 75, 1976, p. 11).
50. Segundo Jean Gadrey e outros, a contabilidade nacional não sabe distinguir “o efeito de inflação pura” do “efeito qualidade” (subida do preço de um produto devida à melhoria da sua qualidade, por exemplo o fato para um produto agrícola de ser oriundo de uma fileira de produção agroecológica), o que reduz a medida do crescimento a uma contabilidade mormente quantitativa (Jean Gadrey, “Alain Lipietz et le “découplage” entre croissance du PIB et réduction de l’empreinte écologique”, *Blog de Alternatives économiques*, dia 13 de novembro de 2013).
51. “La décroissance, une utopie ? La croissance, un concept pervers ?”, Conferência-debate com Serge Latouche, *Les Amis du Monde diplomatique*, Fontenay-sous-Bois, no dia 30 de maio de 2006.
52. “La décroissance soutenable”, *Le Monde solidaire*, segunda-feira 11 de agosto de 2003.
53. Géraldine Thiry, *Au-delà du PIB. Un tournant historique. Enjeux méthodologiques, théoriques et épistémologiques de la quantification*, tese doutoral, sob a direção de Isabelle Cassiers, Universidade católica de Louvain, Bélgica, 2012, p. 97.
54. Consultar “Indicators to Measure Decoupling of Environmental Pressure from Economic Growth”, (oecd.org/env/indicators-modelling-outlooks/1933638.pdf).
55. *Cf. infra*, Esperando pelo desastre.
56. PNUA, *Decoupling Natural Resource Use...*, *op. cit.*, p. 4, OCDE, *Productivité des ressources dans les pays du G8 et de l'OCDE*, *op. cit.*, p. 26.
57. Herdeiro de uma dinastia de industriais suíços, Stephan Schmidheiny dirigiu o grupo Eternit de 1975 a 1990. Como tal, foi julgado e condenado em primeira instância pelo tribunal correcional de Turim (16 anos de prisão segundo a

sentencia de 2012) que o reconheceu responsável de um “desastre sanitário e ambiental permanente” e de infração às regras de segurança no trabalho tendo provocado, na cidade piemontesa de Casale Monferrato onde operava até 1986 uma fábrica de amianto, Eternit SpA, a morte de aproximadamente 3.000 pessoas, fazendo numerosíssimos doentes. Em 2013, Schmidheiny interpõe um recurso, a nova sentença eleva a pena de prisão a 18 anos. Mas, em 2014, a Corte Suprema quebra o julgamento. Sobre os desafios do processo de Turim e a “reconversão” de Stephan Schmidheiny no negócio verde, consultar notadamente Patrick Herman, “La métamorphose d’un empire, enquête sur l’ex-roi de l’amiante”, *XXI*, n° 15, junho de 2011, p. 144-155 e Gad Lerner, “Amiante : un scandale historique, un procès... et un acquittement”, *Courrier international*, dia 20 de novembro de 2014.

58. stephanschmidheiny.com/page/fr-sommet-de-la-terre. O conceito vem dos trabalhos do conselho empresarial para o desenvolvimento sustentável (BCSD) criado por Schmidheiny para preparar a Cimeira da Terra e que reúne os dirigentes de grandes empresas (ABB, Alcoa, Chevron, Ciba-Geigy, Dow, DuPont, Mitsubishi, Nippon Steel, Nissan, Shell, Volkswagen etc.).
59. Fridolin Krausmann *et al.*, “Growth in Global Materials Use, GDP and Population During the 20th Century”, *Ecological Economics*, n° 68, Agosto de 2009, p. 2696-2705, e OECD, *Measuring Material Flows and Resource Productivity*, vol. III, *Inventory of Country Activities*, Paris, éditions OECD, 2008.
60. O CIM mede a quantidade total de matérias diretamente utilizadas por uma economia, extraídas num determinado território ou importadas (e exclui as matérias extraídas exportadas).
61. PNUA, *Decoupling Natural Resource Use...*, *op.cit.*, p. 4.
62. OCDE, *Productivité des ressources dans les pays du G8 et de l’OCDE*, *op. cit.*, p. 14-15.
63. Na contabilidade dos fluxos de matérias (que tem em conta o peso dos produtos trocados), os “fluxos diretos” são as matérias que compõem um produto (as matérias plásticas dos telefones celulares, o metal comercializado *etc.*), e os “fluxos indiretos” são os fluxos de matérias associadas à extração e à transformação das matérias-primas necessárias para obter esse produto. Isso compreende ao mesmo tempo os fatores materiais da produção (matérias utilizadas: por exemplo, o minério que deve ser extraído para obter um metal) e as matérias que ficam inutilizadas no ambiente, como os terrenos detriticos, e os resíduos da colheita. Essas matérias não são importadas fisicamente e não saem geralmente do país produtor. Fala-se por vezes de “mochila ecológica” para designar os fluxos indiretos (OCDE, *Productivité des ressources dans les pays du G8 et de l’OCDE*, *op. cit.*, p. 16).
64. A terminologia “desacoplamento líquido” e “desacoplamento bruto” é notadamente proposta por Eloi Laurent, “Faut-il décourager le découplage?”, *Revue de l’OFCE*, vol. 1, n° 120, 2012, p. 235-257.
65. Philippe Bihouix, *L’âge des low tech*, *op. cit.*, p. 14.
66. Exportações das matérias menos importações das matérias.
67. Pablo Muñoz, Stefan Giljum e Jordi Roca, “The Raw Material Equivalents of International Trade. Empirical Evidence for Latin America”, *Journal of Industrial Ecology*, vol. 13, n° 6, 2009, p. 889. Este artigo aborda também a dificuldade de

- construir indicadores confiáveis e de obter dados pertinentes. Para os países da OCDE e do G8, as primeiras estimações mostram que os fluxos indiretos são de um nível equivalente, até superior àquele dos fluxos diretos (extrações domésticas e importações das matérias-primas). PNUA, *Decoupling Natural Resource Use...*, *op. cit.*, p. 60-61 e OCDE, *Productivité des ressources dans les pays du G8 et de l'OCDE*, *op. cit.*, p. 15-17.
68. Stephen Bunker, “Materias primas y la economía global. Olvidos y distorciones de la ecología industrial”, *Ecología política*, n° 12, 1996, p. 81-88.
69. O PIB substituiu o PNB como principal medida da atividade econômica.
70. PNUA, *Decoupling Natural Resource Use...*, *op.cit.*, p. 35.
71. *Ibid.*, p. 111-112.
72. *Ibid.*, p. 18.
73. *Ibid.*, p. 26, com base em Fridolin Krausman *et al.*, “Growth in Global Materials Use, GDP and Population During the 20th Century”, *art.cit.*
74. PNUA, “L’humanité peut et doit faire plus avec moins...”, *art. cit.*
75. *Ibid.*
76. PNUA, *Decoupling Natural Resource Use...*, *op.cit.*, p. 68.
77. Fridolin Krausman *et al.*, “Growth in Global Materials Use, GDP and Population During the 20th Century”, *art.cit.* Quanto aos anos que seguiram os picos dos preços de petróleo (1973, 1979 e 1988), eles foram caracterizados por um crescimento fortemente reduzido do PIB e por uma estagnação na utilização das matérias.
78. PNUA, “L’humanité peut et doit faire plus avec moins...”, *art. cit.*, e PNUA, *Decoupling Natural Resource Use...*, *op.cit.*, p. 31.
79. PNUA, “L’humanité peut et doit faire plus avec moins...”, *art. cit.*
80. aachener-stiftung.de/fileadmin/content/FactsheetMeasuringResourceExtraction.pdf. Consultar também Arno Behrens, Stefan Giljum, Jan Kovanda e Samuel Niza, “The Material Basis of the Global Economy. World-Wide Patterns in Natural Resource Extraction and Their Implications for Sustainable Resource Use Policies”, *Ecological Economics*, n° 64, 2007, p. 444-453.
81. Stephen Bunker, “Materias primas y la economía global...”, *art. cit.*, p. 83.
82. Fridolin Krausmann *et al.*, “Growth in Global Materials Use, GDP and Population During the 20th Century”, *art.cit.*
83. François Schneider fala, mais amplamente, do “aumento de consumo ligado à redução dos limites à utilização de uma tecnologia, esses limites podendo ser monetários, temporais, sociais, físicos, ligados ao esforço, ao perigo, à organização...”.
84. Os dois macro-indicadores dos fluxos físicos, o aprovisionamento total em energia primária (ATEP/TPES) e o consumo global das matérias (soma dos CIM/DMC) prosseguiram, ao contrário, seu crescimento, que acelerou ainda desde 2000 (Fridolin Krausmann *et al.*, “Growth in Global Materials Use, GDP and Population During the 20th Century”, *art.cit.*).
85. *Ibid.*

86. Wood Mackenzie, 2013, citado in “Le charbon, première source d’énergie mondiale d’ici 2020”, *Usinenouvelle.com*, do dia 14 de outubro de 2013. A construção de 818 novas centrais a carvão era planejada na China e na Índia em 2012 (“Global Coal Risk Assessment. Data Analysis and Market Research”, World Resources Institute, novembro de 2012, p. 5).
87. Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz, *L’événement anthropocène*, Paris, Seuil, 2013, p. 117.
88. Fridolin Krausmann *et al.*, “Growth in Global Materials Use, GDP and Population During the 20th Century”, *art.cit.*
89. Anthony Wrigley, citado in *ibid.*
90. *Ibid.*
91. *Ibid.*
92. Dados do Sustainable Europe Research Institute (SERI) estabelecidos no quadro do projeto MOSUS (*Modelling Opportunities And Limits For Restructuring Europe Towards Sustainability*), citados in Françoise Berthoud (*dir.*), *Impacts écologiques des technologies de l’information et de la communication*, Les Ulis, EDP Sciences, 2012, p. 22; Philippe Bihouix, *L’âge des low tech*, *op. cit.*, p. 17.
93. À exceção do chumbo (Philippe Bihouix, *L’âge des low tech*, *op. cit.*, p. 36).
94. Philippe Bihouix e Benoît de Guillebon, *Quel futur pour les métaux...*, *op. cit.*, p. 25.
95. *Ibid.*, p. 241, p. 168, p. 178, p. 148 e p. 202-203.
96. Relatório conjunto da Agência da energia atômica da OCDE e da AIEA, *Uranium 2014. Resources, Production and Demand*, Paris, Éditions OCDE, 2014, p. 77.
97. Philippe Bihouix, *L’âge des low tech*, *op. cit.*, p. 70.
98. USGS valores de produção entre 1994 e 2013.
99. PNUA, *Decoupling Natural Resource Use...*, *op. cit.*, p. 25. A título de exemplo, segundo a Criirad, a extração de uma tonelada de minério de urânio numa mina ao ar livre gera em média 10 toneladas de terras estéreis.
100. Sobre este ponto, consultar Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz, *L’événement anthropocène*, *op. cit.*, p. 134-140.
101. O que não é o caso da reutilização dos produtos existentes.
102. PNUA, “L’humanité peut et doit faire plus avec moins...”, *art. cit.* Evocando “a certeza das penúrias” os autores pensam provavelmente em Cuba, bruscamente privada de petróleo soviético durante o “período especial” (a partir de 1991, as entregas devem ser pagas em dólares e à cotação do mercado mundial, o que provoca uma redução de 75% das importações do petróleo soviético) e, por conseguinte, empurrada a desenvolver tecnologias alternativas, virando-se maciçamente para a permacultura para assegurar a produção dos alimentos. Este exemplo é efetivamente muito popular. Todavia, é necessário especificar que foi durante o mesmo “período especial” que Cuba começa a desenvolver seus próprios jazigos petrolíferos (que, em data de 2006, asseguram quase que a metade das necessidades nacionais) e abandona sua especialização histórica na exportação de açúcar em proveito do níquel, mais valorizado nos mercados. Este metal, do qual a ilha é particularmente rica (quintas reservas mundiais em 2014

segundo o USGS), se torna o seu primeiro produto de exportação.

103. A nomenclatura que se aplica ao petróleo, subdivide as reservas em “provadas (P1)”, “prováveis (P2)” e “possíveis (P3)”. Para os metais, a nomenclatura utilizada pelo USGS (que data de 1980) divide os recursos (geológicos) em “identificados” (*Identified*), isto é, de que se tem a prova geológica que eles existem, “demonstrados” (*Demonstrated*), cuja certeza da existência é menor, e “estimados” (*Inferred*), isto é, extrapolados a partir dos dados geológicos tipo; quanto às reservas, as duas grandes categorias (elas mesmas subdivididas) são as “reservas base”, definidas como a parte dos recursos identificados que as suas características tornam potencialmente exploráveis no estado atual das técnicas, e as “reservas”, ou seja, a parte dessas “reservas base” cuja exploração é economicamente possível. Existem também outras classificações. Utiliza-se às vezes o termo de “reserva geológica” para qualificar as “reservas base” e as “reservas base estimadas”, sempre ligadas ao fator tecnológico.
104. Quando a baixa dos preços foi bem antecipada, e na medida do possível, pois os grandes projetos são planificados sobre décadas e é difícil parar totalmente a atividade de um sítio em curso de exploração. Da mesma forma, um país dependente das suas exportações de matérias-primas nem sempre tem os meios nem a vontade de impor uma baixa de produção! Assim, enquanto o preço do petróleo cai desde o verão de 2014, a Rússia nunca extraiu tantos barris de petróleo quanto na primavera de 2015, nenhum país da OPEP se decide, por enquanto (primavera de 2015), a baixar sua produção, e as operações já lançadas, por exemplo, nas areias betuminosas no Alberta no Canadá são mantidas (por motivos em grande parte técnicos).
105. Por enquanto (primavera de 2015), os especialistas do mercado dos metais estimam que essa baixa não continuará por muito tempo, tanto mais que os preços ficam altos (+71% para o zinco, +325% para o ouro, +228% para a prata, +233% para o cobre e +71% para o níquel em relação a 2000). Será que uma baixa mais durável dos preços provocará uma baixa da extração? Provavelmente, primeiro uma baixa da atividade especulativa, notadamente a das mineradoras *juniors*. Todavia, os industriais sempre precisarão de metais. Os fabricantes de *smartphones*, para continuar as suas vendas, sempre precisarão de óxidos de terras raras, de cobre, de coltan etc. A baixa da cotação do petróleo promete, por outro lado, melhores margens para os fabricantes de produtos com alto valor acrescentado, mas também uma redução dos custos da exploração mineral, do transporte etc.
106. Estas adições não têm em conta os desempenhos dos grupos ativos nas matérias-primas, mas cujas fontes de rendimentos são mais diversificadas.
107. Vale gastou 2,3 bilhões de dólares para mandar construir 19 *Valemax* que são até hoje os maiores graneleiros do mundo.
108. 243a na classificação Forbes 2014.
109. 759a na classificação Forbes 2014.
110. Laurence Soustras, “Matières premières. Les maîtres du grain sur des sables mouvants”, *Les Echos.fr*, dia 7 de fevereiro de 2014.
111. Consultar Marc Guéniat, “Les géants des matières premières prospèrent au bord du lac Léman”, *Le Monde diplomatique*, dezembro de 2012.
112. Primeiro produtor mundial de carvão asfáltico, importante produtor de cobre, de

- crômio ferroso, de vanádio e de zinco, também ativo na extração do ouro, do chumbo e da prata.
113. Glencore.com, consultado em março de 2015.
 114. Laurence Soustras, “Matières premières. Les maîtres du grain sur des sables mouvants”, *art.cit.*
 115. *Ibid.* Consultar também Sophia Murphy, David Burch e Jennifer Clapp, “Cereal Secrets. The World’s Largest Grain Traders and Global Agriculture”, OXFAM, agosto de 2012.
 116. Javier Blas, “Tougher Times for the Trading Titans”, *The Financial Times*, dia 15 de abril de 2013.
 117. *Ibid.* Segundo o autor do artigo é precisamente a estratégia de integração vertical e de investimento maciço nos ativos (minas, refinarias, terras etc.), iniciada por alguns pioneiros (inclusive Glencore) desde o final dos anos 1980, que permitiu aos negociantes aproveitar o “superciclo”, pois “em tempo normal”, os negociantes não fazem lucros sobre as altas e as baixas, mas sobre o diferencial dos preços entre diversos sítios geográficos.
 118. *Ibid.* Há também um outro motivo de “mimar” os negociantes: é graças a eles, em grande parte, que a geopolítica não para os negócios. O pouco ortodoxo de Glencore, Marc Rich, criador do mercado livre (*spot*) do petróleo, vendeu assim petróleo bruto iraniano para Israel e à Espanha franquista nos anos 1970, depois petróleo soviético ao regime de apartheid da África do Sul (contornando o embargo do qual Moscou era, no entanto, uma liderança). Acusado de trair o seu país (os EUA) fazendo negócios com o Irã de Khomeini durante a crise dos reféns, bem como de fraude fiscal, Marc Rich figurou na lista dos dez indivíduos mais procurados pelo FBI, prima de ser amnistiado por Bill Clinton no último dia de seu mandato. Mais recentemente, “em 2011, Vitol aprovacionou em petróleo bruto tanto os rebeldes líbios na sua marcha sobre Trípoli quanto o regime de Bashar Al-Assad na Síria. Por seu lado, Glencore assinou acordos comerciais com Juba, a nova capital do Sudão do Sul, três dias depois da independência, em julho de 2011. Tais exemplos marcam a história do comércio. Em contrapartida dessas operações muito arriscadas, essas companhias obtêm contratos de aprovisionamento com os governos” (Marc Guéniat, “Les géants des matières premières prospèrent au bord du lac Léman”, *art.cit.*).
 119. Consultar *Traders, le marché secret des matières premières* (2014), documentário de Jean-Pierre Boris e Jean Crépu, ARTE France, Roche Productions. Só a cidade de Genebra, um dos principais redutos do comércio internacional das matérias-primas, contava, em 2011, mais de 400 companhias, para um volume de negócios que superava os 2.670 bilhões de reais e aproximadamente 9.000 empregos diretos. A contribuição deste setor ao PIB igualava a dos bancos privados (Marc Guéniat, «Les géants des matières premières prospèrent au bord du lac Léman”, *art.cit.*).
 120. O banco francês BNP-Paribas é notadamente um dos primeiros no mundo no financiamento do negócio.
 121. Os contratos a prazo foram concebidos nos EUA desde o século XIX para proteger os negociantes físicos dos riscos de flutuação dos preços.
 122. O mais conhecido é o Goldman Sachs Commodity Index criado em 1991 por Goldman Sachs e comprado em 2007 pela agência de notação de risco Standard

- & Poor's. É composto de 24 matérias-primas (metais preciosos, vetores de energia, café, gado, milho, soja, trigo *etc.*). Consultar Frederick Kaufman, "Comment Goldman Sachs a provoqué la crise alimentaire", *Slate*, dia 22 de junho de 2011.
123. Segundo a ONG GRAIN, os fundos de pensões mexem atualmente com 23.000 bilhões de dólares de ativos, entre os quais 100 bilhões são aparentemente investidos nos produtos de base; quase 320 bilhões de dólares de fundos institucionais eram investidos nas matérias-primas em 2011, contra apenas 6 bilhões dez anos antes. Os fundos de pensões seriam os maiores investidores institucionais, ao mesmo tempo no setor dos produtos de base em geral (100 bilhões dólares dos 320) e naquele das terras agrícolas em particular (GRAIN, "Les fonds de pension. Des acteurs clés dans l'accaparement mondial des terres agricoles", Grain.org, dia 20 de junho de 2011).
 124. Consultar Marc Guéniat, "Les géants des matières premières prospèrent au bord du lac Léman", *art.cit.*
 125. As principais matérias-primas dos fundos indiciais são o petróleo e o gás. A subida de suas cotações logo provocou a subida de todas as outras matérias-primas indexadas. O preço dos gêneros alimentícios no mundo aumentou de 80 % entre 2005 e 2008 (Frederick Kaufman, "Comment Goldman Sachs a provoqué la crise alimentaire", *art.cit.*).
 126. Oxfam France, "Les banques françaises spéculent-elles toujours sur la faim ?", Oxfamfrance.org, dia 23 de fevereiro de 2015.
 127. Pode-se viajar pelo mundo: Chicago Board of Trade (etanol, trigo, milho, arroz não laborado, aveia, soja, azeite, farinha, leite, madeira), Chicago Mercantile Exchange (matérias-primas animais), New York Mercantile Exchange (carvão, petróleo bruto WTI, diesel, gás natural, propano, paládio, platina, urânio, cobre, prata, ouro), New York Intercontinental Exchange (cacau, café arábica, açúcar, suco de laranja, algodão), Minneapolis Grain Exchange (trigo, milho, semente de soja, suco de maçã), London Metal Exchange (liga de alumínio, alumínio, cobre, estanho, níquel, chumbo, zinco, aço, molibdênio, cobalto), London Bullion Market (ouro, prata), International Petroleum Exchange de Londres (petróleo bruto Brent), Euronext Paris (trigo, milho, colza, carcaça de porco), Euronext Amsterdam (produtos laticínios), Bursa Malaysia (óleo de dendê), Zhengzhou Commodity Exchange (trigo, açúcar, algodão, azeite de colza), Singapur Commodity Exchange (gasolina, borracha, ouro), Baotou Rare Earth Products Exchange (terras raras), Dalian Commodity Exchange (soja, farinha de soja, azeite de milho, óleo de dendê, polietileno), Tokyo Commodity Exchange (soja, café arábica e robusta, feijão comum, milho, açúcar mascavo, seda natural, ouro, prata, platina, paládio, alumínio, petróleo bruto, gasolina, querosene, borracha, diesel), Australian Securities Exchange de Sydney (lã, cereais), Johannesburg Stock Exchange Commodity Derivatives Market (milho, trigo, soja, sorgo, ouro, prata, cobre, platina) *etc.*
 128. Consultar *Cash Investigation*, "La finance folle", France 2, transmitido no dia 8 de junho de 2012 (em vimeo.com/44189063).
 129. Opensecrets.org. Nos EUA, as atividades dos lobbies são enquadradas pela lei e, em aparência, transparentes. Na França, aqueles que são chamados os "representantes de interesses", que exercem suas atividades junto dos deputados ou senadores, são referenciados apenas desde 2009 (www2.assemblee-

- nationale.fr/representant/representant_interet_liste), mais por motivos de segurança do que por razões de transparência, e mais do que sumariamente (um simples arquivo de Excel para o Senado: tinyurl.com/ojaqnd3). Desde o final de 2014, la Alta Autoridade para a Transparência da Vida Pública (HATVP em francês) disponibiliza ao público a informação sobre os possíveis conflitos de interesse dos membros das duas câmaras (hatvp.fr/consulter-les-declarations). Consultar Mathilde Damgé, “Encadrer le lobbying. La promesse oubliée de François Hollande”, *Le Monde*, dia 13 de março de 2015, e “Lobbying à l’Assemblée nationale : nourrir le débat public avec des données inédites”, Transparency International France e Regards citoyens, março de 2011.
130. Para exemplos de tentativas de corrupção da parte das empresas *cf. infra*, Resistências.
 131. Na Argentina, a companhia Minera Alumbrera YMAD (empresa mista que explora uma grande mina de cobre e de ouro na província de Catamarca) intervém por exemplo em pelo menos 150 escolas fundamentais e de ensino médio e na Universidade, oferecendo bolsas aos estudantes. Ela contribui também ao financiamento de 70 postos de saúde; no Brasil, Petrobras exibe quase um bilhão de dólares de “investimentos sociais” desde 2007 (cultura, educação, conservação *etc.*); a Fundação Total participa da formação de profissionais especializados na luta contra o câncer infantil na África *etc.*
 132. Consultar Pierre Dardot, Christian Laval, *La nouvelle raison du monde, Essai sur la société néolibérale*, *op. cit.*
 133. Consultar Comissão europeia, Document de travail des services de la Commission sur la mise en œuvre de l’initiative “Matières premières”, p. 15-16 (consultável em parliament.bg/pub/ECD154493SWD_2014_171_FR_DOCUMENTDETTRAVAIL_f.pdf).
 134. Philippe Bihoux, *Quel futur pour les métaux*, *op. cit.*, p. 109.
 135. lea.org/netimports/explanations/netimportstable.
 136. EIA em 2012 (petróleo). Banco mundial (petróleo e gás).
 137. Energyintel.com/pages/about_pi.w.aspx.
 138. Exxon Mobil, que ocupa o topo da tabela segundo Forbes, chega apenas em terceiro lugar.
 139. PIW Top 50, novembro de 2013.
 140. Banco mundial, “Overview of State Ownership in the Global Minerals Industry, Long Term Trends and Future”, Raw Materials Group, maio de 2011, p. 2 e a partir da p. 22. Apesar de uma série de privatizações parciais e a introdução em bolsa de algumas majors minerárias chinesas – Zijin Mining (cobre e ouro), China Molybdenum Co (molibdênio), Jiangxi Copper (cobre), Chinalco (alumínio), Shougang Iron & Steel Group (minério de ferro), China Minmetals (minério de ferro, terras raras *etc.*) são cotadas na bolsa de Hong Kong e no estrangeiro –, o controle do Estado (governo, mas também autoridades regionais e locais) sobre o setor fica dominante e tende a crescer desde o início dos anos 2000. Se as decisões que dizem respeito à gestão cotidiana são tomadas dentro das companhias, a aprovação do governo é sempre necessária para as decisões estratégicas tendo por objeto o longo prazo. Ao lado destas majors, há também na China um grande número de pequenos operadores, até muito pequenos

segundo os padrões internacionais, inclusive alguns privados.

141. Codelco.com/perfil-corporativo/memoria2013/2013-04-16/141427.html
142. A rocha fosfatada é uma matéria-prima essencial para o agronegócio. USGS 2015 (reservas); OCP Activity Report 2013, 2014, p. 10 (exportações).
143. Banco mundial, “Overview of State Ownership...”, *art. cit.*, p. 2.
144. Bauxita e manganésio em 2008, carvão em 2007, cobre, ferro, chumbo, níquel, estanho, zinco em 2009, metais refinados em 2009. *Ibid.*, Appendix 2.
145. Resourcegovernance.org/rgi/soc
146. A indústria extrativista (petróleo, gás e minérios) gera rendimentos consideráveis. Em 2006, os únicos rendimentos do petróleo eram estimados a 860 bilhões de dólares. Isso representa aproximadamente 1,8% do PIB mundial para aquele ano e mais da metade dos PIB adicionados dos 53 países mais pobres do planeta para o mesmo período (transparency-france.org/ewb_pages/t/transparence_industries_extractives.php).
147. Consultar Nicolas Lambert, *Elf la pompe Afrique*, *op. cit.*, ou a peça de teatro que inspirou o livro (unpasdecote.org), assim como o caso Elf resumido em challenges.fr/entreprise/20070306.CHA715_4/l-affaire-elf-en-resume.html.
148. Consultar por exemplo “El lobby de Cristina para la minera Barrick Gold, el veto a la Ley de glaciares y la “distracción” de la Oficina Anticorrupción”, *Urgente24*, dia 8 de maio de 2009 (urgente24.com). Sob a pressão dos movimentos anti-minas, de glaciologistas e de ONG ecologistas, a “lei dos glaciares” foi finalmente promulgada em 2011, e depois ratificada pela Corte Suprema em 2014, mas ainda não é realmente aplicada pelas províncias. O inventário dos glaciares, previsto pela lei, parece ser congelado, exibindo uma página (quase) branca em abril de 2015 (glaciaresargentinos.gob.ar).
149. Em 2000, o ano da eleição da dupla Bush/Cheney à presidência, Halliburton fez por outro lado uma doação de 427.000 dólares ao Partido republicano. Desde 1990, em todas as eleições, a empresa contribuiu a financiamentos políticos no valor de 4,6 milhões de dólares dos quais 90% para os Republicanos (opensecrets.org/orgs/summary.php?id=D000000281&cycle=A).
150. Consultar por exemplo “Halliburton’s Iraq Role Expands”, *BBC*, dia 7 de maio de 2003 (news.bbc.co.uk/2/hi/business/3006149.stm). Deve ser dito que o acrônimo inicialmente escolhido para designar essa guerra – OIL, para “Operation Iraqi Liberation” renomeada mais tarde em “Operation Iraqi Freedom” – tinha o suficiente para indicar algo aos jornalistas! Sobre os subcontratantes privados da guerra no Iraque, consultar o documentário *Iraq for Sale. The War Profiteers* (2006), de Robert Greenwald (Brave New Films – iraqforsale.org).
151. Termo de Naomi Klein, *La stratégie du choc*, *op. cit.*
152. David M. Barrett, *Sterilizing a “Red Infection”. Congress, The CIA, and Guatemala*, 1954, documentos desclassificados da CIA (cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/kentcsi/vol44no5/html/v44i5a03p.htm). A operação forçou Arbenz a demitir-se.
153. Duas outras figuras importantes da operação foram o secretário de Estado John Foster Dulles, irmão de Allen Dulles e cujo escritório de advocacia Sullivan and Cromwell tinha fornecido à UFCo serviços jurídicos, e Ed Whitman, encarregado

- das relações-públicas da UFCo e marido da secretária particular do presidente Eisenhower. Este último se encarregou notadamente da vertente comunicacional (Walter La-Feber, *Inevitable Revolutions. The United States in Central America*, Nova Iorque, Norton, 1993 (2a edição), p. 120-121. Consultar também Howard Zinn (1999), *Une histoire populaire des États-Unis. De 1492 à nos jours*, Marselha, Agone, 2002, p. 498. A influência da UFCo na América central, e notadamente na Guatemala, deu sua origem à expressão “república das bananas”.
154. Porém, ao longo do século XX, o petróleo (que passou entre 1910 e 1970 de 5% a 60% da energia mundial) foi constantemente mais caro do que o carvão (Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz, *L'événement anthropocène*, *op. cit.*, p. 138).
155. O plano Marshall “visava fundar a ordem política europeia sobre uma relação nova entre o trabalho organizado e as grandes empresas industriais, modelo decalcado daquele dos EUA”. Os fundos do Programa de restabelecimento europeu financiam também a construção de refinarias de petróleo e a compra dos geradores funcionando com fuelóleo, assim como a compra de petróleo fornecido pelas companhias americanas. Os EUA encorajam também a construção das estradas e subvencionam o desenvolvimento da indústria automóvel (Timothy Mitchell, *Petrocratie, La démocratie à l'âge du pétrole*, Paris, Ére, 2011, p. 46-50).
156. A partir de 1880 e até os anos 1940, as greves dos mineiros de carvão foram muito importantes e numerosas. Já em 1918, um relatório da Fundação Rockefeller avisava dos perigos que representava a potência dos sindicatos. A concentração e a circulação do carvão necessário à indústria constituíam um ponto fraco do sistema. Para Timothy Mitchell, são as características próprias dessa energia, à sua extração e ao seu transporte que interconectaram os trabalhadores mais do que uma cultura de classe ou uma ideologia. No fim da segunda guerra mundial, os EUA conseguem impor um novo modelo de relações sociais, que condiciona toda melhoria dos salários e das condições de trabalho por “acordos sobre a produtividade” (*ibid.*, p. 36-45). Em comparação, o petróleo era mais intensivo em capital do que em trabalho, a sua extração, que se faz na superfície, é mais fácil para controlar e requer uma grande variedade de profissões e efetivos muito flutuantes. Tudo isso torna difícil a criação de sindicatos potentes (Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz, *L'événement anthropocène*, *op. cit.*, p. 139).
157. *Ibid.*, p. 130.
158. “No final do século XIX, 6 milhões que ativam tantos poços desempenharam o papel fundamental de abrir as planícies do Midwest americano para a agricultura e a criação de gado [...] No mundo rural americano, a produção de eletricidade descentralizada (por eólicas e baterias) permanece dominante até os grandes programas de eletrificação rural da Depressão e do pós-guerra. Nos anos 1870, Augustin Mouchot inventa a primeira máquina a vapor solar” (*ibid.*, p. 127). Consultar também Alexis Madrigal, *Powering the Dream. The History and Promise of Green Technology*, Cambridge, Da Capo Press, 2011.
159. Cf. *infra*, Extrair, produzir, consumir.
160. Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz, *L'événement anthropocène*, *op. cit.*, p. 139.

161. Para outros exemplos das tecnologias militares recicladas (por exemplo, o náilon, elaborado por DuPont para produzir paraquedas, coletes à prova de bala e pneus especiais durante a segunda guerra mundial, o GPS, uma criação da guerra fria, a dinamite de Alfred Nobel utilizada nas minas etc.), consultar *ibid.*, p. 149-158.
162. Benjamin Ross e Steven Amter, *The Polluters. The Making of Our Chemically Altered Environment*, Oxford, Oxford University Press, 2010, p. 20, citado in *ibid.*, p. 153.
163. Desenvolvido pelo químico alemão Fritz Haber e industrializado pelo engenheiro Carl Bosch no seio do grupo químico alemão BASF no início do século XX. Os dois homens receberam por essa contribuição o prêmio Nobel de química.
164. Banco mundial, “Overview of State Ownership...”, *art. cit.*, p. 3.
165. Consultar por exemplo Adeline Joffres, “La diplomatie pétrolière du Vénézuéla bolivarien, entre idéologie révolutionnaire et pragmatisme”, *Diplomatie*, n° 61, março-abril de 2013.
166. Bernard Apremont, “La politique pétrolière de l’URSS”, *Politique étrangère*, n° 6, 1960, p. 572-583.
167. Consultar por exemplo os quatro princípios de ação em torno de que a OCDE convida os países membros a articular “tanto quanto possível» a elaboração de políticas de “gestão sustentável das matérias”: “preservar a capital natural”, “conceber e gerenciar as matérias, os produtos e os processos de modo a garantir a segurança e a durabilidade ao longo do ciclo de vida”, “utilizar a panóplia completa dos instrumentos de ação pública para favorecer e consolidar resultados duráveis no plano econômico, ambiental e social” e, por fim, “comprometer todos os setores da sociedade em assumir ativamente as suas responsabilidades éticas para conseguir resultados duráveis”. OCDE, “Productivité des ressources dans les pays du G8 et de l’OCDE”, *op. cit.*, p. 30-31.
168. À data de 2014, as atividades ligadas a este pilar se resumiam ao lançamento da plataforma europeia para uma utilização eficiente dos recursos (EREP), “para oferecer conselhos de alto nível afim de esclarecer a tomada de decisão no quadro da transição em direção a uma economia utilizando os recursos de maneira mais eficiente, estimulando o crescimento e as oportunidades comerciais”. O EREP está na origem da ideia de criar “passaportes produtos” que indicariam os materiais utilizados e sua eventual reutilização, por enquanto sem continuação. A isso, acrescentavam-se o financiamento no valor de 178 milhões de reais de 14 projetos de pesquisa implicando organismos de pesquisa e empresas privadas; um “balancete de qualidade” de cinco diretivas sobre os fluxos dos resíduos (que apareceram satisfatórias, exceto a necessidade de “racionalizar aspectos tais como os métodos de cálculo dos objetivos”); um apelo aos organismos de normalização para atualizar as normas europeias para o tratamento dos resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos (DEEE), e a proposição de reforçar o controle das transferências dos resíduos que pedia aos exportadores para provarem que “o resíduo exportado será gerenciado segundo métodos ecologicamente racionais” (Comissão europeia, Document de travail des services de la Commission sur la mise en œuvre de l’initiative “Matières premières”, *op. cit.*).
169. Thierry Pillon, François Vatin, *Traité de sociologie du travail*, Toulouse, Octarès, 2003, p. 161.

170. Géraldine Thiry, *Au-delà du PIB...*, *op. cit.*, p. 81.
171. *Ibid.*, p. 59-64. O primeiro relatório da ONU sobre a contabilidade nacional foi publicado em 1947, e as primeiras diretrizes para um sistema estandardizado de contabilidade nacional, em 1951. Na Europa, a ajuda do plano Marshall (1947) era acompanhada de condições: prestar vassalagem aos princípios de economia de mercado (em oposição à economia planificada dos países satélites da URSS). “Eles devem também produzir motivações com números para sustentá-las em apoio dos pedidos. Em 1950, a OECE, instituição criada logo depois do plano Marshall (e predecessora da atual OCDE), publica um sistema de contas normalizadas que servirá de modelo às contas nacionais ocidentais” (*ibid.*, p. 61).
172. *Ibid.*, p. 61.
173. A nível mundial, é a publicação do Sistema de contabilidade das Nações unidas de 1993 (SCN 1993) realizado sob a responsabilidade conjunta de Eurostat (Comissão Europeia), do FMI, da OCDE, do Banco mundial e das Nações unidas, que “marca o início de uma verdadeira harmonização dos diversos sistemas de contabilidade nacional existentes no mundo”. Depois, várias revisões foram realizadas, a última datando de 2008 (Francis Malherbe, “Histoire de la comptabilité nationale”, comptanat.fr).
174. Sobre o neoliberalismo, consultar Pierre Dardot et Christian Laval, *La nouvelle raison du monde, Essai sur la société néolibérale*, *op. cit.*; sobre a análise dos indicadores “em toda sua complexidade por serem construções técnico-teóricas, oriundas de convenções, com finalidade empírica e normativa”, consultar a tese já citada de Géraldine Thiry, e mais geralmente os trabalhos da “escola das convenções”.

Capítulo 4

EXTRAIR, PRODUZIR, CONSUMIR

1. O grupo Banco mundial, cujos objetivos exibidos são “pôr fim à extrema pobreza” e “trabalhar para uma prosperidade compartilhada”, desempenha um papel especial. Não somente foi, junto com o FMI, um dos principais vetores da liberalização dos setores extrativos dos países do Sul durante os anos 1980-2000 e continua, através dos seus empréstimos, a apoiar os projetos de extração privados (via a Sociedade financeira internacional – SFI) e públicos (Banco internacional para a reconstrução e o desenvolvimento, BIRD, Associação internacional de desenvolvimento, AID), mas ele investe também diretamente em alguns projetos, através da SFI. Esta é por exemplo acionista da maior mina de ouro das Américas, Yanacocha (5%, Peru). Por fim, as empresas privadas (notadamente extrativas) que se consideram prejudicadas por um governo podem recorrer ao Centro internacional para a resolução dos diferendos relativos a investimentos (CIRDI), o tribunal de arbitragem do Banco. Sobre as “vítimas do Banco mundial”, consultar o projeto de pesquisa “Evicted and Abandoned” realizado pelo International Consortium of Investigative Journalists (dados consultáveis em www.icij.org). O Banco europeu de investimento é também denunciado pelas ONGs pela sua ajuda financeira aos projetos extrativos destrutivos, entre os quais a mina Mopani na Zâmbia, possuída por Glencore (consultar a brochura “Comment la banque de l’Union européenne finance le pillage du Sud”, Les Amis de la Terre, março de 2008, consultável em amisdelaterre.org/IMG/pdf/bei_europe_mine_afrique.pdf).
2. Duval MC (www.youtube.com/watch?v=sOpkBi_r_ck).
3. Jérôme Baschet, *Adieux au capitalisme. Autonomie, société du bien vivre et multiplicité des mondes*, Paris, La Découverte, 2014, p. 47.
4. Para exemplos, cf. *infra*, *Resistências*.
5. Cf. *ibid*.
6. “Doutrina que faz do útil, do que serve à vida ou à felicidade, o princípio de todos os valores no âmbito do conhecimento como no da ação”. Em particular, doutrina moral e política de Jeremy Bentham e de John Stuart Mill baseada na noção de utilidade ou de “princípio da maior felicidade” que permite dividir as ações ou as coisas em boas ou más segundo que elas tendem a aumentar ou não a felicidade e a diminuir o sofrimento. Ou ainda, para Proudhon, “sistema que consiste em reduzir a noção do justo àquela do útil, consequentemente em fazer do interesse o princípio do direito e da moral” (consultar www.cnrtl.fr/definition/utilitarisme).
7. René Descartes, *Discours de la méthode*, tomo I, sexta parte, Paris, Levrault, 1824 (sou eu quem destaca).
8. Comissão europeia, Document de travail des services de la Commission sur la mise en œuvre de l’initiative “Matières premières”, *op.cit*. Essa “iniciativa” preconiza notadamente aos países da União a exploração dos seus próprios subsolos desenvolvendo uma “diplomacia minerária” para garantir-se o acesso aos recursos estratégicos dos países terceiros.
9. Cf. *supra* Miragens de um crescimento desmaterializado.

10. Consultar notadamente Pierre Dardot e Christian Laval, *Commun. Essai sur la révolution au XXI^e siècle*, Paris, La Découverte, 2014.
11. Geneviève Azam, *Le temps du monde fini. Vers un postcapitalisme civilisé*, Paris, Les liens qui libèrent, 2010.
12. Para impedir a “bomba” de explodir, algumas correntes anti-populacionistas defendem não somente o controle dos nascimentos, mas também uma diminuição drástica da população humana, *via* notadamente a esterilização de massa (preconizada por exemplo pelo Movimento pela extinção voluntária da espécie humana). Se o discurso (neo)malthusiano anti-populacionista encontra efetivamente um certo eco nos meios ecologistas ocidentais (contribuindo a fazer do consumo excessivo dos bens naturais um assunto tabu), Malthus procurava sobretudo, analisando as causas da miséria na Inglaterra da revolução industrial, reduzir “a insatisfação e o furor [...] nas classes inferiores”, as desordens e o encargo financeiro para o Estado. Daí provém a imagem que o fez famoso: os pobres são um excedente humano que não tem “mesa posta para ele” no “grande banquete da natureza”, consultar Thomas Malthus (1798), *Ensaio sobre o princípio da população*, Algeirão-Mem Martins, Editora Europa-América, 1999. Recomendando aos pobres – considerados como inúteis para a sociedade, pois esta não precisa do seu trabalho – a castidade para limitar seus sofrimentos, Malthus constatava que “a Necessidade, essa lei imperiosa e tirânica da natureza, os mantém nos marcos prescritos”, agindo pela fome, “pela miséria e pelo vício”, a condição, claro, que o Estado tome cuidado para não os manter em vida artificialmente.
13. Números de 2010. O Brasil conta 27 Estados, distrito federal incluído.
14. O MAB é o resultado de um encontro entre o sindicalismo e a Igreja católica, unidos frente aos projetos de grandes barragens (Tucuruí, Itaipú, Itaparica etc.) para defender os agricultores expulsados das suas terras pelas empresas públicas durante a ditadura militar. A formação e a organização do MAB são parecidas com as do MST (Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra). Aliás, os dois movimentos eram ligados desde o início: uma das primeiras barragens construídas, Itaipú, no Paraná, despejou muitos agricultores das suas terras, que, depois, formaram o MST. O MAB enquanto movimento nacional nasceu também no Paraná, em 1991 (antes, existiam comissões regionais).
15. Números de 2013.
16. “L’énergie pour quoi et pour qui ?”, entrevista com o MAB (depoimento recolhido por Anna Bednik e Jérémy Dotti), *Fal Mag*, maio de 2011.
17. Luz para todos, nome do programa do governo brasileiro que tinha por objetivo a eletrificação das áreas remotas.
18. Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE 2007/2016).
19. Teorias desenvolvidas nos anos 1990 por Alf Hornborg, José Manuel Naredo e outros, prosseguidas notadamente por Joan Martinez-Alier. Consultar por exemplo, em francês, Joan Martinez-Alier e Maite Cabeza-Gutes, “L’échange écologiquement inégal”, in Michel Damian (dir.), *Commerce international et développement soutenable*, Paris, Economica, 2001. Resumindo, os países do Norte importam a energia e exportam a entropia; os países do Sul empobrecem-se exportando a baixo preço recursos em direção aos países do Norte, sem que sejam tomados em conta os custos sociais e ambientais induzidos por essas

produções.

20. Termo frequentemente traduzido, impropriamente segundo os habitantes dos salares, por “desertos de sal”.
21. USGS 2014.
22. Consultar Stanislas du Guerny, “Bretagne. Blue Solutions, le pari fou de Vincent Bolloré”, *Les Echos.fr*, dia 16 de outubro de 2014.
23. Por cada tonelada de lítio extraída, evaporam-se cerca de dois milhões de litros de água.
24. Consultar “Le vrai prix de la voiture électrique. L’exploitation du lithium aux dépens des communautés”, entrevista (vídeo) com Clemente Flores e Soledad Sede, Aldeah, novembro de 2012 (consultável em aldeah.org/fr/le-vrai-prix-de-la-voiture-electrique-lexploitation-du-lithium-aux-depens-des-communautes), Informe del Relator Especial sobre los derechos de los pueblos indígenas, James Anaya (Adición), *La situación de los pueblos indígenas en Argentina*, Assembleia geral das Nações unidas, Conselho dos direitos humanos, dia 4 de julho de 2012, p. 10-11, e “Denuncia ante el Relator Especial de Naciones Unidas para los Derechos de los Pueblos Indígenas, James Anaya”, Cuenca de Salinas Grandes Guallatayoc, dia 9 de novembro de 2014 (consultável em cuencaadesalinasgrandesguallatayoc.blogspot.com.ar/2014/11/denuncia-ante-el-relatorespecialde.html).
25. A expressão é de François Brune em “Pour une société de frugalité. En finir avec l’idéologie de la consommation” (consultável sur casseursdepub.org/index.php?menu=doc&sousmenu=frugal).
26. Consultar Pierre Dardot e Christian Laval, *La nouvelle raison du monde*, *op.cit.*
27. Notadamente Montesquieu na França et James Denham-Steuart na Grã-Bretanha. Consultar Albert O. Hirschman (1980), *Les passions et les intérêts. Justifications politiques du capitalisme avant son apogée*, Paris, PUF, 2011.
28. John Kenneth Galbraith (1967), *Le nouvel État industriel. Essai sur le système économique américain*, Paris, Gallimard, 1968, p. 49.
29. Definição da “mercatique” (tradução francesa de *marketing*, cujo uso fica l imitado) pelo decreto do dia 18 de fevereiro de 1987 relativo ao enriquecimento do vocabulário econômico e financeiro.
30. Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz, *L’événement anthropocène*, *op. cit.*, p. 195.
31. Jean Baudrillard, *La société de consommation. Ses mythes, ses structures*, Paris, Denoël, 1970, p. 103.
32. *Ibid.*, p. 115.
33. *Ibid.*, p. 114.
34. cnrtl.fr/definition/niveau
35. Consultar Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz, *L’événement anthropocène*, *op. cit.*, capítulo 7.
36. Jean Baudrillard, *La société de consommation*, *op.cit.*, p. 112-113.
37. *Ibid.*, p. 114.

38. *Ibid.*, p. 116.
39. Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz, *L'événement anthropocène*, *op. cit.*, p. 194.
40. *Printer's Ink* citado in *ibid.*, p. 183.
41. *Ibid.* Os autores se referem a Jackson Lears, *Fables of Abundance. A Cultural History of Advertising in America*, New York, Basic Books, 1994, p. 196-233.
42. Consultar Georges Perec, *Les choses. Une histoire des années soixante*, Paris, Julliard, 1965.
43. Sobre os detalhes dos argumentos publicitários assim como algumas ideias práticas de como resistir a esses, consultar François Brune, "Pour une société de frugalité. En finir avec l'idéologie de la consommation", *art. cit.* Sobre a "construção social da raridade", consultar Lakshman Yapa, "Déconstruire le développement", in *La Ligne d'horizon, Défaire le développement. Refaire le monde*, Lyon, Parangon, 2003, p. 111-124.
44. Sobre a racionalidade neoliberal, consultar Pierre Dardot e Christian Laval, *La nouvelle raison du monde*, *op. cit.*, p. 402-456.
45. Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz, *L'événement anthropocène*, *op. cit.*, p. 181.
46. Sobre o modo de produção heterônomo, consultar Ivan Illich, «Le chômage créateur», posfácio a *La convivialité*, Paris, Seuil, 1977.
47. Consultar Gilbert Rist, *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale*, *op.cit.*
48. Ivan Illich, "Le chômage créateur", *art. cit.*
49. FAO 2014/2015 e 2011 (crustáceos). Ferrero 2013 (Nutella).
50. McDonald's, Mattel, IDC e Gartner 2014.
51. CNUCED, *Review of maritime transport 2014*.
52. Consultar por exemplo "Guide éco-conception des éco-organismes DEEE" (eco3e.eu/produits/imprimante).
53. Um membro da Organización indigena kankuama, Valledupar (Cesar) na Colômbia (depoimento recolhido pela autora em maio de 2010).
54. Não se trata, portanto, de dar razão aos anti-populacionistas. As constatações do tipo "Fazer filhos mata... o planeta" (tradução do título de um livro de Michel Tarrier publicado em 2011) não resumem minimamente o fundo do problema.
55. Para recordar alguns números relativos às variações do volume da extração entre 1900 e 2005, *cf. supra*, Miragens de um crescimento desmaterializado.
56. Sobre essa questão da desmaterialização, consultar o capítulo precedente.
57. Consultar FAO, FIDA e PAM, *The State of Food Insecurity in the World 2014*, Roma, FAO, 2014.
58. Como o resume com exatidão Gilbert Rist, tal abordagem é "totalmente inoperante nas sociedades vivas [...] [pois] se existem condições necessárias à sobrevivência, estas são geralmente insuficientes para garantir a vida em sociedade" (Gilbert Rist, *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale*,

op. cit., p. 294-295).

59. Ou mais precisamente “a reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população mundial cuja renda é inferior a um dólar por dia e a das pessoas que passam fome” (*Declaração do Milênio*, Nações unidas, Assembleia geral, dia 13 de setembro de 2001). Se a proporção se reduziu efetivamente de modo importante (passando de 18,7 % a 11,3 %), não é o caso do número absoluto das pessoas subnutridas (consultar FAO, FIDA e PAM, *The State of Food Insecurity in the World 2014*, *op.cit.*).
60. Depoimento de Jean Ziegler, citado in “Le massacre de la faim se déroule dans une normalité glacée”, *L’Humanité*, dia 5 de fevereiro de 2011.
61. Jean Ziegler qualifica de “crime contra a humanidade” o fato de abandonar as outras culturas alimentares em proveito dos agro-combustíveis. Precisa de 4.000 litros de água para fabricar 1 litro de bioetanol; precisa destruir 358 quilogramas de milho para fabricar 50 litros de bioetanol (consultar Jean Ziegler, *Les nouveaux maîtres du monde et ceux qui leur résistent*, Paris, Fayard, 2002, e *Destruction massive. Géopolitique de la faim*, Paris, Seuil, 2011).
62. Por 100 calorias de cereais dadas aos animais, obtemos apenas mais ou menos 40 novas calorias de leite, 22 calorias de ovo, 12 de frango, 10 de porco ou 3 de boi (“Alimentation. Un plan en cinq étapes pour nourrir la planète”, *National Geographic.fr*, dia 26 de maio de 2014).
63. Citado por Olivier de Schutter, *Rapport du Rapporteur spécial sur le droit à l’alimentation*, Nações unidas, Conselho dos direitos humanos das Nações unidas, dia 20 de dezembro de 2010, p. 5.
64. Consultar por exemplo os argumentos dos agroindustriais citados por Bill Liebhadt, “Get the Facts Straight. Organic Agriculture Yields are Good”, *Organic Farming Research Foundation Information Bulletin*, n° 10, verão de 2001, p. 1. Sobre a “revolução OGM”, consultar Tim Folger, “OGM. Une nouvelle révolution verte pour nourrir la planète ?”, *National geographic.fr*, dia 17 de novembro de 2014. Consultar também *Les moissons du futur* (2012), documentário de Marie-Monique Robin (M2R Films / ARTE France / CFRT / SOS Faim Belgique).
65. FAO, “2050. 2,3 milliards de bouches de plus à nourrir”, FAO.org, dia 23 de setembro de 2009.
66. *Ibid.*
67. Apoli Bertrand Kameni, *Minerais stratégiques...*, *op. cit.*, p. 216.
68. Jacques Caplat, “L’agriculture biologique peut-elle nourrir l’humanité ?”, *Ecorev’*, n° 35, dia 16 de julho de 2010 (consultável em ecorev.org/spip.php?article948).
69. Enquanto alguns anos atrás, cientistas previam que o pico da sua extração seria passado em 2030, em 2011, o USGS reavaliou consideravelmente as reservas mundiais em alta (elas passam de 15 a 65 bilhões de toneladas). Consultar Bert Smit, “L’épuisement du phosphore. Une crise invisible ?”, CTA, dia 26 de junho de 2011 (consultável em knowledge.cta.int/fr/Dossiers/S-T-et-defis-agricoles/L-epuisement-du-phosphore/Articles-de-fond/L-epuisement-du-phosphore-une-crise-invisible).
70. A produção de adubos azotados de síntese exige notadamente grandes volumes de gás natural, utilizado como fonte de hidrogênio e geralmente também como fonte de energia para o processo da síntese do amoníaco (que serve por sua vez a

- fabricar os amonitratos, a ureia e outros fertilizantes).
71. Consultar David Pimentel e Marie Giampietro, *Food, Land, Population and the U.S. Economy*, San Francisco, Carrying Capacity Network, 1994.
 72. FAOStat.
 73. Como o arsénio, o cádmio ou o urânio presentes notadamente na maior parte dos fosfatos.
 74. Ferro, boro, manganésio, cobre, zinco, molibdénio *etc.*
 75. Philippe Bihouix e Benoît de Guillebon, *Quel futur pour les métaux...*, *op. cit.*, p. 162-163.
 76. Miguel Altieri e Walter Pengue, “GM Soybean. Latin America’s new colonizer”, *GRAIN*, janeiro de 2006 (grain.org/article/entries/588-gm-soybean-latin-america-s-new-colonizer).
 77. Harold E. Dregne, “Erosion and Soil Productivity in Asia”, *Journal of Soil Water Conservation*, n.º 47, 1992, p. 8-13, e David Pimentel, “Soil Erosion. A Food and Environmental Treat”, *Environment, Development and Sustainability*, n.º 8, 2006, p. 119-137.
 78. Mike Davis fala num “planeta das favelas” (Mike Davis, “Bienvenue à l’Anthropocène”, *SolidaritéS. Cahiers émancipations*, n.º 131, dia 10 de julho de 2008).
 79. A quantidade de hectares monopolizados é complexa para determinar. O Overseas Development Institute (*think-tank* – grupo de reflexão – inglês) dá uma faixa compreendida entre 20 e 60 milhões de hectares (2013). *Land Matrix*, observatório independente da monopolização das terras, contabilizou 1.902 projetos de monopolização para um total de 55 milhões de hectares desde 2000, entre os quais 50% entre 2006 e 2012 (landmatrix.org). Por quanto diz respeito à artificialização, estima-se que ela equivale, na França, à superfície de um departamento cada sete anos.
 80. Sobre o período 2012-2014 a FAO estima o número de pessoas sofrendo de desnutrição crónica a 805 milhões, enquanto, segundo a OMS, 500 milhões de pessoas sofreriam atualmente de obesidade. Sobre os impactos da alimentação agroindustrial sobre a saúde, consultar notadamente Molly E Bond, Brad R Crammond e Bebe Loff, “It’s not About Choice. The Supermarket and Obesity”, *The medical journal of Australia*, vol. 197, n.º 7, dia 1.º de outubro de 2012, p. 371; Deborah A. Cohen e Susan H. Babey, “Candy at the Cash Register. A Risk Factor for Obesity and Chronic Disease”, *The New England Journal of Medicine*, n.º 367, dia 11 de outubro de 2012, p. 1381-1383, e Jennifer L. Pomeranz e Kelly D. Brownell, “Portion Sizes and Beyond. Government’s Legal Authority to Regulate Food-Industry Practices”, *ibid.*, p. 1383-1385.
 81. *Les moissons du futur* (2012), de Marie-Monique Robin, filme citado. Consultar também Olivier de Schutter, *Rapport du Rapporteur spécial sur le droit à l’alimentation*, *op.cit.*
 82. Catherine Badgley *et al.*, “Organic Agriculture and the Global Food Supply”, *Renewable Agriculture and Food Systems*, vol. 22, n.º 2, junho de 2006, p. 91. Este estudo foi realizado a partir de 77 estudos de caso nas áreas temperadas e tropicais. Mesmo nas regiões tropicais áridas e semiáridas (como a África do Leste), onde as disponibilidades em água são limitadas, pode-se fixar o

nitrogênio por meio das culturas de adubos verdes resistentes à seca (ervilha d'Angola ou guandu).

83. Vaclav Smil, *Enriching the Earth. Fritz Haber, Carl Bosch, and the Transformation of World Food Production*, Cambridge (MA), MIT Press, 2000.
84. Centre for Ecology and Hydrology (CEH), *Our Nutrient World. The Challenge to Produce More Food and Energy with Less Pollution*, Edimburgo, CEH, 2013, capítulos 3 e 4.
85. Véronique Tournis e Michel Rabinovitch, “Les ressources naturelles pour la fabrication des engrais. Une introduction”, *Géologues*, n° 162, *Géologie, histoire et marché des engrais minéraux* (dossier), novembro de 2012, p. 37-41.
86. Assim, por exemplo, o presidente da Associação nacional da indústria agroalimentar, Jean-René Buisson afirma que “não há solução atualmente totalmente alternativa aos pesticidas” e que uma agricultura sem pesticidas levaria a uma baixa da produção de 40% com uma subida dos preços de 50%. Consultar *Les moissons du futur* (2012), de Marie-Monique Robin, filme citado.
87. Jules Pretty e Rachel Hine, *Reducing Food Poverty with Sustainable Agriculture. A Summary of New Evidence* (relatório final do projeto *The Potential of Sustainable Agriculture to Feed the World*), Colchester, University of Essex, 2001. Os dados sobre a melhoria dos rendimentos puderam ser coletados em 89 de 208 “casos” (combinações de culturas e tipos de projeto).
88. Niels Halberg *et al.*, “The Impact of Organic Farming on Food Security in a Regional and Global Perspective”, in *Global Development of Organic Agriculture. Challenges and Prospects*, Wallingford (R.-U.), CABI Publishing, 2006, p. 277-322 (estudo conduzido pelo Instituto internacional de pesquisa sobre as políticas alimentares – IFRI –, e o Centro internacional de pesquisa sobre os sistemas alimentares biológicos – ICROFS).
89. Conclusão de uma investigação realizada em 2008 junto com 144 pequenas explorações em 24 países africanos (consultar unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=562&ArticleID=6084&l=fr).
90. Consultar notadamente Nadia El-Hage Scialabba e Caroline Hattam (*dir.*), *Organic Agriculture, Environment and Food Security*, Rome, FAO, 2002 (consultável em fao.org/docrep/005/y4137e/y4137e00.htm).
91. FAO, “La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture”, 2014 (consultável em fao.org/3/a-i4036f.pdf), p. 2.
92. Nadia El-Hage Scialabba e Caroline Hattam (*dir.*), *Organic Agriculture, Environment and Food Security*, *op.cit.*
93. Consultar Niels Halberg *et al.*, *Global Development of Organic Agriculture*, *op.cit.*
94. Bill Liebhart, “Get the Facts Straight. Organic Agriculture Yields are Good”, *Organic Farming Research Foundation Information Bulletin*, n° 10, verão de 2001, p. 4.
95. Catherine Badgley *et al.*, “Organic Agriculture and the Global Food Supply”, *art. cit.*, p. 86.
96. *Ibid.*, p. 92
97. Consultar por exemplo Federico Pacheco, “Espagne. Exploitation biologique?”,

- Forumcivique.org*, dia 15 de julho de 2011 (forumcivique.org/fr/articles/espagne-exploitation-biologique). Se fala até de “bio-exploração”.
98. Consultar Philippe Baqué (*dir.*), *La bio entre business et projet de société*, Marseille, Agone, 2012. Deve-se notar que os rendimentos que servem de referência para estimar o impacto da “conversão” nos países do Norte são geralmente os deste tipo de agricultura biológica. Mais perto ainda da lavagem verde – *green washing* –, consultar o conceito da “agricultura ecologicamente intensiva” oriundo do “Grenelle de l’environnement” e apoiado pela FNSEA, e até a “agroecologia” versão Stéphane Le Foll – ex-ministro da agricultura de François Hollande – (Fabrice Nicolino, “Le Foll invente l’agriculture écologiquement intensive”, *Charlie Hebdo*, dia 21 de agosto de 2013).
 99. Olivier de Schutter, *Rapport du Rapporteur spécial sur le droit à l’alimentation*, *op. cit.*, p. 6-7.
 100. Miguel A. Altieri, citado in Olivier de Schutter, *Rapport du Rapporteur spécial sur le droit à l’alimentation*, *op. cit.*, p. 7.
 101. Silvia Perez Vitoria, in *La bio entre business et projet de société*, *op. cit.*, p. 383-392.
 102. A rede francesa de permacultura define esta última como “uma ciência de concepção de culturas, de lugares de vida e de sistemas agrícolas humanos que utilizam princípios de ecologia e o saber das sociedades tradicionais para reproduzir a diversidade, a estabilidade e a resiliência dos ecossistemas naturais”. Ela nasce nos anos 1970, em relação com os trabalhos de Bill Mollison e David Holmgren.
 103. A agricultura biodinâmica, a mais controversa das práticas agroecológicas (porque ela remete à doutrina da *antroposofia* desenvolvida por Rudolf Steiner), tem por princípio central o fato de considerar todo domínio agrícola como um organismo vivo.
 104. O programa *Farm-A-Lot* foi impulsionado em 1970 pelo prefeito de Detroit Coleman Young. 40 anos depois, a agricultura urbana em Detroit faz intervir quase 16.000 pessoas em aproximadamente 1.300 jardins. O portal farmgarden.org lista nada menos de 16 diferentes redes de urbanfarming na Inglaterra.
 105. Quase mil “comunidades” (cidades, aldeias, bairros) no planeta (452 iniciativas oficiais e 652 candidatas ao rótulo invocam o modelo “Iniciativas de Transição” (números de *Transition Network* em junho de 2013), inicialmente chamado “Cidades em transição” (*Transition Towns*), fundado pelo britânico Rob Hopkins (Rob Hopkins, *Manuel de Transition. De la dépendance au pétrole à la résilience locale*, Montreal e Lyon, Écosociété et Silence, 2010). Segundo este último, as iniciativas que são rotuladas têm “uma base única” de teoria e de práticas, entre as quais, “uma abordagem positiva centrada nas soluções” e “a inclusividade”. A ideia é de partir da constatação do advento das “crises gêmeas” do pico petrolífero e da mudança climática para construir a resiliência dos territórios, por meio, notadamente, da prática da permacultura (Anna Bednik, “Conflits, chocs et résiliences. L’extractivisme questionne-t-il la Transition?”, *Mouvements*, n° 75, *La transition, une utopie concrète?*, outono de 2013).
 106. A título de exemplo, na África ocidental, barreiras de pedras colocadas à volta dos campos abrandam o escoamento durante a estação das chuvas, o que

permite melhorar a humidade do solo, reconstituir os lençóis freáticos e reduzir a erosão. A capacidade de retenção da água é multiplicada de 5 a 10 vezes, a produção de biomassa de 10 a 15 vezes.

107. Consultar notadamente Nadia El-Hage Scialabba e Caroline Hattam (*dir.*), *Organic Agriculture, Environment and Food Security*, *op.cit.*
108. O sistema agroecológico implementado pela Associação de produtores para o desenvolvimento comunitário da Ciénaga Grande do Baixo Sinú (Asprocig) abrange cerca de 9.000 pessoas (Consultar o capítulo seguinte, e Anna Bednik, “Quand l’agro-écologie tisse des liens qui libèrent. Une expérience colombienne”, in Franck Gaudichaud (*dir.*), *Amériques latines. Émancipations en construction*, Paris, Syllepse, 2013).
109. Asprocig, *Cultura y territorio. Diez años de trabajo en la cuenca baja del río Sinú*, Bogotá, El Molde Gráficas Ltda, 2006.
110. Comissão internacional sobre a agricultura camponesa sustentável, *De Maputo à Yakarta. 5 ans de l’agroécologie dans La Vía Campesina*, Jakarta, La Via Campesina, 2013.
111. Magali Verdonck *et al.*, *Système d’alimentation durable. Potentiel d’emplois en Région de Bruxelles-Capitale*, Bruxelles, Faculdades Universitárias Saint-Louis e Greenloop, 2012, p. 17.
112. FIDA, “Organic Agriculture and Poverty Reduction in Asia : People’s Republic of China”, ifad.org, 2004 (consultável em ifad.org/evaluation/public_html/eksyst/doc/thematic/organic/acp_china.htm). O FIDA (IFAD) é uma instituição financeira internacional e um organismo especializado das Nações unidas tendo por missão erradicar a pobreza e a fome nas áreas rurais dos países em desenvolvimento.
113. Nadia El-Hage Scialabba, “Organic Agriculture’s Contribution to Sustainability”, FAO, dia 29 de abril de 2013 (consultável em fao.org/3/a-aq537e.pdf).
114. A definição escolhida para o estudo é a da Rede dos atores bruxelenses para a alimentação sustentável (Rabad em francês): “Alimentação de qualidade para todos, ao nível planetário; soberania alimentar; impactos ambientais reduzidos; produtos locais e da época” (Magali Verdonck *et al.*, *Système d’alimentation durable...*, *op. cit.*, p. 10).
115. *Ibid.*, p. 74.
116. Números do desemprego (2013) do governo belga.
117. Em *L’âge des low tech* (*op. cit.*), Philippe Bihoux passa em revista numerosíssimas ideias concretas que vão nessa direção. Pode-se também referir-se às “ferramentas conviviais” de Ivan Illich.

Capítulo 5 RESISTÊNCIAS

1. Obra coletiva, *Histoires de la ZAD de Notre-Dame-des-Landes* (Histórias da ZAD de Notre-Dame-des-Landes), escrita entre 2020 e 2024, landes@riseup.net
2. Depoimento relatado por Lily La Torre, advogada no grupo de trabalho Racimos de Ungurahui, coletado pela autora em Lima em janeiro de 2010.
3. Sonia Córdova, Luis Robalino e César Padilla (dir.), *Un caso más de resistencia a la minería en el Ecuador y América Latina. La expulsión de la Mitsubishi Materials de Junín-Intag*, Quito, Acción Ecológica-OLCA, 1999.
4. *bid.*
5. Quatro reservatórios artificiais substituirão os lagos destruídos. Um deles, Chailhuagón, já foi construído.
6. Formado pelo gigante estadunidense Newmont (51,35%), o grupo peruano Buenaventura (43,65 %) e a Sociedade financeira internacional (Banco mundial, Ramo de crédito ao setor privado – 5 %).
7. *Membros das rondas campesinas.*
8. As fotos tiradas pelas forças de segurança provam isso (consultáveis em el-viaje-de-irkita.blogspot.fr/2010/06/17-02-2010-ayabaca-un-pueblo-dans-les.html). Os fatos são também descritos em Federación provincial de comunidades campesinas de Ayabaca (FEPROCCA), Confederación nacional de comunidades del Perú afectadas por la minería (CONACAMI), *La resistencia de las comunidades de Ayabaca: por el territorio, la vida, el agua y la autonomía*, Lima, [s. ed.], 2010. Em 2009, na sequência das ações judiciais iniciadas pelas vítimas, Monterrico Metals, matriz britânica da empresa Majaz encarregada do projeto de exploração Rio Blanco, viu seus ativos congelados pela Corte suprema do Reino Unido. Atualmente, Majaz, renomeada Rio Blanco, pertence ao consórcio chinês Zijin.
9. Intervenção de José Gualinga, presidente da associação sarayakú Atayak na Aliança francesa de Quito, dia 10 de março de 2010.
10. Povo do grupo de línguas quéchua.
11. Depoimento coletado pela autora em Muisne, Equador, em fevereiro de 2010. A indústria do camarão, interessada pela mistura água doce/água salgada naturalmente presente nas áreas de mangues, contamina a água pelos produtos químicos (fertilizantes, antibióticos, detergentes etc.) e favorece a salinização dos solos. Em francês, consultar Anna Bednik, “Unis pour la défense des mangroves”, *Aldeah.org*, dia 1º de julho de 2010.
12. Asprocig, “Experiencias locales de soberanía en medio del conflicto. Impactos en las comunidades campesinas”, *Revista Semillas*, n° 24-25, agosto de 2005.
13. Orlando Fals Borda, *Historia doble de la Costa*, tomo 1, Mompox y Loba, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, Banco de la República y El Áncora Editores, 2002.
14. O “Plano Maior” foi elaborado nos anos 1990 para agroindustrializar a região e inseri-la nos mercados regionais e mundiais. Ele previa a construção de um porto

em águas profundas, as infraestruturas para 15 grandes áreas de irrigação, uma conexão rodoviária com a região de Urabá e a construção de duas centrais hidrelétricas. A primeira, Urrá I (340 MW de capacidade instalada), necessitou a edificação de uma barragem de 1,3 quilômetro de comprimento e 73 metros de altura, conduzida pelo consórcio sueco-colombiano Skanska-Conciviles. A segunda, Urrá II, devia inundar as terras habitadas por indígenas Embera Katio. A sua construção gerou importantes resistências. Ela é, por enquanto, paralisada.

15. Asprocig, *Urrá I. Más que energía, un proyecto alienador*, Bogotá, II Panel Internacional “Energía para Sociedades Sustentables”, julho de 2002.
16. Depoimento coletado pela autora em Lórica, Colômbia, em maio de 2010.
17. Arhuaco, Kankuamo, Kogi e Wiwa.
18. A província de Neuquén, no Norte da Patagônia, se tornou a ponta de lança do avanço da exploração dos hidrocarbonetos de xisto, e lá já se exploram formações de tight gas. A província já conta 200 poços perfurados. Além dessa formação, conhecido como “Vaca Muerta”, os jazigos se estendem numa boa parte do país, inclusive em bacias que não têm história petrolífera. YPF e outras empresas têm também intenção de sondar no Nordeste, na fronteira com o Uruguai e o Brasil. Nessa área encontra-se o aquífero Guarani, um dos maiores aquíferos de água doce do mundo. Segundo a agência americana EIA, a Argentina englobaria a terceira reserva mundial de gás de xisto. Consultar Simone Garra e Anna Bednik, “Argentine, nouvelle frontière de gaz de schiste”, entrevista com Diego di Risio, *Aldeah.org*, dia 1º de março de 2013, e o relatório publicado por Observatorio Petrolero Sur, Les Amis de la Terre France, Friends of the Earth Europe e Milieudefensie, *Repousser les limites. La ruée vers les gaz et huiles de schiste en Patagonie argentine*, maio de 2014.
19. A mina é explorada por uma co-empresa formada por empresa pública argentina, Yacimientos Mineros de Agua de Dionisio (YMAD), que detém os direitos de exploração, e por Minera Alumbrera (detida por sua vez a 50% por Xstrata, comprada pelo suíço Glencore em 2013, e pelas canadenses Goldcorp e Yamana a 37,5% e 12,5% respectivamente), que se responsabiliza da exploração em si. Em 2010, dois geólogos apresentaram junto da Câmara federal de Tucumán uma queixa que denuncia a ocultação, durante 12 anos, por Bajo de la Alumbrera, dos ganhos de um valor anual estimado a 8,9 bilhões de dólares: a análise do concentrado exportado pela companhia revelou a presença de 19 outras substâncias (além do ouro, do cobre e do molibdênio declarados e tributados): crômio, titânio, zircônio, cério, cobalto, césio, háfnio, lantânio, lutécio, ióbio, níquel, escândio, tântalo, térbio, tório, urânio, tungstênio, ítrio, itérbio.
20. Cobre, arsênio, cádmio, molibdênio, mercúrio, chumbo, urânio. Sobre este assunto, consultar Fiscalía General ante la Cámara Federal de Tucumán, Relación n° 243/06, dia 22 de agosto de 2006; Dario Aranda, “La única verdad. La Alumbrera, el caso testigo”, *Mu, el periódico de lavaca*, n° 52, março 2012, p. 8-9. Consultar também o documentário *Tierra Sublevada. Oro Impuro* (2009), de Fernando E. Solanas.
21. Consultar os artigos seguintes no site noalamina.org: “Peritaje científico ratifica a la Justicia el daño que causa Minera Alumbrera”, dia 4 de outubro de 2013, e “La llegada de La Alumbrera disparó los casos de cáncer en Andalgalá”, dia 15 de março de 2012.

22. Depoimento coletado pela autora em Andalgalá, Argentina, em agosto de 2010.
23. Consultar aldeah.org/es/salto-vida e Agrupación Un salto de vida, “Jetés dans les ordures. Chroniques de mort et de lutte”, in *Oser affronter l’extractivisme*, *Fal Mag*, n° 104, 1° trimestre de 2011.
24. Asambleasciudadanas.org.ar
25. Inter-coletivo anti-minas, “Projets miniers. La lutte se structure en France”, *Aldeah.org*, dia 26 de julho de 2015.
26. Foi assim que os oponentes ao aeroporto de Notre-Dame-des-Landes desviaram a sigla ZAD que significava para a administração “*zone d’aménagement différé*” (área de planeamento diferido).
27. Para conhecer a história, ou melhor, as histórias da primeira “Zad”, que inspirou as outras, leiam: Obra coletiva, *Histoires de la ZAD de Notre-Dame-des-Landes* (Histórias da ZAD de Notre-Dame-des-Landes), escrita entre 2020 e 2024, (landes@riseup.net)
28. Ele se chamava Rémi Fraisse.
29. Expressão de Franck Gaudichaud, *Amériques latines...*, *op. cit.*
30. *Cf. supra*, As veias sempre abertas da América Latina.
31. *Cf. supra*, Nosso destino comum?
32. A fábrica cessou a sua atividade em janeiro de 2006. Consultar Vandana Shiva, “Les femmes du Kerala contre Coca-Cola”, *Le Monde diplomatique*, março de 2005, e Rohan D. Mathews, “La lutte de Plachimada contre Coca-Cola”, *Intercultural Resources*, 1° de julho de 2011 (consultável em ritimo.org/La-lutte-de-Plachimada-contre-Coca-Cola).
33. O banco de dados de Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade (EJOLT), “The Environmental Justice Atlas” cataloga alguns desses conflitos (consultar ejatlas.org).
34. Em agosto de 2015, ejatlas.org recenseia 21 casos de lutas vitoriosas (projetos parados) na Índia.
35. EJOLT recenseia 24 conflitos. Consultar por exemplo Li Ma e François G. Schmitt, “Développement et conflits environnementaux en Chine”, *Perspectives chinoises*, vol. 103, n° 2, 2008, p. 100-109.
36. BloombergNews, “Chinese Anger Over Pollution Becomes Main Cause of Social Unrest”, *Bloomberg.com*, dia 6 de março de 2013.
37. As ações de bloqueio continuam até agora (maiores informações em frontlineaction.org).
38. Consultar Jocelyn Peyret, *Des mouches dans le bush. La marche des terres minées*, Gourdon, ABC’éditions e La Question, 2014.
39. Naomi Klein, *Tout peut changer*, *op. cit.*, p. 344. Para o mapa do traçado, consultar Audrey Garric, “5 questions sur Keystone XL, l’oléoduc qui embarrasse Obama”, *Le Monde*, dia 4 de fevereiro de 2014.
40. Yinkadene.ca
41. Sobre essas áreas, a título de exemplo, Naomi Klein evoca o Sul da França e

notadamente o Var, “conhecido pelas suas oliveiras, os seus figos, os seus carneiros e as famosas praias de Saint-Tropez”, cuja mobilização teria provocado a rejeição dos hidrocarbonetos de xisto no Hexágono. Este último ponto não é exato. O Var foi envolvido de fato numa demanda de licença de pesquisa (licença de Brignoles), que foi rejeitada na sequência da fortíssima mobilização local. Mas os territórios emblemáticos do Sul envolvidos nas licenças de pesquisa concedidas em 2009 e 2010 e onde o movimento de oposição nasceu para se propagar depois em outros lugares do país eram o Ardèche, o Drôme, o Hérault, o Gard, o Lozère e o Aveyron. Se encontra aí em particular o Larzac, efetivamente conhecido pelos seus carneiros e, sobretudo, pelo seu movimento de oposição à extensão de um campo militar nos anos 1970. A quarta dessas licenças que agravaram o conflito é a de Château-Tierry, cidade situada, ela, entre o Seine-et-Marne (região parisiense) e a Picardia.

42. Por exemplo, a função de *chasqui* (mensageiro), o princípio de *minga* (trabalho coletivo) nos povos quéchua/kichwa/quichua *etc.*
43. No Peru, a lei reconhece às rondas campesinas a faculdade de administrar a justiça dentro das suas “jurisdições” (comunidades) de acordo com os seus usos e costumes.
44. Global Witness, *Deadly Environment*, *op. cit.*
45. Uma aldeã foi morta lá a tiros em dezembro de 2014.
46. O *sit-in* permanente dura desde o dia 31 de dezembro de 2014. No verão de 2015, em pleno ramadã, a mobilização era sempre ativa apesar do avanço das obras de prospeção (consultar Djamila Ould Khettab, “In-Salah. La mobilisation anti-gaz de schiste se poursuit pendant le Ramadhan”, *Algérie-Focus.com*, dia 25 de junho de 2015).
47. Depoimento durante o Fórum alternativo mundial da água (FAMA) de 2012, citado in FAMA 2012, “Résumé des ateliers et tables rondes”, *art. cit.*, p. 29.
48. Interrogados sobre esse estudo, alguns especialistas do setor minerário estimam que ele foi “mal gerido” por Mitsubishi, que tomou por referência uma experiência japonesa. Consultar Anthony Bebbington *et al.*, “Los movimientos sociales frente a la minería. Disputando el desarrollo territorial andino”, in José Bengoa (ed.), *Territorios rurales. Movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina*, Santiago do Chile, Catalonia, 2007, p. 301.
49. International Labour Organization, *C169. Indigenous and Tribal Peoples Convention*, 1989, artigo 15.
50. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, Espanha, Equador, Fiji, Guatemala, Honduras, México, Nepal, Nicarágua, Noruega, Paraguai, Países-Baixos, Peru, República centrafricana, República dominicana, Venezuela.
51. *Cf. infra*, Esperando pelo desastre.
52. No Equador, essa obrigação permanece bastante vaga para com a população em geral (artigo 88: “Toda decisão de Estado que poderia afetar o ambiente, deverá tomar em conta o parecer da comunidade, e por isso ela será devidamente informada. A lei garantirá a sua participação”), mas bem definida para com os povos indígenas (artigo 86). Ela é claramente definida nos dois casos na Bolívia (artigos 343, 352, 403).

53. Carlos Mazabanda, *Consulta previa en la décimo primera ronda petrolera. Participación masiva de la ciudadanía?*, julho de 2013 (estudo realizado para o Subsecretariado dos hidrocarbonetos – SHE –, consultável em amazonwatch.org/assets/fles/2013-07-consulta-previa-en-la-11a-ronda.pdf). Consultar o mapa dos blocos petrolíferos na Amazônia equatoriana em data da 11ª licitação (aldeah.org/fr/11eme-appel-doffres). Essa licitação fazia passar a parte total dos territórios amazônicos ameaçados pela prospeção ou a exploração de petróleo a quase 80%.
54. *Ibid.*, p. 1, p. 15, p. 17 e p. 20.
55. Consultar aldeah.org/fr/la-consulta-inconsulta-ecuador-2013
56. Decreto Supremo n° 2298, dia 18 de março de 2015 (lexivox.org/norms/BO-DS-N2298.xhtml).
57. Citado por Agencia Erbol, “Se “pierde tiempo” en consultar a pueblos indígenas”, *Los tiempos.com*, dia 13 de julho de 2015.
58. Os detalhes da luta de Tambogrande citados aqui provêm das imagens do documentário *Tambogrande, Mangos, Muerte, Minería* (2007), de Ernesto Cabellos e Stephanie Boyd, do dossiê *Tambogrande vale más que oro*, Guarango, outubro de 2004, e de entrevistas realizadas em Lima e em Tambogrande entre novembro de 2009 e fevereiro de 2010.
59. journal-officiel.gouv.fr. Boa sorte! O primeiro sinal (um “parecer”) de um pedido de licenciamento aparece nele durante a fase de abertura à concorrência. Desde a batalha do gás de xisto, houve um certo esforço de transparência por parte do Estado. Atualmente (2025), um cadastro de mineração registra as concessões minerárias concedidas e os pedidos em análise (camino.beta.gouv).
60. Em mineralinfo.fr, o Bureau de recherches géologiques et minières (BRGM, Gabinete de pesquisas geológicas e minerárias), indica na maioria dos casos essas consultas e coloca à disposição a documentação sobre as licenças (consultar Collectif Aldeah, “Exploitation minière dans la Creuse. Dites oui et ne posez pas de questions !”, *Aldeah.org*, dia 3 de setembro de 2013).
61. *Cf. supra*, Nosso destino comum?
62. Depoimento recolhido pela autora em Esquel, Argentina, em setembro de 2010. A assembleia de Esquel foi na origem de um site Internet (noalamina.org), hoje, verdadeira “mina” de informações sobre a indústria mineral e as resistências populares, mídia imprescindível para qualquer um se interessa na questão, muito além dos únicos atores diretamente implicados nos movimentos de resistência.
63. Dossiê Guarango, *Tambogrande vale más que el oro*, *op.cit.*, p. 12.
64. Neste caso preciso, se trata de uma concessão de prospeção (equivalente de uma licença de pesquisa na França).
65. Depoimento recolhido pela autora em Ayabaca, Peru, em fevereiro de 2010.
66. Ver exemplos deste tipo de publicidades (Areva, Bolloré, Monsanto, Herta, EDF, Glencore) em aldeah.org/fr/interlude-extractiviste-quelques-exemples-decoblanchi-ment-publicitaire.
67. María Elena Castillo, “Presentan denuncia contra minera Yanacocha por usar

- niños para repartir folletos a favor del Proyecto Conga”, *La República.pe*, 7 de março de 2012.
68. Stratégie nationale de transition écologique vers un développement durable 2015-2020 (adotada em conselho dos ministros no dia 4 de fevereiro de 2015), caixa, p. 44.
 69. Consultar por exemplo, AFMP, “Oui, les gaz de schiste peuvent contribuer au redressement productif !”, *Europetrole.com*, 14 de setembro de 2012.
 70. Industrial norte-americano (1819-1880) na origem da primeira exploração industrial de petróleo (em 1859, em Titusville na Pensilvânia).
 71. Consultar a conferência do dia 14 de janeiro de 2013 de Jean-François Levier, “Les gaz de schistes, une aubaine pour la France ?” (consultável em assominerve.fr/wp-content/uploads/2012/12/GAZ-DESCHISTE-texte-conf%C3%A9rence.pdf).
 72. Coletivo, “Lettre ouverte à l’Académie des sciences”, *Aldeah.org*, dia 18 de janeiro de 2013. Precisa, no entanto, notar que há também muitos cientistas do lado dos contestadores.
 73. Mesmo se a tecnologia é estadunidense e se a maior parte das companhias detentoras de licenças o são também.
 74. O texto da petição pode ser consultado em foreurs.net/index.php?option=com_content&view=article&id=383:petition-pourou-contre-lexploitation-de-gaz-de-schiste&catid=18:actualitesamicale&Itemid=59
 75. É para ser notado que a França é dependente a 99% das importações pelo seu consumo de petróleo e que 98% do gás consumido na França é importado. Acerca dos empregos realmente criados, consultar notadamente Silvain Lapoix, “Les emplois au pifomètre du gaz de schiste”, *Owmi*, dia 8 de outubro de 2012.
 76. Num inquérito na Internet lançado pela Comissão Europeia no início do ano 2013, o “público” teve, por exemplo, que responder à pergunta de saber se “a aceitação pelo público em geral” da exploração dos hidrocarbonetos não convencionais representava ou não “um desafio maior” (para quem?). Depois, era convidado a responder a uma série de perguntas sobre a estratégia a ser adotada para enfrentar esse “desafio”! Consultar a decodificação proposta por Agir pour l’environnement (fr.scribd.com/doc/119932454/DECRYPTAGE-consultation-publique-sur-les-gaz-de-schiste-en-europe). Consultar também Sophie Cillat, “Gaz de schiste. Comment Total & Co travaillent l’opinion”, *Rue89*, dia 20 de agosto de 2012.
 77. Entrevista do presidente de Manhattan no documentário *Tambogrande, Mangos, Muerte, Minería*, já citado.
 78. Pascal Thibaut e Marc Minatel, “Mines de charbon et politique énergétique en Allemagne”. *Grand reportage, RFI*, dia 13 de novembro de 2013.
 79. Coordenação dos coletivos do Norte da Loire, “Quiz gaz et huile de schiste” (consultável em aldeah.org/fr/quizz-gaz-et-huilede-schiste-testez-vos-connaissances-sur-les-hydrocarbures-de-rochemere).
 80. Coletivo Voces de Alerta, *15 mitos y realidades de la minería transnacional en la Argentina, Guía para desmontar el imaginario prominero*, Buenos Aires, Editorial El Colectivo e Herramienta Ediciones, 2011, p. 30-31.

81. Sobre o tema do trabalho (entre outros), consultar a peça de teatro escrita por um militante anti-minas, Julien Dupoux, *Gratter les fonds*, Aldeah.org, dezembro de 2014.
82. Inter-coletivo Stop Mines, “Projets miniers. La lutte se structure en France”, *art. cit.*
83. A. Girard, *Site de Salsigne (Aude). Gestion et surveillance 2007-2010*, BRGM/RP-59602, 2011, p. 12 (consultável em aude.gouv.fr/IMG/pdf/SALSIGNE_-Synthese_2007_-_2010_cle7a5a9d.pdf).
84. Bem como um excesso de mortalidade por câncer do sistema digestivo nas mulheres de 30%. Marie-Gabrielle Dondon, Florent de Vathaire, Philippe Quénel e Nadine Fréry, “Cancer Mortality During the 1968-1994 Period in a Mining Area in France”, *European Journal of Cancer Prevention*, n° 14, 2005, 14, p. 297-301. Consultar também Christian Aniot, “Cancers. On meurt plus à Salsigne qu’ailleurs”, *La Dépêche.fr*, dia 17 de janeiro de 2006.
85. Corte das Contas, “L’État face aux enjeux industriels et environnementaux. L’exemple des mines d’or de Salsigne”, in *Rapport 2003*, 2003, p. 361 (consultável em ccomptes.fr/content/download/2426/24284/version/1/file/MinesOrSalsigne.pdf).
86. Hervé Pujol, “Faut-il rouvrir la mine d’or de Salsigne ?”, *Lejournal.cnrs.fr*, dia 5 de setembro de 2014.
87. Corte das Contas, “L’État face aux enjeux industriels et environnementaux...”, *art. cit.*, p. 370.
88. Simon Gouin, “à Salsigne, un siècle d’extraction d’or, dix millénaires de pollution ?”, *Bastamag*, dia 7 de janeiro de 2015.
89. Mehdi Benchelah, “Salsigne, une pollution sans répit”, *RFI*, dia 18 de março de 2010.
90. Sobre a noção de “drenagem ácida”, *cf. supra*, Nosso destino comum?, nota 102.
91. Consultar Coletivo Aldeah, “Dans la Sarthe, les riverains s’opposent à l’ouverture de nouvelles mines”, *Aldeah.org*, dia 22 de julho de 2013.
92. Coletivo Stopmines 23, “Limousin, Terre d’aucune mine”, *La baleine*, n° 180, agosto de 2015.
93. Depoimento recolhido pela autora em Quito, Equador, em fevereiro de 2010.
94. Depoimento recolhido pela autora na Sierra de Perijá, Venezuela, em junho de 2010.
95. Entrevista com Mirta Antonelli, depoimento recolhido pela autora em Córdoba, Argentina, em agosto de 2010. Excertos desta entrevista podem ser consultados em Aldeah.org.
96. Faculdade de filosofia e humanidades, coeditora, com Maristella Svampa, de *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*, Buenos Aires, Editorial Biblos, 2010.
97. Sobre os impactos dos projetos da Barrick Gold sobre os glaciares, consultar Jorge Daniel Taillant, “Barrick’s Glaciers Technical Report on the Impacts by Barrick Gold on Glaciers and Periglacial Environments at Pascua Lama and Veladero”, *Cedha.net*, dia 20 de maio de 2013.

98. Assistir à apresentação e às imagens comentadas das instalações de Veladero por Associação Inti Chuteh, San Juan, “Destrucción de glaciares de alta montaña por la minería de oro” no âmbito da série de oficinas “Eau et industrie minière” do Fórum alternativo mundial da água, Marselha, março de 2013 (aldeah.org/es/fame-2012-en-video-agua-y-mineria-en-america-latina).
99. Os movimentos indígenas, atores políticos importantes em muitos países da América Latina, se apropriaram, aliás, a tal ponto politicamente as problemáticas ligadas às indústrias extrativas que muitos observadores veem nelas (erradamente) uma questão especificamente indígena. Historicamente, as reivindicações dos movimentos indígenas foram sobretudo articuladas em torno de noções de terra-território-identidade-dignidade.
100. Assim, a ANAA no México se declara por exemplo “a assembleia das comunidades”, onde os partidos são proscritos e as ONGs participam apenas a título de observadores. A UAC na Argentina, assim como muitas assembleias locais, proíbem aos participantes exibir um pertencimento “partidário”. Alguns coletivos antigases e petróleo de xisto franceses, que funcionam de maneira horizontal, se reivindicam como coletivos “de pessoas”, onde nenhum participante pode falar em nome de uma estrutura (mesmo se pode, por outro lado, ser membro de um partido ou funcionário de uma ONG ambiental); o encontro nacional de coordenação é um encontro dos coletivos locais.
101. É assim que uma delegação oriunda de Íntag pôde, por exemplo, ir no Peru para constatar as consequências da exploração mineral em larga escala, até aquele momento desconhecida no Equador.
102. Redmanglarinternacional.org
103. Depoimento recolhido pela autora em Córdoba, Argentina, em agosto de 2010.
104. Sobre as redes, ler Fernando Mires, “Comunicación: entre la globalización y la glocalización. La sociedad de redes (o las redes de la sociedad)”, *Revista Chasqui* 67, setembro de 1999.
105. Consultar Dossiê Guarango, *Tambogrande vale más que oro*, op. cit., p. 8. A opção de concessão mineral acabará por ser revogada em dezembro de 2003.
106. Ejatlas.org, em agosto de 2015.
107. Rachel Davis e Daniel M. Franks, *Costs of Company-Community Conflict in the Extractive Sector*, Cambridge, Harvard Kennedy School, 2014, p. 8 e 19.
108. Depoimento recolhido pela autora em Esquel, Argentina, em setembro de 2010.
109. Consultar aldeah.org/es/cerro-katuma-jaide-jai-katuma-consulta-delos-pueblos.
110. Em 2012, a Corte de Loja condena a Chevron a pagar 9,5 bilhões de dólares de perdas e danos, depois, a empresa se recusando em reconhecer a sua responsabilidade, esse valor é duplicado pela justiça. Paralelamente, a corte de segunda instância do Distrito de Columbia (Estados Unidos) recentemente deu razão à Chevron num outro litígio que a opõe ao Equador (a propósito de um acordo que data dos anos 1970 segundo o qual a Texaco tinha obtido concessões no Equador em troca da venda de petróleo a preços preferenciais), condenando o Estado equatoriano a pagar 96 bilhões de dólares.
111. 10 províncias argentinas adotaram leis proibindo ou limitando a atividade mineral em larga escala: proibições das minas de metais ao ar livre (Chubut,

- Córdoba, la Rioja, Tierra del Fuego, Tucumán) e/ou do uso de cianeto e outras substâncias perigosas (Chubut, Córdoba, La Pampa, la Rioja, Mendoza, San Luis, Tierra del Fuego, Tucumán, Rio Negro).
112. Lei 26.639 da Nação Argentina. Cf. *supra*, Miragens de um crescimento desmaterializado.
 113. Segundo a Barrick, em agosto de 2015, 15,4 milhões de onças de ouro e 675 milhões de onças de prata de reservas provadas e prováveis (barrick.com/operations/argentina-chile/pascua-lama/default.aspx).
 114. René Murga citado em “Barrick Gold podría suspender temporalmente el proyecto Pascua Lama en Chile”, *Telam.com.ar*, dia 7 de agosto de 2015.
 115. Essa possibilidade estaria sendo estudada (consultar “Barrick decidió explotar Pascua-Lama del lado argentino”, Fundación Teram, dia 4 de agosto de 2015).
 116. Consultar Jorge Daniel Taillant, “Barrick’s Glaciers Technical Report...”, *art. cit.*
 117. Para saber mais, consultar Olivier Petitjean, “La bataille pour l’eau d’un petit village chilien contre un géant minier”, *Multinationales.org*, dia 30 de março de 2015, e Elif Karakartal, “La justice chilienne ordonne la démolition du plus grand réservoir minier d’Amérique latine”, *Aldeah.org*, dia 26 de abril de 2015.
 118. Essa fábrica de pasta de papel (que pertencia no início à empresa finlandesa Metsä-Botnia, e depois foi comprada pela UPM-Kymmene em 2011), instalada na cidade uruguaia de Fray Bentos e que rejeitava as suas águas residuais no rio Uruguai, fronteiro com a Argentina, foi notadamente na origem de um conflito entre o Estado uruguaio e o Estado argentino que necessitou a arbitragem da Corte internacional de Haia.
 119. Depoimento recolhido pela autora em Montevidéu, Uruguai, em novembro de 2010.
 120. Para isso, a companhia canadense passa por uma filial baseada em Jersey, o que lhe permite invocar o tratado de investimentos entre a Romênia e o Reino Unido (consultar Kevin Smith, “Corporate Vampires Have Tried to Suck \$4 billion Out of Romania, and With TTIP the UK Could Be Next”, *TheIndependent.co.uk*, dia 4 de agosto de 2015).
 121. Oana Romoceu, “Who is Roșia Montană ? Or the Dawn of A New Generation”, *The Huffington Post*, dia 13 de setembro de 2013.
 122. Depoimento recolhido pela autora em Córdoba, Argentina, em agosto de 2010.
 123. Entrevistas realizadas pela autora em Junín, Equador, em novembro de 2007.
 124. Consultar Gerard Coffey, “Ennemi de l’État. Carlos Zorrilla et la bataille pour Íntag”, *Linea de fuego*, dia 6 de janeiro de 2014 (consultável em *Aldeah.org*).
 125. Consultar Pablo Kamchatka, “La grieta que divide a Íntag”, *Gkillcity.com*, dia 17 de novembro de 2014. O artigo é parcialmente reproduzido em francês em *Courrier international* sob o título “Équateur. La mine de la discorde”, dia 19 de janeiro de 2015.
 126. Imagens e histórico da ocupação em frack-off.org.uk/latestnews-from-the-great-gas-gala
 127. Na Cantábria e na Rioja (Espanha), os parlamentos regionais tinham proibido o fraturamento hidráulico, mas o tribunal constitucional cancelou a lei.

128. Cf. *supra*, Nosso destino comum?
129. Sobre Gustavo Gómez e a sua luta contra a Bajo de la Alumbrera, consultar, entre outros, Esteban Stanich, “Antonio Gustavo Gómez: “Los delitos ambientales son de lesa humanidad””, *Pensamientopenal.org.ar*, dia 14 de maio de 2015.
130. Depoimento recolhido pela autora em Tucumán, Argentina, em agosto de 2010.
131. Sonia Córdova et al. (*dir.*), *Un caso más de resistencia...*, *op. cit.*
132. Na divisão administrativa equatoriana um cantón é equivalente a um departamento francês. O vale de Íntag reúne sete paróquias, entre as quais seis se encontram no cantón de Cotacachi (representando mais de dois terços da sua superfície total) e uma no cantón de Otavalo.
133. Não é o caso no Estados Unidos, onde os “proprietários superficiais” (os dos solos) detêm também o subsolo. Por outro lado, em determinados Estados federais, como na Argentina, a competência da gestão dos recursos naturais, inclusive os do subsolo, é devida aos governos provinciais.
134. Oficialmente, companhias de segurança privada. Na ampla rede de subcontratados da Ascendent, figurava notadamente “a empresa de segurança” colombiana Honor & Laurel, que não tem existência legal no Equador.
135. Alan García Pérez, “El síndrome del perro del hortelano”, *El Comercio*, dia 28 de outubro de 2007 (consultável em aidesep.org.pe/editor/documentos/58.pdf).
136. Para a cronologia dos acontecimentos, consultar entre outros FIDH, *Peru-Bargua. Derramamiento de sangre en el contexto del paro amazónico. Urge abrir diálogo de buena fe*, Paris, Imprimerie de FIDH, outubro de 2009, p. 23-24.
137. Fernando Vilchez, “El país que se quedó en la Curva del Diablo”, *Crónicas, Ojo Público*, dia 14 de dezembro de 2014. Outras fontes evocam 38 policiais.
138. Da DINOES (Dirección Nacional de Operaciones Especiales).
139. FIDH, *Peru-Bargua...* *op. cit.* p. 30.
140. 185 pessoas foram detidas, e há relatos de atos de tortura (*ibid.*, p. 32).
141. Testemunhos recolhidos pela autora em Bagua e El Cenepa, Peru, em fevereiro de 2010. Consultar também a narrativa dos acontecimentos pelo documentarista Fernando Vilchez, “El país que se quedó en la Curva del Diablo”, *art. cit.* e “La Muerte en la Curva del Diablo. El relato de testigos presenciales”, Survival-International, junho de 2009 (consultável em http://assets.survival-international.org/documents/44/Informe_Bagua.pdf).
142. Andrés Bedoya Ugarteche, “Pobrecitos chunchos ! Y otras torpezas”, *Correo*, dia 13 de junho de 2009.
143. Consultar, sobre esse assunto notadamente, Daniel Dupuis, *Donde están? Terreur et disparitions au Pérou* (1980-2000), Neuilly-en-Champagne, Le passager clandestin, 2009.
144. Os Awajun de El Cenepa são notadamente conhecidos por ter impedido, em 1979, a filmagem do filme Fitzcarraldo de Werner Herzog no seu território. Consultar o resumo desse conflito por Éric Sabourin, “L’affaire Herzog”, *Journal de la Société des Américanistes*, vol. 67, n° 1, 1980, p. 441-460.

145. Sezin Topçu, *L'agir contestataire à l'épreuve de l'atome. Critique et gouvernement de la critique dans l'histoire de l'énergie nucléaire en France*, Tese de doutorado em história das ciências e das técnicas, sob a direção de Dominique Pestre, EHESS, 2010. Sezin Topçu explicita notadamente o funcionamento do “instrumento participativo” e, como resultado, a institucionalização da crítica antinuclear que ocorreu até os meados dos anos 1990.
146. Sobre a cogestão dos desastres, consultar Nadine Ribault e Thierry Ribault, “Fukushima. Cogérer l'agonie”, *Monde-libertaire.fr*, dia 11 de março de 2015.
147. Como o mostra a audição de Arnaud Montebourg à Comissão do desenvolvimento sustentável do dia 19 de fevereiro de 2013.
148. Consultar Nato Guachi, “Les collectifs anti-gaz et pétrole de schiste, nouveau visage du terrorisme en France?”, *Aldeah.org*, dia 6 de fevereiro de 2013.
149. Gérard Médaïsko, “Gaz et huile de schiste. N'en faisons pas une nouvelle affaire Dreyfus”, *Foreur Contact*, n° 191, setembro de 2012. Notemos sobre esse assunto que se falou, sim, de estar preparados para parar os caminhões a vibrações, mas nunca se tratou de ser mártires.
150. Andrés Bedoya Ugarteche, “Pobrecitos chunchos! Y otras torpezas”, *art. cit.*
151. Para um resumo da situação atual, *cf. supra*, Nosso destino comum?
152. O vimos previamente, a técnica utilizada não muda por nada a lógica das experimentações in situ, nem a validade do princípio de precaução. Sem sequer falar do fato que o combustível que se procura obter – hidrocarboneto “convencional” ou não – é poluente em si.
153. Zadist, “Ceci n'est pas un camping”, *Zad.nadir.org*, dia 21 de janeiro de 2014.
154. Resguardo indígena Kankuamo e Organización indígena Kamkuama (OIK), “Vision ancestral indígena” in OIK, *Modelo participativo de ordenamiento del resguardo indígena Kankuamo*, Bogotá, Kampanäkê Ediciones, 2006, p. 168-169.
155. Repowerbalcombe.com/about-us
156. A experiência bem-sucedida de Íntag nesse domínio se inscreve num modelo clássico do comércio justo e solidário. Em 1998, os cultivadores de café se reúnem no seio da Associação agro-artesanal Café Río Íntag (AACRI) que assina já em 1999 o seu primeiro grande contrato de abastecimento com uma empresa de comércio justo japonesa, sensível às atuações da companhia compatriota na área. Hoje, o café Río Íntag é também vendido em outras regiões do Equador. Além de fornecer para os seus aderentes uma assistência técnica, a AACRI compra a totalidade das colheitas aos produtores. O preço, negociado às condições do comércio justo, é fixado de antemão e não é sujeito às flutuações do mercado internacional. A torrefação no lugar de aproximadamente 40% da produção e o programa de “fazendas integrais” certificadas por um rótulo de agricultura biológica permitem obter preços de venda relativamente altos.
157. As comunidades inteñas participaram, por outro lado, também da Assembleia de unidade cantonal, instância de reflexão, de planejamento e de acompanhamento, encarregada de elaborar o orçamento e as linhas diretrizes do desenvolvimento local, implementada depois da eleição à frente do cantão Cotacachi do economista indígena Auki Tituaña (em 1996). Em doze anos de

governo participativo, os indícios de pobreza e de corrupção recuaram sensivelmente, e o analfabetismo foi oficialmente erradicado em 2005.

158. Depoimento recolhido pela autora em Apuela, Equador, em novembro de 2007.
159. Consultar intagnewspaper.org, radiointag.com, codelcoecuador.com e decoin.org/accomplishments
160. Depoimento recolhido pela autora em Carmello, Colômbia, em abril de 2010.
161. Depoimento recolhido pela autora em Lorica, Colômbia, em maio de 2010. Sobre a experiência da Asprocig, consultar Anna Bednik, “Quand l’agro-écologie tisse “des liens qui libèrent””, *art. cit.*

Capítulo 6

ESPERANDO PELO DESASTRE

1. *L'Atlas du Monde de demain 2013*, Le Monde Hors-série, edição de 2013, p. 97.
2. Conferencia mundial de los pueblos sobre el cambio climático y los derechos de la Madre Tierra, “Acuerdo de los pueblos”, Cochabamba, Bolívia, dia 22 de abril de 2010 (o texto completo do acordo é consultável em espanhol em ecologistasenaccion.org/article17273.html e em português em ocomuneiro.com/nr11_06_cochabamba.html).
3. Ana Esther Ceceña, “Es el tiempo de crear el sistema del vivir bien y el manantial está en Bolivia”, *La Epoca*, dia 11 de dezembro de 2009.
4. “Armonía con la Naturaleza. Nueva iniciativa de Bolivia es aprobada en la Onu”, *Radio Mundo Real* (radiomundoreal.fm), dia 8 de dezembro de 2009.
5. Cf. *supra*, Nosso destino comum?. Convém precisar que o petróleo já era explorado no parque Yasuní, antes mesmo de o governo abandonar o projeto no verão de 2013. Consultar William Sacher, “Yasuní-ITT. Un projet impossible pour l'extractiviste Correa”, *Aldeah.org*, setembro de 2013 (também publicado em *FAL Mag*, n° 115, outono de 2013).
6. Mais do que um “despertar”, se trata antes de uma conclusão das lutas indígenas que ressurgiram nos anos 1960 e se reforçaram a partir dos anos 1980. Sobre esse assunto, ver Jean-Baptiste Mouttet e Julie Pacorel, *La grande revanche. Les amérindiens à la reconquête de leur destin*, Paris, Autrement, 2013.
7. Sobre o *buen vivir*, ler por exemplo William Sacher e Michelle Báez, “Buen vivir, faux et vrais espoirs”, *La Revue des livres*, maio-junho de 2013 e Julien Vanhulst e Adrian Beling, “Buen vivir et développement durable. Rupture ou continuité?”, *Écologie & politique*, vol. 1, n° 46, 2013, p. 41-54.
8. Constituição do Equador, título 2, capítulo 2 (“Direitos do buen Vivir”); título 7 (“Regime do buen Vivir”). Constituição da Bolívia, Preâmbulo, artigos 8 (seções I e II), 80, 360 (seção I, III) e 313.
9. O que é uma das definições possíveis dos conceitos de *buen vivir/vivir bien* (consultar Fernando Huanacuni Mamani, *Buen Vivir/Vivir Bien. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*, Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, 2010 (consultável em reflectiongroup.org/stuff/vivir-bien)).
10. Citado por Matteo Dean, “La Mesa 18 en la Cumbre de los Pueblos en Bolivia”, *Desinformémonos.org. Periodismo de abajo*, 1° de maio de 2010 (consultável em matteodean.wordpress.com).
11. Na Bolívia, o qualificativo “originario” remete para os indígenas dos Andes e “indígena” àqueles das terras baixas. A Mesa 18 foi convocada pela Conamaq, principal organização dos “originarios”. A Constituição de 2009 criou, por outro lado, uma nova categoria social e política, a das “nações e povos indígena originário e camponeses” (indígena-originario-campesinos) e lhe reconheceu uma série de novos direitos (consultar Laurent Lacroix, “Un multiculturalisme sans minorités ? Quelques réflexions sur l'État plurinational en Bolivie et en Équateur”, *Les minorités nationales et ethniques. Entre renouvellement et permanence*, Belgeo. *Revue belge de géographie*, vol. 3, março de 2013).

12. Declaración de la Mesa n° 18, “Derechos Colectivos y Derechos de la Madre Tierra” (consultável em aldeah.org).
13. Citações no artigo de Matteo Dean, “La Mesa 18 en la Cumbre de los Pueblos en Bolivia”, *art. cit.*
14. *Ibid.*
15. O Acordo propunha também um projeto de Declaração universal dos direitos da Mãe Terra e a criação de um Tribunal internacional de justiça climática e ambiental, propostas que ele preconizava submeter a um “referendo mundial sobre a mudança climática”. Durante este último, os povos seriam também consultados sobre o nível das reduções das emissões que incumbem aos países desenvolvidos e às empresas transnacionais, assim como sobre “a necessidade de mudar o atual sistema capitalista”.
16. Declaración de la Mesa n° 18, “Derechos Colectivos y Derechos de la Madre Tierra”, *art. cit.*
17. Uma “época geológica” é uma divisão de uma era na escala dos tempos geológicos. A tese segundo a qual não vivemos mais no Holoceno (que iniciou aproximadamente há 11.700 anos), mas no *Antropoceno*, foi notadamente popularizada pelo prêmio Nobel de química e meteorologista neerlandês Paul Crutzen. Com outros cientistas, ele faz começar essa época em 1784, data da patente da máquina de vapor. A comissão estratigráfica da Geological Society of London, a mais antiga sociedade científica dedicada às ciências da Terra, acrescentou esse novo nível às camadas geológicas, em fevereiro de 2008. A comissão estratigráfica internacional ainda não o validou.
18. Anthony D. Barnosky et al., “Approaching a State-Shift in Earth’s Biosphere”, *Nature*, vol. 486, p. 52-58, dia 7 de junho de 2012. Estudo realizado por uma equipe pluridisciplinar reunindo dezoito pesquisadores de universidades prestigiosas em cinco países diferentes.
19. Naomi Klein, *Tout peut changer*, *op. cit.*, p. 505.
20. *Ibid.*, p. 519. a propósito do que deveria ser essa visão do mundo alternativa, Naomi Klein se refere, por outro lado, implicitamente ao buen vivir e às suas noções-chaves: interdependência, reciprocidade, cooperação.
21. “El desafío de Rafael Correa”, *El Telégrafo*, dia 15 de janeiro de 2012.
22. NTIC, biotecnologias, nanotecnologias, ciências da vida (indústria farmacêutica), energias renováveis e... petroquímica (consultar yachay.gob.ec).
23. Consultar Alberto Acosta, “El correísmo. Un nuevo modelo de dominación burguesa”, in Coletivo, *El correísmo al desnudo*, Quito, Montecristi Vive, 2013. “Projetos municipais para melhorar as estradas em cidades construídas em torno da cultura do automóvel são apresentados como se se tratasse de buen vivir”, deplora também Alberto Acosta (*ibid.*, p. 17). Pude também ler numa apresentação acadêmica que o “bem viver”carrega os valores da participação e da governabilidade.
24. Consultar Diego Andreucci e Terrence McDonough, “Capitalisme”in Giacomo D’Alisa, Federico Demaria, Giorgos Kallis (*dir.*), *Décroissance. Vocabulaire pour une nouvelle ère*, Neuvy-en-Champagne, Le passager clandestin, 2015, p. 145-151.
25. Consultar o dossiê “Altermondialisme saison 2. De Seattle à Cochabamba”, *Mouvements*, n° 63, março de 2010.

26. Naomi Klein, *Tout peut changer*, *op. cit.*, p. 515-516.
27. Dave Holmes, Terry Townsend e John Bellamy Foster, *Change the System not the Climate! A Socialist View of Global Warming*, Broadway (AUS), Resistance Books, 2007.
28. Naomi Klein, durante a conferência pronunciada em Paris (centre Pierre Mendès-France, Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne), no dia 30 de março de 2015 (consultável em france.attac.org/actus-et-medias/les-videos/article/conference-de-naomi-klein-a-paris).
29. Consultar Jérôme Baschet, *Adieux au capitalisme*, *op. cit.*
30. Naomi Klein, *Tout peut changer*, *op. cit.*, p. 507.
31. MAS-IPSP (partido que levou ao poder Evo Morales e Álvaro García Linera): Movimiento al Socialismo, Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos.
33. *Cf. supra*, Nosso destino comum?
34. Jérôme Baschet, *Adieux au capitalisme*, *op. cit.*, p. 23.
35. *Ibid.*, p. 19-20. Consultar também Naomi Klein, *A doutrina do choque*, *op. cit.*
36. “Os dados científicos e a tomada de consciência ecológica são utilizados e manipulados para construir mitos terroristas que têm como função fazer aceitar os sacrifícios que serão imprescindíveis para que se cumpra o novo ciclo de acumulação capitalista que se anuncia”, escrevia o autor marxista Pierre Souyri nos anos 1970, na sequência do relatório Meadows (citado in René Riesel e Jaime Semprun, *Catastrophisme, administration du désastre et soumission durable*, Paris, Encyclopédie des Nuisances, 2008, p. 58).
37. unfccc.int
38. O GIEC, criado em 1988 pela Organização meteorológica mundial (OMM) e o Programa das Nações unidas para o ambiente, recebeu como mandato “avaliar sem parcialidade e de maneira metódica e objetiva a informação científica, técnica e socioeconômica [...] necessária para entender melhor os fundamentos científicos dos riscos ligados à mudança climática de origem humana, delimitar mais precisamente as consequências possíveis dessa mudança e considerar eventuais estratégias de adaptação e de atenuação”. Para fazer isso, ele examina as publicações científicas do mundo inteiro e produz regularmente revistas de literatura (relatórios) (consultar site do GIEC em ipcc.ch). O último relatório do GIEC foi finalizado em 2014 por 831 peritos do mundo inteiro.
39. Em relação ao seu nível pré-industrial.
40. Esse limiar é, por outro lado, considerado insuficiente por muitos cientistas, inclusive por aqueles citados pelo GIEC no seu quinto relatório (2014). Consultar Stéphane Foucart, “Réchauffement. Le seuil limite des 2° C est trop élevé”, *Le Monde*, dia 5 de junho de 2015.
41. Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC/GIEC), Working Group III, “Climate Change 2014. Mitigation of Climate Change”, in *Fifth Assessment Report* (AR5), Cambridge, Cambridge University Press, 2014, p. 52-55 e p. 66.
42. *Ibid.*, p. 53-55.
43. O relatório do GIEC assinala, todavia, que se pode eliminar o nuclear da pasta das tecnologias disponíveis sem aumentar sensivelmente os custos de atenuação (*ibid.*, p. 70).

44. Consultar, por exemplo, os projetos-pilotos europeus de captação do CO₂ Castor (2006-2008), Cesar (2008-2011), projeto de pesquisa Octavius (2012-2017) *etc.* (mais informações em ipnenergiesnouvelles.fr/Partenariats/En-Europe/Projets-europeens/CO2).
45. Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC/GIEC), Working Group III, “Carbon dioxide capture and storage” (relatório especial), Cambridge, Cambridge University Press, 2005 (consultável em ipcc.ch/pdf/special-reports/srccs/srccs_wholereport.pdf).
46. *Cf. supra*, Miragens de um crescimento desmaterializado.
47. A secção 7.9 do quinto relatório do Working Group III (WGIII) do GIEC (7 páginas de 1.435), dedicada aos “co- benefícios, riscos e repercussões” da descarbonização dos sistemas energéticos, apresente brevemente alguns “efeitos secundários indesejáveis” do desenvolvimento em larga escala das energias descarbonizadas (entre os quais, o uso e as poluições dos solos e da água, os riscos de acidentes associados à produção de hidroeletricidade, os acidentes nucleares *etc.*) e evoca a preocupação quanto à disponibilidade de alguns metais críticos (prata, telúrio, índio, gálio, terras raras). Ela preconiza o desenvolvimento da reciclagem e conclui que o desempenho ambiental de uma oferta de eletricidade de baixo carbono “bem concebida” supera o dos sistemas baseados nas energias fósseis. Tirando essa secção, o relatório dedica apenas dois curtos parágrafos ao risco de uma elevação “substancial” (p. 772) da procura de “alguns minérios como o lítio, o gálio, e os fosfatos” (p. 748) ou ainda de terras raras (p. 772) e ao aumento de “potenciais riscos para a saúde, a segurança e o ambiente” que essa nova procura provocaria (p. 772). IPCC/GIEC, WGIII AR5, *op. cit.*, p. 544-551.
48. Nas 1.435 páginas do WGIII AR5, bibliografia incluída, a palavra “decrecimento” (*degrowth*) aparece apenas, por exemplo, três vezes, contra 27 vezes para “crescimento verde” (*green growth*).
49. IPCC/GIEC, WGIII AR5, *op. cit.*, p. 39.
50. Depois do abandono do projeto Yasuni-ITT pelo governo equatoriano (consultar Maxime Combes e Nicolas Haeringer, “Changement climatique. La proposition dont aucun État ne veut”, *Liberation.fr*, dia 28 de maio de 2015).
51. Três mecanismos “de flexibilidade” foram notadamente introduzidos no quadro do protocolo de Quioto: a troca internacional de quotas de emissões (mercados carbono), o “mecanismo de desenvolvimento limpo”, permitindo a obtenção de créditos de emissões em troca de investimentos almejando reduzir ou evitar emissões de GEE em países que não figuram no Anexo I da CCNUCC (ou seja, que não se empenharam quanto à redução das emissões no quadro do protocolo de Quioto), e o “mecanismo de realização conjunta” (que tem por objeto os investimentos realizados num outro país que os mencionados no Anexo I). A isso se acrescenta o mercado dito voluntário, que permite a uma entidade (particular, empresa, administração) comprar “créditos carbono” financiando projetos que evitam ou sequestram as emissões (por exemplo, projetos de plantação de árvores, de desenvolvimento das energias renováveis *etc.*).
52. IPCC/GIEC, WGIII AR5, *op. cit.*, p. 7.
53. Para a análise da geo-engenharia, os atores e as diversas soluções consideradas, consultar Clive Hamilton, *Les apprentis sorciers du climat*, Paris, Seuil, 2013.

54. Paul J. Crutzen e Eugene F. Stoermer, citados in Dipesh Chakrabarty, “Le climat de l’histoire. Quatre thèses”, *La Revue des livres*, janeiro-fevereiro de 2012.
55. Consultar Clive Hamilton, *Les apprentis sorciers du climat*, *op. cit.*
56. *Ibid.*, p. 64.
57. Em 2013, essas se seriam elevadas a 10,8 bilhões de toneladas, para 39,3 bilhões de toneladas de emissões de CO₂ (globalcarbonproject.org/carbonbudget/14/hl-compact.htm).
58. Se deve a ideia de adição de cal nos oceanos a Haroom Khesghi, um engenheiro químico da Exxon Mobil.
59. Clive Hamilton, *Les apprentis sorciers du climat*, *op. cit.*, p. 51-60.
60. Esse nível é considerado suficiente para compensar o aquecimento correspondente a uma duplicação dos GEE na atmosfera.
61. *Ibid.*, p. 86.
62. *Ibid.*, p. 114.
63. IPCC/GIEC, WGIII AR5, *op. cit.*, p. 143. Essa afirmação é acompanhada da menção “Provas limitadas, acordo fraco”. Para a avaliação dos riscos associados, consultar o capítulo 6.9, “Carbon and Radiation Management and Other Geo-Engineering Options Including Environmental Risks”, *ibid.*, p. 484-489.
64. *Ibid.*, p. 143.
65. Consultar por exemplo Attac France, *La nature n’a pas de prix. Les méprises de l’économie verte*, Paris, Les liens qui libèrent, 2012.
66. Razmig Keucheyan, “Quand la finance se branche sur la nature”, *Le Monde diplomatique*, março de 2014.
67. Título de um artigo de Bertrand Méheust publicado na revista *Entropia*: “La catastrophe les yeux grands ouverts. Quelques remarques sur l’impuissance actuelle de la connaissance”, *Entropia*, n° 9, outono de 2010, p. 121-133.
68. Consultar Jean-Baptiste Fressoz, *L’apocalypse joyeuse. Une histoire du risque technologique*, Paris, Seuil, 2012.
69. Eugène Huzar, *La fin du monde par la science* (textos escolhidos e anotados por Jean-Baptiste Fressoz e François Jarrige), Paris, Ère, 2008.
70. Jean-Baptiste Fressoz, *L’apocalypse joyeuse*, *op. cit.*, p. 10.
71. *Ibid.*, p. 15, p. 285 et p. 289.
72. Sobre esse assunto, ler, por exemplo, o capítulo 9 intitulado “Polémocène” de Chrisophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz, *L’événement anthropocène*, *op. cit.*, assim como François Jarrige, *Technocritiques. Du refus des machines à la contestation des technosciences*, Paris, La Découverte, 2014.
73. Bertrand Méheust, “La catastrophe les yeux grands ouverts...”, *art. cit.*, p. 131.
74. Assim, por exemplo, o movimento da transição, pelo menos tal como o define o seu fundador Rob Hopkins no seu *Manuel de la transition* (*op. cit.*). Esse movimento começa pela necessidade de enfrentar as “crises gêmeas” do aquecimento da atmosfera e do pico petrolífero, fica centrado na “desintoxicação” aos hidrocarbonetos e quase não aborda as devastações

- produzidas pela extração de todos os outros recursos. O nosso grau de dependência ao petróleo incita, por outro lado, Rob Hopkins a pensar que a carência anunciada desse “produto essencial” mobilizará mais facilmente (sobre esse assunto, consultar Anna Bednik, “Conflits, chocs et résiliences...”, *art. cit.*).
75. oilwatch.org. Essa mesma ideia é hoje defendida por muitos militantes climáticos. Consultar notadamente o apelo “Laissons les fossiles dans le sol pour en finir avec les crimes climatiques” (consultável em 350.org/climate-crimes-fr), e Maxime Combes, *Sortons de l'âge des fossiles ! Manifeste pour la transition*, Paris, Seuil, 2015.
 76. *Cf. supra*, Miragens de um crescimento desmaterializado.
 77. Imagem criada por analogia ao pico petrolífero, o *peak all* (ou *peak everything*) visa atrair a atenção no declínio da produção, a rarefação, e depois a desaparecimento de muitos recursos naturais.
 78. Marta Conde, Mariana Walter, “Frontières de la marchandise”, in Giacomo D’Alisa, Federico Demaria e Giorgos Kallis (dir.), *Décroissance*, *op. cit.*, p. 271.
 79. Sobre os cisnes (na cidade chilena de Valdivia), consultar accionporloscisnes.org
 80. Frédéric Dufoing, *Écologie radicale*, Fribourg, Infolio éditions, 2012, p. 7-8.
 81. Bertrand Méheust, “La catastrophe les yeux grands ouverts...”, *art. cit.* p. 130.
 82. *Cf. supra*, Resistências.
 83. Consultar notadamente o papel dos padres da teologia da libertação na América Latina.
 84. *Cf. supra*, As veias sempre abertas da América Latina.
 85. Depoimento recolhido pela autora em Maikiraalasalii, Rio Socuy (Zulia), Venezuela, junho de 2010.
 86. Depoimento recolhido pela autora em Ciete, Toribio (Cauca), Colômbia, abril de 2010.
 87. *Cf. supra*, Resistências.
 88. Depoimento recolhido pela autora em Ayabaca, Peru, fevereiro de 2010.
 89. Depoimento recolhido pela autora em Saint Felix, Chile, outubro de 2010.
 90. *Buen vivir* ou *vivir bien* são traduções em espanhol de “conceitos” que significam literalmente, em quichua/quechua (*sumak kawsay*) e em aymara (*suma qamaña*), “a vida em plenitude” (consultar Fernando Huanacuni Mamani, *Buen Vivir/Vivir Bien*, *op. cit.*).
 91. Depoimento recolhido pela autora em Quito, Equador, fevereiro de 2010.
 92. Depoimento recolhido pela autora em Buenaventura (Valle del Cauca), Colômbia, março de 2010.
 93. Miguel Benasayag e Angélique Del Rey, *De l’engagement dans une époque obscure*, Neuvy-en-Champagne, Le passager clandestin, 2011, p. 52.
 94. Conferencia mundial de los pueblos sobre el cambio climático y los derechos de la Madre Tierra, “Acuerdo de los pueblos”, *art. cit.*
 95. Miguel Benasayag e Angélique Del Rey, *De l’engagement dans une époque obscure*, *op. cit.*, p. 47.

Epílogo

UM VOCÁBULO COMUM

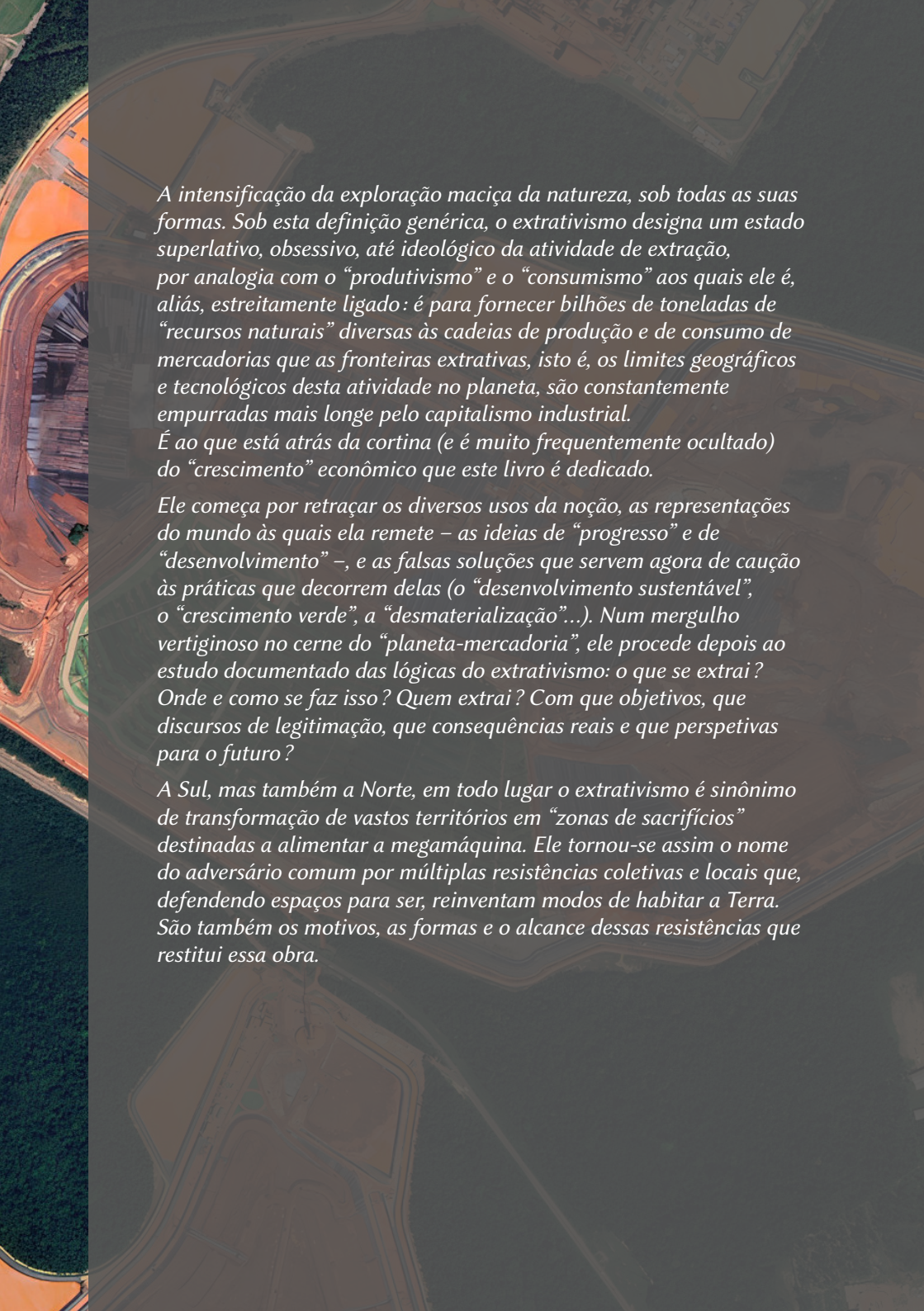
1. «“Frankenburger”. Dégustation du premier steak de bœuf “in vitro”», *Le Point.fr*, dia 5 de agosto de 2013.
2. Consultar o webdocumentário *Les paysans ont de l'avenir* (2014), de Mathieu Eisinger e de Arthur Rifflet, Mille Plateaux Productions (em lespaysansontdelavenir.fr).
3. Consultar Stéphane Lavignotte, “Serge Moscovici. La nature de l'écologie”, *Figures de l'écologie politique, EcoRev*, n° 21, dezembro de 2005. Consultar também Serge Moscovici, *Psychologie des minorités actives*, Paris, PUF, 1979, assim como Stéphane Lavignotte, *Serge Moscovici ou l'écologie subversive*, Neuvy-en-Champagne, Le passager clandestin, 2016.
4. aldeah.org/fr/no-tenda-bis

ÍNDICE

PREFÁCIO DA EDIÇÃO BRASILEIRA	7
INTRODUÇÃO - POR QUE O EXTRATIVISMO ?	15
CAPÍTULO 1. AS VEIAS SEMPRE ABERTAS DA AMÉRICA LATINA	25
El Dorado e o inferno verde	29
Uma tradição recente	31
Nova fronteira	34
As veias abertas	36
Resposta social	37
Nomear o inimigo	39
“Exportar ou perecer”	41
Uma eterna periferia ?	44
Extrativismo progressista	49
Extrativismo + programas sociais	50
Dependências	52
Sacrificados em nome do “desenvolvimento”	53
CAPÍTULO 2. NOSSO DESTINO COMUM ?	59
A destruição ou a pilhagem ?	62
África: extrema “periferia”, extrema violência	64
O novo peso dos “emergentes”	67
O “subimperialismo” do Brasil	68
Hierarquias em movimento	73
(In)dependência à chinesa	75
Além do Sul	78
As metrópoles ocidentais também têm suas “zonas de sacrifício”	80
Novos referenciais	83
Perigo para a rocha-mãe na França	85
Volta à mina ?	88
“Potencial local” e “diplomacia mineral” da União europeia	90
Um termo militante	92

CAPÍTULO 3. MIRAGENS DE UM CRESCIMENTO DESMATERIALIZADO	95
Os avatares do desenvolvimento sustentável	99
A artificialização não é uma desmaterialização	101
Algumas verdes esperanças	104
“Bens econômicos” e “males ambientais”	107
O diabo está no detalhe	109
A mágica das palavras e dos números	111
Efeito de repercussão e adições	113
Quando não tem mais, ainda tem	116
Sentido dos negócios	119
Bastidores da economia material	121
Razões de Estado	124
Convergência de interesses	127
Rumo fixo: o crescimento	130
 CAPÍTULO 4. EXTRAIR, PRODUZIR, CONSUMIR	 133
Extrativismo, para o que, para quem?	139
Lítio ou batatas?	140
Necessidade de necessidades	141
A utilidade recíproca na troca?	145
Fome de matérias	148
Porém, a agroecologia poderia alimentar o mundo	152
Uma árvore de mil galhos	155
 CAPÍTULO 5. RESITÊNCIAS	 161
Territórios em movimento	164
Mil e uma lutas	172
Lutas assimétricas	176
Aprender a tempo	179
Aprender a aprender	182
Ordenamento da aceitabilidade social	185
Saberes dos implicados	189
De território a território	193
Vitórias em meias tintas	195
Escolha dos meios de ação	201
Até onde pode-se ir?	203
As armadilhas do “governo da crítica”	206
Fincar raízes	209

CAPÍTULO 6. ESPERANDO PELO DESASTRE	215
A chave de uma nova era?	218
Assunto inoportuno	220
Calcanhar de Aquiles	221
“Mudar o sistema”	224
“Problema reduzido à elevação da temperatura”?	226
Gestão do clima	228
“O desastre de olhos abertos”	231
“Postos avançados” do movimento pelo clima?	233
Sair da gestão	235
Crítica ancorada em situações concretas	238
Defender espaços para ser	244
 EPÍLOGO - UM VOCÁBULO COMUM	 247
NOTAS :	259
Introdução	261
Capítulo 1	262
Capítulo 2	272
Capítulo 3	284
Capítulo 4	299
Capítulo 5	308
Capítulo 6	320
Epílogo	326



A intensificação da exploração maciça da natureza, sob todas as suas formas. Sob esta definição genérica, o extrativismo designa um estado superlativo, obsessivo, até ideológico da atividade de extração, por analogia com o “produtivismo” e o “consumismo” aos quais ele é, aliás, estreitamente ligado: é para fornecer bilhões de toneladas de “recursos naturais” diversas às cadeias de produção e de consumo de mercadorias que as fronteiras extrativas, isto é, os limites geográficos e tecnológicos desta atividade no planeta, são constantemente empurradas mais longe pelo capitalismo industrial. É ao que está atrás da cortina (e é muito frequentemente ocultado) do “crescimento” econômico que este livro é dedicado.

Ele começa por retratar os diversos usos da noção, as representações do mundo às quais ela remete – as ideias de “progresso” e de “desenvolvimento” –, e as falsas soluções que servem agora de caução às práticas que decorrem delas (o “desenvolvimento sustentável”, o “crescimento verde”, a “desmaterialização”...). Num mergulho vertiginoso no cerne do “planeta-mercadoria”, ele procede depois ao estudo documentado das lógicas do extrativismo: o que se extrai? Onde e como se faz isso? Quem extrai? Com que objetivos, que discursos de legitimação, que consequências reais e que perspectivas para o futuro?

A Sul, mas também a Norte, em todo lugar o extrativismo é sinônimo de transformação de vastos territórios em “zonas de sacrifícios” destinadas a alimentar a megamáquina. Ele tornou-se assim o nome do adversário comum por múltiplas resistências coletivas e locais que, defendendo espaços para ser, reinventam modos de habitar a Terra. São também os motivos, as formas e o alcance dessas resistências que restitui essa obra.